



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Marília

TIAGO VIEIRA RODRIGUES DUMONT

CAMINHOS DO PROJETO LULISTA:
ENSAIO DESENVOLVIMENTISTA OU REFORMISMO FRACO?

Marília-SP
2022

TIAGO VIEIRA RODRIGUES DUMONT

CAMINHOS DO PROJETO LULISTA:
ENSAIO DESENVOLVIMENTISTA OU REFORMISMO FRACO?

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho” - Câmpus de Marília - para obtenção do título de
Doutor em Ciências Sociais.

Área de concentração: Pensamento Social, Educação e
Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Dr.^a Maria Valéria Barbosa.

Coorientadora: Prof. Dr.^a Thais Regina Pavez.

Marília-SP
2022

TIAGO VIEIRA RODRIGUES DUMONT

CAMINHOS DO PROJETO LULISTA: ENSAIO DESENVOLVIMENTISTA OU
REFORMISMO FRACO?



Tese apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho” - Câmpus de Marília – para obtenção do título de
Doutor em Ciências Sociais.

Área de concentração: Pensamento Social, Educação e
Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Dr.^a Maria Valéria Barbosa.
Coorientadora: Prof. Dr.^a Thais Regina Pavez.

Marília-SP
2022

¹“Eu sou uma ideia”. Fase produzida pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no discurso feito aos seus correligionários antes de sua prisão pela Polícia Federal da República de Curitiba. Foto de Francisco Proner. Sindicato dos Metalúrgicos, São Bernardo do Campo, 08 de abril de 2018. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=eBVEgvgw9Yk>>. Acesso em: set. 2021.

D893c

Dumont, Tiago Vieira Rodrigues

Caminhos do Projeto Lulista : ensaio desenvolvimentista ou reformismo fraco? / Tiago Vieira Rodrigues Dumont. -- Marília, 2022
212 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientadora: Maria Valéria Barbosa

Coorientadora: Thais Regina Pavez

1. Lulismo. 2. Política Habitacional. 3. Ensaio Desenvolvimentista.
4. Reformismo Fraco. 5. Sociologia Política. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

TIAGO VIEIRA RODRIGUES DUMONT

CAMINHOS DO PROJETO LULISTA: ENSAIO DESENVOLVIMENTISTA OU
REFORMISMO FRACO?

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Câmpus de Marília – para obtenção do título de Doutor em
Ciências Sociais.

Área de concentração: Pensamento Social, Educação e
Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Dr.^a Maria Valéria Barbosa.
Coorientadora: Prof. Dr.^a Thais Regina Pavez.

Banca Examinadora:

Orientadora/1^a Examinadora: Prof.^a Dr.^a Maria Valéria Barbosa
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências

2^a Examinadora: Prof.^a Dr.^a Rosângela de Lima Vieira
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências

3^a Examinadora: Prof.^a Dr.^a Elisângela da Silva Santos
Universidade Federal de Jataí (UFJ), Unidade Acadêmica Especial de Educação

4^a Examinadora: Prof.^a Dr.^a Fabrícia Carla Viviani
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Campus Ponta Porã

5^a Examinadora: Prof.^a Dr.^a Vanda Maria Martins Souto
Universidade Regional do Cariri (URCA), Departamento de Ciências Sociais

Suplentes

1^o Suplente : Prof. Dr.^o Marcelo Augusto Totti
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências

2^o Suplente: Prof.^a Dr.^a Camila Massaro Cruz De Góes
Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

3^o Suplente: Dr.^o Gerson Alves De Oliveira
Instituto Federal do Tocantins (IFT), Gerência de Ensino

Marília, 28 de julho de 2022.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: Caminhos do Projeto Lulista: ensaio desenvolvimentista ou reformismo fraco?

AUTOR: TIAGO VIEIRA RODRIGUES DUMONT

ORIENTADORA: MARIA VALERIA BARBOSA

COORIENTADORA: THAIS REGINA PAVEZ

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em CIÊNCIAS SOCIAIS, pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. MARIA VALERIA BARBOSA (Participação Virtual)
Sociologia e Antropologia / Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília

Prof(a). Dr(a). ROSANGELA DE LIMA VIEIRA (Participação Virtual)
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Prof(a). Dr(a). ELISANGELA DA SILVA SANTOS (Participação Virtual)
Unidade Acadêmica Especial de Educação / Universidade Federal de Jataí

Prof(a). Dr(a). FABRICIA CARLA VIVIANI (Participação Virtual)
Campus Ponta Porã / Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - IFMS

Prof(a). Dr(a). VANDA MARIA MARTINS SOUTO (Participação Virtual)
Departamento de Ciências Sociais / Universidade Regional do Cariri - URCA

Marília, 28 de julho de 2022



Prof. Dr. Agnaldo dos Santos
Coordenador do PPG em Ciências Sociais

DEDICATÓRIA

Aos que buscam e lutam por um sentido na Arcaica Lavoura que é a vida.

Tiago Dument

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa só pode ter sentido a partir da sua relação com uma trajetória, uma memória, em que o sentimento de inquietude e incompletude que nos possibilite se construir, desconstruir e reconstruir por meio de um projeto de país que reflita e dialogue com as questões produtoras de um passado e do presente, mas também com aquelas que constroem o futuro.

Em particular, agradeço, *à minha orientadora e coorientadora*, respectivamente, Prof.^a Dr.^a Maria Valéria Barbosa e Prof. Dr.^a Thais Regina Pavez, pela disposição, coragem e possibilidade de compartilhar momentos, horas e dias do fazer pesquisa. Por suas colocações, observações e questões que alimentam a necessidade de se pensar o lugar, o trilhar dos possíveis caminhos que se habitar e se constituir enquanto um sujeito construtor e reconstrutor da história.

Às professoras, Dr.^a Rosângela de Lima Vieira; Dr.^a Elisangela da Silva Santos; Prof.^a Dr.^a Fabrícia Carla Viviani; Prof.^a Dr.^a Vanda Maria Martins Souto; Prof.^a Dr.^a Camila Massaro Cruz De Góes e *professores*, Dr.^o Marcelo Totti e Dr.^o. Gerson Alves de Oliveira, por participarem da elaboração; qualificação e da defesa desta tese; além de contribuírem, com seus apontamentos, observações, sugestões desse longo e lento processo de confecção do saber científico.

À todos(as) professores(as); funcionários(as) e colegas de trabalho da UNESP - Câmpus de Marília; pela acolhida e solidariedade para com aqueles que chegam a universidade com a utopia de que por meio da educação passamos construir um outro mundo possível. Agradeço, em particular aos Prof. Dr.^o Odair da Cruz Paiva e Prof. Dr.^o Jair Pinheiro, que me orientaram na produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na graduação e ao Prof. Dr.^o Edemir de Carvalho que me orientou na elaboração da Dissertação de Mestrado. Gratidão, a todos(as) por nos ensinarem a valorizar e defender a educação pública, mas também, por compartilharem os saberes e os conhecimentos de nos fazer viver para além dos muros que nos cercam.

As pessoas que compõem o grupo de pesquisa - “Pensamento e política no Brasil” e “Classes subalternas no Brasil: política, cultura e história”, em particular: a prof.^a Dr.^a Thais Pavez (UNESP/Marília); prof.^a Dr.^a Camila Góes (UNICAMP); Allan Brito, Beatriz

Cezar, Marcus Carvalho, Sabrina Leite e Zacarias Mariano (alunos de graduação e pós-graduação de Ciências Sociais na Unesp/Marília); e Renata Gonçalves (Arquiteta e Urbanista, USP). Agradeço pelos momentos de debates; pelos ensinamentos aprendidos no processo de coletar de dados e fazer ciência; pelo saberes compartilhados ao longo da jornada de pensarmos as disputas que envolvem a construção do Brasil.

À *todos(as) as pessoas envolvidas com na concretização do PIBID* (Programa Institucional de Bolsa à Docência); do *PIBIC-EM* (Programa Institucional de Bolsa à Iniciação Científica - Ensino Médio) e da *RP* (Residência Pedagógica) na Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP - Câmpus de Marília, por dividirem seus olhares e saberes, em cada momento e atividade; por acreditarem na tarefa histórica da “atividade de ensina e aprender”. Agradeço pela parceria, pelo intenso processo de nos construirmos, por sermos e termos um(a) professor(a) que acredite e fortaleça o lugar da educação pública em nosso país. Em especial *a coordenadora institucional e dos projetos*, respectivamente: a Prof.^a Dr.^a Sueli Guadalupe de Lima Mendonça e a Prof.^a Maria Valéria Barbosa. *Aos bolsistas*: Allan Remilson Santos, Addressa Alves dos Santos, Anna Paula Ribeiro Maia, Emerson de Campos Maciel, Iara Milreu Lavratti, Lucas Simplício da Silva, Marcus Vinícius de Souza Peres de Carvalho, Túllio Garcia de Castro Meira; Vinícius Tadeu Milani. Gustavo Hipólito Giaquinto, Gustavo Yukio Cardoso, Leandro da Silva Boaretto, Luciano Pereira Cruz, Nayara Alves Batista, Silvio Silvério Feitosa de Freitas, Allan Brito de Moura, Bianca Santos Capelos, Gabriela de Cássia Saveiro Rocha, Isabelly Cristina Soares Rodrigues, Juan Ricardo Medeiros da Cunha, Julianne Cássia Santos Gonçalves, Luccas Bigelli, Marcus Vinicius Ferraresi, Raquel Araújo Fagundes e Thalia Kelle dos Santos Sousa.

Aos que nesta cidade me acolheram e me ensinaram a sabedoria de saber partilhar – por suas ideias, opiniões, vontades, alegrias, perspectivas, tristezas, desejos, comidas, debates, moradas, lutas e utopias. *Meus amigos(as), colegas, companheiros(as), familiares*. Primeiramente agradeço a Michele Castro, Valdir Lemos e Giza Bárbara pelo aconchego diante de tantas incertezas. Ao Alexander Lelis, Emiliano de Almeida, David Rodrigues, Laura Braga, Aline Braga e Emiliano, Eliano de Freitas, Marcelo Lira, Alessandro de Moura, Angela Domingos, Karina Perin e Vanda Souto, por compartilharem a nossa condição histórica e material de sujeitos produtores de uma história. Ao Vinebaldo Aleixo, Gerson Alves, Fabio Vaz, Elisângela Santos, Fabrícia Viviane, Silvana

Benevenuto, Liliane Lopes, Carla Cordeiro e Suelem Benício, por compartilharem sua poesia, encontros e desencontros do viver. À Aline Gonçalves, Talita Amâncio, Patrícia Iticava, Mariele Freitas, Wiliam Mendes, Leonardo Miranda e Luana Flor, por dividirem alegrias e dilemas de um espaço múltiplo. Por fim, ao Davi Vinicius, Alessandra Mendes, Reginaldo Araújo, Priscila Gonçalves, Otília Obst, Nieve Piovani, Ingrid Lopes, Michele Brasileiro, Nida Amando, Jaqueline Lima, Marcelo Ferreira, Ciro Monteiro, Renan Predassoli, Antonio Carlos, Bruno de Souza, Fabíola Costa, Bruna Vancementto, Fernando Nascimento, Cérsea Grusdat, Bruno Santana, Rafael Shiracava, Natália Oliveira e Melina Paludeto, pelos momentos de saudade na casa de campo (Casa 6, 7 e 3) - Moradia Estudantil - lugar de aprendizados, discordâncias, disputas, lutas, companheirismos e solidariedade.

A toda minha família, que mesmo em momentos de ausência, pode me apoiar, ajudar e celebrar comigo a possibilidade de “andar por este país” numa tentativa de se produzir, constituir e definir nos possíveis caminhos do viver, de ser sertão em todo lugar – parafraseando o Rei do Baião e Guimarães Rosa. Em especial à minha mãe – Antonia; meu pai – Flaviano; meus irmãos – Felipe e Samuel; minhas avós – Francisca e Damiana; meus avôs – João e José; minhas tias – Sufaneide, Suélha, Silvaneide, Ana, Lucinha, Marcia, Maria, Fabiana, Samara e Neda; meus tios – Sérgio, Alexandre, Antonio, Fabiano e Salviano. As minhas primas(os) - Sarah, Gabriela, Letícia, Flora, Ruth, Bruno, Pedro, Caio, Karen, João, Muriel, etc.. *Ao meu companheiro e parceiro* – Antonio Januário, pelo afeto dispensado no absoluto dom de existir. *Aos amigos e minha família de alma* – Claudia Lara, Mário Eugênio, Bárbara Lara, Elizete Rodrigues, Katia Rodrigues, Graziella Dumont, Dona Neide (in memoria), Adriana Forcato, Dona Olga, Tia Maria, Rosana Lopes, Eduardo Barros, Lauciana Rodrigues, Sávia Bethânia, Robson Gomes, Elenice Pereira, Lúcia Arraes, Carol Baruel, Maria Inês Godinho, Gabriel Lopes, Aline Domingues, Daniela Lira, Maria Eduarda Torres, Elizabeth Pereira e Reinaldo Matinez; Os Barbosa – Valéria, Maria Rita, Tia e Tio (Neuza e Antonio), Carlos e João; Os Januário - Dona Laura, Maria, Sandra, Clarice, Marcos, Luan, Larissa, Lucas, Felipe (in memoria), João Vitor, Ana Clara, Anderson e Adriano, por alimentarem e festejarem comigo essa longa caminhada.

O meu agradecimento a todas as pessoas que por diferentes maneiras e motivos possibilitaram, colaboraram, elaboraram comigo o processo de ter e ser um pesquisador; um ser humano em permanente construção e desconstrução.

Marília-SP, inverno de 2022.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo fazer uma análise do projeto lulista por meio de uma reflexão crítica das políticas públicas, em particular da política habitacional, implementada durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), no período de 2005-2015. Propomos discutir esses governos por meio do fenômeno do lulismo e da agenda econômica e social por ele adotada com base em um “ensaio desenvolvimentista”. Tal proposta retoma um projeto de Estado de bem-estar social, à medida em que, promove o desenvolvimento econômico por meio do atendimento de parte das necessidades da classe subalterna brasileira, assim como, realiza a defesa da soberania nacional por meio de uma modernização conservadora. Por meio de uma revisão bibliográfica, mas também, da realização de coleta de dados (entrevistas e/ou aplicação de questionários), buscamos compreender por meio de uma Sociologia Política como tais políticas foram capazes de produzir um projeto de Estado que levasse em consideração as necessidades das classes subalternas. Nossa hipótese, é que, os governos do PT ao mediar os interesses de desenvolvimento do capital com as necessidades da classe subalterna, retoma um projeto de estado de bem-estar social no país, ao mesmo tempo que, produz diferentes formas de reformismo. Entende-se, portanto, que os governos do PT, representaram, um conjunto de ideias – “reforma gradual” e “pacto conservador”, à medida que, mantinham a expectativa de construir um Estado suficientemente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida de acumulação do capital. Esse processo aponta não apenas as contradições do projeto lulista, mas também os caminhos para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Lulismo. Política Habitacional. Ensaio Desenvolvimentista. Reformismo Fraco. Sociologia Política.

ABSTRACT

This research aims to analyze lula's project through a critical reflection of public policies, in particular, the habitational policies implemented during the governments of the Worker's Party (PT), in the period of 2005-2015. We intend to discuss these governments through the phenomenon of "lulism" and the president's economic and social agenda - that was based on a "developmental essay". This proposal was related with a project of a social welfare state as it promotes economic development by meeting part of the needs of the Brazilian subaltern class, as well as defending national sovereignty through conservative modernization. Through a bibliographic review, but also a data collection (interviews and/or application of questionnaires), we seek to understand, with a Political Sociology point of view, how such policies were able to produce a state project that considered the needs of the subaltern classes. Our hypothesis is that the PT governments, when mediating the interests of capital development with the needs of the subaltern class, engendered a social welfare state project in the country, at the same time as it produced different forms of reformism. Therefore, it is understood that the PT governments represented a set of ideas - "gradual reform" and "conservative pact", as they maintained the expectation of building a state strong enough to reduce inequality, but without threatening the established order of capital accumulation. This process points out not only the contradictions of lula's project, but also some paths for the development of brazilian society.

Keywords: Lulism. Habitational Policy. Developmental Essay. Weak Reformism. Political Sociology

Lista de Mapas, Gráficos e Anexos

I. LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Desenvolvimentismo: núcleo comum principal	56
--	----

II. LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Percentual per capita, Brasil, 1970-2010	115
--	-----

Mapa 2 - Percentual de pobres - Brasil, 1970-2010	116
--	-----

III. LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo dos argumentos em Prebisch	66
---	----

Tabela 2 - Resumo dos argumentos em Arrighi	67
--	----

Tabela 3 - Metas do Minha Casa, Minha Vida 1 e Déficit Habitacional Acumulado por Faixa de Renda	107
---	-----

Tabela 4 - Unidade contratadas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida 1 e 2 - Brasil - (2009-2012)	108
---	-----

Tabela 5 - Participantes na pesquisa de campo	142
--	-----

Tabela 6 - Entrevista em profundidade	146
--	-----

II. LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População por Situação do Domicílio (1980-2000)	63
--	----

Gráfico 2 - Pessoas Ocupadas por Ramo de Atividade	63
---	----

Gráfico 3 - Taxa de desocupado e/ou desempregados (2003-2012)	81
--	----

Gráfico 4 - Média do Salário Mínimo (1992-2010)	82
--	----

Gráfico 5 - Renda Média dos Trabalhadores (1992-2010)	82
--	----

Gráfico 6 - Financiamento para habitação em R\$ bilhões (2002-2007)	96
--	----

Gráfico 7 - Subsídios por faixa de renda (2004-2007)	97
---	----

Gráfico 8 - Evolução dos investimentos em habitação – Brasil (2003-2008)	108
---	-----

III. ANEXOS

Anexo 1 - Roteiro para entrevista semiestruturada	187
--	-----

Anexo 2 - 10 Teses do novo desenvolvimentismo	196
Anexo 3 - Carta ao Povo Brasileiro	200

I. LISTA DE ABREVIACOES

ALCSA - rea de Livre Comércio Sul-Americana

BC - Banco Central

BIRD - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BF - Bolsa Família

BNH - Banco Nacional de Habitao

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BM - Banco Mundial

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CEM - Centro de Estudos Metropolitanos

CEPAL - Comissão Econmica para a América e Caribe

CLP - Consolidao das Leis Trabalhistas

COPOM - Comits de Política Monetária

CRB - Commodity Research Bureau

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econmica Aplicada

FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante de Nível Superior

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FNHIS - Fundo Nacional de Habitao de Interesse Social

FMI - Fundo Monetário Internacional

ONU - Organizao das Naos Unidas

MDB - Movimento Democrático do Brasileiro

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

PAC - Programa de Acelerao de Crescimento

PAIH - Plano de Ao Imediata para Habitao

PAR - Programa de arrendamento Residencial

PDP - Política de Desenvolvimento Produtivo

PDP - Política de Desenvolvimento Produtivo

PEC - Projeto de Emenda Constitucional

PEHID - Programa Especial de Habitação Popular
PIB - Produto Interno Bruto
PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PL - Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático do Brasil
PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida
PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PNADs - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDU - Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano
PNE - Plano Nacional de Educação
PlanHab - Plano Nacional de Habitação
PP - Partido Progressista
Pró-Moradia - Projeto Moradia
PSH - Programa de Subsídio Habitacional
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista do Brasil
PRN - Partido da Reconstrução do Brasil
PROUNI - Programa Universidade para Todos
MCidades - Ministério das Cidades
SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
STF - Supremo Tribunal Federal
SFH - Sistema Financeiro de Habitação
TER - Tribunal Regional Eleitoral
UNCTAD - United Nation Conference on Trade and Development

SUMÁRIO

0 INTRODUÇÃO	12
0.1 Problema iniciais; a pesquisa e relação pesquisador-objeto	16
0.2 Conjuntura política e campo de pesquisa	20
1 CAPÍTULO 1	25
1.1 Da construção do PT à construção do Lulismo	26
1.2 A construção do PT: uma breve contextualização histórica	26
1.3 Do PT social ao PT institucional	30
1.4 Uma breve análise dos governos lulistas	37
1.5 O papel do Estado no projeto Lulista	39
1.6 Lulismo: configuração do novo modo de governar e a integração regional Sul-Sul ..	43
2 CAPÍTULO 2	52
2.1 As categorias norteadoras do projeto lulista	53
2.2 A construção do conceito de desenvolvimentismo	53
2.3 O projeto lulista sob a perspectiva da modernização conservadora	60
2.4 O desenvolvimento desigual e combinado no projeto lulista	64
2.5 O projeto lulista entre o centro a periferia	66
2.6 A concepção do reformismo fraco sob o projeto lulista	69
2.7 O papel do subalternos no lulismo	71
3 CAPITULO 3	74
3.1 Os sentidos do projeto lulista	75
3.2 O papel do desenvolvimentismo sobre o projeto lulista	76
3.3 A construção da política habitacional nos governos do PT	84
3.4 O papel do PMCMV no projeto lulista	102
3.5 A política pública nos governos do PT	112
3.6 O sentido da política pública no projeto lulista	120
4 CAPÍTULO 4	124

4.1 As contradições do projeto lulista	125
4.2 O projeto lulista sob o olhar da Sociologia Política	125
4.3 Hipóteses sobre o projeto lulista	132
4.4 Os caminhos do projeto lulista	137
4.5 A ponte forte e trincada do projeto lulista: um diálogo a partir do Nordeste e Sudeste	140
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
5.1 Lulismo uma ideia de Brasil	162
5.2 As pontes do projeto lulista	162
5.3 Caminhos do projeto lulista	168
6 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	173
6.1 FONTES	181
6.1.1 Fontes primárias, matérias e reportagens	181
6.2 Documentos	186

0. Introdução

No presente texto o leitor irá se deparar com os resultados de nossa pesquisa de doutoramento vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP Marília, cujos objetivos eram analisar através da sociologia política o projeto de sociedade que foi engendrado ao longo dos governos do PT. Buscamos também, perceber o impacto das políticas públicas por eles implementadas, em particular a habitacional voltada para população de baixa renda e, se tal processo construiu uma consciência que fosse capaz de sustentar o que se denominou de Lulismo. Partimos para esta análise problematizando como o Estado brasileiro por meio desses governos produziu caminhos possíveis para o enfrentamento dos problemas existentes na sociedade brasileira. Assim, chegamos ao título “Caminhos do projeto lulistas: Ensaio Desenvolvimentista ou Reformismo Fraco?”.

O título de nossa pesquisa traz dois momentos distintos e complementares, conforme se demonstrou ao longo do texto: o desafio e as disputas que envolvem a produção do Brasil contemporâneo. Como fio condutor, aponta-se num primeiro momento para a análise sobre os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e a construção do projeto lulista. Já no segundo momento indaga-se como as políticas públicas, em particular a habitacional, implementada no período de 2005 a 2015, portanto sobre os governos Lula e Dilma, estiveram entre uma tênue linha de promoção de um “ensaio desenvolvimentista” e do “reformismo fraco”². Ressalta-se que tal discussão não propõe respostas definitivas ao questionamento apontado, mas busca apresentar um esquema interpretativo que dialogue com as equações e os caminhos possíveis para o desenvolvimento do país.

O projeto lulista³, à luz da especificidade do processo de formação do país, de se desenvolver por meio de um processo desigual e combinado, teve em seus governos, o desafio de promover um Estado que fosse suficientemente forte para mediar as disputas que envolvem os diversos projetos do desenvolvimento nacional. Além disso, era necessário

²Segundo, André Singer (2012), os governos do PT existem sob o signo da contradição, à medida que, busca promover uma mudança, mas conserva parte do status quo que caracteriza o desenvolvimento da sociedade capitalista.

³O conceito lulismo foi cunhado pelo cientista político, André Singer, em referência aos governos do PT (Partido dos Trabalhadores), mas também a liderança do até então presidente de honra do partido, Luiz Inácio Lula da Silva. Cf.: **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

dialogar com os diferentes interesses da composição social que sustentava o governo. Segundo, Perry Anderson (2011, p. 28):

Desde o início, Lula havia se comprometido a ajudar os pobres, de onde ele viera. Um acordo com os ricos e poderosos seria necessário, mas a miséria tinha que ser tratada de modo mais sério do que no passado. Sua primeira tentativa, o Programa Fome Zero, para garantir o sustento mínimo de cada brasileiro, foi um fiasco dada a sua má administração. Em seu segundo ano, no entanto, consolidando vários programas preexistentes e expandindo a sua cobertura, Lula lançou o programa que está agora indelevelmente associado a ele o Bolsa Família [...].

Como caminho para o entendimento desse deslocamento, apontamos, ao longo da pesquisa o seguinte objetivo geral: 1. realizar um estudo, dentro de uma perspectiva crítica, sobre os caminhos do projeto lulista no período de 2005 a 2015. E os seguintes objetivos específicos: 1. analisar se as políticas públicas, em particular, a política habitacional voltada para população de baixa renda, expressa a contradição existente no projeto lulista; 2. verificar por meio da sociologia política como a proposição de um novo centro e periferia na sociedade brasileira irá caracterizar o projeto lulista.

Por meio do diálogo com os objetivos mencionados buscamos sistematizar a pesquisa além da introdução e as considerações finais, em quatro capítulos. Ao longo da introdução apresentamos o objeto e o recorte teórico-metodológico que orientam a análise e a reflexão desenvolvida na pesquisa, assim como, problematizamos os caminhos adotados pelo projeto lulista numa tentativa promoção do desenvolvimento da sociedade brasileira.

No capítulo 1, discutimos a formação do PT e, mais especificamente a construção do lulismo e a sua existência “sob o signo da contradição” (SINGER, 2012, p. 9). Buscamos ao longo deste processo observar e identificar a base de sustentação dos seus governos, mas também, analisar os sentidos do projeto lulista. Assim, dividimos este capítulo da seguinte maneira: na primeira seção demonstramos brevemente a trajetória que permite a construção do PT; na segunda e terceira seção debateremos como o processo de passagem do PT social para o PT institucional possibilita a construção da categoria de análise, Lulismo, enquanto uma chave interpretativa da realidade brasileira, pela qual busca-se fomentar um Estado e políticas públicas que atendam aos interesses que compõem essa sociedade.

No capítulo 2, realizamos uma breve contextualização dos conceitos que norteiam o projeto lulista. A partir da hipótese de que o processo de formação da sociedade brasileira se dá de modo desigual e combinado, buscando dialogar com a ideia de que o projeto lulista acirrou as disputas de classe, criando um limbo, no qual o pobre, por meio do subproletariado, é incluído como indivíduo, mas não como classe no desenvolvimento do capitalismo no país. Com isso, apresentamos uma nesse capítulo uma breve discussão conceitual sobre o “desenvolvimentismo”, na primeira seção para em seguida apontamos a perspectiva do processo de “modernização conservadora” sob o lulismo, na segunda seção; na terceira seção discutimos o papel analítico do “desenvolvimento desigual e combinado” no projeto lulista; por fim, destacamos na penúltima e última seção o sentido do debate em torno da existência de “um centro e uma periferia”, assim como, da perspectiva de que o “reformismo fraco” seria uma característica do lulismo.

No capítulo 3, analisamos o papel do Estado e das políticas públicas no projeto lulista, com destaque para habitação. Seria, portanto, este deslocamento basilar e suficiente para que pudéssemos caracterizar o “ensaio desenvolvimentista” e “reformismo fraco” como pedras angulares das políticas econômicas e sociais no projeto lulista. Ao longo da primeira e segunda seção desse capítulo refletimos o papel do desenvolvimentismo e da política habitacional sobre, respectivamente o lulismo e os governos do PT. Já nas seções três, quatro e cinco debatemos, num primeiro momento, como o Programa Minha Casa, Minha Vida expressa uma forma de política pública dos governos do PT, para num segundo momento, observamos qual o papel desse tipo de política pública sob o projeto lulista.

Já no capítulo 4, problematizamos por meio da sociologia política os alcances e desafios do projeto lulista. Para nortear nossas indagações realizamos na pesquisa, além de uma análise bibliográfica, entrevistas semiestruturadas com pessoas que estão dentro do campo do subproletariado. Com isso, discutimos se os governos petistas criaram um desenvolvimento setentrional no país, a partir da inversão do que seria o centro e a periferia do país, mas em particular do projeto lulista. Ressalta-se que sob o signo do projeto lulista, a região Nordeste seria uma “ponte sólida”; enquanto o Sudeste seria uma “ponte trincada”. Tal perspectiva produziu uma ideia de que os governos do PT teriam construído sob estas pontes antagônicas, o caminho e as contradições do seu projeto de desenvolvimento.

A pesquisa teve como procedimento metodológico o estudo bibliográfico sobre a formação social, econômica, política e eleitoral do Brasil e a coleta de dados de campo, que contou com a aplicação de 112 questionários⁴, e 33 entrevistas em profundidade. Esse trabalho de campo foi realizado entre julho e setembro de 2018, em bairros periféricos e/ou com alta concentração de pobreza na cidade de São Paulo, Marília, no estado de São Paulo e, Crato, Juazeiro do Norte e Araripe, no estado do Ceará.

A escolha destas regiões e/ou cidades se deu por meio da hipótese de que elas expressam diferentes níveis de desenvolvimento econômico, urbanização e ruralização. Tal perspectiva dialoga, ainda, com o debate sobre as nuances existentes na formação da sociedade brasileira e, com a construção de uma base de apoio e negação aos governos do PT, ou melhor, de formação de um centro e uma periferia do projeto lulista.

Nas considerações finais, refletimos sobre o papel do projeto lulista no desenvolvimento das políticas públicas no país, e como elas expressam um processo de construção da sociedade brasileira. Deste modo, buscamos discutir as possibilidades do projeto lulista, mas também os seus limites e as suas contradições. Seria, portanto, tal projeto produtor de um desenvolvimento do país a partir de um governo que construa pontes? Seriam elas “pontes sólidas” ou “pontes trincadas”? Será por meio de questões como as elencadas acima que discutimos os caminhos do projeto lulista.

0.1 | Problemas iniciais: a pesquisa e a relação pesquisador-objeto

Era um sábado, 07 de abril de 2018⁵, quando o ex-presidente Lula deixava o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, o berço da luta sindical no país, mas também da base de apoio do PT, em direção a sede da Polícia Federal de Curitiba para cumprir uma sentença de prisão. Após dois dias de uma cobertura midiática; do acampamento da militância e da realização de um ato político que manifestava o seu apoio ao projeto lulista,

⁴O processo de elaboração e aplicação dos questionários foi norteado e dividido em três partes principais: 1) Dados socioeconômicos; 2) Política e País; 3) Votações e Eleições. Ressaltasse, que este trabalho foi realizado durante o período eleitoral de 2018 pelo grupo de pesquisa - “Pensamento e política no Brasil” e “Classes subalternas no Brasil: política, cultura e história”, coordenado pela Prof. Dr.^a Thais Regina Pavez e composto por professores e estudantes de graduação e pós-graduação da UNESP/Marília, UNICAMP e USP. Busca-se, com esse trabalho, esboçar hipóteses explicativas sobre o pensamento e comportamento político dos mais pobres no Brasil.

⁵Cf.: **Lula é preso**. <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/lula-e-preso.shtml>>. Folha de São Paulo, 2018. Acesso: em fev. 2022.

que neste momento sofria o seu maior ataque, após o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff que foi articulado pelo golpe civil-parlamentar de 2016⁶.

Corroboramos com análise de André Singer (2018, p. 15-6)⁷, na qual aponta:

Houve um golpe por dentro da Constituição. Um golpe pós-moderno, na expressão do cientista político Bernardo Ricupero, embora sustentado pelo velho atraso brasileiro. O PMDB e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) se uniram para sem comprovação de crime de responsabilidade da presidente, retirar o PT do Executivo, depois de obter, em 2014, a quarta vitória consecutiva em eleições presidenciais. A falta de evidência de crime de responsabilidade, que a Constituição exige para decretar o impedimento, foi reconhecida pela Folha de S. Paulo, jornal sem simpatia pelo governo deposto: “Embora existam motivos para o impedimento, até porque a legislação estabelece farta gama de opções, nenhum deles é irrefutável. Não que faltem indícios; falta até agora, comprovação cabal. Pedaladas fiscais são razões questionáveis numa cultura orçamentária ainda permissiva”.⁸

Tanto o impeachment de Dilma, como a prisão de Lula estão no contexto em que as alianças que permitiam a sustentação dos governos do PT foram desfeitas e colocaram o lulismo em crise. Aliás, não apenas o que foi construído pelo projeto lulista estaria em suspenso, mas também tudo aquilo que suspostamente achava-se que estava garantido a partir da Constituição de 1988 e as relações que sustentam a democracia no país, pois passaríamos daqui em diante a observar sob a realidade brasileira um movimento de avanço do conservadorismo.

Para nós, o ano de 2016, especialmente o processo de impeachment – compreendido aqui como um golpe civil-parlamentar, foi decisivo para a delimitação do objeto desta

⁶Era um domingo, dia 17 de abril de 2016, quando ao fim da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, estava aprovada e autorizada a instauração do processo de crime de responsabilidade fiscal contra a presidenta Dilma Rousseff, que perderia seu mandato no Senado Federal em 31 de Agosto de 2016. Entre aquela noite de abril de 2016 e o agosto do mesmo ano, viu-se mais uma ruptura política no Brasil, encrustando mais uma ferida na frágil democracia burguesa brasileira. A partir deste momento observa-se todo um processo de desmonte das política sociais que o projeto lulista havia consolidado. Tivemos neste contexto a aprovação da PEC 241/2016, chamada também de, “PEC da Morte”, que teve como finalidade limitar os investimentos públicos de um modo geral, mas em particular nos programas sociais. A este contexto soma-se a tragédia na qual o “Brasil vira à Direita”, promovendo o avanço de um conservadorismo que será concretizado com a chegada ao executivo nacional do grupo político que está em torno que se denomina de “bolsonarismo”.

⁷ Cf.: SINGER, André. **O Lulismos em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

⁸Cf.: “**Nem Dilma nem Temer**”, editorial de primeira página da edição de domingo. Folha de São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/04/1756924-nem-dilma-nem-temer.shtml>>. Acesso em: mar. 2018.

pesquisa. E o que apresento agora é o resultado desta pesquisa, com vistas à obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

O curso do referido ano, bem como do fato político mencionado, proporcionou uma mudança na direção de minha pesquisa de doutorado, pois, ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em 2017, tinha como perspectiva de projeto a análise do avanço dos governos progressistas na América Latina, em particular no Brasil e Uruguai, mas também, o diálogo com a experiência de política habitacional de interesses social em ambos os países.

Esta discussão e reflexão sobre o desenvolvimento dos países latino-americanos, assim, como da política habitacional fazem parte da minha trajetória acadêmica, pois ainda na graduação desenvolvo e defendo um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: “Brasil e México: Duas experiências de Modernização e Lutas Sociais na América Latina (1990)”. Já no mestrado, o recorte definido para o desenvolvimento da pesquisa se deu por meio da análise da política habitacional no Brasil, em especial, a construção do Programa Minha Casa, Minha Vida, ao longo dos governos do PT e a sua implementação na cidade de Marília-SP. O resultado deste trabalho está registrado na dissertação denominada: “Os efeitos do Programa Minha Casa, Minha Vida para população de baixa renda em Marília-SP: a construção de uma ilusão”.

No caso do doutorado o realinhamento do recorte do projeto de pesquisa se deu ainda pela necessidade de se pensar as transformações que estavam em curso sob sociedade brasileira, pois o projeto lulista produziria novas tensões no país, não por acaso tanto o impeachment de Dilma como a prisão de Lula, seriam expressões destas disputas que envolvem a luta de classe no que André Singer definiu de cambalache brasileiro.

Ao analisar a conjuntura que havia levado o projeto lulista ter sido despedaçado, Singer (2018, p. 17) irá apontar para perspectiva de que embora o conceito de classe seja uma chave possível de análise deve-se levar em consideração que: “[...] ao contrário do previsto no Manifesto comunista, segundo o qual “a época da burguesia caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe”⁹ o quadro atual é marcado por acentuada

⁹Karl Marx e Friedrich Engels, **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 40.

fragmentação e complexificação do conflito.¹⁰”. Com isso, ele irá nos alertar para ideia de que no cambalacho do século XXI, a interpretação da realidade não se restringe apenas em chaves com burguesia e o proletariado, temos a divisão de inúmeras taxinomias, como por exemplo: “burguesias transnacionais, industriais rentistas, protagonismo de profissionais do aparelho de justiça e de mídia, sindicatos terceirizados, precariado com acesso à universidade, pobres empreendedores, camponeses agroecológicos, gestão social da miséria etc”.

Deste, modo, corroboramos com a perspectiva apontada por, Singer, de que além da categoria de luta de classe, a categoria de “pobres”¹¹ seria útil para pensarmos os caminhos do projeto lulista. Pois, como bem aponta Singer (2018, p. 18):

Depois de um ciclo que Francisco de Oliveira definiu como “reinvenção da política” em que as classes ocuparam diretamente a cena – grosso modo a década que vai de 1978 a 1988 – a pobreza voltou a se tornar categoria política no Brasil.¹² O lulismo, a partir de 2002, é uma direção que, embora forjada desde a fração organizada da classe trabalhadora, se dirige sobretudo aos “pobres”. Ao fazê-lo abriu não do avanço representado pela orientação de classe – “o proletariado integrou-se na generalidade das massas trabalhadoras”, dia Marcuse -¹³, mas tocou em um nervo da formação periférica. O lulismo é, portanto, profundamente contraditório e se presta a inúmeros gêneros de mistificação, por ser regressivo e progressivo ao mesmo tempo.

Neste sentido, optamos e dialogamos ao longo desta pesquisa com a perspectiva defendida pelo autor, André Singer, de que os governos do PT, por meio da categoria Lulismo seria mais útil para a nossa pesquisa em detrimento da categoria de lulo-petismo.¹⁴

¹⁰ Ver, a respeito, Robert Castel, *El ascenso de las incertidumbres*: Trabajo, protecciones, estatuto del individuo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

¹¹ Aqui entendida como uma categoria “que diz respeito ao pouco acesso a bens de que dispõem” (SINGER, 2018, p. 18).

¹² Ver, a respeito, Francisco de Oliveira, “Política numa era de indeterminação: Opacidade e reencantamento”; id., “O momento Lênin”, em F. de Oliveira e C. S. Rizek (Orgs.); *A era da indeterminação* (São Paulo: Boitempo, 2007). A penetração dos termos “esquerda” e “direita” em André Singer, “Esquerda e direita no eleitorado brasileiro” (São Paulo: Edusp, 2000), tem a ver com o ciclo de reinvenção da política analisado por Chico de Oliveira.

¹³ Herbert Marcuse, Prólogo a Karl Marx, O 18 de Brumário de Luís Bonaparte, op. cit., p. 14.

¹⁴ Segundo, Yuri Rodrigues da Cunha (2020, p.48), o lulo-petismo: [...] é junção de Lula e do PT, que podem ser praticamente uma simbiose, isto é, o PT não vive sem Lula, tal qual Lula não vive sem o PT. Pela própria capacidade retórica e de liderança que Lula possui, ele foi o grande nome do partido e acabou fazendo com que as teses propostas fossem as teses aprovadas. Porém, essa forma de exercer uma hegemonia não pode ocorrer fora de um partido e, por isso, entendemos que o petismo somado ao lulismo é importante. Lula só pôde se tornar quem ele foi graças ao PT. O lulo-petismo [...] é o resultado de sua própria história, isto é, constrói-se a partir do próprio discurso petista na busca de um “socialismo democrático” e da extrema

0.2 | Conjuntura política e campo de pesquisa

O lulismo expressa o caráter transformista¹⁵ que a partir de 2002 o PT irá adotar como uma estratégia para se chegar ao poder, ao mesmo tempo que edifica os alicerces que operam o projeto lulista, pois busca-se na produção de mudanças silenciosas, também promover um reformismo lento e desmobilizador. Neste sentido, o projeto lulista ao definir a chave da pobreza como norteadora das suas políticas sociais corrobora também com uma análise para o Brasil contemporâneo através de autores como: Caio Prado Jr.; Celso Furtado; José de Souza Martins; Karl Marx; Paul Singer; Antonio Gramsci; Raul Prebisch; Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes.

Não por acaso, elegemos como chave interpretativa do projeto lulista a categoria do subproletariado. Ela é utilizada como um instrumento que reforça a característica de que o lulismo retoma a categoria da pobreza para interpretar o Brasil. No livro, “Dominação e desigualdade”, Paul Singer ao analisar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil corrobora com a compreensão de Karl Marx, de que a “superpopulação relativa”, discutida no livro: “O Capital” forma o exército industrial de reserva, portanto, os desempregados, ou melhor, constituiria o subproletariado. Para, Paul Singer (1981, p. 23): “[...] os que são recrutados para o exército de reserva são pobres que trabalham, embora seu trabalho não

dependência que o PT passou a ter de Lula, o principal quadro do partido. Assim, Lula, ao optar ao longo de sua história, pela aproximação ao campo “popular” e não “proletário ou operário”, convertendo-se mais no partido dos pobres do que no partido operário, evidenciava, a nosso ver, que o partido se configurava como um típico conciliador e se distanciava de uma retórica que estava presente em seu surgimento. Assim, o lulopetismo configura-se exatamente na busca do PT em ser um partido que sempre buscou jogar o pragmático jogo político, pois entendia que desta maneira seria possível alguma transformação para a classe trabalhadora. Justamente a opção por ser um partido dos pobres, e não revolucionário, é que permitiu – com muito custo, é verdade – ser chancelado pela burguesia e suas frações, para chegar à presidência da República e dirigir o bloco no poder. Portanto, também discordamos da tese de que o PT passa por um transformismo.

¹⁵ Segundo, Cunha (2020, p. 46-7): [...] Singer desenvolve a tese de uma mudança do PT ao longo de sua história, teria passado por duas distintas almas, a alma de Sion – referenciando-se ao tradicional colégio onde se iniciou formalmente o PT, e a alma de Anhembi – com a carta ao povo brasileiro, de 2002. Nesse sentido, teria se iniciado o lulismo aqui, no espírito de Anhembi Lula decidiu-se comprometer com as exigências do capital expressas no programa “Lula 2002”, enquanto a alma de Sion insistia na necessidade de operar uma efetiva ruptura global com o modelo existente. Por isso, entende Singer (2012), para efetivar a entrada no pragmatismo tradicional brasileiro, a alma do Anhembi demonstrou uma disposição pragmática que recusava as bandeiras históricas que o partido trazia em si. Por isso, para Singer, o lulismo não é só uma experiência do governo Lula, mas o transcende na medida em que buscava manter-se estável no quadro político brasileiro. Assim, o lulismo que se configura a partir da eleição de 2002 seria um “reformismo fraco” e teria seu primeiro teste na eleição de Dilma. Assim, a tese do lulismo, na perspectiva de Singer (2012), está vinculada à transformação pela qual o PT passou a partir de 2002.

lhes proporcione meios suficientes para assegurar a reprodução normal de sua força de trabalho”.

Neste sentido, podemos depreender que o subproletariado é constituído por uma classe social que, embora, possua um trabalho, ela está à margem do emprego formal e sem renda fixa ou salário mínimo, portanto ele é composto por um grupo social que ganha até um salário mínimo per capita. Ressalta que segundo o Índice de Preços no Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o salário mínimo seria entre os anos de 2020 e 2021, respectivamente, de R\$: 1.045,00 e R\$: 1.100,00.

Ressaltasse, que a utilização da categoria população de baixa renda, pobre, subproletariado e subalternos¹⁶ são utilizadas ao longo desta pesquisa como chaves equivalentes sob o projeto lulista. Deste modo, destacamos que a transição do lulismo entre o reformismo forte e fraco nos possibilita também um entendimento de que os sujeitos que compõem estas categorias iriam acirrar o conflito de classe engendrado pelo projeto.

Ao deslocarmos o debate proposto por Gramsci, de existência de uma questão setentrional na Itália para a realidade brasileira, guardadas as devidas adequações, corroboramos, com o debate (2018, p. 23) de que o desenvolvimento das forças produtivas tende a criar diferentes relações de produção, e portanto, distintas classes, em potencial, mas que estas só se realizam no plano da política.

Com isso, o acirramento do conflito seja ele na sociedade italiana, quanto na sociedade brasileira produziria uma transformação da classe em si (aquela que ocupa posições objetivas nas relações de produção) para a classe para si (aquela consciente de seus interesses e disposta a lutar por eles). Tal perspectiva ao longo desta pesquisa nos

¹⁶Cf.: GÓES, Camila Massaro de. **Existe um pensamento político subalterno?** Um estudo sobre os Subaltern Studies: 1982-2000. São Paulo: USP, 2014, p. 127. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-12062015114259/publico/2015_CamilaMassaroDeGoes_VOrig.pdf> . Acesso em: set. de 2018.

Segundo a autora o conceito de subalternos a partir de um diálogo como, Antonio Gramsci, pode ser entendido como: [...] um conceito ao qual se recorreu para compreender as relações de dominação não só em contextos circunscritos ao continente europeu e às culturas ocidentais, mas também para avançar na crítica de situações históricas coloniais e pós-coloniais – o que por sua vez passou a exercer influência nos cânones da teoria política na Europa e no ocidente. Os Subaltern Studies se localizaram num contexto em que conceitos padrões para pensar a história estavam sendo colocados à prova. Neste sentido, se colocaram o desafio de se repensar o conhecimento do chamado “terceiro-mundo”, repensando mesmo as próprias categorias iluministas. De um projeto profundamente influenciado pelas ideias de Gramsci, com uma inspiração marxista criativa e engajada, os Subaltern Studies, passaram a conformar um campo amplo da “crítica pós-colonial”.

possibilita problematizar se o lulismo, enquanto um projeto político de longo prazo, poderia ser um instrumento de transformação da sociedade brasileira.

Para o desenvolvimento da tese realizamos uma pesquisa bibliográfica¹⁷ que possibilitou contextualizar num primeiro momento, como os governos do PT produzem uma chave de interpretação do país, denominada, de Lulismo; em um segundo momento, dialogamos brevemente com alguns conceitos norteadores para o lulismo, como por exemplo: desenvolvimentismo; modernização conservadora; desenvolvimento desigual e combinado; centro e periferia; reformismo fraco. Num terceiro momento, buscamos problematizar como a construção de políticas públicas, em particular a política habitacional implementada no Brasil, durante os governos do PT, foi tanto um instrumento de enfrentamento a pobreza existente no Brasil, quanto um mecanismo de inserção do país ao contexto geopolítico das disputas que envolvem o capitalismo no início século XXI. Finalizamos a nossa análise com um diálogo das hipóteses levantadas por meio da pesquisa de campo¹⁸, mas também pela construção de uma interpretação do Brasil e do Lulismos através das chaves da Sociologia Política¹⁹.

¹⁷Cf. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2021, p. 33. Segundo os autores: “Pesquisa bibliográfica é um tipo específico de produção científica: é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos”.

Ver também: SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, Cortez, 2016. GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2021.

¹⁸Segundo Marconi e Lakatos (2021, p. 203) : “Pesquisa de campo é que se utiliza com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos sobre um problema, para o qual se procura uma resposta, ou sobre hipóteses, que se queira comprovar, ou ainda, com o propósito de descobrir novos fenômenos ou relação entre eles. Ela consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorreram espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes para analisá-los”.

¹⁹Cf.: SOUZA, Nelson Rosário de. **Sociologia Política**. Curitiba: IESD Brasil S. A., 2009, p. 12. Segundo o autor: “[...] a Sociologia Política se ocupa de analisar o comportamento político dos atores sociais. Temas como participação política, com seus diferentes graus de intensidade e tipos de engajamento, são comuns a essa disciplina. Os valores políticos, as ideologias, enfim, a cultura política dos indivíduos também constitui objeto da Sociologia Política, mas enfatizando a relação entre poder e sociedade. Quem tem o controle dos processos decisórios? Qual o perfil social dos grupos dominantes, ou seja, das elites São questões que orientam a investigação dos cientistas envolvidos nessa disciplina. O espaço da sociedade civil, localizado entre o Estado e a dimensão privada, é o foco principal da Sociologia Política; como se organiza o público, seus interesses, atores e suas instituições (partidos, grupos de pressão, sindicatos, associações comunitárias, burocracia, etc.)? Dentro dessas fronteiras, que não são rígidas, se constrói o saber dessa ciência interdisciplinar”.

Obs.: Ressaltamos que embora a definição de Souza (2009) possa ser útil para compreendermos a definição e a tarefa da Sociologia Política, destacamos que ao longo desta pesquisa utilizamos a categoria de sujeitos em detrimento de atores, pois entendemos, a partir de uma análise marxista, que os seres humanos resultam de uma construção histórico e social, portanto eles não atuam sob uma realidade, mas agem sobre ela, ou melhor, eles constroem e reconstróem o seu cotidiano.

Ressalta-se, ainda, que como método analítico da realidade buscamos dialogar com a teoria marxista, de modo mais específico, por meio dos pressupostos elencados pelo Materialismo Histórico Dialético, pois entendemos como aponta Karl Marx²⁰, de que os homens fazem a história, mas fazem conforme as condições objetivas e materiais de cada época²¹. Essa análise metodológica é, portanto, o fio condutor da nossa observação sobre a realidade, em específico a brasileira, pois por meio dela podemos entender e identificar como define, José Paulo Netto (2011, p. 58)²², aquelas se seriam para Marx as “três categorias nucleares” para a sua teoria: “a totalidade, a contradição e a mediação”.

Para isso, dialogamos com as diferentes áreas de conhecimento, como por exemplo, a sociologia, a ciência política, economia, história, entre outras. Buscamos, ainda, analisar os dados publicados por instituições governamentais, assim como, os questionamentos e ações realizadas pelos movimentos sociais e, sua capacidade ou não de construir uma agenda que possibilitasse dialogar e orientar os governos e/ou Estado na produção de uma “nova” política. Por fim, dialogamos com alguns dados produzidos pela pesquisa de campo, como mencionado anteriormente, pois através dela buscamos captar os elementos que nos auxiliam na interpretação dos sentidos e das contradições do lulismo.

²⁰Vale a pena lembrar a famosa passagem do Manifesto Comunista, em que Karl Marx e Friedrich Engels assinalam que a época burguesa, com o cortejo de crenças e idéias liberais que a acompanham, se distingue de todas as anteriores. Será a partir das relações sociais como mercadorias que a sociedade industrial irá produzir a anulação do indivíduo e da individualidade, é a alienação do sujeito histórico. Desse modo, Marx encontra o significado do que é história à medida que observa a busca de satisfação do homem, a utilização e modificação da natureza, a fim de estar em condições materiais para viver. Sendo assim, as relações sociais e de dominação de classe mediante as relações de produção, compreendidas como relações materialistas. Marx quer dizer com isso que o homem tem consciência de que, para manter suas condições de vida, precisa cooperar com outros homens, e isso é o que chamamos de relação social e interação. Dito tudo é possível concluir que, na visão do pensador, a consciência é fruto do meio no qual o homem está inserido, ou seja, a consciência é um produto social e é determinada pela vida real - material. Desta forma, para Marx a ideologia surge da separação entre pensamento teórico e força produtiva de trabalho, o que propicia uma compreensão ahistórica das relações sociais. Além de sustentar o fetiche é também um fetiche, pois falseia a realidade. Cria, no nível das idéias, uma falsa hegemonia a fim de ocultar as diferenças entre classe e a dominação. Para Marx e Engels: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2005, p. 40).

Cf.: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

²¹Segundo Marx e Engels, o homem faz sua história a partir de determinadas condições históricas e materiais. Para eles: “A história não é se não a sucessão das diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais, as forças produtivas que lhe são transmitidas pelas gerações precedentes; assim sendo, cada geração por um lado, continua o modo de atividade que lhe é transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas, e, por outro lado, ela modifica as antigas circunstâncias entregando-se a uma atividade radicalmente diferente; [...]”. (MARX; ENGELS, p. 46-7, 2007).

Cf.: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

²²Cf.: NETTO, José Paulino. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

Tal percurso nos ajuda a compreender os desafios dos governos do PT na construção de um projeto para o país. Pois, se por um lado se exigia do governo a promoção de políticas públicas como um mecanismo de redistribuição social, por outro, também foi necessário que o governo atendesse os interesses da classe dominante. Apesar destas concessões o pacto conservador que sustentava o projeto lulista foi rompido.

É neste sentido, que a análise desse processo nos possibilita perceber como o realinhamento eleitoral de outrora, foi também instrumento para a construção de um realinhamento antilulismo, à medida que, reflete a complexidade que a luta de classe tende a tomar no Brasil (SINGER, 2018, p. 131). Pois, o Golpe Civil-Parlamentar de 2016, que interrompeu o governo Dilma, assim como, a prisão, em abril de 2018, do ex-presidente, Lula e, a eleição de Jair Bolsonaro, em outubro do mesmo ano, fazem parte do cenário político que colocaria em xeque o processo de construção e continuidade do projeto lulista.

Capítulo 1

1.1 | Da construção do PT à construção do Lulismo

“Quando nós cunhamos o slogan “Brasil, um País de Todos”, é porque nós, efetivamente, queremos e vamos governar para todos. Mas, entre esses todos, nós temos que olhar uma parte que precisa mais do Estado do que outra parte”²³.

Ao utilizarmos esta epígrafe buscamos caracterizar o projeto que o governo do PT buscou construir ao longo do período que esteve ocupando o poder executivo do país. Ela demonstra como apesar do Estado brasileiro ter produzido uma legislação que pudesse regulamentar o acesso de todos aos direitos básicos conforme garante a nossa constituição, observa-se ainda a necessidade de governos que promovam a universalidade da cidadania no país, de modo, a pensarmos a diversidade da qual somos produtos. Com isso, buscamos ao longo deste capítulo debater o processo de construção do PT; o projeto de seus governos; e a inserção do país em uma modernidade conservadora, mas também as contradições que o lulismo encontrou para a construção não de um Brasil, mas de Brasis.

1.2 | A construção do PT: uma breve contextualização histórica

A construção do PT foi impulsionada por meio do renascimento, na década de 1970, do movimento operário; de setores progressistas da Igreja Católica ²⁴ ; de grupos

²³Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva ao anunciar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007. Cf.:<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/2o-semester/19-09-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac-funasa/view>>. Acesso em: jan. 2022.

²⁴Segundo, Eder Sader (1995, p.146-147) a Teologia da Libertação se consolidou como uma corrente que tinha como objetivo realizar mudanças profundas na Igreja Católica e na sociedade. Para, Michael Lowy (1989, p. 36)., uma das principais contribuições ideológicas do cristianismo da libertação - objeto de críticas incessantes de parte do Vaticano e das correntes conservadoras da Igreja no Brasil - é a integração, em maior ou menor grau, segundo os casos, de elementos fundamentais do marxismo. Obviamente, existe uma grande diversidade neste terreno, indo desde a desconfiança ou a hostilidade de alguns até a explícita autodefinição de grupos ou indivíduos como “cristãos marxistas” - passando por várias formas de prudente e implícita utilização de alguns aspectos. A grande maioria dos militantes de base do cristianismo da libertação provavelmente nunca ouviu falar em Marx, mas isso não impede que em sua cultura político e religiosa se encontrem, mais ou menos diluídos, temas e conceitos do marxismo. Trata-se claramente de uma integração seletiva: são rejeitados elementos como o ateísmo materialista e assimilados outros como a crítica do capitalismo — em particular em sua forma dependente, no Brasil e na América Latina — e do poder das classes dominantes, a inevitabilidade do conflito social e a perspectiva da autoemancipação dos explorados.

descontentes com a ditadura civil-militar²⁵ e a consolidação de novos movimentos operários²⁶. Segundo, Lincoln Secco (2011, p. 27), o PT surgiu de seis fontes diversas:

A primeira foi o chamado novo sindicalismo; a segunda o movimento popular influenciado pela igreja Católica; a terceira, políticos já estabelecidos no Movimento Democrático Brasileiro (MDB); a quarta, os intelectuais com origens diversas, como o antigo PSB ou posições liberais radicalizadas; a quinta, militantes de organizações trotskista; a sexta, remanescentes da luta armada contra a ditadura [...].

A sua formação tem início em 1978, momento que eclode um conjunto de mobilizações influenciadas pelas greves metalúrgicas de São Bernardo do Campos. Compreender a importância dessas mobilizações na história recente brasileira é também depreender a estrutura política que viria a constituir o PT enquanto um partido político que expressa os dilemas estruturais da sociedade brasileira. Neste sentido, como afirma, Gramsci (2000, p 87):

Escrever a história de um partido político significa escrever a história geral de um país. Isto é, a narração da vida interna de uma organização política, de como ela nasce, dos primeiros grupos que a constituem, das polêmicas ideológicas através das quais se forma o seu programa e sua concepção de mundo e vida.

Neste sentido, a história do PT coexiste com a história do Brasil. Foi portanto, por meio da crescente mobilização da classe trabalhadora que o partido é formado. Não à toa que em 1979 sua criação é aprovada durante o 9º Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, portanto um ano antes da sua fundação oficial. Este momento foi impulsionado pelos debates promovidos pelas Comissões Provisórias²⁷ e, orientado por documentos como a Carta de Princípios²⁸; a Declaração Política²⁹ e a Plataforma Política³⁰.

²⁵Entre 1964-1985 o Brasil será assolado por uma Ditadura Civil-Militar, ressalta-se, que ela se somava a outras tantas que varreram a América Latina como o intuito de consolidar as ideias capitalista sob o continente.

²⁶Segundo, Eder Saber (1995, p. 26-27) ao longo da década de 1970, grupos populares os mais diversos se imporiam na cena pública reivindicando seus direitos, a começar pelo primordial: o direito de reivindicar direitos.

²⁷A Comissão Nacional Provisória foi composta por: Jorge Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas (SP) (coordenador); Arnóbio Silva, presidente do Sindicato dos Bananeiros da Região do Vale da Ribeira (SP); Edson Khair, deputado federal pelo MDB-RJ; Henos Amorina, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (SP); José Ibrahim, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (SP); Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP); Manoel da Conceição, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim (MA); Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre (RS); Paulo Skromow, presidente do Sindicato dos

Foi em uma reunião no colégio Sion, em São Paulo, no dia 10 de fevereiro de 1980, que ocorreu a fundação do PT, momento em que houve o lançamento do Manifesto de Fundação do partido norteado pelos ideais de um programa para a democracia, mas também com aqueles que defendiam o socialismo, mesmo que ele estivesse em um horizonte distante. Mário Pedrosa (1981)³¹, um dos envolvidos com a produção do documento e com os debates daquele contexto, afirma:

Diferentemente de todos os partidos por aí, com sua dança de letras e siglas, o PT é simplesmente o Partido dos Trabalhadores. É único de estruturas, é o único de tendências, é único de finalidade. [...] Partido de massas não tem vanguarda, não tem teorias, não tem livro sagrado. Ele é o que é, guia-se por sua prática, acerta por seu instinto. Quando erra, não tem dogmas e pela autocrítica refaz seu erro.

As palavras e ideias expressa por Pedrosa (1981), refletem os anseios de se construir um partido a partir das demandas que viessem de baixo para cima. Para Vanda Maria Martins Souto (2018, p. 29-30):

[...] o PT nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, um partido democrático, plural e de massa. Segundo Luiz Inácio Lula da Silva, quando um grupo de dirigentes sindicais entendeu a necessidade da construção

Trabalhadores em Couro e Plástico de São Paulo (SP); Wagner Benevides, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais (MG); Ignácio Hernandez, metalúrgico (oposição sindical) de Belo Horizonte (MG); Luiz Soares Dulci, presidente da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (MG); Francisco Auto Filho, jornalista em Fortaleza (CE); Firmo Trindade, economiário em Porto Alegre (RS); Godofredo Pinto, diretor do Centro Estadual dos Professores do Rio de Janeiro (RJ); Sidney Lianza, do Rio de Janeiro (RJ). A Comissão foi indicada no dia 13 de outubro de 1979, em São Bernardo do Campo, na reunião de lançamento do Movimento pelo PT, e teve como tarefa a direção do Movimento até 1º de junho de 1980 (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 62).

²⁸Divulgada em 1979, ano anterior à fundação do PT, a carta trazia o partido como uma organização de esquerda e radicalmente favorável aos interesses imediatos dos trabalhadores, até então impedidos de ter voz na sociedade civil, ou seja, integrar atividades políticas legais (SECCO, 2012, p. 35-36).

²⁹O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores se alastrou em diferentes setores da sociedade brasileira, suscitando pela primeira vez, após décadas, um debate político amplo entre as bases dos movimentos populares. Dessa forma, o PT surge com o avanço e o fortalecimento dos movimentos sociais, que se estende das fábricas aos bairros, dos sindicatos aos movimentos eclesiais de base (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 55).

³⁰A Plataforma Política do PT expressa os compromissos reais do partido com interesses dos trabalhadores que ele representa, ao mesmo tempo que é um instrumento fundamental para a organização do partido, devendo dar respostas concretas às lutas dos trabalhadores, sendo também fruto dessas lutas, pois cada momento histórico exige nossas análises dos problemas e soluções devem ser encontradas. Os pontos da plataforma podem ser agrupados em três grandes áreas que estão intimamente interligadas: 1) Liberdades Democráticas; 2) Melhores Condições de Vida e Trabalho; 3) Questão Nacional (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 58).

³¹PEDROSA, Mário. “**Hora da Lealdade**” (panfleto), São Paulo, 10 de fevereiro de 1981. Disponível em: <acervo.fpabramo.org.br/>. Acesso em: dez. 2021.

de um partido próprio da classe trabalhadora e foi lançada a ideia de criação do PT, vários políticos de oposição e intelectuais saudaram a iniciativa como simpática, mas inviável, pela inexperiência política dos sindicalistas.

A análise de Souto (2017) aponta para os desafios e demandas que o PT iria encontrar para se consolidar como um partido que fosse capaz de mediar os interesses do conjunto da sociedade brasileira. Neste sentido, ela (SOUZA, 2018, p. 30) aponta que:

Além dos operários das multinacionais e do sindicalismo de funcionários públicos, a base social do PT também foi constituída a partir da Igreja Católica, a qual teve influência popular extensa por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) [...]. Pode-se, desse modo dizer que as CEBs e o novo sindicalismo foram os dois vetores significativos da formação do PT.

Embora a existência de uma base social fosse um elemento fundante para existência do partido, ainda, era necessário consolidar o processo de formalização legal do partido junto a Justiça Eleitoral. Com isso, em junho de 1980 (GADOTTI: PEREIRA, 1989, p. 48), os fundadores do partido elaboram uma ata com os termos da fundação e as orientações para a Primeira Comissão Diretora Nacional Provisória do PT, possibilitando assim, que em julho de 1981³² ele estivesse organizado em quase todos os Estados da federação do país³³.

Apesar dessa abrangência em âmbito nacional o partido encontrava dificuldade para alinhar as demandas da luta social com aquelas que advinham do seu recente processo de institucionalização. Esta marca irá caracterizar a trajetória do partido em suas administrações de norte a sul do país entre o período de 1981-89, momento em que esteve localizado em governos de âmbito municipal ou estadual.

A partir de 1990 o partido buscou se modificar e se consolidar como uma liderança entre os partidos progressistas e/ou de esquerda. Ao participar das disputas para ocupar o Planalto Nacional, o partido intensificou as contradições que desde a sua origem estavam postas. No entanto, segundo, Souto (2018, 31-2):

³²O Primeiro Encontro Nacional do PT foi realizado em São Paulo, nos dias 8 e 9 de agosto de 1981, e a política sindical foi um dos eixos de debate central naquele momento, em que se afirmou a necessidade de criar uma Central Única dos Trabalhadores (CUT) a partir da Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras). (SECCO, 2011, p. 73-74).

³³O número de filiados já superava vinte mil pessoas apenas em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e se expandia para outras unidades da federação: Acre, Pará, Rondônia, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Goiás, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina (SECCO, 2011, p. 49-50).

[...] essas mudanças não se deram de forma abrupta, e sim como um processo molecular de centralização do partido que não vinha das suas bases sociais, mas dos espaços institucionais, isto é, deslocava o debate e as decisões políticas para as esferas da institucionalidade, tais como prefeituras e parlamentos que ocupava. No que se refere à base social, houve uma ampliação em direção aos estratos historicamente desorganizados da população brasileira, e o PT conseguiu um apoio de setores sociais desprotegidos por meio de políticas públicas do governo federal. Por outro lado, teve dificuldade em manter o respaldo da classe média, devido às políticas adotadas pelo governo Lula a partir de 2003.

Neste sentido, o período de 1994 até 2002, irá consolidar aquilo que não estava ratificado nos encontros e congressos do partido, pois ele foi lento e gradual, em termos gramsciano, pois o processo de hegemonia do PT na sua forma institucional seria marcado pela passagem de partido que construía uma luta social para um partido limitado a uma luta institucional, levando-o a um transformismo³⁴. Este processo, por sua vez levará o PT a construir alianças que o permita chegar ao governo executivo do país, como isso ele deixará de ser um partido alinhado ao campo da esquerda e, com uma base de apoio sustentado por, intelectuais com vínculo universitário; setores progressista da igreja católica; dos movimentos sociais para ser um partido alinhado ao campo da centro esquerda. Tal percurso caracterizaria a passagem da construção de um PT social para um PT institucionalizado³⁵.

1.3 | Do PT social ao PT institucional

Foi sob as forças impostas pelo autoritarismo dos governos que constituíram a Ditadura Civil-Militar e as mobilizações do Sindicato dos Metalúrgicos do Trabalhadores de São Bernardo do Campo contra o pujante processo de precarização do trabalho industrial no Brasil, entre os anos de 1960-1980, que se observará a construção do Partidos dos Trabalhadores (PT).

Estudos³⁶ sobre o surgimento do PT indicavam para uma visão que ele era formado por meio da: igreja progressista, dos remanescentes dos grupos da luta armada e do novo

³⁴ Transformismo molecular se realiza quando as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à “classe política” conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade à toda intervenção das massas populares na vida estatal, à toda reforma orgânica que substituísse o rígido “domínio” ditatorial por uma “hegemonia”). GRAMSCI, 2004, p. 286.

³⁵ Cf.: MARTINS, José de Souza. **Do PT das lutas sociais ao PT do poder**. São Paulo: Contexto, 2016.

³⁶ Cf.: SADER, Emir. **E agora PT?: caráter e identidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986. SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

sindicalismo (SECCO, 2011, p. 26). No entanto, Lincoln Secco (2011, p. 27), aponta para o desdobramento deste tripé em pelo mais seis influências, como anteriormente mencionado.

Este complexo faz parte não apenas da história do PT, mas também das disputas e contradições que marcam a sua formação e a sua chegada ao poder central do país. Segundo Secco (2011, 33-4), apesar das fragilidades na formação política e teórica:

[...] o Partido dos Trabalhadores concorreu decisivamente para “civilizar” a Sociedade Civil, conquistando nela um espaço político para os trabalhadores, tornando as greves legítimas (ainda que fossem ilegais). Este foi o “caráter pedagógico” do PT e que permitiu que ele fosse uma alternativa de poder em 2002 independentemente da “Carta aos Brasileiros”, o documento de compromisso com as classes dominantes.

É sob o contexto do avanço do Estado capitalista e da luta contra as mazelas estruturais existentes no desenvolvimento do Brasil que o petismo se consolida como uma alternativa de poder; processo concretizado pela vitória do partido nas eleições de 2002 e a consagração de sua maior liderança, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A novidade que o PT representou e representa, segundo Francisco de Oliveira (1986, p. 9), consiste:

[...] que o PT foi formado a partir de um setor de trabalhadores operários, sob o forte impulso de lideranças eminentes que se forjaram na luta contra todos os aspectos antitrabalhistas do regime autoritário que formalmente faleceu com a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral; tratar-se-ia, portanto do primeiro partido na história brasileira feito por e para trabalhadores. Para os adeptos mais ortodoxos do PT essa genérica “novidade” vai mais além: ele é um partido de uma classe e por uma classe, parodiando Lincoln. E cuja missão e objetivo é colocar a classe trabalhadora brasileira, e mais especificamente sua parcela operária, no poder.

Deste modo, podemos entender que esta perspectiva de atendimento dos interesses da classe operária norteou a construção e as disputas para que o PT chegasse ao poder, mas também a identidade dos seus governos. Neste sentido, podemos problematizar que projeto de país, de Estado, de governo o partido buscou consolidar. Segundo Emir Sader (1986, p. 167):

[...] o PT necessita formular seu programa como o Brasil que os trabalhadores e o conjunto do povo desejam. Em outras palavras: depois de desmistificar a utilização das noções de democracia, povo e nação por parte da ideologia dominante, para elevar seus interesses minoritários em valores de todos, é

indispensável imprimir àquelas noções um outro caráter, que sintetiza o papel central que nelas ocupam o proletariado e seus aliados, todos vítimas do sistema econômico e político de dominação.

Foi através da passagem de um discurso radical para um discurso conciliador que o PT, disputou, paulatinamente em 1989, 1994, 1998 e 2002 as eleições para a presidência do país. A candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, projetou o PT como um catalisador das bandeiras da esquerda e/ou dos setores progressistas da sociedade brasileira. Este processo simboliza os ciclos e as contradições que fazem parte da formação do PT.

Ao longo desse período observou-se a passagem de um partido que simbolizava a aliança com os interesses da classe trabalhadora ou operária, para um partido que irá simbolizar a aliança com os interesses da classe industrial ou burguesa. Seria a passagem, como bem ressaltou, José de Souza Martins (2016), “do PT das lutas sociais ao PT do poder”.

Ou como pontou Lincoln Secco (2011, p. 265):

O ciclo da formação e consolidação social do PT foi entremeado de golpes de mão e estratégias que derrotavam a esquerda, mas paradoxalmente a fortaleciam. Aquele período terminou em 1989 numa derrota eleitoral, mas por trás dela todos viam uma gigantesca movimentação social que assustou as classes dominantes. Em contrapartida, o período 1990-2002 teve o movimento inverso do ciclo anterior e foi assinalado pelo esvaziamento das ruas e da política militante, pela contenção das greves e recuo ideológico do socialismo. Todavia, este ciclo se fechou com uma vitória eleitoral. Mas por baixo dela podia-se observar um clima ameno sem os receios da “desordem”. A “Carta ao Povo Brasileiro” amansava os mesmos empresários que, 1989, ameaçavam fugir do país. É este movimento de contradições que esta história procurou dar uma forma e uma narrativa.

Sob a liderança de Lula, o PT chega a partir da eleição de 2002 à presidência do Brasil para um mandato que vai de 2003 a 2006. A boa avaliação de seu governo, permite que na eleição de 2006 Lula seja reeleito para mais um mandato, que vai de 2007 a 2010. O governo finaliza o seu mandato com uma alta taxa de popularidade, o que permite que a candidata da situação, Dilma Rousseff, fosse eleita para um primeiro mandato, que vai de 2011 a 2014 e, reeleita para um segundo mandato que se inicia em 2015 e deveria ser finalizado em 2018, no entanto ele é interrompido pela construção de um golpe civil-parlamentar, que irá destituir o PT do comando do poder executivo do país.

Os governos do PT despertaram um momento de euforia, mas também de

contradição, pois ao mesmo tempo que ele se consolidava enquanto uma importante força social, ele construía alianças com as “classes dominantes para governar o Brasil” (SECCO, 2011, p. 265). Este processo irá caracterizar os governos do PT, mas também irá reforçar a engrenagem de construção do Brasil a partir da articulação de um “sistema dinâmico e outro atrasado”, como aponta Francisco de Oliveira (1986). Segundo, Thais Pavez e Camila Góes (2018, p. 2) :

Assim como na Itália que Gramsci analisou em *Alguns temas para a Questão Meridional* (1926),³⁷ no Brasil o desafio interpretativo e político passava por compreender o “atraso” como resultante da específica formação histórica nacional, associando o problema das relações de classe à questão territorial.³⁸ Aqui também o desenvolvimento do capitalismo conformou aparente oposição entre um sistema moderno, centralizado no Sudeste, e outro atrasado, concentrado no Nordeste. Coube a Francisco de Oliveira demonstrar que esse sistema – mais bem compreendido pelo nome de “Ornitorrinco” (2003) – avança repondo o atraso, sendo caracterizado por funcionar bem do ponto de vista da acumulação, mas em detrimento das massas empobrecidas.

Por meio de uma modernização conservadora³⁹ os governos do PT constroem um projeto de país que articula as necessidades de desenvolvimento do estado capitalista, à medida que, atende os interesses da burguesia nacional e, incorpora o subproletariado⁴⁰ a lógica do mercado de consumo.

Com isso buscamos problematizar ao longo desta pesquisa como as políticas sociais adotadas pelo PT marcam a passagem de um partido voltado à promoção de programas sociais para um partido que passará a estar voltado para as demandas do campo

³⁷Segundo, Antonio Gramsci e Lea Durante, a Questão Meridional, está constituída por uma “superpopulação trabalhadora” de camponeses, considerados, “máquina de trabalho que deve ser exprimida até o osso e que pode ser substituída facilmente” (GRAMSCI, 2004 [1926], p. 425) era considerada vantajosa ao bloco histórico formado pela burguesia industrial do Norte e latifundiários do Sul (GRAMSCI, p. 405-410; DURANTE, 2016, p. 665-6).

³⁸Uma singularidade histórica brasileira, entretanto, decorreria de seu passado colonial e do peso que a escravidão exerceu em sua estruturação das classes (Cf. PAVEZ; GÓES, 2018). Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil Contemporâneo*, mostrou que na Colônia havia se formado ao redor do núcleo orgânico, constituído por senhores e escravos, um setor marginalizado e sem meios materiais composto por homens livres e pobres. O traço “avulso e intermitente” da atividade dos pobres, identificado por Prado Jr., permanecerá característico da atividade dos “inorgânicos” nas fases históricas subsequentes, aos quais se destinará os antigos escravos. Uma atualização deste setor pode ser observada no subproletariado que, ao longo do século XX, não conseguirá incorporar-se à condição proletária, reproduzindo a massa miserável, permanente e regionalmente concentrada em que constitui nossa “Questão Setentrional” (SINGER, 2012 e 2018).

³⁹O conceito “modernização conservadora” foi elaborado por Barrington Moore Jr (1966) como uma tentativa de demarcar o momento de transição da modernidade, tanto nos países centrais como nos países periféricos.

⁴⁰Como apontado anteriormente ao incorporarmos a categoria de subproletariado, buscamos corroborar com, a definição utilizada por Paul Singer, no livro: “Dominação e desigualdade”.

institucional. Neste sentido, podemos destacar como o PT promoveu uma política de retomada do Estado de bem estar social no país por meio de um reformismo. Ao analisar a obra “Os sentidos do lulismo”, Yuri Rodrigues da Cunha (2020, p. 47), aponta que:

Um alerta que fez Singer (2012) foi o fato de o lulismo ter fincado pé na região nordeste, pois se fortaleceu nas regiões mais pobres do Brasil, demonstrando, aos olhos do autor, que seria uma espécie de “questão setentrional”⁴¹. Por isso, o argumento do autor é que o reformismo lulista é lento e desmobilizador, mas é um reformismo, que, embora se crie uma ótica de estagnação, na realidade, operam-se modificações silenciosas. A questão setentrional seria, então, o resultado de uma queda da desigualdade, vagaroso e abissal, a partir de regiões nordestinas que historicamente não foram “olhadas” pelos governos anteriores. Assim, o lulismo que se configuraria a partir da eleição de 2002 seria um “reformismo fraco” e teria seu primeiro teste na eleição de Dilma.

Este projeto de Estado por meio de um “reformismo fraco” produz sentidos para os governos do PT, ou melhor, consolida e caracteriza o conceito cunhado por André Singer (2017) de Lulismo. Para Pavez e Góes (2018, p. 2):

O lulismo juntava por meio do voto o subproletariado concentrado no Nordeste – o centro do fenômeno – ao das periferias das grandes cidades, constituindo traço de unidade inédito entre os mais pobres no Brasil. O fenômeno, portanto, não se desenvolveu de modo homogêneo, mas de forma desigual e combinada – unia os pobres de todo o país pelo voto, mas sua força política se expressava de modo díspar regionalmente.

Ao optarmos pelo conceito de lulismo, incorporamos em nossa pesquisa, a tese defendida por Singer (2012) de que a história do PT, desde a sua formação até a sua chegada ao poder e/ou a presidência do país, resulta em um transformismo tal como discutida por Gramsci (2007). Segundo, Anderson Deo (2011, p. 214), o projeto lulista expressa que:

[...] o PT também passou, a partir de 2002, por uma inflexão ideológica e programática, caracterizada pelo transformismo. [...] o governo Lula foi um continuum político, representando “a forma de ser precisamente assim da social democracia brasileira” isto é, mesmo com um “operário”, mas um operário-rentista, não alterou o projeto político e econômico do bloco histórico burguês. [...], o PT, embora tenha sido o principal partido de esquerda que surgiu no pós-1964, suas principais lideranças e quadros foram cooptados – e se deixaram

⁴¹O termo faz alusão à obra de Gramsci, “A questão meridional”, na qual, para o autor sardo, a burguesia setentrional havia subjugado a região setentrional e, por isso, os comunistas italianos deveriam superar os preconceitos e outras formas de subjugação da Itália meridional, realizando uma aliança em um bloco operário-camponês.

cooptar – pela burguesia. Por isso, a adesão não seria apenas política, mas ideológica e intelectual.

Para Cunha (2020, p. 48) o transformismo representa:

[...], quando um grupo inteiro, ou partido, que era vinculado à classe trabalhadora passa para o lado das classes dominantes, começa a exercer uma função de domínio político, uma vez que a cooptação destes grupos pelas forças hegemônicas faz com que suas demandas iniciais sejam aniquiladas.

A ideia de lulismo, sugere André Singer (2017, p. 15) está em uma combinação de ideias, ou melhor, “seria a expectativa de um Estado suficientemente forte para diminuir a desigualdade sem ameaça à ordem estabelecida”. O fenômeno do lulismo emerge do “encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado” (SINGER, 2012, p. 15). Deste modo, os “sentidos do lulismo” (SINGER, 2012) expressam um “ciclo político longo” que buscou promover no país uma “reforma gradual” por meio de um “pacto conservador”. Segundo Vinícius Rezende Carretoni Vaz (2017, p. 82), o lulismo representa:

[...] o declínio rápido da pobreza sem ter um grande reflexo na desigualdade, isto constitui o que André Singer chama de “economia política do lulismo”. Esta utilizou de sua “margem de manobra” para adotar políticas progressistas, principalmente para com o subproletariado em um modelo macroeconômico neoliberal. Porém, conforme sua margem de manobra muda, a hierarquia de prioridades do governo Lula também sofre transformações, o que dá condições para que dividamos seu governo em três fases distintas. A primeira fase de 2003 à 2005, iniciou com contenção de despesas públicas, elevação de juros e um pífio aumento do salário mínimo, as políticas neoliberais sinalizavam para a burguesia que o compromisso de estabilidade financeira seria cumprido. Por outro lado, iniciavam as políticas de distribuição de renda e de crédito consignado que combateu a pobreza utilizando-se de poucos recursos da União. Apesar de sua gestão manter o PIB estagnado em 2003, em 2004 atingiu um importante crescimento de 5,7%, e em 2005 ocorreu um aumento do salário mínimo 8,2% acima da inflação. O boom das commodities⁴² e a expansão do

⁴² [...] commodities são bens diretamente originados na natureza, como minérios, petróleo, produtos agropecuários, florestais, e seus derivados a partir de algum grau de processamento industrial. Os produtos negociados em bolsa de valores, como a bolsa de Chicago, fazem parte deste grupo. Porém, ter sua negociação padronizada em mercados organizados não é a característica exclusiva para que um bem seja considerado commodity neste trabalho. Assim, por exemplo, o CRB - Commodity Research Bureau (<http://www.crbtrader.com/>) - considera mais de vinte produtos negociados em bolsa para compor seu índice, incluindo metais, óleo, produtos agrícolas, têxteis e fibras. No caso do FMI, são mais de cinquenta produtos, ver: (<http://www.imf.org/external/np/res/commod/index.asp>). A Unctad considera commodities os seguintes grupos de produtos: 0 + 1 + 2 + 3 + 4 + 667 + 68 + 971, conforme descrito em: "Commodities at a glance", March, 2011, conferir em: <https://unctad.org/system/files/official-document/suc20112_en.pdf>. O Banco

mercado mundial foram fatores que favoreceram o Brasil.

O projeto lulista apesar de estar assentado em uma proposta de “reformismo forte” opta pela adoção de um “reformismo fraco”, como demonstraremos ao longo do desenvolvimento do capítulo 4. Para Singer (2012, p. 189):

O projeto de combate à pobreza acabou por se firmar sobre quatro pilares: transferência de renda para os mais pobres, ampliação do crédito, valorização do salário mínimo, tudo isso resultando em aumento do emprego formal. Se discernirmos com isenção, perceberemos que são, de forma atenuada, as mesmas propostas reformistas do ‘reformismo forte’, porém, em versão homeopática, diluídas em alta dose de excipiente, para não causar confronto.

Ainda, segundo ele (2012, p. 195):

[...] o que estamos vendo, portanto, é um ciclo reformista de redução da pobreza e da desigualdade, porém um ciclo lento, levando-se em consideração que a pobreza e a desigualdade eram e continuam sendo imensas no Brasil. Isso explica o aspecto ideológico do imaginário New Deal que se instalou no país, pois não está no horizonte real do reformismo fraco produzir, num ‘curto espaço de alguns anos’, um padrão de vida geral, decente e similar.

Deste modo, compartilhamos da análise de que o projeto lulista não busca resolver as contradições do capitalismo ou da política neoliberal implementada no país, mas apenas administrá-la. Segundo Vaz (2017, p. 87):

O reformismo tem reflexos mais evidentes nas regiões mais pobres, mas é claramente fraco, uma vez que aparenta não ser capaz de levar a sociedade a um patamar de igualdade, ainda que na concepção de Singer tampouco seja neoliberal, pois abre um processo de transformação para outro sentido.

Será, portanto, sobre a busca destes outros sentidos, como indica Singer, que ao longo desta tese analisamos e problematizamos o projeto lulista, apontando assim os seus limites e possibilidades.

Mundial coleta dados de commodities desde 1960 com um amplo conjunto de bens, com quase 200 séries temporais (<http://data.worldbank.org/data-catalog/commodity-price-data>). (BREDOW, LÉLIS; CUNHA, 2016, p. 696).

Cf.: BREDOW, Sabrina Monique Schenato; LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi; CUNHA, André Moreira. **O ciclo de alta nos preços das commodities e a economia brasileira**: uma análise dos mecanismos externos de transmissão entre 2002 e 2014. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 3 (58), p. 695-731, dez. 2016.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/djLQqMkmpMdgHtnK7f46Rdf/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: fev. 2021.

1.4 | Uma breve análise dos governos lulistas

Foi a partir de um realinhamento eleitoral produzido, entre a eleição de 1998 e 2002, que o fenômeno do lulismo emerge, decidido a evitar o confronto com o capital, que o governo, eleito durante o processo eleitoral de 2001, adotou como uma estratégia para a manutenção de seu mandato, uma política econômica conservadora (SINGER, 2012). A escolha de tal sentido foi um elemento definidor para que o Partido dos Trabalhadores (PT) chegasse ao governo central do Brasil. Os governos, de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), por meio do fenômeno do lulismo, buscaram produzir uma agenda econômica norteada pelo desenvolvimentismo e pela retomada de um projeto de Estado de bem-estar social, à medida que, promove o desenvolvimento econômico por meio do atendimento das necessidades da classe subalterna brasileira, assim como, realiza a defesa da soberania nacional por meio de uma modernização conservadora.

O realinhamento ocorrido a partir desse processo eleitoral seria expressão da nossa “questão setentrional”, ou melhor, está associada a uma interpretação de como a relação ou a luta de classe no Brasil está em alguma medida atrelada a uma questão territorial. Pois, o desenvolvimento do capitalismo no país possui vínculos com a oposição construída por meio da ideia de que existe um “sistema moderno, centralizado no Sudeste e outro atrasado, concentrado no Nordeste”. Segundo, André Singer (2012, p. 15-16), foi:

[...], por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste, sem confrontar o interesse do capital.

Os governos do PT ao mediar os interesses de desenvolvimento do capital com as necessidades da classe subalterna teria produzido diferentes formas de reformismo, pois produziu um conjunto de políticas públicas que constroem ou não a uma consciência de classe, assim como, teria constituído, por meio da inversão de quem é moderno e atrasado, o centro e a periferia do projeto lulista e do país. Ou seja, os governos do PT, engendraram um conjunto de ideias – “reforma gradual” e “pacto conservador”, à medida que, mantinham a expectativa de construir um Estado o suficientemente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida.

Quando analisamos há formação de países como, o Brasil, percebe-se que ele resultou de um processo histórico que busca a eliminação dos pontos de “estrangulamento” da economia e da articulação de uma estrutura tradicional com outra moderna. Ou seja, de como o Estado foi capaz de articular as necessidades nativas com o desenvolvimento hegemônico do capital. Essa forma de reprodução do capital no modo de produção capitalista reforça e aprofunda a valorização do mercado, mesmo que de modo artificial, sendo favorável para os detentores do capital e, extremamente desastroso à população de baixa renda e/ou o subproletariado. Para José de Souza Martins (2011, p. 8):

É impossível entender o Brasil tradicional, o Brasil moderno e já nesta altura o Brasil pós-moderno, sem levar em conta essa tensa combinação de moderno e tradicional que freia o nosso desenvolvimento social e político e que se renova a cada momento. Somos estruturalmente, uma sociedade de história lenta, um conjunto de relações socialmente arcaicas mediatizando, viabilizando e, ao mesmo tempo, tolhendo e limitando o desenvolvimento econômico, social e político, ralentando-lhe o ritmo e cobrando-lhe tributos, às vezes definidos como corrupção. É o Brasil moderno pagando propina ao Brasil arcaico para se viabilizar e na mediação dessa promiscuidade definindo-se na singularidade própria, a singularidade de um país que não fez propriamente revoluções históricas, senão pela metade e inconclusas.

Promover o desenvolvimento econômico por meio da modernização e inserção daqueles que eram tidos como atrasados fazia parte da estrutura que levaria o projeto lulista a se projetar enquanto uma saída nacional de desenvolvimento. O que resultou, por sua vez, na combinação de um crescimento econômico mais rápido e a distribuição de renda mais ampla, e conseqüentemente a maior redução da pobreza na história brasileira (ANDERSON, 2011, p. 29), mas acelerou o processo e os desafios de nos projetarmos como uma sociedade modernizadora, mesmo sob a nossa condição, como bem definiu, Francisco de Oliveira (2013), de sermos um ornitorrinco⁴³, pois avançamos” repondo o atraso, sendo caracterizado por funcionar bem do ponto de vista da acumulação mas em detrimento das massas empobrecidas” (GÓES; PAVES, 2018, p. 3)

⁴³“O ornitorrinco é uma das sociedades capitalistas mais desiguais – mais até que as economias pobres da África que, a rigor não podem ser tomadas como economias capitalistas –, apesar de ter experimentado as taxas de crescimento mais expressivas em período longo; sou tentado a dizer com a elegância francesa, et pour cause. As determinações mais evidentes dessa contradição residem na combinação do estatuto rebaixado da força de trabalho com as dependências externas. A primeira sustentou uma forma de acumulação que financiou a expansão, isto é, o subdesenvolvimento, conforme interpretado nesse Crítica à razão dualista, mas combinando-se com a segunda produziu um mercado interno apto apenas a consumir cópias, dando como resultado uma reiteração não virtuosa”. (OLIVEIRA, [2003], p. 143).

Foi por meio da metáfora da indefinição na formação do ornitorrinco que, Oliveira (2013), busca analisar o desenvolvimento da sociedade brasileira. Ressalta-se que o ornitorrinco é um mamífero que coloca ovo. Seria ele, portanto, um mamífero ou uma ave? Ao dialogarmos com a categoria proposta por Oliveira buscamos indagar qual o projeto de país o lulismo estaria projetando construir? Seria ele expressão do nosso atraso sistêmico e/ou propulsor da nossa modernização conservadora? Neste sentido, buscamos problematizar ao longo da pesquisa sobre o lugar e o papel do projeto lulista, assim como, do Estado brasileiro, no enfrentamento dos desafios e das mazelas que envolvem a formação do país.

1.5 | O papel do Estado no projeto lulista

Ao analisarmos o papel do Estado no projeto lulista buscamos de alguma forma nos debruçarmos sobre como o estado brasileiro enfrentou o contexto de um mundo globalizado e neoliberal. Ressalta-se que o recrudescimento do processo de globalização gerou polêmica a respeito do papel do Estado nacional numa economia cada vez mais interdependente.⁴⁴ Segundo, Celso Furtado (1998, p. 29):

O processo atual de globalização a que assistimos desarticula a ação sincrônica dessas forças que garantiram no passado o dinamismo dos sistemas econômicos nacionais. Quando mais escapam da ação reguladora do Estado, mais tendem a se apoiar nos mercados externos para crescer. Ao mesmo tempo, as iniciativas dos empresários tendem a fugir do controle das instâncias políticas. Voltamos assim ao modelo do capitalismo original, cuja dinâmica se baseava nas exportações e nos investimentos estrangeiro.

Sobre o liberalismo, é importante destacar que ele não se constitui somente como uma doutrina econômica: É (e isso não é menos relevante) uma ideologia⁴⁵. Gramsci (2005)

⁴⁴ Neste sentido, para Décio Saes, os Estados capitalistas atuais praticam o neoliberalismo possível nas condições socioeconômicas e políticas vigentes (2001, p. 83). Sendo assim deixada de lado a política nacionalista para crescente relação público-privado. A atuação dos Estados vem, de acordo com os críticos do neoliberalismo, se dando mais acentuadamente desde a década de 1970, de modo a priorizar a rentabilidade do grande capital em detrimento do trabalho e com isso, aprofundar a ideia de que o Estado parece perder seu papel público e tornar-se privatizado (MENEZES, 2006). Essa ambiguidade do estado neoliberal estaria, portanto, associada a um processo de dependência, independência e interdependência entre os países.

⁴⁵ É a dominação de uma ideologia, à medida que o mundo social leva o indivíduo a acreditar que os produtos do trabalho não são o resultado de um processo, de um fazer. Para Marx, a consciência é fruto do meio no qual o homem está inserido, ou seja, a consciência é um produto social e é determinada pela vida real - material. Para Marx, a mercadoria deve atender às necessidades humanas, pois estabelece uma relação entre valor de uso (enquanto “processo de consumo”) e valor de troca (enquanto “relações econômicas”). Um

é um dos autores que se pauta na perspectiva de que o liberalismo é um erro teórico, pois parte da distinção entre sociedade civil e sociedade política como um fato efetivo e não como uma separação metodológica, logo destaca ele (2005, p. 22-23):

Afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. No entanto, como na realidade efetiva sociedade civil e Estado se identificam, é necessário fixar que mesmo o liberalismo é uma “regulamentação” de caráter estatal, introduzido e mantido por via legislativa e pela coação: é o ato de vontade consciente dos próprios objetivos e não a expressão espontânea, automática do fato econômico. Por isso, o liberalismo é um programa destinado, a mudar, quando triunfa, o pessoal dirigente de um estado e o programa econômico do próprio Estado, ou seja, mudar a distribuição da renda nacional.

O neoliberalismo então, é uma teoria econômica; deve ser entendido como o discurso hegemônico de um modelo civilizatório, enquanto síntese de pressupostos e valores básicos em relação ao ser humano, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento. Comentando sobre o tema, Armando Boito Jr. (1999, p. 23), diz que:

A ideologia neoliberal contemporânea é, essencialmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia. Esse liberalismo econômico é distinto do liberalismo político, interessado nos direitos individuais do cidadão e num regime político representativo e adequado ao exercício daqueles direitos.

Em suma, a cosmovisão liberal busca naturalizar as atuais relações, a entender as características da sociedade “moderna” como tendência natural e espontânea do desenvolvimento histórico da sociedade (LANDER, 2005). Com a remodelação econômica do capitalismo, foi possível se pôr em prática políticas capazes de coordenar um sistema cada vez mais globalizado e excludente, com um discurso capaz de transformar a vontade e as ações dos sujeitos sociais em acidentes fatais da natureza, ou em responsabilidades

processo encontrado e materializado na divisão social do trabalho. No entanto, essa divisão tem produzido aspectos positivos e negativos, ou melhor, uma contradição, à medida que, por um lado contribui para o avanço tecnológico, mas por outro, oculta a verdadeira natureza das coisas. É a fetichização, a coisificação da vida cotidiana. Desta forma, para Marx a ideologia surge da separação entre pensamento teórico e força produtiva de trabalho, o que propicia uma compreensão ahistórica das relações sociais. Além de sustentar o fetiche é também um fetiche, pois falseia a realidade. Cria, no nível das idéias, uma falsa hegemonia a fim de ocultar as diferenças entre classe e a dominação.

Cf.: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

individuais, como a pobreza, o desemprego em massa, entre outras mazelas (BORON, 2000).

Porém, a polêmica em torno do futuro do Estado-nação está repleta de análise e contradições. Para a geógrafa Bertha Becker (1998), significa que o Estado não é mais a única representação do poder político, mas certamente é uma delas, mantendo-se ainda, embora com novas formas e funções. Ao contrário das teses neoliberais, o Estado tem aumentado o poder de intervenção na sociedade, não para minorar os efeitos perversos de tal política, mas para garantir sua aplicação e continuidade. Desse modo, um Estado progressivamente repressor é erigido em nações submissas ao ideário neoliberal, no qual desempenha o papel de mediador entre capital e trabalho (VIOTTI, 2007).

Diante deste contexto e das perspectivas do projeto lulista passamos a problematizar: qual seria o legado do projeto lulista? Seria ele apenas um projeto reformista? Ou seria ele promotor de um “ensaio desenvolvimentista”?

O trabalho corrobora com as formulações de Oliveira, Pavez e Góes (2018, p. 3), que alertam para a particularidade do desenvolvimento da sociedade brasileira, pois ela “[...] avança repondo o atraso, sendo caracterizado por funcionar bem do ponto de vista da acumulação, mas em detrimento das massas empobrecidas”. Esta compreensão de um desenvolvimento desigual e combinado da sociedade brasileira lança luz sobre o papel que o Estado na promoção de políticas públicas capazes de enfrentar as mazelas que existem em seu processo de formação. Ao analisar a política econômica dos governos do PT, Vinicius Rezende Carretoni Vaz (2017, p. 49), destaca:

[...] o discurso de que ocorreu uma ruptura com o neoliberalismo no governo Lula destaca-se como um dos principais formuladores da frente social-desenvolvimentista o economista Aloizio Mercadante, que não só foi um dos fundadores do PT, como também senador pelo Estado de São Paulo no período 2003-2010. Em suas obras – “Brasil: A construção Retomada” (2010), e “Um novo Horizonte de desenvolvimento” (2008), Mercadante se coloca de uma forma extremamente otimista e ressalta a capacidade que o governo Lula teve de recolocar o Brasil de volta no caminho do desenvolvimento com protagonismo estatal. Outro entusiasta da tese de que o governo PT significou uma guinada ao “desenvolvimentismo com equidade social” é Nelson Barbosa (ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda, ex-Ministro de Estado do Planejamento e ex-Ministro da Fazenda). Em sua obra “A inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda” (2010), produzida conjuntamente com José Antonio Pereira de Souza, e “Dez Anos de Política Econômica” (2013) é defendido que apesar da política econômica

desenvolvimentista ficar evidente somente a partir de 2006, desde o início da gestão ela já estaria sendo planejada, e condições estariam sendo criadas para a ruptura com a estratégia ortodoxa.

O PT ao se constituir em um governo conciliador dos interesses da classe dominante e do subproletariado⁴⁶, acirra-se as contradições existentes na sociedade brasileira. Segundo Pavez e Góes (2018, p. 3):

Do ponto de vista político, a incorporação do subproletariado revelou a dramaticidade das contradições brasileira. A diminuir o “limbo”, o lulismo tocou no nervo da formação periférica no Brasil (SINGER, 2018, p. 22). Ao a ser acelerado pelo Governo Dilma na proposta do “ensaio desenvolvimentista” (SINGER, 2018), o lulismo entra em crise e acirra as contradições, que são também as do país, sem ter ao seu lado “bases robustas” para o enfrentamento do conflito que se engendrou.

Ao longo desse processo o PT, segundo, Armando Boito Jr (2007, p. 37) iria experienciar:

A transição do neoliberalismo puro e duro e estagnador da década de 1990 para o neodesenvolvimentismo da década de 2000 e 2010 exigiu a intervenção de um partido político oriundo do movimento operário e popular. Pois bem, um dos resultados dessa dependência do desenvolvimento capitalista face à pressão popular é que, a partir de certo ponto, a burguesia interna, principal beneficiária do desenvolvimento do capitalismo, deserta da frente política que formara com os setores populares, abrindo período de crise e de reação. Foi assim em 1954, em 1964 e foi assim também em 2016.

Segundo, Francisco de Oliveira (2018, p. 77), os governos do PT encontraram um cotidiano que havia se transformado em uma:

[...], constante negociação entre a não forma mercantil, que impõe sobrevivências praticamente gângsteres – o narcotráfico, por exemplo, e sua consanguínea violência – e as precárias formas das políticas assistencialistas. Costuma-se dizer que a vida do pobre no Brasil transitava entre o azar e a sorte, palavras que em francês são uma só. Os ricos, as classes superiores, para designação das quais as velhas clivagens já não dão conta, também transitavam numa permanente negociação entre bandidagem e a forma legal. Isso se havia transformado para a política: a palavra-chave no Brasil do início do século XXI era “negociação”, que não significava um negócio comercial, ou grosseiramente a transformação da política em negócio, mas exatamente seu contrário: a quase impossibilidade do contrato formal, mesmo na política. [...] tratava-se de uma espécie de dialética negativa: os problemas não eram superados dando lugar a

⁴⁶Cf.: Verificar explicação apresentada na nota 18 sobre o conceito adotado nesta pesquisa.

uma nova e superior contradição; os problemas eram rebaixados, utilizando-se formas precárias, arcaicas, regressivas.

Neste sentido, Oliveira (2018), aponta que o mecanismo de se governar por meio de medidas provisórias⁴⁷ seria um instrumento que concretiza esta forma de se fazer política por meio da negociação. Para ele (2018, p. 77):

As medidas provisórias eram a nova forma de legislar, ou de improvisar, na impossibilidade de prever, requisitos básicos da política. O que parecia estar em marcha era uma permanente incapacidade de as sociedades da periferia capitalista suportarem qualquer inconstitucionalidade. A descartabilidade imposta pela globalização se transportou para a política nesse simulacro de negociação.

É diante de um contexto do acirramento das contradições da sociedade capitalista, ou melhor, de se desenvolver por meio de uma modernização conservadora que o PT chega ao poder com o desafio de promover um desenvolvimento econômico no país, que fosse pautado na retomada, mesmo que de modo parcial, dos elementos norteadores do desenvolvimentismo, ou seja, de promoção de um “crescimento com justiça social”, ao mesmo tempo que também, atenderia as necessidades do desenvolvimento da sociedade capitalista que estava agora não apenas globalizada, mas também, financeirizada. Tal perspectiva irá nortear a adoção e o desenvolvimento das políticas públicas durante os governos do PT, à medida que, busca-se enfrentar o desenvolvimento desigual e combinado dos países periféricos, debate este que discutiremos no item a seguir.

1.6| Lulismo: configuração do novo modo de governar e a integração regional Sul-Sul

Ao analisarmos a construção do projeto lulista observamos uma perspectiva de desenvolvimento do país articulado também ao desenvolvimento regional, em particular ao da América Latina. Neste sentido, podemos entender que o Estado brasileiro por meio do

⁴⁷As Medidas Provisórias são normas com força de lei, editadas pelo Presidente da República em situações de relevância e urgência. Apesar de produzir efeitos jurídicos imediatos, a Medida Provisória precisa da posterior apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (Câmara e Senado) para se converter definitivamente em lei ordinária. Seu prazo inicial de vigência é de 60 dias, e será prorrogado automaticamente por igual período, caso não tenha sua votação concluída nas duas Casas do Congresso Nacional. Se não for votada em até 45 dias, contados de sua publicação, entrará em regime de urgência na Casa em que se encontrar (Câmara ou Senado), ficando sobrestadas, até que se termine a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

Cf.: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias>>. Acesso em: jan. 2022.

projeto lulista retoma o debate da lei de desenvolvimento desigual e combinado⁴⁸. Ressalta-se que está reflexão havia ocorrido entre as décadas de 1950 e 1960 e, norteou o desenvolvimento econômico das nações consideradas periféricas.

Para Michael Löwy (1995, p. 78) um Estado que opta a partir de seus governos por enfrentar os problemas existentes na sociedade com base na lei de desenvolvimento desigual e combinado⁴⁹ produziria uma contradição, pois:

Uma das consequências do desenvolvimento desigual é aquilo que poderíamos chamar o privilégio dos retardatários: aqueles que chegam mais tarde, os marginais, os periféricos, os “atrasados” do ponto de vista de uma evolução histórica determinada — econômica, social ou cultural — podem tornar-se precisamente a vanguarda da transformação seguinte.

Ao refletir sobre o desenvolvimento de países como o Brasil, Oliveira (1977, p. 82), aponta para o papel do Estado sob o desenvolvimento de tal sociedade:

A expansão capitalista no Brasil no pos-30 e sobretudo na década de 50, que tem seu lócus na “região” industrial de São Paulo, cria pelo menos próprio movimento diferenciado de reprodução do capital numa estrutura social que começa a diferenciar-se crescentemente e, simultaneamente, pela lógica desse próprio movimento, começa a polarizar-se, assumindo essa polarização novas formas. O duplo movimento, de diferenciação e polarização, dá lugar à emergência de uma estrutura de poder que, no percurso da diferenciação-polarização. [...] onde de um lado uma classe dominante que não se diferenciava em seus interesses, uma burguesia que havia nascido do café, uma industrialização que não entrava em conflito com a oligarquia agrária, um Estado que era dirigido por representantes dessas oligarquias agrárias mas que impulsionava a industrialização [...].

Não, por acaso, os governos do PT propõem um modelo de desenvolvimento do país de alinhamento ao desenvolvimento regional, tanto para, as questões internas como externas e, em particular destacamos como os governos buscaram dialogar sobre o papel do desenvolvimento e independência dos países da América Latina.

⁴⁸O conceito de desenvolvimento desigual e combinado foi cunhado por León Trotsky ao analisar o processo de formação de nações consideradas atrasadas sob a divisão econômica internacional. Cf.: <http://www.michaelLowy.ateoradesenvolvimentodesigualecombinado.pdf>. Acesso em: jan. 2022.

⁴⁹ Ao refletir o processo de desenvolvimento desigual e combinado ocorrido na Rússia, Francisco de Oliveira, na obra: Elegia para uma re(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classe (PazeTerra, 1977), busca discutir como no Brasil os contrastes da realidade social e as especificidades das lutas de classe daí decorrentes só poderão ser efetivamente compreendidos quando aclaradas as singularidades das partes e suas funções no processo de acumulação, tomado de forma global.

No entanto, tal proposição produz um movimento contraditório ao permitir de um lado o enfrentamento das amarras do colonialismo existente na região por meio de uma modernização conservadora, pois busca-se que uma parcela da sua população esteja inserida ao sistema financeiro e, por de outro, um movimento que busca desenvolver a economia do país sem que as engrenagens do capitalismo sejam rompidas. Ou seja, a dependência dos países periféricos em relação aos países centrais é no contexto da globalização e do mundo financeirizado ressignificado.

Ao analisarmos as palavras do ex-presidente, Luis Inácio Lula da Silva, na Assembleia da ONU⁵⁰, expressam o dilema enfrentado pela região:

Os antigos súditos converteram-se em devedores perpétuos do sistema econômico internacional. Poderosa e onipresente, uma engrenagem invisível comanda o novo sistema. Não raro, ela revoga decisões democráticas, desidrata a soberania dos estados, sobrepõe-se a governos eleitos. Exige a renúncia a legítimos projetos de desenvolvimento nacional.

A história da América Latina parece assim vivenciar um constante reeditar da sua colonização, em que ora ela é visível, ora ela é camuflada. É o vai-e-vem, o vira-e-volta da história, à medida que o propagandeado rompimento com a dependência – econômica e política, no período colonial está a ser refeito sobre outras formas ou modos. Uma espécie de labirinto, ou melhor, de um labirinto latino-americano. Pois, conforme aponta a historiadora Maria Ligia Prado (1986, p. 02-03) é necessário observar que:

De qualquer maneira, há um movimento que avançou por todo século XIX no sentido da distribuição das estruturas políticas jurídicas coloniais. O que permanece não me parece que seja tipicamente colonial; continuamos a ser os sócios minoritários no grande jogo do capitalismo internacional. A Inglaterra manteve as rédeas da economia latino-americana durante todo século XIX, passando depois o cetro para os Estados Unidos no século atual. Isso significa que se sustentam as regras do capital, isto é, quem manda é o lucro, à custa de quem quer que seja

Não bastassem todas essas dificuldades, os países latino-americanos convivem desde a Doutrina Monroe (1823) com o projeto de hegemonia dos Estados Unidos. Este tratamento parece não terminar, e que, na atual condição de hiperpotência, os EUA

⁵⁰SILVA, Luís Inácio Lula da. **Discurso do Presidente da República do Brasil, na 59ª Assembleia da ONU**. Nova York, EUA, 2004. Disponível em: <<http://www.mre.org.br/>>. Acesso em: nov. de 2022.

adquirem ares de império renovado. Com o pretexto da “globalização”, a nova ordem global, sob a égide de Washington, estende-se pelo mundo com um tom nada democrático e pouco plural. Desse modo, pergunta Florestan Fernandes (1973, p. 26): podem os países latino-americanos atingir realmente a integração nacional e autonomia econômica, sociocultural e política através do capitalismo?

Os países latino-americanos adentraram o século XXI amargando a condição de região “perdedora”, segundo estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD)⁵¹, divulgado em maio de 2000. A região permaneceu estagnada durante os anos oitenta, quando a crise da dívida externa levou à bancarrota as principais economias latino-americanas, o México em 1982 e o Brasil em 1986, e afastou os investimentos do continente. Na década seguinte, a adoção das diretrizes econômicas contidas no Consenso de Washington, sob os ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), um novo período recessivo abateu-se sobre os países da América Latina.

O ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, comenta em entrevista⁵² que os Estados Unidos deram ao continente a irrelevância. Essa afirmação em parte parece ser verdadeira quando se observa o comentário de José de Albuquerque (1992, p. 161) onde diz que:

Com o fim da guerra fria, muitos países pobres e regiões inteiras perderão grande parte de seu interesse estratégico – se não todo – tanto para a nova potência global predominante (os Estados Unidos), como para os demais países ricos porque, com o fim da competição universal entre as duas superpotências, com suas respectivas concepções de vida, modelos econômicos e sistemas políticos conflitantes, o principal interesse estratégico dos países ricos tem por objetivo os próprios países ricos.

Mas, em parte parece ser falsa, à medida que, se observa o jogo político, mas principalmente econômico da proposta de integração do continente americano, uma direta intervenção da política externa estadunidense em países latino-americanos, portanto cabe a nós questionarmos até que ponto a América Latina foi ou é um continente *irrelevante*?

⁵⁰Ver: <<http://www.iadb.org/>>.

⁵¹Cf. Apud. CARVALHO, José Murilo de. Caderno Mais - **O continente irrelevante**. São Paulo: Ed. Folha de São Paulo, p. 5, 2002.

Emir Sader⁵³ assinala que o dilema hoje é obvio ou a América Latina se integra enquanto continente ou bloco econômico e busca a inserção internacional em uma posição de força melhor ou ela vira uma espécie de zona franca. A instalação do MERCOSUL representa a experiência de integração econômica com os melhores resultados entre todas as tentativas realizadas anteriormente. Seu momento fundador situa-se no final dos governos Sarney (1985-1990), no Brasil, e Alfonsín (1984 –1989), na Argentina, quando houve entendimento na área militar e comercial entre ambos os países e que em 1991, transformou-se no Tratado de Assunção, reunindo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

O Mercosul apresentou bons resultados num pequeno espaço de tempo. Em funcionamento desde 1995, o acordo regional aumentou significativamente as trocas comerciais entre os países membros, transformando o Brasil no principal comprador dos produtos dos demais integrantes. Detentor de 1,5% do comércio mundial (o que corresponde a 2/3 do comércio sul-americano), o Mercosul tornou-se um polo atrativo para os demais países da região. Chile e Bolívia tornaram-se países associados, e outros já solicitaram o estreitamento com o “bloco”, como é o caso da Venezuela.

Contudo, a pressão norte-americana e a realidade geoeconômica mundial são obstáculos para a consolidação do processo de integração econômica desses países. As sucessivas crises econômicas (Ásia 1997, Rússia 1998, e dos dois principais integrantes do Mercosul em 1994, Brasil e Argentina) abalaram as relações amistosas desenvolvidas até então. Temendo a avalanche de produtos brasileiros, após a desvalorização do real em janeiro de 1999, o governo argentino recorreu a mecanismos protecionistas, violando assim parte do acordo que instituiu o Mercosul.

O impasse levou as diplomacias de ambos os países declararam a necessidade de “realçar o Mercosul”. Entre as propostas, a Argentina defende a adoção de uma moeda única entre os países membros, semelhante ao que ocorreu na União Europeia em janeiro de 1999, com a adoção do *euro*. Todavia, o governo brasileiro, embora apoie a idéia, não atribuiu prioridade ao assunto. Os países do Mercosul conseguiram dos Estados Unidos o princípio de negociação em bloco e não país a país, assim a posição brasileira tornou-se menos frágil. O Brasil defende a criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana

⁵³Ver: SADER, Emir. **O futuro da América Latina**. Disponível em: <O futuro da América Latina - Por Emir Sader | Revista Fórum (revistaforum.com.br)>. Acesso em: agost. 2022.

(ALCSA), a aproximação com a União Europeia e o aumento do intercâmbio com os demais países latino-americanos.

A inserção subordinada nesse novo ciclo do capitalismo contemporâneo debilitou ainda mais a situação financeira e econômica de países como Brasil, México, Equador, Argentina entre outros. A ênfase dada às relações comerciais desacompanhadas, ou em detrimento do fortalecimento das relações políticas, aumentou a vulnerabilidade regional e expôs a fragilidade dos acordos criados pelos Estados ao longo dos anos noventa. Sem ignorar as relações de poder no mundo e os constrangimentos impostos a uma maior cooperação Sul-Sul, o Mercosul precisa avançar e o esforço despendido em sua reconstrução certamente demandará mais que apenas continuidade de acordo sub-regional nos moldes como foi pensado desde então. Essa situação de encruzilhada ou inevitabilidade quanto ao futuro das relações comerciais parece ser fruto da própria maneira como os países do Mercosul encaram o mundo. Como assinalou Milton Santos (2000), fica patente que nós, no Brasil e na América Latina, tivemos um olhar muito vesgo em relação ao mundo. Para nós, o mundo é a Europa e o Estados Unidos, o que é uma bobagem. Para nós a Ásia e a África não são o mundo.

Durante todo o século XX observa-se na América Latina um avanço, quase desenfreado, do processo que hoje é conhecido ou denominado como globalização ou mundialização. Essa realidade foi sendo construída durante séculos e, mais especificamente, durante o século XX, pois houve uma maior aceleração do desenvolvimento desse sistema, e como bem sublinhou Milton Santos (1993), o espaço inteiro se mundializou, e já não existe um único ponto do globo que se possa considerar isolado. Segundo Lasdislau Dowbor: “Nosso pequeno mundo encolheu dramaticamente nas últimas décadas, e qualquer ponto do planeta está a nosso alcance, através do teclado ou do computador, ou da tela da televisão” (1997, p. 07).

Neste sentido, observa-se a partir desse processo, que os espaços mudaram embora de forma desigual. E como, ainda comenta, Dowbor (1997, p. 07):

[...] algumas coisas se globalizaram, outros se tornaram mais locais, com o renascer de tradições regionais, dinamização das políticas municipais, descentralização da educação e da saúde. As cidades adquiriram papel mais importante. As metrópoles, sobretudo, expressam o fato de não se tratar de uma

simples globalização, e sim de uma reordenação das dimensões espaciais da sociedade.

O processo de globalização apresenta assim diferentes temporalidades. Sendo cada país, região, Estado, continente atingido de forma desigual. Segundo Octávio Ianni (1974, p. 222): “A sociedade global está sendo tecida por relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração e antagonismo, soberania e hegemonia”.

Sob os ditames da globalização neoliberal, a atuação dos Estados vem, de acordo com os críticos do neoliberalismo, se dando mais acentuadamente desde 1973, e de modo a priorizar a rentabilidade do grande capital em detrimento dos trabalhos e com isso, aprofundar a idéia de que o Estado parece perder seu papel público e tornar-se privatizado (MENEZES, 2007). O desmonte levado adiante pelas políticas neoliberais reflete no enfraquecimento, mais intensamente, dos Estados periféricos do sistema internacional. Para Décio Saes, os Estados capitalistas atuais praticam o neoliberalismo possível nas condições socioeconômicas e políticas vigentes (2001, p. 83). Sendo assim deixada de lado a política nacionalista para crescente relação público-privado. Segundo Celso Furtado (1998, p. 29):

O processo atual de globalização a que assistimos desarticula a ação sincrônica dessas forças que garantiram no passado o dinamismo dos sistemas econômicos nacionais. Quando mais escapam da ação reguladora do Estado, mais tendem a se apoiar nos mercados externos para crescer. Ao mesmo tempo, as iniciativas dos empresários tendem a fugir do controle das instâncias políticas. Voltamos assim ao modelo do capitalismo original, cuja dinâmica se baseava nas exportações e nos investimentos estrangeiro.

Desse modo, como conciliar política de abertura, desregulamentação da economia, enfraquecimento dos instrumentos do Estado-nação (na terminologia neoliberal, Estado mínimo) com uma inserção internacional ativa, tributária de um Estado capaz de operacionalizar suas ações a fim de fazer valer seus interesses nacionais? O recrudescimento do processo de globalização gerou polêmica a respeito do papel do Estado nacional numa economia cada vez mais interdependente, colocando em questão seu papel político e econômico ao longo do século XX. Em diversas modalidades, ele ocupou o plano central, intervindo na economia, corrigindo as desigualdades sociais ou atuando na industrialização (desenvolvimentista). Com o desenrolar do ideário neoliberal, sua atuação

passou a ser contestada. Defensores do Estado mínimo buscam relativizar sua atuação e recomendam seu redirecionamento em favor do grande capital.

Ocorre que o Estado-nação não perdeu soberania – muitas vezes confundida com autonomia, pois continua a controlar a moeda, a ordem interna e a participar como responsável nas instâncias internacionais. O que houve foi uma mudança na sua atuação no novo quadro econômico e político. O novo ideário não foi aplicado simultaneamente em todos os países. Em nações desenvolvidas, ele já está sendo deixado de lado, enquanto na periferia capitalista permanece em curso, com certo descompasso, na análise de José Luis Fiori⁵⁴, a questão que se coloca já não é Estado versus não-Estado, e sim como refortalecer o Estado sem suspender o processo de globalização.

Ao refletir sobre o papel do Estado de países periféricos no desenvolvimento do capital, como é o caso do Brasil, mas também regiões como a América-latina, Oliveira (1977) aponta que o planejamento desse Estado produz formas setorizadas de desenvolvimento. Segundo ele (1977, p. 89):

[...] trata-se de intervir de forma não-espontânea não sobre o conjunto da reprodução do capital, mas sobretudo sobre debilidades locais de reprodução. Tal “planejamento” não é, por isso, uma crise irredutível entre classes antagônicas, mas uma forma especial de diferenciação da taxa de lucros. Esse “planejamento” e o Estado que o opera abrem, ao mesmo tempo, um espaço enorme de superação parcial dos conflitos de classes básicos. Será somente quando as necessidades de reprodução do capital em escala global, inclusive e principalmente pela forte penetração do capital internacional no capitalismo brasileiro, tornarem insuficiente a forma do Estado, ou o que é o mesmo, esse “planejamento primitivo”, que se baseia sobretudo na transformação da forma “impostos”, que o conflito de classes entre atores e agentes sociais fundamentais emergirá toda a sua força e ultrapassará os próprios e estreitos limites do Estado [...].

Deste modo, podemos entender que esta forma setorizada do desenvolvimento econômico latino-americano, mas também, de país como o Brasil, seria uma expressão de como o Estado promove o desenvolvimento desigual e combinado da sociedade, embora ao mesmo tempo aprofunde as suas contradições. Poderíamos, assim, indagar: a experiência dos governos do PT, por meio do projeto lulista seria um modelo a ser seguido pelos países da América Latina neste início de novo século?

⁵⁴Cf.: FIORI, José Luis (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

Mais do que respostas definitivas, buscamos ao longo desta pesquisa discutir que projeto de sociedade pode nos apontar caminhos para construção de um “outro mundo possível”. Ou melhor, buscamos pensar sobre o futuro de países como o Brasil? Das sociedades existentes no continente latino-americano.

Ao refletir sobre o processo recente de países latino-americano, Wilson Cano, aponta que: “Ele é incerto, mas penso que o agravante desse processo forçará os rumos de sua superação, que somente poderá ser buscada com a restauração da soberania nacional hoje entregue ao imperialismo” (2000, p. 75). Para a América Latina e, mais especificamente a América do Sul, a virada dos anos oitenta para os noventa representou a ocorrência de mudanças nos regimes políticos e a passagem da década não deixou para trás os efeitos da crise da dívida externa, e arrastando as mazelas provocadas pela malfadada “década perdida” e seu pífio crescimento econômico.

O retorno de governos eleitos democraticamente, principalmente nas maiores economias da região, entre as quais o Brasil, coincidiu com a adoção das políticas neoliberais: desregulamentação da economia, abertura comercial, privatizações entre outras, dominaram a vida política nacional e varreram a América Latina. Com graus diferenciados de implementação pelos países da região, essa plataforma supostamente modernizadora foi apresentada como redentora dos graves problemas econômicos, sociais, políticos e do desenvolvimento da América Latina. E é neste sentido que apontamos como o projeto lulista construiu uma política pública que esta alinha não apenas ao acesso de parcela da população ao mesmo tempo que atende aos interesses da burguesia nacional e internacional.

Neste sentido, discutiremos no próximo capítulo os conceitos norteadores para o projeto lulista e, como eles de alguma forma nos ajudam a entender como o desenvolvimento do país foi ao longo desse período pensando a partir da perspectiva de se formular caminhos para que pudéssemos superar a condição de sermos um país periférico, ou melhor, da possibilidade de enfrentarmos os problemas estruturais na nossa condição enquanto um país subdesenvolvido.

Capítulo 2

2.1 | Algumas categorias norteadoras do projeto lulista

“Eu sou uma ideia”⁵⁵

Ao longo da pesquisa problematizamos como o lulismo esteve interessado no enfrentamento dos dilemas estruturais da sociedade brasileira, mas também com um diálogo sobre os limites que sobre eles foram impostos pela sociedade capitalista. Neste sentido destacamos como tal perspectiva levou o governo do PT a produzir um “ensaio desenvolvimentista” como base no enfrentamento da nossa condição enquanto país periférico, pois fazemos parte de uma região que é caudatária da disputa e da desigualdade existente entre o centro e a periferia do capitalismo. Tal contexto nos possibilita iluminar os caminhos e as contradições do projeto lulista para a modernização do Brasil. Será portanto através da chave interpretativa definida na pesquisa que realizamos neste capítulo um diálogo com algumas das categorias norteadoras do lulismo, como, por exemplo: desenvolvimentismo; modernização conservadora; desenvolvimento desigual e combinado; centro e periferia; reformismo fraco e subalternos. Com isso, buscamos entender como o projeto lulista expressa uma ideia que, apesar de suas contradições, também produz caminhos para que possamos enfrentar as mazelas existentes em nossa sociedade.

2.2 | A construção do conceito de desenvolvimentismo

A desestruturação da ordem econômica mundial na década de 1970, recoloca no centro do debate nacional e internacional o lugar e o papel da intervenção do Estado na economia. Ressalta-se, ainda, que este debate já estava colocado no contexto do mundo pós crise de 1929-30 e, em seguida no período pós-guerras (1º e 2º Guerra Mundial), mas também entre 1950 e 1960, assim como, nos anos de 1990, após o período denominado de Guerra Fria e o avanço do neoliberalismo. Segundo, Perry Anderson (1995, p. 1), “O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”.

⁵⁵Verificar informações descritas na nota de número 01.

Ao dialogar e concordar como o debate proposto por Anderson (1995), assim como, dos autores Fonseca; Cunha e Bichara (2013, p. 404) apontamos que o neoliberalismo representa:

[...] (i) para as economias maduras, uma reação ideológica e política à institucionalidade criada no pós-Segunda Guerra e que priorizava a manutenção do pleno emprego e a ampliação do acesso aos bens públicos e semi-públicos (ou meritórios) e (ii) para as economias em desenvolvimento a redução do ativismo estatal na esfera econômica. Em ambos os casos a gestão macroeconômica passa a priorizar a estabilidade monetária e abandona-se a ideia que o Estado deve ter um papel central na dinâmica de desenvolvimento. Esta agenda se traduz na introdução de reformas estruturais visando à ampla liberalização comercial e financeira, privatizações, desregulamentação e constrangimentos diversos à expansão do gasto público.

Neste sentido a reflexão sobre o impacto do neoliberalismo dos autores acima mencionados apontam para o papel das políticas públicas sob o desenvolvimento das sociedades, ou seja, busca-se dialogar com o questionamento, se uma chave interpretativa do mundo da década de 1950/60, como é o desenvolvimentismo, ainda seria válida no mundo neste início de século XXI. Deste modo, aponta-se para a perspectiva de que foi sobre impacto de distintos processos de desenvolvimento do capitalismo e de constantes crises econômicas que o desenvolvimentismo é formulado como uma teoria econômica e política, à medida que, se problematiza variáveis, segundo Fonseca (2014), como o processo de industrialização; a intervenção do Estado na sociedade e a promoção de um projeto nacional.

Com isso, André Singer (2018, p. 40), ao analisar as transformações da globalização e da terceira revolução industrial, problematiza: “Será que faz sentido utilizar categorias das décadas de 1950 e 1960 para abordar problemas de 2010?”. Ao dialogarmos com o questionamento de Singer, entendemos que o desenvolvimentismo ainda é um conceito que nos auxilia a lançar luzes sobre as transformações do início século XXI, mesmo com os múltiplos e variáveis sentidos que mobilizam o debate de diferentes autores e pesquisadores, por meio de expressões como “novo-desenvolvimentismo”, “social-desenvolvimentismo” e “neodesenvolvimentismo”.

Segundo Singer (2018, p. 40) este debate pode ser percebido:

De acordo com autores “social-desenvolvimentistas”, por exemplo, menos investimentos públicos e mais subsídios ao investimento privado via desonerações, resultante de certa visão “novo-desenvolvimentista” teria contribuído para o fracasso do ensaio tentado por Dilma. Os “novo-desenvolvimentistas” por sua vez, atribuem problemas ao descaso com a austeridade fiscal, o que poderia ser atribuído ao tipo de concepção “social-desenvolvimentista”.

Embora este debate em torno das diferentes matrizes do desenvolvimentismo seja pertinente, optamos por uma definição mínima desse conceito para designar a experiência do que desejamos discutir. Neste sentido, a formulação do desenvolvimentismo adotado para nortear a pesquisa estaria alicerçada no entendimento de que ele seria um projeto com uma base social, econômica e política, visto que ele deve promover o aumento da produção e da produtividade; assim como, uma “consciência ou ato deliberado de alterar o status quo”. Ou seja, entende-se que o desenvolvimentismo seria um modelo que opera dentro de uma ótica dialética, pois ao mesmo tempo que ele desenvolve a economia capitalista, ele fortalece o Estado e promove políticas que busca enfrentar as desigualdades construídas pelo próprio sistema capitalista. Com isso, dialogaremos com a concepção formulada por Ricardo Bielschowsky (2000, p. 07), na qual o desenvolvimentismo seria:

[...] a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.

Vejamos a sistematização desses princípios na figura 1:

Figura 1 - “Desenvolvimentismo: núcleo comum principal”



IPEA, FONSECA, 2015, p. 23.

É, portanto, por meio da formação de um núcleo que se constitui o conceito de desenvolvimentismo, pois ele estaria alicerçado na formulação de um projeto nacional que promova não apenas a intervenção do Estado, mas também de governos no processo de industrialização, sendo este o mecanismo para promover o desenvolvimento e a transformação da sociedade. Segundo, Pedro Cezar Dutra Fonseca (2015, p. 42), podemos entender por desenvolvimentismo:

[...] a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.

Neste sentido, estamos de acordo com a ideia de que o conceito desenvolvimentismo estaria alinhado não apenas a promoção de uma ideologia, mas, também, de uma política econômica capaz de promover mudanças sociais. Segundo,

Fonseca (2015, p. 41), tal debate estaria orientado pela controvérsia entre idealismo e materialismo:

Se a opção for por ideologia, está-se implicitamente admitindo que o termo deve ser buscado no mundo do pensamento, das ideias ou das teorias, as quais, em certas condições históricas (por exemplo, a Grande Depressão), concretizam-se como política econômica, dando veia aos “Estados desenvolvimentistas”. A direção é do pensamento para a matéria. Já se a conceituação parte da política econômica, o caminho é inverso: o desenvolvimentismo é entendido primordialmente no campo material da história: trata-se de uma política econômica efetivamente praticada por governos em determinado tempo e lugar.

Para, Fonseca (2015, p. 43-4), o desenvolvimento está alinhado com os seguintes princípios:

1. Política econômica: remete diretamente à experiência histórica concreta ou material como o conjunto onde se foi buscar a categoria conceituada; ademais, lembra o intervencionismo como integrante do core do conceito, pois remete à nação e ao Estado, já que este, por suposto, é a instituição incumbida de formular e executar a política econômica, esta entendida, como já mencionado, como políticas meio, fins e institucionais;
2. Formulada e/ou executada: remete à estratégia ou projeto, pois a política econômica às vezes pode não ter tido sucesso em sua execução; reforça, ainda, o caráter “material” da conceituação, posto que os atributos foram testados em experiências históricas;
3. Deliberada: remete à necessidade da consciência ou intencionalidade, posto que resulta de um projeto ou estratégia que se materializa em um guia de ação para reverter um status quo não desejável; a economia subordina-se à política, pois é neste âmbito, e não no mercado, em que a estratégia ou projeto são formulados; remete, ainda, à práxis ou, na perspectiva weberiana, à ação social racional;
4. Governos: remete ao agente formulador e/ou executor do projeto nacional ou estratégia para a nação como atributo do core do conceito, já que circunscreve a nação como unidade ou lócus de abrangência do projeto, embora possam existir experiências subnacionais, como é lembrado a seguir entre parênteses; subentende-se, ainda, que o grupo dirigente depende de uma correlação de forças políticas, sem a qual não se sustentaria como governo;
5. Crescimento da produção e da produtividade: remete ao crescimento dessas variáveis como condição ou instrumento necessário da estratégia ou projeto de reversão do status quo (ação social racional referente a fins);
6. Liderança do setor industrial: remete à industrialização como variável-chave do núcleo comum do desenvolvimentismo, enfatizada por todos os autores analisados e presente também nas experiências históricas utilizadas como “teste”; tal liderança não significa que o desenvolvimento do setor primário esteja ausente do projeto, mas assume a industrialização como necessária tanto para superar o antigo modelo agroexportador e os enclaves, mineiros ou de plantations, como para acelerar a produtividade e a difusão do progresso técnico, com repercussões nos demais setores da economia;
7. Transformar a sociedade: remete, mais uma vez, ao projeto de alterar o status quo, e à práxis, ou seja, à ação consciente de indivíduos, grupos e segmentos sociais visando a determinado fim;
8. Fins desejáveis: remete ao desenvolvimentismo como ideologia, pois incorpora do

conceito os valores maiores que justificam a estratégia e o projeto para o futuro, a sua utopia em busca de outra sociedade melhor – embora esta expressão possa parecer um tanto ampla, faz-se necessária, uma vez que os fins variam de um governo para outro, embora melhor padrão de vida futuro para a população pudesse ser o objetivo desejável comum de todos eles; tais fins, ainda, podem atualizar-se, como incorporar cidadania, democracia e meio ambiente, atributos que não aparecem ou pouco destaque mereciam no período da amostra pesquisada. Incorpora-se, portanto, no conceito, variável axiológica, a qual se expressa como ideologia ou ideias que explicitam e justificam determinados fins ou valores (ação social racional referente a valores); 9. Problemas econômicos e sociais: remete ao status quo a ser superado; o caráter genérico da expressão deve-se ao fato de que os “problemas” reconhecidos como tal variam conforme o país e, às vezes, entre governos e períodos históricos de um mesmo país. Entre eles podem-se arrolar: baixa produtividade, concentração de renda, desigualdades regionais e baixos indicadores de saúde, educação e poluição ambiental, entre outros; 10. Sistema capitalista: remete à manutenção da propriedade e da iniciativa privada como instituições, e do mecanismo de formação de preços e de alocação pelo mercado, mesmo que o Estado participe de forma reguladora ou supletiva.

O alinhamento de tais princípios busca nortear, portanto, o núcleo comum do desenvolvimentismo, como indica Fonseca (2015) de: forte intervenção governamental; do desenvolvimento da econômica voltada para o fortalecimento da indústria; e da defesa do projeto nacional. Tal perspectiva transformou a economia em países como o Brasil, pois como aponta Leda Maria Paulani (2017, p. 137): “[...] a experiência brasileira com o Desenvolvimentismo foi muito forte, tendo transformado o Brasil, de uma economia limitada, que basicamente produzia bens primários e agrícolas, em uma complexa e completa economia industrial”.

Neste sentido entendemos que a adoção de tais princípios ao longo de diferentes governos levou a economia brasileira, mesmo que tardiamente, a ser inserida no capitalismo financeirizado. Para Paulani (2017, p. 144) a inserção do Brasil ao processo de financeirização da economia, ocorreu de forma passiva, pois:

A economia brasileira [...] serviu à acumulação financeira internacional por ter configurado a demanda que faltava a uma riqueza financeira crescente e ávida por valorização, tornando-se depois vítima desse mesmo processo, na sequência da brutal elevação dos juros de 1979 e da explosão da chamada “crise da dívida externa” no anos 1980; depois, de forma ativa, quando, a partir de meados dos anos 1990, sob os eflúvios dos ventos neoliberais que haviam tomado de assalto o país, tomou as providências, para seu ingresso na era da financeirização como “potência financeira emergente” ou nos nossos termos, como plataforma internacional de valorização financeira”.

A formulação deste debate nos ajuda na compreensão de que economias periféricas, como é o caso da brasileira, está a serviço do desenvolvimento das economias centrais do capitalismo. Ao analisarmos o passado recente do Brasil, podemos observar, como diferentes governos enfrentaram tal problematização. Neste sentido apontamos para a reflexão de como as opções políticas de governos como os do PSDB e do PT favoreceram ou não a inserção do Brasil ao neoliberalismo.

Ao analisar as políticas públicas adotadas tanto pelos governos do PSDB quanto do PT, (Arretche; Marques; Faria, 2019), apontam como tais governos estiveram de alguma forma comprometidos com o desenvolvimento da agenda neoliberal. No entanto, é possível observar diferenças entre esses governos, pois enquanto os governos do PSDB produzem políticas que defendem a privatização como um instrumento de desenvolvimento do país, já os governos do PT optam por um desenvolvimento do país que promova políticas sociais capazes de enfrentar as desigualdades estruturais do país. Com isso, apontamos que os governos do PT através de seus 14 anos à frente do executivo nacional, ao mesmo tempo que resgata os princípios do desenvolvimentismo, também busca se diferenciar dos 8 anos de governos do PSDB.

Neste sentido, Paulani (2017), aponta para a perspectiva de que o programa Bolsa Família, visto amiúde seria símbolo dessas políticas, embora ela (2017, p. 147) faça o seguinte destaque:

[...] muito mais importante foi a elevação do valor real do salário mínimo, que alcançou 85% entre 2003 e 2014, atingindo mais de 20 milhões de beneficiários do INSS e afetando muito rapidamente o perfil da distribuição de renda no país. Em paralelo, foram ocorrendo uma série de outras iniciativas, que contribuíram igualmente com a constituição de um tecido social menos desigual. Destacam-se aqui aquelas relacionadas à facilidade de acesso ao ensino superior por parte das classes de renda mais baixa (PROUNI, a criação de 18 novas universidades públicas, e a melhoria do FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante de Nível Superior). Conte-se, além disso a existência de outros programas sociais administrados pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), como o Programa de Cisternas, que entregou mais de 750 mil desses equipamentos no Nordeste entre 2011 e 2014, minimizando os efeitos da maior seca enfrentada pela região em 50 anos. Ainda na mesma linha temos o Minha Casa, Minha Vida, que, para além, de além de suas dificuldades do ponto de vista técnico e urbanístico, constitui um substantivo programa de produção subsidiada de moradias populares, e o Luz para Todos, que, criado em 2003, levou energia elétrica a mais de três milhões de famílias do meio rural de todo o país. Finalmente cabe mencionar uma série de programas com o mesmo espírito na

área da Cultura, além de reiteradas ações, do tipo cotas e similares, na defesa das assim chamadas “minorias” (negros, pardos, indígenas, mulheres), além da ampliação de direitos de determinadas classes trabalhadoras, como as das domésticas.

A questão seria se esse conjunto de políticas implementadas a partir de 2003 seriam suficientes para brejar o ímpeto privatista dos 8 anos dos governos do PSDB e retomar uma agenda desenvolvimentista no país? Ao analisar as diferenças entre os governos do PSDB e PT, (Arretche; Marques; Faria (2019, p. 06-07) apontam:

[...] esses dois partidos originalmente divergiam com relação à estratégias de combate à pobreza e foram progressivamente se afastando programaticamente. À medida que o PT se deslocou para a centro-esquerda, o PSDB se deslocou para a centro-direita. A inclusão social via Estado foi progressivamente perdendo centralidade no programa do PSDB, em favor da adoção de políticas orientadas a promover empregos. [...]. Enquanto as administrações petistas deram prosseguimento a essa tarefa de aperfeiçoamento institucional e de reforma normativa, ao mesmo tempo que intensificaram a construção de políticas de inclusão social e combate à desigualdade.

Não obstante a aparente incompatibilidade entre financeirização e desenvolvimentismo fazem parte do Projeto Lulista, pois a perspectiva de promoção de um Estado que se prioriza as políticas sociais veio acompanhada da promoção de uma economia que privilegiava os interesses do desenvolvimento do capital (nacional e internacional).

Ao analisar a perspectiva dos governos do PT, Paulani (2017, p. 249), discute que a intervenção do Estado “resume-se a pilotar o modelo em curso, com os olhos voltados à busca da redução da miséria e da desigualdade”, ao mesmo tempo que possibilita que a contradição fosse acomodada por meio do “crescimento econômico puxado pelas exportações e pelo efeito multiplicador daquele massivo conjunto de políticas sociais”. É diante, portanto, dessa contradição que buscamos discutir ao longo desta pesquisa, qual o papel do desenvolvimentismo sobre a experiência de modernização da sociedade brasileira, em específico, sob o Projeto Lulista.

2.3 | O projeto lulista sob a perspectiva da modernização conservadora

Ao longo da pesquisa buscamos discutir a perspectiva de que o projeto lulista ao promover um ensaio desenvolvimentista produz uma modernização conservadora da

sociedade brasileira. Segundo, José Maurício Domingues (2002, p. 460), podemos entender o conceito de modernização conservadora, por meio da seguinte perspectiva:

[...] a recusa a mudanças fundamentais na propriedade da terra. Os grandes proprietários manteriam, destarte, controle também sobre a força de trabalho rural, que não seria capaz, portanto de se libertar de relações subordinação pessoal e de extração do “excedente” econômico por meio de direitos. Foi isso que teve lugar tanto na Alemanha e no Brasil, ao contrário, por exemplo do que se passou na Inglaterra, com a transição para uma mercantilização do trabalho agrícola, ou na França e no México, com a revolução camponesa levando ao fim ou menos a um profundo enfraquecimento da grande propriedade rural e ao parcelamento da terra. Na modernização conservadora, as tradicionais elites agrárias forçaram uma burguesia relutante e avessa ao processo de democratização a um compromisso: a modernização fazia-se, sob a liderança e levando muito em conta os interesses dos proprietários agrários, conformando-se uma “subjetividade coletiva” centrada em um bloco transformista, cauteloso e autoritário em suas perspectivas e estratégias.

Ao dialogar sobre a centralidade na propriedade da terra, Domingues (2002, p. 461), aponta, para perspectiva de que a modernização produziu sob o desenvolvimento da sociedade brasileira, uma dualidade, pois:

No Brasil, a inelasticidade e o controle da fronteira agrária foram cruciais para a subordinação das massas rurais. Por outro lado abria-se espaço para a industrialização e uma certa migração, cada vez mais acentuada do campo para a cidade. [...] a modernidade era paulatinamente implantada entre nós de modo a impedir que um dos seus elementos fundamentais, a liberdade, ganhasse muito espaço.

Neste sentido podemos entender que esta transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana esteve associada a produção de uma cidadania regulamentada, caracterizando o nosso processo de modernização. Esta transição entre modos societários distintos carregaria valores que não necessariamente se complementavam. Não por acaso observamos ao longo do desenvolvimento do país a promoção de um “corporativismo estatal, de inspiração fascista”. Segundo, Domingues (2001, p. 461), este processo visava produzir desencaixes entre os interesses coletivos e os interesses individuais, para ele:

Era sobretudo fundamental minimizar os processos de “desencaixe” que operavam nos planos individual e coletivo, liberando a força de trabalho, conferindo cidadania, desvinculando os sujeitos da subordinação e da vida presa a contextos específicos e fixos, reconfigurando o espaço-tempo social que agora se tornava mais amplo, nacional, e agudamente orientado para o futuro – a

modernização –, e preenhe, por conseguinte, de possibilidades de mudança de vida.

Não por acaso a modernização ocorrida na sociedade brasileira entre o século XIX e XX produzirá uma tênue relação entre os valores de uma sociedade monárquica com os valores de uma sociedade republicana. Ou melhor, o processo de transformação da sociedade brasileira busca subjugar aqueles que são considerados os de baixo, ou seja, os que emergem como classe trabalhadora ao longo do processo de urbanização e industrialização do país. Por outro lado, este processo, atende aos interesses daqueles que dominam a posse da terra e, a emergente burguesia nacional que irá se consolidar por meio deste processo. Para, Domingues (2002, p. 461) abriu caminho para que a modernização conservadora consolidasse, de uma forma dialética, um projeto de desenvolvimento do país, pois:

Se imperava o que se chamou de “cidadania regulada” nesse período, por outro lado, uma “tradição republicana”, que buscava mediar a incorporação progressiva das massas que emergiam para a vida livre e para a política, foi um dos elementos que se destacaram nesse processo. Especialmente esta última não compôs um projeto claro e articulado, levado a cabo por uma “subjetividade coletiva” organizada, com identidade distinta e com forte intencionalidade, mas emergiu sim como resultado de respostas que, a partir de tradições políticas herdadas (ponto que elaborarei abaixo), vários agentes buscavam ante a modernização marcada por extrema exclusão que esteve em curso ao longo do século passado.

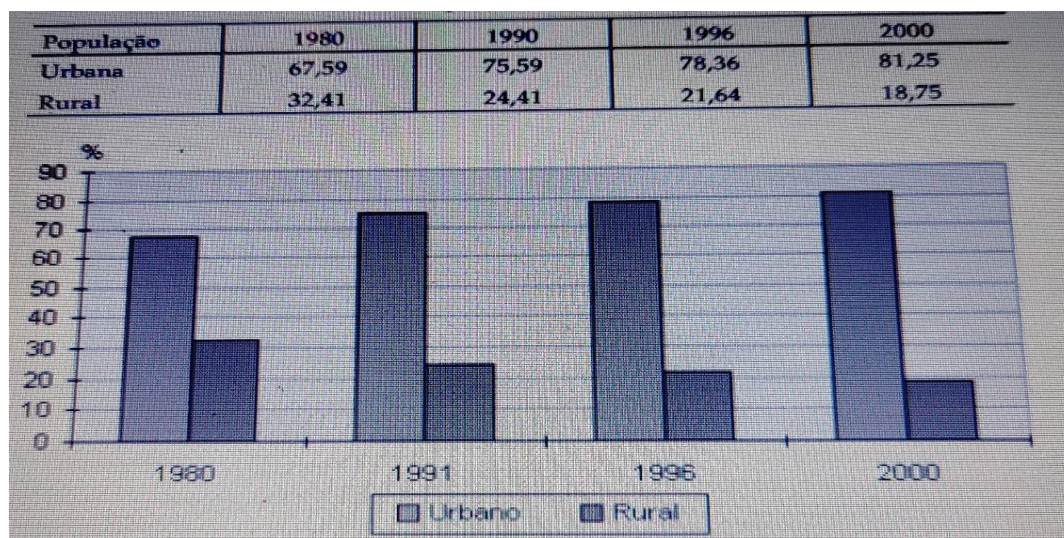
Este processo dirigido da modernização do país promoveu sob nossa sociedade traços autoritários. Conforme destaca, Domingues (2002, p. 462), a:

[...] modernização conservadoramente dirigido minou as próprias bases do conservadorismo à medida que emergia um país cada vez mais moderno, com indivíduos e subjetividades coletivas mais livres, menos propensos a ser manipulados. As duas ditaduras que marcaram o século XX brasileiro foram expressão das dificuldades dos núcleos dirigentes da modernização conservadora em controlar esse processo. Durante a segunda delas, que abarca o período de 1964 a 1986, este parece se ter, todavia, esgotado. A modernização havia ido tão longe que não era mais possível manter o controle sobre as novas subjetividades coletivas modernas e “desencaixadas” que se consolidaram durante a vigência da ditadura militar.

A consolidação da nossa modernização conservadora esteve visível não apenas na transição entre os nossos governos autoritários e democráticos, mas também no nosso

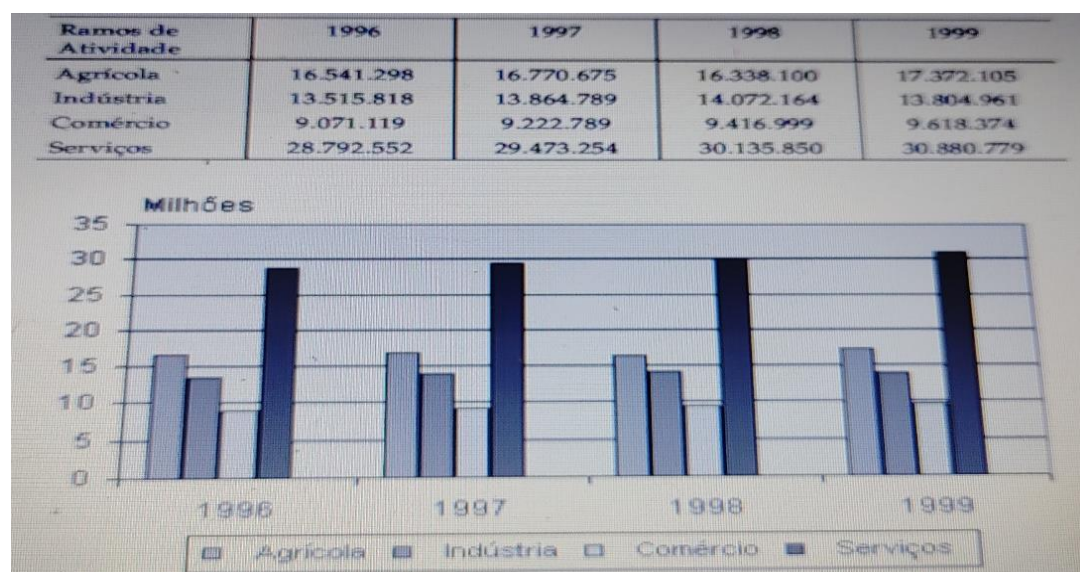
processo de urbanização e na nossa forma de organizar as relações de trabalho, conforme podemos verificar nos dados produzidos pelo censo do IBGE e demonstrado nos gráficos 1 e 2, apresentados abaixo:

Gráfico 1 - População Por Situação do Domicílio (1980-2000)



Fontes: Brasil em Síntese, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico (1980; 1991; 2000) e Contagem da População (1996) (www.ibge.gov.br).

Gráfico 2 - Pessoas Ocupadas por Ramos de Atividade (1996-1999)



Fonte: Brasil em Síntese, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1999) (www.ibge.gov.br).

Conforme descrito nos gráficos, acima apresentados, podemos entender que a elite econômica e política do país, aderem a uma proposta de modernização do conservadora. Esse processo por sua vez também estará expresso tanto em nossos governos autoritários quanto nos governos democráticos, assim como, na formação de nossos partidos políticos. Assim como, no processo de urbanização; na forma que a atividade econômica por setores e nas forma como as relações de trabalhavam passam a ser estruturadas na recente história do Brasil.

Não por acaso, que observamos como na história recente do país os governos do PT, enfrentaram o desenvolvimento desigual existente na sociedade brasileira por meio da inversão de quem seria a periferia e o centro em seus governos, ao mesmo tempo, que promovia o desenvolvimento econômico do país e, reproduzia esta lógica na organização do capital no mundo, pois buscava-se realinhar os seus parceiros econômicos. No item a seguir buscaremos dialogar de como este desenvolvimento desigual foi capaz de promover um Estado que atendesse ao interesses do capital, mas também ao projeto lulista.

2.4 | O desenvolvimento desigual e combinado no projeto lulista

Ao analisarmos a construção do projeto lulista observamos que a perspectiva de desenvolvimento do país está articulada, também, ao desenvolvimento macro. Neste sentido, podemos entender que o Estado brasileiro por meio do projeto lulista retoma o debate da lei de desenvolvimento desigual e combinado que norteou o debate entre as décadas de 1950 e 1960 e, que buscava dialogar com o modelo de desenvolvimento econômico das nações periféricas que estava associado a política de expansão das nações desenvolvidas.

Ao refletir o processo de desenvolvimento desigual e combinado ocorrido na Rússia, Francisco de Oliveira, na obra: “Elegia para uma re(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classe” (PazeTerra, 1977), busca discutir como no Brasil os contrastes da realidade social e as especificidades das lutas de classe daí decorrentes só poderiam ser efetivamente compreendidos quando aclaradas as singularidades das partes e suas funções no processo de acumulação, tomado de forma global.

Ressalta-se que o conceito de desenvolvimento desigual e combinado foi cunhado por León Trotsky ao analisar o processo de formação de nações consideradas atrasadas sob

a divisão econômica internacional e, foi discutida na obra: História da Revolução Russa (PazeTerra,1977). Segundo, Michael Löwy (1995), a lei do desenvolvimento desigual e combinado além de produzir uma análise sobre o imperialismo, rompe com a perspectiva de existência de um desenvolvimento evolucionista das nações, a “ideologia do progresso linear e o euro-centrismo”. Tal análise interpretativa orientou ao longo das décadas de 1960 e 1970 o debate entre intelectuais brasileiros sobre o desenvolvimento “etapista” e “dualista” da formação do Brasil

Para Löwy (1995, p. 78) um Estado que enfrenta os problemas existentes na sociedade com base na lei de desenvolvimento desigual e combinado produziria uma contradição, pois:

Uma das consequências do desenvolvimento desigual é aquilo que poderíamos chamar o privilégio dos retardatários: aqueles que chegam mais tarde, os marginais, os periféricos, os “atrasados” do ponto de vista de uma evolução histórica determinada — econômica, social ou cultural — podem tornar-se precisamente a vanguarda da transformação seguinte.

Ao refletir sobre o desenvolvimento de países como o Brasil, Oliveira (1977, p. 82), aponta para o papel do Estado sob o desenvolvimento de tal sociedade:

A expansão capitalista no Brasil no pos-30 e sobretudo na década de 50, que tem seu lócus na “região” industrial de São Paulo, cria pelo menos próprio movimento diferenciado de reprodução do capital numa estrutura social que começa a diferenciar-se crescentemente e, simultaneamente, pela lógica desse próprio movimento, começa a polarizar-se, assumindo essa polarização novas formas. O duplo movimento, de diferenciação e polarização, dá lugar à emergência de uma estrutura de poder que, no percurso da diferenciação-polarização. [...] onde de um lado uma classe dominante que não se diferenciava em seus interesses, uma burguesia que havia nascido do café, uma industrialização que não entrava em conflito com a oligarquia agrária, um Estado que era dirigido por representantes dessas oligarquias agrárias mas que impulsionava a industrialização [...].

Este debate em torno da lei geral do desenvolvimento desigual e combinado nos ajuda a apreender como a divisão econômica no mundo determina também o acesso aos direitos básicos à vida humana, assim como, nos ajuda problematizar como as regiões em cada país seguem esta lógica de desenvolvimento, determinando uma concepção de quem seria o centro e a periferia do desenvolvimento capitalista.

2.5 | O projeto lulista entre o centro e a periferia

O debate marxista em torno do imperialismo e do papel do Estado no desenvolvimento do capitalismo produziu uma perspectiva de existência de um centro e periferia do desenvolvimento desta sociedade. Obras de autores como: “Depois do Imperialismo” (1976), de Michael Barratt Brown; “Capitalismo Monopolista” (1966), de Paul Baran e Paul Sweezy; “O Capitalismo Tardio” (1968), de Ernest Mandel, “A Economia Mundial Capitalista” (1971), de Christian Palloix e “A Acumulação em Escala Mundial” (1974), de Samir Amin, buscaram refletir sobre como esta forma de desenvolvimento ocorreu.

Na América Latina este debate foi explorado por meios dos estudos desenvolvidos pela CEPAL e de Prebisch e Arrighi, onde buscaram analisar as causas e a possibilidade de superação do subdesenvolvimento encontrado nos países da região. Como mecanismo de diálogo com o projeto lulista apontaremos os pressupostos destes autores para o entendimento do papel do centro e da periferia no desenvolvimento capitalista, em particular no Brasil. Segundo, Ricardo Bielschowsky (2000, p. 16):

“Centro-periferia” é o conceito fundamental na teoria da Cepal. É empregado para descrever o processo de difusão do processo técnico na economia mundial e para explicar a distribuição de seus ganhos. De acordo com este conceito, a divisão internacional do trabalho provocou, desde os primeiros estágios do capitalismo industrial, efeitos diferenciados nas economias das duas regiões. Fazendo com que ambas se distanciassem crescentemente em termos de estágio de desenvolvimento.

Ao analisar a teoria do subdesenvolvimento discutida por Prebisch e Arrighi, Carlos Henrique Goulart Árabe (2003), aponta que esses autores estariam, respectivamente, embasados nos seguintes pressupostos teóricos, conforme descrito nas tabelas 1 e 2:

Tabela 1 - Resumo dos argumentos centrais em Prebisch

	A partir de bases keynesianas, critica a teoria neoclássica das vantagens comparativas e elabora uma concepção alternativa para explicar desequilíbrios nas comparativas e elabora uma
--	--

<p>Marco Teórico</p>	<p>concepção alternativa para explicar desequilíbrios nas relações internacionais de troca e a disparidade do desenvolvimento e da riqueza entre os países. Dá grande importância à mudança do “centro cíclico” da economia mundial da Inglaterra para os EUA. De forma combinada, aponta a diferenciação entre as estruturas produtivas no centro (homogêneas e diversificadas) e na periferia (heterogêneas e especializadas). Funda, em conjunto com outros autores a teoria do subdesenvolvimento.</p>
<p>Estrutura da economia mundial</p>	<p>Organização assimétrica da economia mundial (capitalista), formando um centro e uma periferia. O centro se define pela capacidade de gerar progresso técnico e transfere renda. A assimetria da economia mundial não é definida somente no plano internacional. Internamente, assinala o caráter diferenciado das estruturas econômicas e sociais dos países centrais (diversificada e homogênea em termos de níveis de produtividade) e dos países periféricos (especializada e heterogênea em termos de níveis de produtividade).</p>
<p>Superação do subdesenvolvimento</p>	<p>O processo de industrialização é visto como parte fundamental, embora não suficiente, das alterações necessárias para a passagem ao processo de desenvolvimento. “Dialética” da industrialização: efeito positivo, mas contraditório (gera novas formas de subordinação da periferia ao centro). Incluiu a necessidade de mudanças sistemáticas (pelo menos do ponto de vista regional).</p>

Fonte: ÁRABE, Carlos Henrique Goulart. **Centro e periferia**: cinquenta anos depois. São Paulo: USP, 2003. p. 188.

Tabela 2 - Resumo dos argumentos centrais em Arrighi

Marco Teórico	A partir da teoria dos sistemas mundiais, que conhece o capitalismo como sistema universal (concepção elaborada principalmente por I. Wallerstein), critica tanto as concepções neoclássica como as teorias do subdesenvolvimento formulada por Prebisch e outros autores. Procura superar as críticas À teoria dos sistemas mundiais (cuja base conceitual coloca a ênfase nas relações de troca, ou seja, na circulação de mercadorias) incorporando referências à divisão mundial do trabalho e às transferências unilaterais de capital e trabalho.
Natureza do subdesenvolvimento	Mais do que simultaneidade da desigualdade do desenvolvimento capitalista entre os países, há a permanência do subdesenvolvimento como parte integrante e constante da economia mundial capitalista. A natureza do subdesenvolvimento é sistêmica e encontra-se fundada nas relações de troca desigual (conceito ampliado) e relações de dominação estabelecidas no plano internacional.
Superação do subdesenvolvimento	A superação do subdesenvolvimento está vinculada à superação da economia capitalista como sistema universal, à sua substituição pelo socialismo, também visto como um sistema universal. Crítica à industrialização quando vista como equivalente a desenvolvimento (tratar-se-ia de “periferização” da indústria). Crítica à “ilusão desenvolvimentista” vale dizer, às nacionais de desenvolvimento.

Fonte: ÁRABE, Carlos Henrique Goulart. **Centro e periferia**: cinquenta anos depois. São Paulo: USP, 2003, p. 190.

A análise dos pressupostos teóricos tanto de Prebisch como de Arrighi nos auxiliam a compreender como os governos no mundo, mas em particular na América Latina, se debruçaram na construção de projetos econômicos e políticos que possibilitassem a superação do subdesenvolvimento dos países da região. Neste sentido podemos depreender como o projeto lulista esteve alinhado a este debate, como ao longo dos seus governos buscou-se construir pontes para uma melhor superação do subdesenvolvimento. No entanto, observa-se que o projeto lulista esteve alinhado aos pressupostos produzidos por Prebisch e a Cepal, pois irá defender-se o desenvolvimento da economia com base na perspectiva de que: “A periferia, de outro lado, expressa uma estrutura heterogênea na sua produtividade e um importante grau de especialização” (ÁRABE, 2003, p. 187).

Ao dialogarmos com esta discussão macroeconômica buscamos ao mesmo tempo realizar um deslocamento para refletirmos como tais perspectivas apontaram para caminhos que ora possibilitaram ao projeto lulista apresentar-se enquanto um modelo de desenvolvimento consolidado e ora enquanto um modelo que estava em crise. Neste sentido, discutiremos como as políticas públicas, em particular, a política habitacional, se constitui nessa dualidade de caminhos ao longo dos governos do PT.

2.6 | A concepção do reformismo fraco sob o projeto lulista

A compreensão de que os governos do PT por meio do Projeto Lulista estariam embasados por um reformismo fraco, foi definido por André Singer (2012), ao longo do livro: “Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador”. Ao problematizar que os governos do PT teriam construído um pacto de conciliação com a burguesia nacional e, expresso ele na carta ao povo Brasileiro, Singer, destaca uma das características do que seria os seus governos do PT – uma reforma gradual e pacto conservado, à medida que ele buscava “combater a miséria sem confronto com o capital”.

Tal perspectiva, estaria por exemplo na política econômica conservadora adotada por Lula em seu primeiro mandato (2003-2006). Segundo, Singer (2012, p.10):

Nos dois primeiros meses de 2003, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) aumentou os juros de 25% para 26,5%. De modo a pagar a dívida contraída com essa elevação, o Executivo subiu a meta de superávit

primário de 3,75% em 2002, já considerada alta para 4,25% do PIB (Produto Interno Bruto) e anunciou em fevereiro enorme corte de 14,3 bilhões de reais, no orçamento público, quase 1% do produto estimado para aquele ano. O poder de compra do salário mínimo foi praticamente congelado em 2003 e 2004. Para completar o pacote, em 30 de abril de 2003 o presidente desceu a rampa do Planalto à frente de uma extensa comitiva para entregar pessoalmente ao congresso o projeto com reforma conservadora da Previdência Social. Entre outras coisas, a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 40 acabava com a aposentadoria integral dos futuros servidores públicos.

Como efeito dessas decisões de austeridade, nos dozes primeiros meses do governo do PT o PIB caiu para 1,3% ante os dozes últimos meses do governo de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, passados oitos anos de governos do PT, o cenário era outro, pois como aponta Singer (2012, p. 11):

Em dezembro de 2010 os juros tinham caído para 10,75% ao ano, com taxa real de 4,5%. O superávit primário fora reduzido para 2,8% do PIB e, “descontando efeitos contábeis” para 1,2%. O salário mínimo, aumentado em 6% acima da inflação naquele ano, totalizando 50% de acréscimo, além dos reajustes inflacionários, entre 2003 e 2010. Cerca de 12 milhões de famílias de baixíssima renda receberiam um auxílio entre 22 e duzentos reais por mês do Programa Bolsa Família. O crédito havia se expandido de 25% para 45% do PIB, permitindo o aumento do padrão de consumo dos estratos menos favorecidos, em particular mediante o crédito consignado.

Foi, portanto sob o signo da contradição que o capitalismo brasileiro foi gerido pelos governos do PT, ou melhor, foi por meio de uma modernização conservadora que o lulismo irá produzir uma dualidade ao longo de seus governos entre: conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança de que o lulismo enquanto projeto fosse consolidado. Este processo, na interpretação de Singer (2012) que aparentemente expressaria uma dualidade entre a ideia de que no projeto lulista haveria um “reformismo forte” e um “reformismo fraco” é substituída por uma perspectiva de que o projeto lulista foi reformista.

No entanto, como categoria analítica, corroboramos, com a ideia que o projeto lulista ao diminuir a desigualdade também tornou mais ricos aquele que já eram ricos. Como isso, o lulismo seria uma expressão do reformismo fraco, à medida que construiu com a burguesia nacional uma aliança que permitiu enfrentar alguns problemas estruturais

do capitalismo brasileiro, mas sem confrontar a ordem. Esta perspectiva seria segundo, Bruno Casalotti Camillo Teixeira (2013, p. 142-3)⁵⁶:

[...] a desigualdade no Brasil cai devagar porque o lulismo permitiu que os ricos também ficassem mais ricos. Mas isso não impediu, no entanto, que num dado momento (especialmente no segundo mandato) o combate à pobreza fosse colocado como pauta prioritária. Em verdade, durante o governo Lula, houve mudanças de hierarquia nas prioridades das políticas, o que aconteceu segundo a margem de manobra disponível em face de cada conjuntura. Se, no primeiro mandato, houve um pacote de medidas conservadoras com vistas à estabilização da economia e das contas públicas, sendo esta uma escolha eminentemente política de não entrar em choque com o capital, no segundo mandato, consolidou-se o combate à pobreza como prioridade. A valorização do salário mínimo e a geração de postos de trabalho (elemento decisivo no combate à pobreza, sendo que só pela transferência de renda não há geração de riqueza) ativaram o mercado interno por baixo e integraram o subproletariado, o que significa que houve um sentido reformista no segundo mandato.

A formulação, portanto, deste pacto conservador, seria suficiente para reforçamos a chave de que o sentido do lulismo estaria em lançar luz sobre as contradições da formação brasileira por meio de um reformismo fraco. Para, Singer (2012) o lulismo:

[...] ao promover um reformismo suficientemente fraco para desestimular conflitos, ele estende no tempo a redução da tremenda desigualdade nacional, a qual decai de modo muito diante do seu tamanho, em compasso típico dos andamentos dilatantes da história brasileira (escravatura no Império, política oligárquica na República, coronelismo na modernização pós-1930).

Com isso o lulismo ao incorpora os subalternos ao projeto de desenvolvimento do país ele também atende aos interesses da classe dominante e, consolida por meio de uma conciliação a perspectiva de uma modernização conservadora, À medida que, promove uma distribuição de renda sem romper com o capital.

2.7 | O papel dos subalternos no lulismo

Ao longo da pesquisa apontamos que o conceito de subalternos é utilizado em consonância com outros conceitos que utilizamos na pesquisa como população de baixa

⁵⁶Cf.: TEIXEIRA, Bruno Casalotti Camillo Teixeira. SINGER, André Vitor (2012). **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. Primeiros Estudos, São Paulo, n. 5, p. 138-145, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/tiago/Downloads/52559-Texto%20do%20artigo-85056-1-10-20131108.pdf>. Acesso em: nov. 2021.

renda; pobre; subproletariado. Apesar da especificidade de cada um deles, tal perspectiva busca refletir como esta chave analítica possui um papel norteador no desenvolvimento do lulismo.

No caso específico da categoria subalternos estamos de acordo com o questionamento realizado por Gaytri Chakravort Spivak (2010) na obra: “Pode o subalterno falar?”⁵⁷ ao analisar o lugar dessa classe na sociedade indiana. Para ela (p. 12):

[...] o termo deve ser resgatado, retomando o significado que Gramsci lhe atribui ao se referir ao “proletariado”, ou seja àquele cuja voz não pode ser ouvida. O termo subalterno, descreve as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante.

Neste sentido Camila Góes (2018)⁵⁸ problematiza na sua obra: “Existe um pensamento político subalterno? Um estudo sobre os Subaltern Studies (1982-2000)”, a partir de um estudo sobre o subalternos, que a fala dessa classe está inserida na construção de um pensamento que por meio de seu cotidiano o permite interpretar e transformar ele conforme as suas necessidades.

Com isso, Góes (2014, p. 19)⁵⁹ ao dialogar com Antonio Gramsci (1975) sobre o papel do intelectual ela reforça a perspectiva de que tal reflexão deve ser orientada não com a intensão “de se falar por ela” ou “de silenciar ela”, mas de localiza-la em uma construção histórica da sociedade capitalista, na qual “[...] a atividade intelectual se deveria modificar a concepção de mundo existente e suscitar novas maneiras de pensar, fortalecendo, desta forma, a criação de uma nova camada intelectual que deveria ser especialista, mas também dirigente”. Com isso:

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, na exterior motriz e momentânea dos afetos e das paixões, mas no misturar-se à vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente” e por não ser mero orador – e, todavia, superior ao espírito abstrato matemático; da

⁵⁷SPIVAK, Gaytri Chakravort. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010. Disponível em:<file:///C:/Users/tiago/Downloads/[Livro]20Pode%20o%20subalterno%20falar%20(Gayatri%20Spivak).pdf>. Acesso em. fev.2022.

⁵⁸Cf.: GÓES, Camila Massaro Cruz de. **Existe um pensamento político subalterno?** Um estudo sobre os Subaltern Studies, 1982-2000. 1. ed. São Paulo: Alameda/Fapesp, 2018.

⁵⁹Cf.: GÓES, Camila Massaro Cruz de. [Resenha de] Spivak, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.. OUTUBRO (SÃO PAULO), v. 21, p. 277, 2014.

técnica-trabalho deve atingir a técnica-ciência e a concepção humanista histórica, sem a qual se mantém “especialista e não se torna “dirigente” (especialista + político). (Gramsci, 1975, p. 1551).

Ao dialogarmos ao longo desta pesquisa com a concepção apresentada por Gramsci (1975), Spivak (2010) e Góes (2014;2018) buscamos também refletir como o ensaio desenvolvimentista produzido pelo lulismo buscou enfrentar esta questão a luz do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Com isso, no questionamos: Seriam as políticas públicas construídas ao longo dos governos do PT um instrumento para localizarmos historicamente o lugar desta classe na sociedade brasileira? Seria a inserção dessa classe na sociedade de consumo um mecanismo para a transformação da realidade?

Ao refletirmos sobre este questionamento dialogamos também sobre o papel dos subalternos na construção do lulismo. Conforme demonstrado pela nossa pesquisa os subalternos se constituíram na base de sustentação desse projeto, no entanto, no acirramento das contradições existentes nele percebe-se que a sua incorporação produz pontes, que ora estão fortes, ora estão trincadas e ora estão quebradas, conforme demonstraremos a seguir.

Neste sentido, fica o desafio para o projeto lulista, de como a construção de um pensamento subalterno também deve estar orientado pela construção de uma consciência que permita a essa classe ser pensada não apenas como consumidora, mas também como aquela que de uma forma consciente conduz o seu processo de inserção e transformação da sociedade.

3.1 | Os sentidos do projeto lulista

“Este país está precisando voltar a ser humanizado. Nós precisamos voltar a ser humanista outra vez. Eu quando era presidente dizia: A gente tem que pensar com o coração. Não é pensar apenas com a cabeça, porque às vezes a gente tem na cabeça um pouco de racionalidade. No coração a gente não tem. E esse país o cara não tem que governar, o cara precisa cuidar. E cuidar de quem? De quem mais precisa. Não é o rico que precisa do governo, não é a classe média alta que precisa do governo, quem precisa do governo é o povo trabalhador, é o pequeno produtor rural e o médio produtor rural, são as pessoas que moram nas favelas, que moram nas periferias, são os microempreendedores desse país, são as pequenas cooperativas que precisam do Estado. É para esses que temos que governar, é para esses que a gente tem que dar prioridade. Porque senão a gente não vai tirar o país das desgraças que eles meteram”.⁶⁰

Ao iniciarmos este capítulo com o discurso do ex-presidente Lula em ato ocorrido na Cinelândia em 2022, buscamos retomar aquele que seria o sentido do projeto lulista, ou melhor, os seus sentidos. Buscamos por meio do trecho deste discurso dialogar com análise de Singer (2012; 2018) de que a chave que norteia o projeto lulista seria, o pobre. Ao ampliarmos a lente de análise deste contexto diríamos então que a chave explicativa do lulismo estaria na construção de um governo que atenda às necessidades do subproletariado. Não por acaso que as políticas produzidas ao longo dos governos do PT buscaram atender esta parcela da sociedade brasileira. Ao refletirmos sobre os sentidos de Programas como o Minha Casa, Minha Vida, percebemos como ele poderia ser um instrumento dessa perspectiva do projeto lulista, no entanto, observamos a existência de um fator limitante neste processo, pois os governos do PT não visam o rompimento total com a lógica capitalista, por isso, a classe dominante tem os seus interesses atendidos. Este fator esta, segundo Singer (2018), vinculado ao nosso modelo de sociedade, pois no Brasil, como

⁶⁰Discurso produzido por Luiz Inácio Lula da Silva no contexto da sua candidatura à presidência da república do Brasil em 2022. Participaram do evento os seus correligionários e foi realizado na Cinelândia, Rio de Janeiro, em 08 de julho de 2022. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=gPnUXR9_YOE>. Acesso: jul. 2022.

bem aponta Oliveira (2003, p. 132) não há: “nenhum resíduo pré-capitalista”. Ainda, segundo, Singer (2018, p. 21) no Brasil:

Nunca existiram resquícios feudais, nem castas hindus, nem comunas camponesas russas, mas segundo penso, as fundações de uma sociedade mercantil-escravagista ligada ao capitalismo central que dominou os trezentos anos de colonização. Um traço peculiar desta sociedade é o limbo, do qual os pobres podem sair (e no qual podem voltar a cair) individualmente, mas nunca como classe. Em outras, palavras, alguns pobres podem deixar de ser pobres, mas a pobreza não pode deixar de existir. Como consequência, as massas predominam. O que significa que Lula não poderia resolver a quadratura do círculo, e o lulismo se quebrou porque, acelerado por Dilma no bojo da ideologia rooseveltiana, acabou vítima de suas contradições, que são igualmente as contradições brasileira.

Ao dialogarmos com o pensamento de Singer (2018), buscamos destacar como o lulismo ao definir o pobre como a classe de sustentação de seu projeto ele acirra as contradições existente tanto no lulismo como na sociedade brasileira. O lulismo ao produzir um ensaio desenvolvimentista (Singer; Loureiro, 2016, p. 19) ele reativa a “coexistência estável entre atraso e moderno, típica de países periféricos, que dão um passo em direção ao futuro para logo em seguida darem outro em direção ao passado [...]”. Vejamos a seguir como este processo se conforma na sociedade brasileira.

3.2 | O papel do desenvolvimentismo sobre o projeto lulista

Ao analisar o papel do Estado no desenvolvimento tardio do capitalismo brasileiro, Greiner Costa e Marcio Pochmann, no livro: “O Estado como parte da solução: uma análise dos desafios do desenvolvimento brasileiro”, apontam para uma reflexão de que este processo está associado a um movimento pendular “que tem se voltado ora à ordem liberal-conservadora ora ao progresso dos projetos de grandeza nacional” (COSTA; POCHMANN, 2020, p. 07).

Ao incorporarmos a interpretação de Costa e Pochmann (2020) sob o papel do Estado no desenvolvimento do capitalismo brasileiro e, que pesquisa buscamos refletir como os governos do PT retomam os elementos estruturante do desenvolvimentismo, à medida que, defendia-se um crescimento econômico aliado a uma justiça social. Deste

modo, dialogamos com Bresser-Pereira⁶¹ (2016, p. 145), para problematizarmos como o projeto lulista produzir um ensaio desenvolvimentista.

O desenvolvimentismo pode ser pensado de duas maneiras diferentes: (a) como uma forma de organização econômica e política do capitalismo alternativa ao liberalismo econômico, e o correspondente estilo de gestão econômica desse capitalismo; e (b) como uma escola de pensamento econômico. Neste segundo caso, o novo desenvolvimentismo é um sistema teórico que tem origem na economia política clássica, na teoria econômica keynesiana e no desenvolvimentismo clássico. Enquanto forma de capitalismo, o desenvolvimentismo manifesta-se pela primeira vez como mercantilismo. Enquanto teoria, está presente de forma específica no desenvolvimentismo clássico (originalmente denominado *development economics* e, na América Latina, *estruturalismo*) e no novo desenvolvimentismo. Historicamente foram duas as formas de Estado e de capitalismo: a liberal e a desenvolvimentista – liberal na medida em que o Estado se limite, no plano econômico, a garantir a propriedade e os contratos e a administrar de forma responsável suas contas fiscais; desenvolvimentista se, além, disso, intervenha moderadamente no mercado e adote um nacionalismo econômico razoável na competição entre os estados-nação. O desenvolvimentismo assim definido supõe um Estado no qual uma coalizão de classes política está voltada para o desenvolvimento econômico e tem em seu núcleo a burguesia industrial, que se supõe ser relativamente “nacional”, os trabalhadores urbanos industriais e parte da burocracia pública. Para as três classes o desenvolvimento econômico é entendido como mudança estrutural, inicialmente sob a forma de industrialização, e, mais tarde, como sofisticação produtiva quando surgem serviços caracterizados por tecnologia complexa, pessoal qualificado, valor adicionado per capita alto, e salários correspondentemente elevados. Esta coalizão ou pacto político desenvolvimentista vê o sistema capitalista não apenas como um sistema de competição entre empresas, mas também de competição entre estados-nação. Da mesma forma que as empresas precisam de estratégias gerenciais para serem bem sucedidas na competição, os estados-nação também precisam definir estratégias de desenvolvimento. Nessa competição, a prioridade para as empresas é o lucro e o meio, a inovação schumpeteriana, já para os países é o desenvolvimento econômico e o meio, a acumulação de capital com incorporação de progresso técnico.

⁶¹O diálogo ao longo desta tese com as contribuições de Luis Carlos Bresser-Pereira não significa que estamos alinhados a sua perspectiva teórica, mas apenas entendemos que a sua reflexão sobre o desenvolvimentismo se soma ao esforço intelectual de compreender o caminho do projeto lulista. Destacamos que Bresse-Pereira, embora tenha composto os governos anteriores aos do PT, como os de José Sarney (1995-1998) e Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), ele atualmente faz parte do grupo que busca propor uma “nova” matriz explicativa: o novo-desenvolvimentismos e, suas reflexões nos auxiliam à problematizarmos como o projeto lulista se utiliza das chaves interpretativas que sustentam o desenvolvimentismo. Ressalta-se, ainda, que ao longo da pesquisa debatemos com outros autores e, na qual possuímos de modo mais claro um alinhamento teórico, como por exemplo, Caio Prado Jr.; Roberto Schwarz; Celso Furtado; José de Souza Martins; Karl Marx; Paul Singer; Antonio Gramsci; Raul Prebisch; Francisco de Oliveira, André Singer e Florestan Fernandes.

Ao dialogar com a concepção clássica do desenvolvimentismo⁶² um grupo de intelectuais⁶³ aponta que a recente experiência econômica de desenvolvimento do país teria fortalecido o Estado com características que estariam associadas a um social-desenvolvimentismo, pois busca-se aproveitar de um potencial mercado interno para a promoção do crescimento econômico, mas também a realização de políticas sociais, que atende as necessidades do subproletariado. Com isso, o projeto social-desenvolvimentista, seria segundo Ricardo Carneiro (2012, p. 776), dividido em quatro períodos:

[...] a estratégia social-desenvolvimentista compreende quatro eixos distintos e necessariamente complementares, mas que vêm sendo implementados com diferentes graus de prioridade e maturação: i) a melhoria da distribuição da renda; ii) a ampliação da infraestrutura econômica e social; iii) a reindustrialização via adensamento de cadeias; iv) a expansão do setor baseado em recursos naturais.

Ao analisarmos o ensaio desenvolvimentista proposto pelos governos do PT dialogamos com a perspectiva apontada por, Nelson Barbosa (2013), de que os governos do PT irão dividir as suas estratégias em três fases. Na primeira observa-se uma política de controle inflacionário e enxugamento dos gastos públicos; já na segunda fase se implementa uma política de redução dos juros e aumento dos gastos públicos; e na terceira busca-se blindar o país da dependência e volatilidade externa.

Neste sentido dialogamos com a perspectiva apresentada por Vinicius Resende Carretoni Vaz (2017), nos governos do PT o ensaio desenvolvimentista se inicia num

⁶² Segundo, Ricardo Bielschowsky (2000, p. 07): “Entendemos como por desenvolvimentismo, [...], a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente”. Tal perspectiva, segundo, Bielschowsky (2000, p. 07-08) estaria assentada nas cinco principais correntes de pensamento, a saber: “três variantes do desenvolvimentismo (setor privado, setor público “não nacionalista” e setor público “nacionalista), o neoliberalismo (“à direita do desenvolvimentismo) e a corrente socialista (à sua esquerda)”. Dá-se ênfase, dentro de cada linha de pensamento, à obra de cada linha de pensamento à obra dos economistas mais representativos, em especial ao pensamento de Eugênio Gudin, Roberto Simonsen, Roberto Campos, Celso Furtado e Ignacio Rangel”.

⁶³ Cf.: Anexo 2: “**As 10 teses sobre o novo desenvolvimentismo**” publicado por um grupo de intelectuais. São Paulo, 29/07/2010.

primeiro momento entre 2003-2005; já entre 2006-2008 observa-se na segunda fase o seu aprofundamento e entre 2009-2010 teria a terceira fase, na qual busca-se estabelecer um recuo estratégico. Como isso, Vaz (2017, p.52-63), aponta que a primeira fase teria ocorrido entre 2003-2005:

[...] onde o governo opta por uma política de controle da inflação e diminuição do endividamento público e equilíbrio do mercado, dada a conjuntura de fuga de capitais. Entre 2006 e 2008, ocorre a segunda fase do governo Lula para Barbosa (2013), a chamada - fase expansionista, que permaneceu até a crise internacional. Para Barbosa, o governo Lula iniciaria sua ruptura com as políticas neoliberais a partir de setembro de 2005, quando o Banco Central passou a adotar uma nova postura, reduzindo os juros para 11,5% até 2007. A última fase seria a fase pós-crise internacional, 2009 e 2010, na qual o governo Lula aplicaria política para reverter os impactos da crise mundial e da queda na demanda externa.

Ao longo da primeira fase (2003-2005) o projeto lulista “abdicou de uma estratégia de ruptura radical com o tripé macroeconômico neoliberal”. Neste momento o PT, lança a carta ao “Povo Brasileira”⁶⁴ e consolida o caminho para o governo de conciliação e a estabilidade econômica do país. Segundo Vaz (2017, p. 53), o desafio deste momento seria:

[...] evitar a desestabilização e reativar a economia a partir do aumento das exportações; e só a partir de 2006, e principalmente em seu segundo mandato que o governo Lula atuaria de forma mais contundente no processo de criação de bases autônomas para o desenvolvimento. No entanto, fica pouco claro no pensamento de Barbosa e Mercadante, o que seriam as “bases autônomas do desenvolvimento”, pois o social-desenvolvimentismo estaria muito longe do projeto desenvolvimentista, que ressalta a necessidade de completar o processo de industrialização, consolidar o mercado interno e fortalecer o “projeto de nação” que trouxesse a ruptura com a dependência estrutural. À primeira vista, “as bases autônomas para o desenvolvimento” se limitam ao Estado cumprir um

⁶⁴ Na “**Carta ao Povo Brasileiro**”, lançada em julho de 2002, abdicávamos publicamente de uma estratégia de ruptura e assumíamos o compromisso com uma transição progressiva e pactuada para o novo modelo de desenvolvimento. O compromisso com a estabilidade econômica era apresentado como inegociável e o regime de metas inflacionárias, câmbio flutuante, e superávit primário e o respeito aos contratos eram claramente incorporados ao programa de governo. Acredito que a opção por uma transição progressiva foi acertada e fundamental para assegurar a governabilidade democrática, administrar politicamente a condição de minoria no parlamento, especialmente no Senado Federal, e acumular forças para que pudessemos avançar em direção ao nosso modelo de desenvolvimento. [...] Na realidade, a Carta constituiu-se em uma necessária revisão tática do tempo e dos meios para atingir o fundamental objetivo estratégico de concretizar o crescimento econômico sustentado com a formação de um amplo mercado de consumo de massa. As realizações conseguidas ao longo do governo Lula, especialmente no seu segundo mandato, comprovam, como ficará demonstrado neste livro, que esse governo implantou um novo modelo econômico social no Brasil, muito distinto do anterior. Gerou-se de fato, um Novo Desenvolvimentismo centrado na distribuição e renda, inclusão social e combate à pobreza (MERCADANTE, 2010, p. 37).

papel mais ativo, financiando o desenvolvimento através de políticas de distribuição e renda e investindo em infraestrutura, e no caso desta última, a relevância do aumento do investimento no governo Lula é questionável.

Já na segunda fase (2006-2008), momento em que o mundo passa por uma crise econômica, houve uma guinada do governo do PT que iria iniciar uma “ruptura” com as políticas neoliberais e propor um ensaio desenvolvimentista. Para, Barbosa (2013, p. 75), este período foi marcado por:

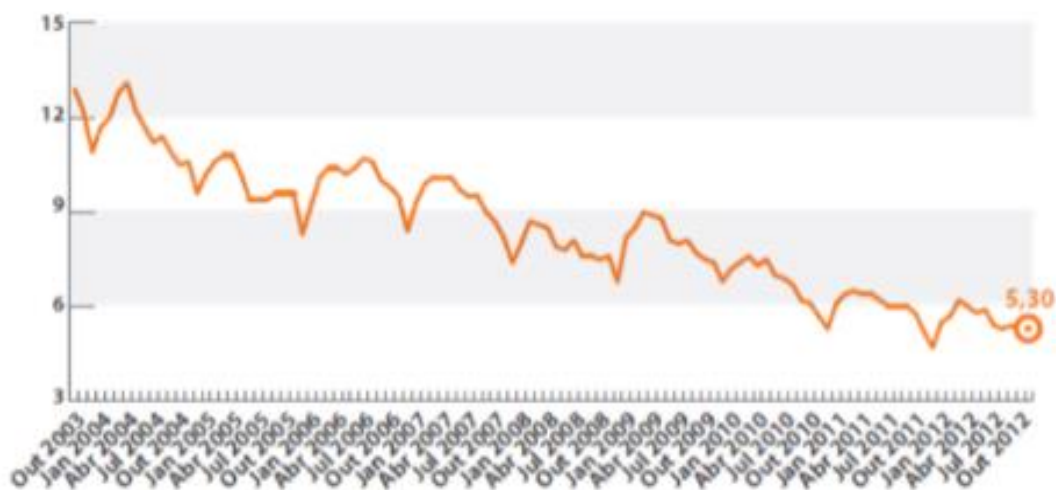
[...] uma forte expansão na produção agrícola brasileira e um comportamento favorável nos preços internacionais dos alimentos durante todo o ano. Esse fenômeno gerou uma —âncora verde para a inflação, que caiu de 5,7%, em 2005, para apenas 3,1%, em 2006. Em segundo lugar, mesmo diante da queda da inflação ocorrida em 2005, o governo decidiu manter a meta de inflação da economia brasileira em 4,5% nos anos subsequentes, com intervalo de tolerância de mais ou menos dois pontos percentuais. A adoção de uma meta de inflação realista daria margem de manobra para o BCB responder aos choques que afetariam a economia brasileira nos anos seguintes sem elevar demasiadamente a Selic. Por fim, em terceiro lugar, os preços das commodities começaram a subir fortemente a partir de 2007 e geraram uma grande apreciação da taxa de câmbio brasileira. Do ponto de vista da política monetária, a apreciação cambial neutralizou parte do impacto inflacionário da elevação nos preços das commodities em 2006 e 2007, ao mesmo tempo em que evitou o aumento da inflação nos preços dos bens industriais, que estavam sujeitos à concorrência internacional

A ampliação de acesso ao crédito aliado ao aumento do consumo interno; junto a diminuição da dependência externa, por meio da quitação de débitos com o FMI (Fundo Monetário Internacional)⁶⁵, criou, segundo Barbosa (2013) um período de crescimento econômico consistente e, que ele chamou de “expansionista”.

A retomada do crescimento econômico e o aumento do emprego formal e da renda salarial teriam desempenhado um importante papel no enfrentamento das desigualdades existentes no país. Como resultado desse processo temos a diminuição dos desocupados e/ou sem emprego formal no país, conforme demonstrado no gráfico 3:

⁶⁵Segundo Vaz (2017, p. 55), este período teve como marco histórico: [...] o pagamento da dívida com o FMI e o empréstimo feito de US\$14 bilhões, transformando o Brasil de devedor à credor do FMI em plena crise econômica mundial. O governo Lula buscou então a diminuição da vulnerabilidade externa, sem comprometer o investimento social.

Gráfico 3 – Taxa de desocupado em % (2003-2012)



Fonte: IBGE/PNE; Elaboração: Ministério da Fazenda.

Foi sob o impacto do superávit gerado pelas commodities⁶⁶ que os governos do PT promoveram um ensaio desenvolvimentista, pois segundo, Vaz (2017, p. 57), o Estado não necessitaria, portanto do endividamento externo para se financiar, isto marcaria um novo padrão de desenvolvimento da economia brasileira, pois ele estaria voltado para o atendimento da demanda social existente no país. Não por acaso que esta política impacta a valorização salarial, como indicado nos gráficos, respectivamente, 4 e 5:

⁶⁶Como indica Vaz (2017, p. 63) “um dos motivos do crescimento brasileiro foi o aumento da demanda externa por commodities, que levou ao saldo positivo na balança comercial. Por outro lado, assim como Mercadante, Barbosa também atenta para a “bolha das commodities”, esta bolha passou a pressionar a inflação brasileira enquanto os juros internacionais caíam. Lula manteve a política de fazer a contenção da taxa de inflação com o aumento dos juros, e em 2008 o Banco Central aumentou os juros para 13,75%, quatro dias antes da quebra do banco Lehman Brothers, quando um movimento especulativo para a apreciação do real cessou. Contudo, o período foi marcado por um câmbio relativamente o apreciado, isto gerou alguns reflexos para a economia brasileira; um deles foi o crescimento radical das importações, de US\$ 91 bilhões em 2005, para US\$173 bilhões em 2008 [...].

Gráfico 4 – Média do Salário Mínimo (1992-2010)



Fonte: IBGE/IPEADATA.

Gráfico 5 – Renda média dos Trabalhadores (1992-2011)



Fonte: IBGE/IPEADATA.

Com isso, o ensaio desenvolvimentista promovido pelo governo do PT, além de diminuir a taxa de desocupados, também possibilitou, o aumento do salário e da renda do trabalhado ao longo da década de 2000, mais especificamente, entre 2003 e 2010, conforme demonstrado nos dados acima apresentados. Além disso, observa-se ao longo desse período a criação das condições econômicas e políticas para implementação de importantes programas sociais do projeto lulista, como, por exemplo, o “Bolsa Família”, o “Programa Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV); “Programa Universidade para Todos” (PROUNI) ; “Luz para todos”; “Programa Cisterna”, entre outros. Segundo Vaz (2017, p. 58-9) este período produziu uma queda na pobreza existente no país, pois:

[...] todos os segmentos da sociedade tiveram aumento em sua renda per capita, onde o setor mais pobre teve a melhoria mais significativa, embora o país ainda apresentasse altos índices de desigualdade, o governo da época foi capaz de reduzi-la e combater a extrema pobreza, reduzindo o índice de Gini, paralelamente a expansão geral da renda. Podemos observar um relativo aumento nos gastos sociais na gestão petista. Em meados de 2000, aumentaram os empregos formais em regime CLT de 2003 a 2008. Foram criados 10,8 milhões de empregos formais no mercado de trabalho, quase o dobro do período de 1990 – 2002.

O conjunto dessas medidas “blindaram” o país no período de 2009-2010 para os impactos da crise econômica e o declínio da demanda externa. No entanto, Vaz (2017, p. 64), alerta que se esse modelo de “desenvolvimento seria inviável a longo prazo, fazendo-se necessária uma transição para um modelo de desenvolvimento mais autônomo e viável a longo prazo”. Para Carneiro (2012, p. 776), esse período possibilitou:

A melhoria da distribuição da renda, por meio de variadas medidas, acompanhada de acesso ampliado ao crédito, possibilitou a rápida ampliação do consumo de massas. A simultaneidade da expressiva elevação dos preços das commodities e das exportações líquidas permitiu afastar a restrição externa que poderia advir dessa estratégia de crescimento. A perda de impulso do eixo relativo ao consumo e a reversão do ciclo de preços das commodities torna imperioso que se acelere a transição do modelo para sua sustentação prioritária no investimento autônomo.

Como medida para o enfrentamento deste contexto o governo Lula implementou ainda no período de 2007-2008 a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e o Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC) como mecanismos de enfrentamento à crise econômica mundial e o cenário de disputas que o processo eleitoral de 2010 poderia produzir.

Os governos do PT buscaram promover por meio desse processo um conjunto de políticas que fosse capaz de retomar um ensaio desenvolvimentista. Buscamos demonstrar ao longo desta pesquisa que o projeto lulista se apoia no fortalecimento do Estado; mas também na conciliação de classes. Segundo, Singer (2012, p. 76-7):

[...] O pulo do gato de Lula foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, corresponde a nada mais nada menos que a realização de um completo programa de classe (ou fração de classe, para ser exato). Não da classe trabalhadora organizada [...], mas o da fração de classe que Paul Singer chamou de ‘subproletariado’.

Singer (2012, p. 200), ainda, aponta para reflexão de que:

[...] o lulismo tem um pertencimento de classe específico, cuja prioridade é a diminuição da pobreza, e não da desigualdade. Por isso, o reformismo fraco é o projeto adotado pelo bloco no poder. Expansão do mercado interno com integração do subproletariado ao proletariado via emprego (mesmo que precário), consumo e 82 créditos, sem reformas capitalistas, e com lenta queda da desigualdade como subproduto, é o que se deve esperar.

Assim, corroboramos com a perspectiva de que o projeto lulista, mesmo diante de muitas contradições, buscou construir pontes que possibilitasse o “Brasil reconhecer o Brasil” e, com isso enfrentar os seus gargalos estruturais; os desafios do seu presente, mas também do futuro do país. Para, Bresser Pereira (2004, p. 2): “O Brasil precisa de um novo desenvolvimentismo não porque o antigo fosse equivocados, mas porque encontra-se em um estágio diferente de desenvolvimento, vive uma nova realidade, e enfrenta novos desafios”.

4.2 | A construção da política habitacional nos governos do PT

Ao optar por um ensaio desenvolvimentista o projeto lulista fortalece o Estado como um mecanismo de fomento a política pública, mas também como um instrumento de aceleração econômica do país. Esta perspectiva, segundo, Luiz Carlos Bresser-Pereira (2016, p. 356), nos permite compreender que um dos legados dos governos PT seria: “não o desenvolvimento econômico, e sim a distribuição da renda”.

Neste sentido, as políticas públicas implementadas ao longo dos governos PT marcam o caráter “fortemente social e hesitantemente desenvolvimentista” do projeto lulista. Tal papel criou tanto tensões como limites e possibilidades na promoção de tais políticas, assim como, na manutenção da conciliação que sustentou os seus governos. A partir deste contexto optamos por realizar uma breve análise histórica da política habitacional buscamos refletir como é expressão dos caminhos o projeto lulista.

A análise do projeto lulista deve estar orientada pela construção política, econômica, social e cultural do país. Como ponto de partida destacamos a dualidade que tem a Constituição de 1988 na recente história de distribuição dos direitos no Brasil. Pois, como destaca Celia Lessa Kerstenetzky (2019, p. 68):

[...] a Constituição de 1988 foi a origem da ordem jurídica que garantiu direitos sociais de cidadania, foi também o ponto onde se originou uma impossibilidade. Os elevados custos de uma estrutura de oportunidades efetivamente universal exigiram equação financeira que incluísse arrecadação progressiva. Tal opção esteve aparentemente fora do pacto social e político que sustentou a Assembleia Constituinte de 1987. E esse mesmo pacto esteve subjacente ao experimento de redistribuição recente.

Foi sob o discurso de acelerar o acesso em específico, da população de baixa renda, ao direitos garantidos pela constituição de 1988 que o projeto lulista irá estruturar sua plataforma de governo, no entanto, a contradição deste processo estava na conciliação que o projeto lulista havia realizado com a burguesia nacional, pela qual se promovia uma distribuição destes direitos por meio de uma modernização conservadora; mas também pela defesa de uma lógica em que a periferia está a serviço do centro; numa perspectiva de produção e reprodução de um status quo em que o desenvolvimento deve ocorrer de modo desigual e combinado.

Ao analisar as políticas públicas dos governos do PT, Arretche, Marques e Faria (2019, p. 465-6) apontam para a discussão de que:

O PT não desfez os princípios básicos de alocação de transferências governamentais aos indivíduos, conforme formulados em 1988, cuja titularidade está associada à incapacidade de obter rendimentos com o próprio trabalho. Sua principal inovação consiste em introduzir um programa massivo de combate à extrema pobreza, o Programa Bolsa Família. Adensamento e massificação da cobertura, bem como profissionalização da gestão - e não destruição do arranjo preexistente - caracterizam a política de garantia de renda dos governos petistas.

Esta perspectiva do projeto lulista de promoção de um ensaio desenvolvimentista promoveu conflitos. Pois, para Arretche; Marques; Faria (2019, p. 465):

Políticas públicas muitas vezes têm consequências redistributivas, como já se sabe. Não apenas a alocação orçamentária que define o grau de redistribuição. Esta é definida principalmente pelo desenho das políticas, que, ao estabelecer regras de elegibilidade - isto é, quem tem direito aos benefícios - define ganhadores e perdedores. A direção das políticas públicas e a substância dos conflitos em torno de suas regras consistem precisamente em decisões sobre a distribuição desses ganhos e perdas.

No bojo desta discussão elegemos como perspectiva analítica a definição que a constituição de 1988 irá apontar para o papel das políticas públicas no desenvolvimento do país, mas também, por compreender que nela se encerra um dos pilares da contradição do projeto de Brasil. Assim, buscamos ao longo desta pesquisa demonstrar como ela foi uma expressão dessa dualidade em que o Estado é o agente, mas também, o promotor da cidadania no país, ao mesmo tempo, que indicaria os limites e possibilidades de diferentes projetos de governo, mas sobretudo do lulismo. Pois, como ressalta Kerstenetzky (2019, p. 69) este processo estaria articulado ao paradoxo da Constituição de 1988, pois ela não caberia no orçamento, ou melhor, na aceleração da implementação do estado desenvolvimentista.

A implementação das políticas públicas no Brasil, em particular da política habitacional, iniciou o período de redemocratização (1985-1989) ⁶⁷ com a extinção do Ministério do Interior que passa para a responsabilidade do Ministério da Ação Social, que por sua vez, elabora em caráter emergencial, o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), cujo objetivo era construir a partir da contratação de empreiteiras privadas, em torno de 245 mil casas, em 180 dias. Embora dados do IBGE de 1990-1 revelassem que 60 milhões de pessoas fossem moradores de rua e que 55,2% das famílias no país recebam até dois salários mínimos, dificultando a realização do sonho da casa própria, tal ação se fazia

⁶⁷Entre os anos de 1964-1985 temos a instauração de uma Ditadura Civil-Militar no país. Em seguida vivenciamos entre os anos de 1985-1989, uma “transição lenta e gradual” para a normalidade democrática. Processo que por sua vez demandou dos diferentes setores da sociedade brasileira uma mobilização, assim como, a defesa do acesso do conjunto da população aos direitos sociais, como, por exemplo, a habitação. Esse processo, por sua vez, resultou na elaboração da nova constituinte, assim como, na reorganização da luta para que fossem asseguradas as conquistas até então alcançadas.

urgente. No entanto, o plano não conseguiu os recursos necessários para sua realização e nem atingiu os percentuais almejados devido à falta de articulação nacional.

Esse contexto é representativo para demonstrar a fragilidade, mas também, o modo de como as políticas públicas foram conduzidas em países como o Brasil. A partir da década de 1990⁶⁸ o país e a possibilidade de desenvolvimento das políticas públicas estavam condicionados à adoção de uma agenda internacional, pois estaríamos diante do contexto de expansão das políticas neoliberais. O caminho foi norteado pela desregulamentação da economia, privatização tanto de empresas estatais como de serviços públicos, abertura do comércio interno, Estado mínimo para as políticas sociais e máximo para o capital financeiro, livre comércio e inserção associada à economia globalizada. Essa plataforma supostamente modernizadora foi apresentada como redentora dos graves problemas econômicos, sociais, políticos e do desenvolvimento de países e regiões, como é o caso respectivamente do Brasil e da América Latina.

Uma nova postura emergia a partir das disputas políticas desse momento para o enfrentamento da conjuntura, em particular, a partir de gestões municipais (tidas como vanguardas). Bonduki (2008, p. 77-8) aponta que:

Nesta fase, surgem, ao lado de intervenções tradicionais, programas que adotam pressupostos inovadores como desenvolvimento sustentável, diversidade de tipologias, estímulo a processos participativos e autogestionários, parceria com a sociedade organizada, reconhecimento da cidade real, projetos integrados e a articulação com a política urbana. Esta postura diferenciava-se claramente do modelo que orientou a ação do BNH e com estes pressupostos emergem programas alternativos, como urbanização de favelas e assentamentos precários, construção de moradias novas por mutirão e autogestão, apoio à autoconstrução e intervenções em cortiços e em habitações nas áreas centrais.

⁶⁸Em 1990, chega à presidência do Brasil, Fernando Collor de Mello, então filiado ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN), no entanto seu governo seria interrompido por um impeachment, pois havia um conjunto de fatores, de natureza econômica, mas também político, que assolavam seu governo, respectivamente, como a inflação e as denúncias de corrupção. No final de 1992, assumiu a presidência, Itamar Franco, também filiado ao PRN, que apesar da instabilidade política e economia do país conseguiu governar até 1994. Em 1995, chega à presidência do país, Fernando Henrique Cardoso, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB), foi responsável por conduzir o país à estabilidade política e econômica, com a implantação do Plano Real. No entanto, para alcançar isso seu governo adota, ou melhor, aprofunda as políticas neoliberais, como por exemplo, a privatização de importantes empresas estatais. Apesar da mobilização e enfrentamento de uma parte da sociedade brasileira para que essas políticas não fossem colocadas em prática, elas possibilitaram, em 1998, a reeleição de FHC, para mais um mandato.

A partir de 1995, a política urbana e habitacional voltava a ser financiada com recursos do FGTS⁶⁹, com isso, se colocava a necessidade de construção de uma estratégia e/ou de programas que pudesse nortear essa política. Nesse contexto, são elaborados alguns programas com financiamento do setor público, como a Carta de Crédito (individual e associativa), o Pró-Moradia, cuja finalidade seria a urbanização de áreas precárias. A partir de 1998, o financiamento público praticamente foi extinto e o programa (Apoio à Produção), cujo financiamento era derivado do setor privado, não teve o desempenho esperado. Ainda em 1999, buscou-se uma nova forma de financiamento, o chamado Programa de Arrendamento Residencial (PAR), constituído por recursos de ordem fiscal e pelo FGTS.

A adoção desse conjunto de medidas, em diferentes governos, não possibilitou solucionar o problema habitacional enfrentado por boa parte da população, em particular, a de baixa renda. Bonduki (2008, p. 79) aponta que:

As alterações promovidas, embora à primeira vista pudessem expressar uma renovação na maneira como a questão da habitação passou a ser tratada pelo governo federal, rompendo a rígida concepção herdada dos tempos do BNH, de fato não conseguiram alavancar uma nova política e acabaram por gerar um conjunto de efeitos perversos, do ponto de vista social, econômico e urbano. O financiamento para aquisição de imóvel usado, que absorveu 42% do total de recursos destinados à habitação (cerca de 9,3 bilhões), é um programa com escasso impacto, não gerando empregos e atividade econômica. O financiamento para material de construção, embora tenha o mérito de apoiar o enorme conjunto de famílias de baixa renda que auto-empreeende a construção da casa própria e de gerar um atendimento massivo (567 mil beneficiados no período, a de maior alcance quantitativo), tende a estimular a produção informal da moradia, agravando os problemas urbanos. Ademais, o baixo valor do financiamento e a ausência de assessoria técnica não permitem que as famílias beneficiadas alcancem condições adequadas de habitabilidade.

Neste sentido, entendemos que a adoção das políticas neoliberais (com restrições de ordem econômica, política e social) impossibilitou a construção de uma agenda capaz de

⁶⁹Este serviço também foi nomeado de Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ou Sistema Brasileiro de Habitação (SBH), pela qual, recebia recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado em 1967, e mantido pela poupança compulsória de todos os assalariados brasileiros, que juntamente com os recursos da poupança voluntária, formou, o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE). Com isso, o Estado brasileiro, através de um governo militar, produzia uma estratégia e forma de intervir na política urbana e habitacional do país, pois tínhamos uma estrutura de âmbito nacional, que paralelamente a administração direta do BNH e a rede de promoção e financiamento (estatal e privado) era capaz de gerar recursos “estáveis, permanentes e independentes das variações política” (Bonduki, 2008, p. 73).

enfrentar o desafio urbano e habitacional do país entre o final do século XX e início do século XXI. Como ressalta Luana Motta (2011), os diferentes governos, desse período, só foram capazes de produzir ações vinculadas com a agenda de organismos internacionais. Segundo ela (2011, p. 8-9):

No Governo Collor (1990-1992), o mais importante programa habitacional lançado foi o PAIH (Plano de Ação Imediata para a Habitação), que propunha o financiamento de 245 mil habitações em 180 dias, mas não cumpriu suas metas. O governo Itamar (1992 a 1994) criou os Programas Habitar Brasil e Morar Município, que tinham como objetivo financiar a construção de moradias para população de baixa renda, a serem construídas em regime de “ajuda mútua”. Todavia, esses Programas tinham uma padronização excessiva e muitas exigências legais, o que impedia muitos municípios de captarem os recursos disponibilizados. Porém, nesse mesmo governo, temos dois avanços: o primeiro (ainda que associado às exigências das agências internacionais) foi uma mudança conceitual, com incentivo à formação de conselhos e à criação de fundos para habitação; o segundo foi a constituição, em 1992, do Fórum Nacional de Habitação, composto por entidades da sociedade civil, setores do Estado e empresários da construção civil, cujo objetivo era construir uma aliança entre os interesses envolvidos no financiamento, na produção e no uso da moradia. O período FHC (1995-2002) avançou no reconhecimento da necessidade de regularização fundiária, da ampliação da participação e de uma visão integrada da questão habitacional. Porém, essa concepção não foi colocada em prática devido orientação neoliberal do governo e às restrições impostas pelos bancos internacionais, como o FMI.

Mesmo diante do contexto acima apresentado, em 2001, após 13 anos de discussão, foi aprovado pelo congresso e promulgado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Estatuto da Cidade. Ao estabelecer diretrizes para a regulamentação dos diferentes usos e ocupação do espaço urbano, o Estatuto da Cidade constitui-se em um instrumento de regulamentação da função social da propriedade, após um período de interrupção na formulação de propostas para política urbana e habitacional do Brasil e, em um segundo momento, ao tornar-se num marco importante na passagem do governo de FHC-PSDB para o governo Lula-PT⁷⁰, à medida que, utilizava-se de uma proposta do Projeto Moradia e traçava os desafios que deveriam ser colocados em prática pelo novo

⁷⁰Com a eleição, em 2002, para presidência do Brasil, de Luiz Inácio Lula da Silva, através do Partido dos Trabalhadores (PT), vivenciou-se uma euforia com os possíveis rumos da política urbana e habitacional do país. A partir das discussões e experiências das administrações municipais do PT, uma nova expectativa ocorreu quanto à ocupação institucional do governo federal na discussão e criação de política urbana e habitacional a ser implementada no país.

governo, enfrentando assim, problemas considerados históricos na política urbana e habitacional do país.

Foi a partir da necessidade de solucionar os problemas das cidades brasileiras, como a habitação, que o Projeto Moradia surgiu. Tratava-se de uma estratégia que buscava uma mobilização dos diversos setores da sociedade brasileira, como os movimentos sociais, universidades, ONGs, setor privado e governo. Segundo Bonduki (2008, p. 90-1):

[...] o Projeto Moradia foi conduzido de modo a ouvir especialistas, administradores públicos e militantes relacionados com o tema da moradia e desenvolvimento urbano e recolher todas as propostas existentes no país que buscassem, sob diferentes pontos de vista, dar um encaminhamento para a questão. Mais do que uma proposta original, o que se buscou foi sintetizar o pensamento existente e estabelecer um marco que pudesse dar conta dos diferentes pontos de vista. Além de reunir as propostas, foi elaborada uma análise da gestão pública na área da habitação e da disponibilidade de recursos existentes e passíveis de mobilização na área da habitação.

Como resultado dessa estratégia foi diagnosticada e definida, três propostas para o enfrentamento do problema urbano e habitacional do país, com isso, buscou-se produzir um desenho institucional, um modelo de desenvolvimento urbano e uma forma do projeto ser financiado. Numa tentativa de articular essa política foram criados o Sistema Nacional de Habitação, nos três níveis de governo (municipal, estadual e federal); os Conselhos de Habitação (também nos três níveis de governo), além da Agência Nacional de Regulamentação do Financiamento Habitacional.

Desse modo, uma nova estratégia para a política urbana e habitacional foi produzida entre o final do segundo mandato do governo FHC e o início do governo Lula. Como resultado dessa estratégia, temos, em 2003, a criação do Ministério das Cidades, demonstrando assim, a centralidade que a questão urbana e habitacional deveria assumir. Teríamos, segundo, Bonduki (2008, p. 93), em um único ministério:

[...] as áreas de habitação, saneamento, transportes urbanos e política de ordenação territorial, de modo a criar, pela primeira vez no país, a possibilidade de se planejar e articular a ação urbana. O Ministério, segundo a proposta, não deveria ter uma função executiva, mas de coordenação de toda a política urbana e habitacional no país, estruturando e implementando o Sistema Nacional de Habitação, elaborando o Plano Nacional de Habitação e estabelecendo as regras gerais do financiamento habitacional. Da mesma forma, Estados e Municípios deveriam criar, caso já não tivessem, secretarias de desenvolvimento urbano e habitacional, órgãos de gestão regional e local da política habitacional.

Além de produzir um desenho institucional, um modelo de desenvolvimento urbano e buscar uma forma de ser financiado, o Projeto Moradia, ainda tinha como desafio, a produção do barateamento dos custos habitacionais, pois era necessário atender a população (de renda mais baixa) assolada (historicamente) pelo problema urbano e habitacional no Brasil. Ao desenhar uma nova estratégia o Projeto marcou a passagem do governo FHC para o governo Lula, além da saída de um esvaziamento institucional para a retomada de construção de uma política urbana e habitacional⁷¹ do país, embora mantivesse algumas contradições⁷² a serem superadas.

Numa tentativa de criar condições institucionais, financeiras e técnicas, o governo Lula, buscou por meio do Projeto Moradia, desenvolver uma nova política urbana e habitacional no Brasil. Como marca desse momento temos a criação do Ministério das Cidades, em 2004. Sua criação é considerada histórica, pois desde a extinção do BNH, seria o órgão mais importante criado para tratar de modo integrado a questão urbana do país. O Ministério foi estruturado, inicialmente, a partir de três eixos setoriais: moradia, mobilidade urbana e saneamento, mais tarde, foram incorporados, duas novas (velhas) demandas: planejamento territorial e regulação fundiária.

Como mecanismo de gestão e planejamento do Ministério das Cidades foram criadas quatro secretarias: Habitação, Saneamento Ambiental, Transporte e Mobilidade Urbana e, Programas Urbanos. Segundo, Bonduki (2014), estas secretárias tinham como perspectiva a articulação das políticas setoriais e enfretamento da questão urbana no país. Ainda, segundo ele (2014, p. 110): sob a coordenação do ministro Olívio Dutra, numa equipe comprometida com a agenda da reforma urbana, com a luta pelo direito à moradia e com a propostas do Projeto Moradia, assumiu os postos chaves do ministério.

Desse modo, temos a partir, da criação do Ministério das Cidades (MCidades), uma tentativa de reorganização da área de política urbana e habitacional (em âmbito nacional), pela qual buscou-se produzir novos marcos regulatórios para as políticas que incidem

⁷¹Em 2009, temos o lançamento ou a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida, considerado um dos elementos centrais do novo paradigma da política urbana e habitacional brasileira, desde o fim do BNH.

⁷²A saída de Olívio Dutra e do PT, em 2005, da condução do Ministério das Cidades e a centralidade do financiamento habitacional que a Caixa Econômica Federal, a partir de 2005, assume e marcam o redirecionamento do governo Lula e da adoção de uma política mais progressista em relação aos elementos norteadores da nova política urbana e habitacional brasileira, colocando assim, uma contradição a ser debatida e solucionada pelos diferentes segmentos da sociedade.

diretamente no planejamento urbano e territorial e na regulamentação fundiária, como por exemplo:

- a) A Lei Federal 11.124/2005, que institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, e cria os Planos Municipais de Habitação e os Conselhos Municipais de Habitação de Interesse Social, como condição para os municípios se habilitarem a receber os recursos do FNHIS;
- b) a Lei Federal 11.445/2007, que estabeleceu o novo marco regulatório do Saneamento Básico, que estabelece o papel de estados e municípios na prestação e gestão destes serviços, e prevê que, cada município deve possuir um Plano Municipal de Saneamento Básico;
- c) a Lei Federal 11.977/2009, que institui o Programa Minha Casa, Minha Vida e a Regularização Fundiária de Assentamentos em Áreas Urbanas, posteriormente modificada pela Lei Federal 12.424/2011 conhecida como Minha Casa Minha Vida II;
- d) o Plano Nacional de Habitação – PlanHab é um dos mais importantes instrumentos para a implementação da nova Política Nacional de Habitação. Previsto na Lei 11.124/05, que estruturou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e, mais recentemente,
- e) a Lei Federal 12.587/2012, que estabelece a Política Nacional de Mobilidade Urbana, onde fica clara a prioridade à veículos não motorizados, à calçadas, ciclovias e ciclofaixas, ao transporte público e à integração do automóvel a um sistema de mobilidade sustentável.

Neste sentido uma das principais tarefas do MCidades seria, segundo, Bonduki (2014, p. 110) estimular a implementação do Estatuto da Cidade, que foi criado em 2001 após mais de 12 anos de debate e, era entendido como fundamental para garantir o acesso à terra e viabilizar a produção de habitação de interesse social. Neste sentido, é importante destacar que o Estatuto da Cidade resulta de uma luta social e da política dos movimentos

sociais, que desde a constituição de 1988, haviam pautado a centralidade deste direito no desenvolvimento do país. Neste sentido, Edésio Fernandes (2013, p. 214), ressalta que:

A aprovação da lei federal em 2001 foi em grande medida resultado de um amplo processo nacional de mobilização sociopolítica clamando pela promoção de reforma urbana no Brasil. O Estatuto da Cidade regulamentou o capítulo original sobre política urbana que tinha sido aprovado pela Constituição Federal de 1988, capítulo esse que também tinha sido precedido por uma mobilização sociopolítica sem precedentes, e que se manifestou especialmente por meio da Emenda Popular pela Reforma Urbana.

Desde o período militar (1964-1985), com a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que o país necessitava de uma nova política nacional que formulasse, coordenasse e efetivasse as modificações necessárias para os diferentes usos e ocupações do espaço da cidade. Após a aprovação e estímulo as diretrizes do Estatuto da Cidade, observamos no Planejamento Urbano no Brasil, uma modificação na utilização de conteúdos e práticas com o objetivo de dinamizar os diferentes usos do espaço urbano do país.

Neste sentido, é importante destacar a discussão sobre a gestão democrática da cidade, promovido pelo Ministério das Cidades e, pela realização das Conferências das Cidades (em 2003, 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013), à medida que, possibilitam o acesso de diferentes segmentos da sociedade brasileira ao debate e formulação dos princípios norteadores da nova política urbana e habitacional do país. Este processo veio ao encontro da perspectiva descentralizadora do novo marco legal adotado no país para promoção da política urbana e habitacional. Este processo permitiu que as administrações municipais tivessem uma postura central no enfrentamento da profunda crise fundiária e habitacional existente no Brasil. Neste sentido, Fernandes (2013, p. 216), indica que:

Dada a natureza altamente descentralizada do federalismo brasileiro – considerado para muitos analistas como sendo o sistema mais descentralizado no mundo hoje –, a materialização efetiva desse novo marco jurídico inovador foi colocada em grande medida nas mãos das administrações municipais, especialmente por meio da formulação de Planos Diretores Municipais – PDMs. Anteriormente à aprovação da lei federal, a enorme maioria dos municípios não tinha um marco jurídico minimamente adequado para a disciplina dos processos de uso, ocupação, parcelamento, desenvolvimento, preservação, conservação, construção, e regularização do solo urbano. A maioria dos municípios não tinha sequer dados e informações básicas, mapas, fotos aéreas e outros materiais relevantes sobre seus próprios territórios e processos socioespaciais. Dos cerca

de 1.700 municípios que passaram a ter a obrigação legal de aprovar PDMs de forma a materializar o Estatuto da Cidade, cerca de 1.450 já o fizeram de alguma forma – fato que em si mesmo é sem dúvida admirável.

Desse modo, pode-se dizer que houve um avanço na participação da sociedade brasileira no debate público sobre a centralidade da cidade; o papel da política habitação no desenvolvimento do nosso país. Segundo, Benny Schavsberg (2013, p. 15):

Este avanço manifesta-se: nas diversas experiências desenvolvidas; na criação do Ministério das Cidades; no desenvolvimento de cerca de 1.600 Planos Diretores novos ou revisados à luz do Estatuto da Cidade; na criação dos novos marcos regulatórios nacionais para a habitação, o saneamento e a mobilidade urbana; no esforço de capacitação de prefeituras, entidades e movimentos sociais que, nas cidades e municípios, se engajam no planejamento urbano na escala local. E, sobretudo, pode-se falar em avanço na retomada dos investimentos e recursos disponibilizados para o desenvolvimento urbano no Brasil. Evidentemente, o conjunto de aspectos aqui destacados não pode desconhecer as limitações, problemas e desafios, novos e velhos que persistem para o planejamento urbano brasileiro em todas as suas escalas [...].

Um dos maiores desafios que persistem neste momento estava nas restrições econômicas que limitavam as formas de financiamento da nova política urbana, pois tínhamos, entre o período de 2003 e 2005, superado, de modo geral, os obstáculos institucionais e de gestão participativa. Como exemplo, podemos citar as limitações colocadas pela equipe econômica à aprovação de uma antiga reivindicação do movimento de habitação no Projeto Moradia, o de se criar um Fundo Nacional de Moradia. Este desafio se dava pela necessidade de se alocar significativas parcelas do orçamento para subsídios, da política de criação de superávit primário e da falta de liberdade da equipe gestora de utilização dos recursos do orçamento. Como solução para este impasse foi criado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), que eliminava a possibilidade de um mix de recursos onerosos (FGTS) e não onerosos (fiscais) e, tornava o fundo constituído apenas com recursos orçamentários (BONDUKI, 2008).

Devido a uma continuidade da política econômica do período FHC, em que se mantinha altas taxas de juros e a necessidade de geração de superávit primário, limitou-se a possibilidade de utilização dos recursos orçamentários e a implementação de um Fundo que atendesse a população de baixa renda. A criação em 2004, de programas emergenciais, mas com dotação orçamentária reduzida, como o PEHP (Programa Especial de Habitação

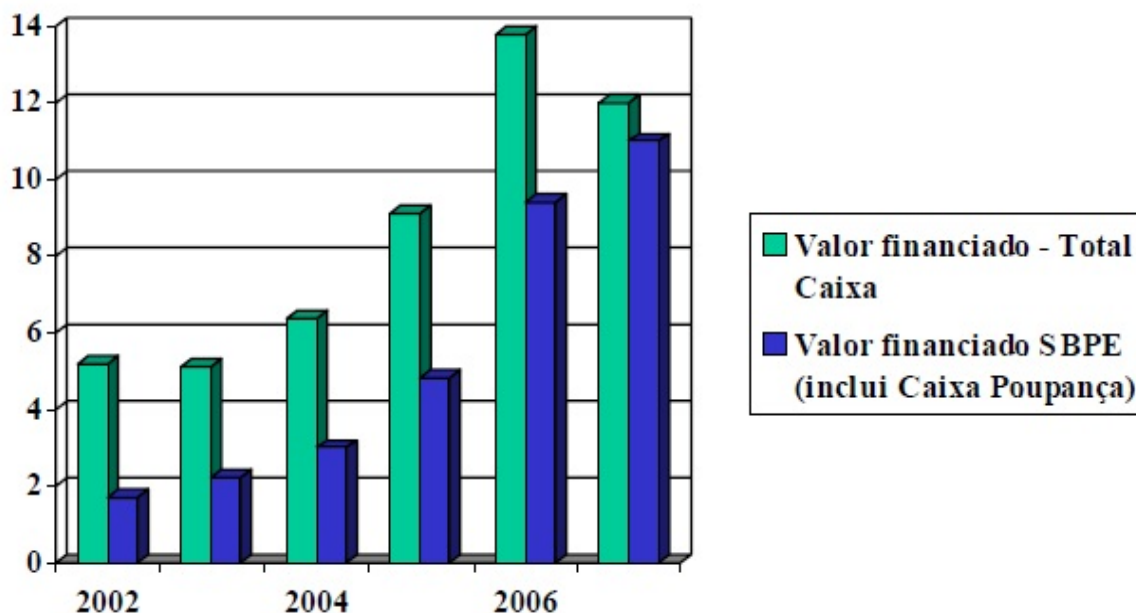
Popular) e PSH (Programa de Subsídio Habitacional), buscavam criar mecanismos que possibilitasse o atendimento dessa população, no entanto, se manteve o restrito número de atendimentos e de famílias de baixa renda atendida. Este quadro só foi possível ser modificado no período de 2005-2010, quando se redireciona o financiamento com recursos do FGTS, através do resgate dos recursos de um antigo fundo desativado, Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e a criação de um programa voltado a associações e movimentos – o Crédito Solidário. Entretanto, trata-se “de um programa de fôlego curto, pois estes recursos são finitos, não dispondo de uma fonte sustentável a médio prazo para viabilizar sua continuidade” (Bonduki, 2008, p. 99).

A expansão de recursos, a partir de 2005, reorientou e produziu o chamado *boom imobiliário* em diferentes cidades do Brasil. Tanto o setor público quanto o setor privado passaram a financiar Projetos Urbanos, em particular, de habitação, focados na população de baixa renda. A Lei Federal 10.391, aprovada em 2004, possibilitou um crescimento significativo do crédito para produção de habitação, à medida que dava maior segurança jurídica ao financiamento e à produção da moradia. Em 2005, O Conselho Monetário Nacional publicou uma Resolução em que obrigava os bancos através do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) a investirem uma porcentagem desse recurso em financiamento habitacional. É importante ressaltar que já existia uma regulamentação que obrigava os bancos a investirem em financiamento habitacional, no entanto, desde a crise dos anos 80, os bancos estavam liberados dessa obrigação, permitindo assim, que esses recursos fossem aplicados em títulos da dívida pública, onde se obtinha maior rendimento.

A criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), em 2006, e a publicação da Resolução 460 do Conselho Curador do FGTS, possibilitaram ao FGTS tornar-se o principal fundo fomentador da política habitacional do país. Efetivando definitivamente aquilo que era, desde 2004, observado: o aumento da participação deste fundo no financiamento habitacional. Segundo Bonduki (2008, p. 101-102), o montante investido anualmente, em 2006 e 2007, a partir desse fundo foi da ordem de 1,8 bilhões de reais. Ainda segundo ele, em 2007, foi totalizado uma estimativa de investimento da ordem de 14 bilhões de reais. Com isso, o governo aumenta consideravelmente os subsídios com objetivo de possibilitar o acesso e atendimento da população à infra-estrutura urbana, como

a habitação, em particular, à população de baixa renda. Como podemos verificar no Gráfico 6:

Gráfico 6 – Financiamento para habitação em R\$ bilhões (2002-2007)



Fonte de dados: BONDUKI (2008).

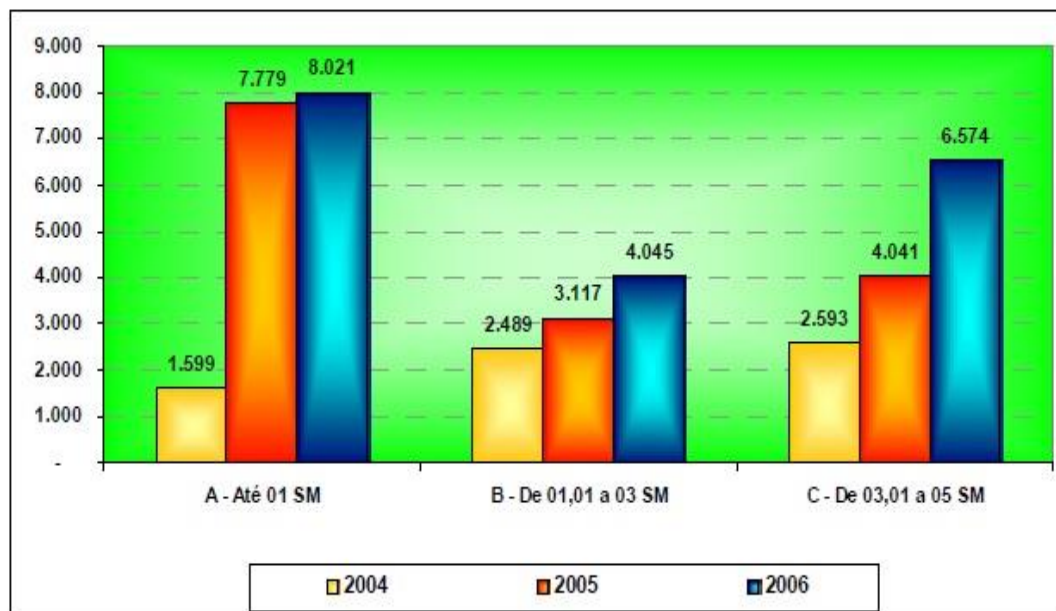
Neste sentido, entendemos, que os governos petistas tinham como desafio ampliar o desenvolvimento econômico do país, mas também aumentar a capacidade de consumo da população e/ou do seu mercado interno. Como mecanismo para enfrentamento de tal contexto os governos do PT buscaram construir programas que aumentasse a base de investimentos econômicos do país ao mesmo tempo que incorporava a população de baixa renda em um conjunto de políticas sociais por meio do expressivo aumento de subsídios.

Não por acaso que o aumento expressivo de recursos disponível para a população de baixa renda aponta para o lugar que a questão habitacional terá nos governos do PT, mas também, aponta para a tentativa de enfrentamento e superação dos desafios de formulação, implementação e consolidação da política urbana e habitacional no Brasil. Pois, como aponta, Bonduki (2014, p. 112):

A viabilização do crédito imobiliário para esse segmento é estruturalmente decisiva para enfrentar a questão habitacional. Esse quadro foi determinante para a proposição do Programa Minha Casa Minha Vida, no momento em que a crise do mercado imobiliário em nível internacional, conhecida como à crise do subprime⁷³, no segundo semestre de 2008, ameaça a chegar ao país.

Esse cenário, possibilitou, segundo Bonduki (2014, p. 113), a implementação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (2006) e do Programa de Aceleração do Crescimento (2007) e o Programa Minha Casa Minha Vida (2009), que elevaram substancialmente os recursos destinados à habitação, como podemos observar no Gráfico 7:

Gráfico 7 – Subsídios por faixa de renda (2004-2007)



Fonte de dados: BONDUKI (2008).

O aumento dos investimentos na habitação ao longo dos governos do PT, conforme demonstrado nos gráficos acima, também possibilitou que recursos fossem destinados para outros setores da economia no país, o que exigiu do governo não apenas incentivos que

⁷³A crise do subprime, ocorreu, entre 2007-2008 e, refere-se a crise das hipotecas e do mercado imobiliário, em particular nos Estados Unidos. Cf.: MELLO, Guilherme Santos. **Análise crítica do papel das inovações financeiras na crise do subprime**. UNICAMP, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/jDBHfGkdmGGbYyc8Xm8hy4s/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: dez. 2021.

estimulassem a cadeia produtiva do país, mas também uma melhor articulação entre os setores por meio da criação de um novo programa. Neste, sentindo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, buscou articular o investimento privado com os investimentos públicos. Para isso o PAC foi organizado em cinco blocos: Investimentos em infraestrutura; Estímulo ao crédito e ao financiamento; Melhoria do ambiente de investimento; Desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e Medidas fiscais de longo prazo. Os investimentos estavam distribuídos em três eixos: Logística; energia e infraestrutura social e urbana.

Esta política teve continuidade com a eleição, em 2010, da candidata (da situação), Dilma Rousseff. Numa tentativa de aprimorar os elementos norteadores da política urbana e habitacional do governo Lula, é lançado o PAC II. Que passa a ser estruturado em seis eixos:

- a) Cidade Melhor (Saneamento, Prevenção em Áreas de Risco, Mobilidade Urbana e Pavimentação);
- b) Comunidade Cidadã (Unidade Básica de Saúde, Unidade de Pronto Atendimento, Creches e Pré-escolas, Quadras Esportivas nas Escolas e Centro de Artes e Esportes Unificados);
- c) Minha Casa, Minha Vida (Minha Casa, Minha Vida, Urbanização de Assentamentos Precários e Financiamento Habitacional – SBPE);
- d) Água e Luz para todos (Luz para todos, Água em Áreas Urbanas e Recursos Hídricos);
- e) Transportes (Rodovias, Ferrovias, Portos, Hidrovias, Aeroportos e Equipamentos para Estradas Vicinais) e;
- f) Energia (Geração de Energia Elétrica, Transmissão de Energia Elétrica, Petróleo e Gás Natural, Refino e Petroquímica, Fertilizantes e Gás Natural, Revitalização da Indústria Naval e Combustíveis Renováveis).

Apesar dos avanços do período acima apontados, há um conjunto de dilemas e impasses a serem atualizados na política urbana e habitacional brasileira. Neste sentido, podemos entender que os eixos norteadores do PAC apontam para a existência e/ou para construção de uma permanente estrutura de produção e reprodução de desigualdades na

sociedade brasileira, cabe destacar cinco temas estruturantes, conforme demonstra Schvarsberg (2013, p. 15):

- O *transporte público* aponta para a necessidade de se pensar e solucionar as questões relacionadas com a mobilidade urbana. Temos um território organizado para atender o modelo urbanístico rodoviarista que privilegia o transporte sobre pneus a partir do incremento da produção da indústria automobilística nacional;
- O *saneamento básico*, que não se universalizou. Acentuando os problemas, em particular da população urbana, que contempla cerca de 82% da população total;
- A *demandas habitacionais* e do *boom imobiliário* que tem alcançado as cidades brasileiras com a maior disponibilidade de crédito imobiliário, de um lado e, os problemas derivados do padrão de implementação dos empreendimentos do Programa federal, Minha Casa Minha Vida e PAC, de outro;
- A *questão fundiária*, que dificulta o acesso à terra urbanizada, assim como, a infraestrutura urbana, em particular, para a população de baixa renda, que é mais atingida pela normatização excludente dos Planos Diretores, Leis de Uso e Ocupação do Solo, Leis de Parcelamento e Códigos de Obras e Edificações e o Modelo de expansão urbana caudatário de problemas fundiários, predatório do ponto de vista ambiental e caro do ponto de vista da precariedade das redes de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos. Neste modelo, se mantém o crescimento dos condomínios fechados (tornando as cidades ainda mais segregadas do ponto de vista social); dos centros degradados (com ações de revitalização na lógica de mercado, resultando, via de regra, em espaços elitizados); na pobreza urbana concentrada nas regiões periféricas ou faveladas (sob a justificativa da falta de terra disponível para os programas habitacionais, pois predomina a especulação imobiliária oportunizada pelos investimentos oficiais e até mesmo pelos impactos dos grandes eventos, como a Copa do Mundo - 2014 e, as Olimpíadas - 2016);
- Os *vazios urbanos* são mantidos como estoque pelo mercado imobiliário (pois se valoriza mais mantendo uma infraestrutura desocupada, parcialmente ocupada ou subutilizada) sem cumprir a função social da propriedade, pública e privada.

Nesta perspectiva renova-se o desafio (estruturante) de se construir e implantar em quase todo o território brasileiro um modelo que rompa com a lógica de ocupação desigual e fragmentada. Para enfrentar esse quadro, um conjunto de ações são produzidas a partir da orientação de Planos Diretores que possam delimitar e informar a oferta de áreas para HIS - Habitação de Interesse Social, com a demarcação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). No entanto, trata-se de áreas ocupadas a serem regularizadas (não de forma imediata, mas em longo prazo). No caso de novas áreas vazias, não obstante a sensibilidade das equipes técnicas e a pressão dos movimentos sociais, é comum a disponibilização de terras em bairros e periferias às margens do perímetro urbano, raramente se logra a destinação de áreas boas do ponto de vista urbanístico e bem localizadas. Outro desafio

refere-se à busca pelo desenvolvimento urbano e territorial sustentável e socialmente inclusivo, quando o discurso pela competitividade urbana ou pela “sustentabilidade” econômica das cidades continua permeando boa parte dos planos diretores produzidos recentemente (SCHVARSBURG, 2013).

Finalmente, esse último aspecto do planejamento urbano aponta à implantação de ações a partir de políticas habitacionais. Não pela profundidade (conceitual) do planejamento urbano, mas pela busca de soluções relativas às demandas políticas e técnicas colocadas a partir do arcabouço jurídico implementado tanto pela nova Constituição em 1988, como pelo Estatuto da Cidade, em 2001. Segundo, Fernandes (2013, p. 221), este processo possibilitou um avanço na promoção do espaço urbano e habitacional do país, pois:

[...] uma nova ordem institucional de natureza urbanística se constituiu na esfera federal com a criação em 2003 do Ministério das Cidades; a convocação de Conferências Nacionais/Estaduais/Municipais das Cidades bianualmente desde então; a instalação e ação do Conselho Nacional das Cidades; a ação da Caixa Econômica Federal – considerada como o maior banco público em ação no mundo; bem como os diversos planos e programas federais sobre temas urbanos, especialmente o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e o mencionado PMCMV, que, considerados juntos, constituem o maior investimento jamais feito na história das políticas públicas da América Latina.

Nesse sentido, Programas como o “Minha Casa, Minha Vida” busca do ponto de vista da gestão democrática (conceito central no novo arcabouço jurídico urbanístico brasileiro) avançar nos métodos, técnicas e processos de planejamento urbano que viabilizem a “participação da população e de associações representativas de vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento” das decisões no processo do planejamento urbano, a partir da aplicação dos instrumentos definidos no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001).

Apesar de destacarmos a existência de um avanço promovido pelo Estatuto das Cidades na promoção de uma política habitacional e de um novo marco legal que passou a orientar o projeto urbanístico e habitacional do país, ainda observamos desafios a serem enfrentados. Neste sentido, destacamos os apontamentos do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR) e de outros setores sociopolíticos importantes neste debate, como aponta, Fernandes (2013, p. 222), era necessária uma atenção para questões como:

- o crescimento absurdo da especulação imobiliária no país, com frequência como resultado da utilização elitista dos novos recursos gerados (venda em leilões de Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPACs e outros) como resultado das novas estratégias de gestão territorial e urbana;
- a suposta “liberação dos valores imobiliários” por grandes eventos e projetos, levando à renovação dos processos de segregação socioespacial;
- o abuso dos argumentos jurídicos de “interesse público” e de “urgência”, que tem justificado toda uma série de desrespeitos sistemáticos da ordem jurídicoadministrativa pelas administrações públicas;
- o enorme impacto socioespacial e socioambiental dos programas federais e outros;
- o aumento alarmante dos conflitos fundiários, dos preços de aluguéis, da informalidade urbana, dos despejos e remoções; e - o agravamento dos problemas urbano-ambientais tradicionais, como as crises do sistema de transporte público e mobilidade e do sistema de saneamento básico.

Estas questões apontam para os desafios que a sociedade brasileira ainda deve enfrentar, mas também, para ideia, como indica, Fernandes (2013, p. 225-6), de que tal marco legal, representou:

Em termos conceituais, o Estatuto da Cidade consolidou um novo paradigma jurídico sobre a questão da propriedade imobiliária, concebida não mais apenas em função do reconhecimento dos direitos individuais, mas também e sobretudo em função do reconhecimento das responsabilidades e obrigações sociais que resultam da condição de ser proprietário de um bem imóvel, bem como dos direitos coletivos e sociais sobre o solo urbano e seus recursos. A função social – que na nova ordem jurídico-urbanística é a condição mesma de reconhecimento do direito privado de propriedade – deve ser determinada por planos diretores e leis urbanísticas e ambientais, especialmente na esfera municipal. Além de consagrar a separação entre direito de construir e direito de propriedade, promovendo uma plena ruptura com a tradição de civilismo jurídico e mesmo com o avanço do Direito Administrativo nesse sentido, o Estatuto da Cidade consolidou a interpretação de que, muito mais do que mera “limitação administrativa da propriedade”, a função social acarreta o poder de obrigar o proprietário a certos comportamentos. Trata-se assim menos do reconhecimento de um “direito de propriedade”, e mais de “direito à propriedade”: um direito sem conteúdo predeterminado e cujos valores sociais de uso coexistem – e em muitos casos superam – o seu valor econômico de troca.

Neste sentido, é inegável que avanços foram alcançados ao longo dos governos do PT para que o país pudesse enfrentar os seus graves problemas habitacionais, mas gargalos ainda existem na promoção da política habitacional do país. Para, Fernandes (2013, p. 232-3):

Se “leis ruins” podem dificultar – e muito – o reconhecimento de direitos coletivos e sociais, bem como a formulação e a implementação plena de políticas públicas progressistas, “boas leis” por si sós não mudam as realidades urbanas e sociais, por mais que expressem princípios de inclusão socioespacial e justiça socioambiental, ou mesmo, como no raro caso do Estatuto da Cidade, quando fazem com que os novos princípios e direitos coletivos e sociais reconhecidos sejam acompanhados por uma gama de processos, mecanismos, instrumentos e recursos necessários à sua efetiva materialização. Se foram necessárias décadas de disputas sociopolíticas para que a reforma da ordem jurídico-urbanística tenha se dado, uma outra etapa histórica se abriu com a aprovação do Estatuto da Cidade, qual seja, a das disputas sociopolíticas em todas as esferas governamentais, dentro e fora do aparato estatal, pelo pleno cumprimento dessa lei.

A existência de uma regulamentação, nacionalmente e internacionalmente, consagrada, apontam para a possibilidade de que por meio de uma melhor gestão dos marcos legais, mas também da ação sociopolítica possamos caminhar para a concretização dos direitos coletivos. Com isso, a mínima instrumentalização dos municípios neste aspecto, como a gestão democrática participativa e o controle social das políticas urbanas, cria-se o ambiente propício a uma nova cultura urbana e consciência urbanística, o entendimento da dinâmica da cidade, principalmente a partir de uma publicização mais intensa das regras urbanísticas onde se joga o jogo (SANTOS, 1988) da disputa pela valorização imobiliária, correndo-se o risco de reedição, a partir de novos modelos, de uma política urbana e habitacional onde se mantenha a ocupação e fragmentação do território brasileiro.

3.4 | O papel do PMCMV no projeto lulista

Ao analisar o processo de habitação na Inglaterra do século XIX, Engels (2015, p. 11), afirma que não é a solução do problema da habitação que resolve ao mesmo tempo a questão social, mas é a questão social que tornará possível a solução do problema da habitação. Portanto, a lógica apresentada aqui não pode ser vista como algo singular das cidades brasileiras, mas trata-se da própria lógica do modo de produção capitalista de produção do espaço que busca resolver primeiramente a questão do capital, vista como questão social de reprodução do capital, e só como complementar (em busca do primeiro objetivo) a questão humana, como é o caso da produção de moradia para população de

baixa renda. Ao analisar os efeitos do PMCMV, Adauto Lúcio Cardoso e Luciana Corrêa do Largo (2013, p. 7-8), apontam que:

[...] existem limites estruturais para a produção capitalista de moradias, dados pelas características desse bem: seu longo ciclo produtivo, seu alto valor agregado, e a necessidade de terra urbanizada como um insumo fundamental. Essas características estabelecem limites à penetração da lógica da produção capitalista no setor, mantendo um baixo nível de desenvolvimento tecnológico (caráter quase manufatureiro) e um alto grau de utilização de trabalho manual de baixa qualificação.

Desse modo, podemos entender que o Programa MCMV sendo um produto do capital busca resolver em primeira instância o problema da realização da renda (valorização fundiária); do lucro (valorização imobiliária) e do salário (emprego e moradia). Essa é a dialética, o movimento concreto e o papel social do Programa MCMV: o de resolver o problema do capital posta pela crise financeira internacional, do emprego e da moradia, em suma, primeiro resolve-se o problema da realização do capital e de forma marginal a condição humana, mesmo que em certos momentos, na aparência, se apresenta de forma inversa.

O Estado, dado suas funções, determina a demanda e oferta habitacional, pois como provedor de serviços urbanos desempenha importante papel no condicionamento das demandas de uso do solo, direcionando por vezes, para áreas específicas da cidade e, por conta disso, influenciando o seu preço. Assim, para Maricato (1982, p. 34):

Sempre que o poder público dotada de uma zona qualquer da cidade de serviço público, água encanada, escola pública ou linha de ônibus, por exemplo, ele desvia para esta zona demandas de empresas e moradores anteriormente, devido à falta do serviço em questão, davam preferências a outras localizações. Estas novas demandas, deve-se supor, estão preparadas a pagar pelo uso do solo, em termo de compra ou aluguel, um preço maior do que as demandas que se dirigiam à mesma zona quando está ainda não dispunha do serviço. Daí a valorização do solo nesta zona, em relação às demais.

A questão fundiária⁷⁴ e imobiliária se constitui em um elemento definidor do processo de urbanização no Brasil, como obstáculo ao acesso aos direitos sociais, a exemplo, o direito à habitação. É a configuração de uma cidade segmentada em espaços para cidadãos e não cidadãos, onde se materializa um processo de segregação e exclusão

⁷⁴Entendida como produto de uma disputa, ou melhor, de uma divisão desigual do uso e ocupação do solo.

sendo, como aponta Souza (1999), a segregação produto da separação da população por classe de renda no espaço, em localizações distintas, com características físico-ambientais diferenciadas, e de exclusão como privação dos direitos aos benefícios urbanos individuais e coletivos. Seria como nos aponta Santos (2006), o jogo “dual” e “polarizado” da política habitacional aplicado pelo Estado brasileiro para atender os diferentes modos de produção do capital, do mercado do solo e da moradia. Isso é facilmente observável, pois o preço da terra e de imóveis semelhantes varia conforme a localização, função e uso.

Como resultado dessa estratégia, temos a criação do Ministério das Cidades (MCidades), entre 2003-2004, demonstrando assim, a centralidade que a questão urbana e habitacional deveria assumir. Segundo, Bonduki (2014, p. 110):

Uma das principais tarefas do MCidades foi estimular a implementação do Estatuto da Cidade, entendido como fundamental para garantir o acesso à terra e viabilizar a produção de habitação social. Para tanto, foi estruturada a Campanha Nacional pelo Plano Diretor Participativo, desenvolvida pela Secretária de Programas Urbanos, que procurou qualificar técnicos e lideranças comunitárias para, entre outros aspectos, introduzir instrumentos urbanísticos capazes de combater a especulação imobiliária e garantir terra urbanizada para a produção habitacional.

Além de promover a produção habitacional e a formação de técnicos, observamos ao longo de 2004 e 2008, a promoção de um conjunto de ações com a finalidade de se ampliar a política urbana e habitacional no país. Com a criação em 2005 do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), após uma forte pressão do movimento de moradia. Tal instrumento, estava articulado ao aumento dos recursos da união para o financiamento da habitação de baixa renda, ainda em 2004, por meio da Resolução n. 460 do Conselho Curador do FGTS. Destaca-se ainda, a Lei n. 11.124/05, que criou o FHSHI e instituiu também o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, articulando os três entes da federação para a promoção e implementação de uma Política Nacional de Habitação. Este processo obrigou estados e municípios a criarem uma estrutura institucional específica, que incluía, conselho e planos municipais ou estaduais de habitação. Bonduki (2014, p. 110) aponta que:

Até 2006, cerca de dois mil municípios elaboraram seus planos diretores, como resultado muito diferenciado. Na grande maioria desses planos, os novos instrumentos urbanísticos relacionados com a agenda da reforma urbana foram

previstos, mas não regulamentados de modo a permitir sua aplicação. Em consequência, não geraram impactos concretos no sentido de facilitar o acesso à terra para habitação e garantir a função social da propriedade. Malgrado esse resultado decepcionante, o governo federal conseguiu pela primeira vez, realizar, de maneira democrática e participativa, uma ação ampla em todo o território, para implementar um instrumento de planejamento, articulado com a questão habitacional, e que introduzia um debate e a possibilidade de colocar em prática instrumentos de reforma urbana.

Apesar da perspectiva de avanço na política urbana e do aumento dos investimentos para habitação no país, observou-se a partir de 2007 uma deformação do projeto do Ministério da Cidades, como parte do arranjo político que buscou assentar e contornar os efeitos da crise que havia se abatido no governo - o processo corrupção conhecido de Mensalão⁷⁵. Ao analisar o impacto desse processo de corrupção sob o governo do PT e a política urbana e habitacional, Bonduki (2014, p. 113), indica que:

[...] o presidente Lula foi obrigado, para garantir a governabilidade e reforçar sua posição no Congresso Nacional, a trocar Olívio Dutra por um ministro indicado pelo conservador Partido Progressista (PP), agremiação do então presidente da Câmara Federal, Severino Cavalcanti, eleito sem o apoio do governo. A mudança representou o início do processo de fragmentação e deformação de um ministério que ainda procurava se estruturar para exercer seu papel de formulador de uma política urbana articulada para o país. Em 2007, com a substituição de todos os secretários nacionais indicados por Dutra, com exceção da secretária Nacional de Habitação, esse processo trágico avançou ainda mais. O ministério tornou-se uma federação de secretarias desarticuladas, sem um projeto global para as cidades brasileiras e, ainda contaminado por um clientelismo tradicional que desvirtuou os objetivos inovadores que tinham gerado sua criação.

⁷⁵Cf.: NUNOMUR, Eduardo Yoshio. **O mensalão impresso o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja**. São Paulo; USP - Dissertação, 2012. O autor ao analisar o papel e o impacto do Mensalão sobre o governo do Lula aponta (2012, p. 15): Em junho de 2005, a imprensa revelou um complexo esquema de corrupção, com o envolvimento de partidos e líderes da base aliada do governo de Lula, conhecido como —escândalo do mensalão!. Pelas denúncias que foram ganhando forma e sentido ao longo da cobertura noticiosa, empresas do publicitário Marcos Valério teriam recebido 135,9 milhões de reais para pagamento de políticos de cinco partidos (PT, PMDB, PP, PL e PTB), recursos usados, de acordo com a alegação dos envolvidos, para quitar dívidas do PT e financiar ilegalmente campanhas eleitorais. No entanto, segundo denúncia apresentada em 2006 pela Procuradoria-Geral da República (PGR), o mensalão foi um esquema clandestino de financiamento político organizado pelo PT para garantir apoio a Lula no Congresso em 2003 e 2004. Foram denunciadas 38 pessoas. Em outubro de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) condenou pelos crimes de corrupção ativa e formação de quadrilha líderes do PT, como José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil), José Genoíno (ex-presidente do PT) e Delúbio Soares (ex-tesoureiro do PT). Na época da crise do mensalão, 3 CPIs instaladas (Bingos, Mensalão e Correios) investigaram o escândalo, 3 deputados foram cassados (Dirceu, Roberto Jefferson, presidente do PTB, e Pedro Corrêa, presidente do PP), 4 renunciaram e outros 12 foram absolvidos. A popularidade de Lula foi duramente golpeada.

Como uma tentativa de minimizar os impactos que o Mensalão havia causado no governo, lançou-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ainda em 2007, com o objetivo de implementar grandes obras de infraestrutura, que incluiu entre seus componentes um programa de caráter social, Urbanização e Assentamento Precários, prevendo recursos orçamentários inusitados para o setor da habitação, que permitiu implementar o maior programa de inclusão territorial de já foi realizado no país (BONDUKI, 2014). Apesar da conjuntura política e econômica desfavorável criou-se neste momento um contexto que possibilitou as propostas do PNH (Política Nacional de Habitação).

Neste sentido, em 2009, no segundo governo Lula, por meio do PAC 1, é criado o Programa “Minha Casa, Minha Vida” - PMCMV, uma das suas finalidades foi promover a concessão de financiamento para construção de 1 milhão de unidades habitacionais, para famílias com renda mensal de até 10 (dez) salários mínimos, totalizando um investimento inicial de R\$ 34 bilhões. Desse total, R\$ 25,5 bilhões seriam provenientes da União, R\$ 8,5 bilhões do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e mais R\$ 1 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a cadeia produtiva (Brasil, 2009). A execução e operacionalização do Programa ficariam a cargo de seus agentes financeiros, Caixa Econômica Federal – CAIXA e o BNDES⁷⁶, sendo a Caixa o gestor do FGTS.⁷⁷ Esta estratégia estava baseada, segundo, Bonduki (2014, p. 112):

[...] na premissa de que a atuação do mercado no atendimento da classe média e média baixa, com recursos SBPE, era indispensável para o enfrentamento da questão da habitação social. Desta forma, os recursos do FGTS e o subsídio direto propiciado pelo Orçamento Geral da União poderiam ser focados na baixa renda.

Além disso, ela possibilitou que os recursos totais destinados à habitação, entre 2003 e 2008, elevava-se cerca de R\$ 8 bilhões para mais de R\$ 42 bilhões de reais. Mesmo com o aumento expressivo dos recursos para produção de habitação para população de baixa renda, a meta do PMCMV 1 (período de 2009 e 2010) de 400 mil unidades mostrou-se tímida diante da demanda, conforme podemos observar na Tabela 3:

⁷⁶Ainda em 2011, o Banco do Brasil, também passou a operar os recursos do PMCMV.

⁷⁷Dados apresentados no folheto de divulgação do Programa e do site: www.minhacasaminhavid.gov.br

Tabela 3 – Metas do Programa Minha Casa, Minha Vida 1 e déficit habitacional acumulado por faixa de renda

Faixa de Renda (em SM)	Déficit acumulado (em %)	Metas do PMCMV (em %)	Déficit acumulado (em mil)	Metas do PMCMV (em mil)	% do déficit acumulado atendido
Até 3 SM	91	40	6.550	400	6
de 3 SM a 6 SM	6	40	430	400	93
S 6 SM a 10 SM	3	20	210	200	95
TOTAL	100	100	7.200	1.000	14

Fonte: Bonduki (2009/2014), com dados da Fundação João Pinheiro.

A partir de 2011, com a eleição de Dilma Rousseff, o PMCMV, é inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2 (2011-2014), onde tem seus recursos, bem como suas metas ampliadas no que tange a produção de moradias, tendo como nova meta a construção de 2 milhões de moradias com recursos que contabilizam um montante de R\$ 71,7 bilhões.

Tal processo demonstra como a política habitacional se constituiu em um mecanismo propulsor para cadeia produtiva e de desenvolvimento econômico do país ao longo do projeto lulista. Não por acaso, o programa havia, entre 2009-2010, contratado um total de 1.005.128 unidades habitacionais e entregou ao final de 2010, 237.824 unidades. Em 2011 foram contratados 1.274.578, sendo entregue até o final desse mesmo ano um total 719 mil unidades.

Em que pese as lacunas e como nos alerta, Bonduki (2014, p. 122), é indispensável que o Programa Minha Casa, Minha Vida foi um marco da incorporação do subsídio como elemento indispensável de uma política habitacional e da retomada de uma produção massiva de moradia. Neste sentido, que podemos percebermos tanto o aumento expressivo de contratações de habitações entre o PMCMV 1 e o PMCMV 2, como também, a

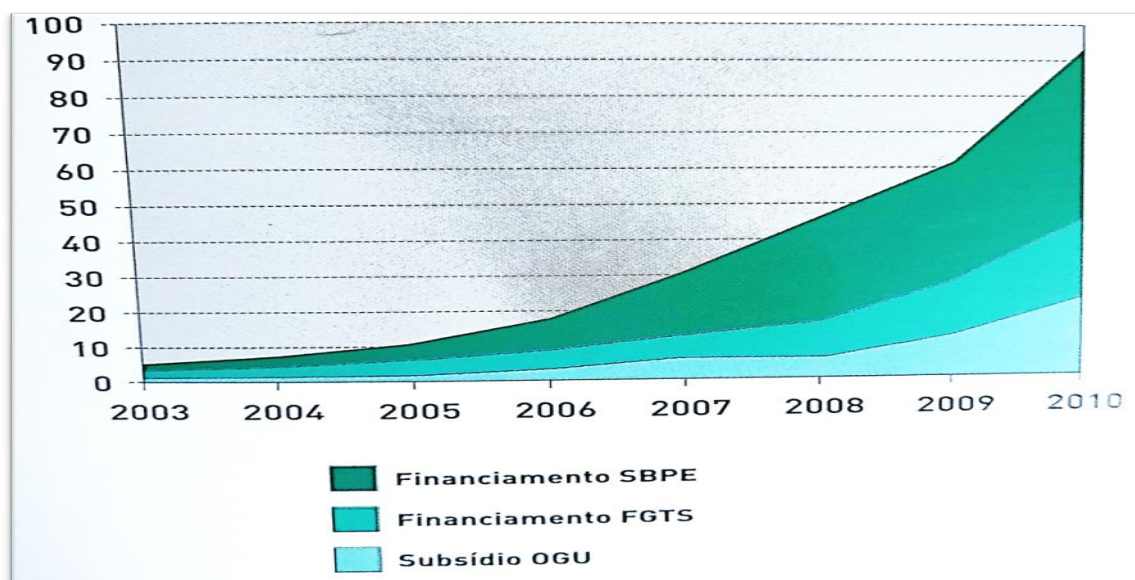
ampliação do acesso da população de baixa renda, em particular da localizada na faixa 1, de até 3 S.M., conforme demonstrado respectivamente, na Tabela 4 e Gráfico 8:

Tabela 4 – Unidades contratadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida 1 e 2 - Brasil (2009-2012)

	PMCMV 1			PMCMV 2			Total		
	Contratado	Meta	% da meta	Contratado	Meta	% da meta	Contratado	Meta	% da meta
Faixa 1	571.321	400.000	143%	495.351	1.600.000	31%	978.092	2.000.000	49%
Faixa 2	284.772	400.000	71%	642.272	600.000	107%	927.039	1.000.000	93%
Faixa 3	149.035	200.000	75%	136.960	200.000	68%	283.583	400.000	71%
	1.005.128	1.000.000	100%	1.274.578	2.400.000	53%	2.188.714	3.400.000	64%

Fonte: Bonduki (2014); Rodrigues(2013), a partir de dados da Caixa Econômica Federal de 31/12/2012.

Gráfico 8 – Evolução dos investimentos em habitação – Brasil (2003-2008)



Fonte: Caixa Econômica Federal; BONDUKI (2014).

Sendo assim, quando o Governo Federal cria o Programa MCMV teria como objetivo declarado, segundo Pedro Arantes e Mariana Fix (2009, p. 1):

[...] dirigir o setor imobiliário para atender à demanda habitacional de baixa renda, que o mercado por si só não alcança. Ou seja, é fazer o mercado habitacional finalmente incorporar setores que até então não tiveram como adquirir a mercadoria moradia de modo regular e formal.

Além desse objetivo, o Programa MCMV, segundo Arantes e Fix (2009, p. 1):

[...] tem sido apresentado como uma das principais ações do governo Lula em reação à crise econômica internacional – ao estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção -, e também como uma política social em grande escala. O volume de subsídios que mobiliza, 34 bilhões de reais (o que equivale a três anos de Bolsa-Família), para atender a população de 0 a 10 salários mínimos de rendimento familiar, é, de fato, inédito na história do país – nem mesmo o antigo BNH dirigiu tantos recursos à baixa renda em uma única operação.

De um modo geral, segundo o governo, o Programa seria duplamente atraente: estimula a economia com uma medida anticíclica para um período de crise financeira mundial de apoio ao setor privado e, visando evitar o agravamento da recessão, mas também, do aumento do desemprego, ameaças concretas da virada de 2008 e 2009 (BONDUKI, 2014). De modo dialético, tal perspectiva possibilitou o enfrentamento de uma questão social histórica da sociedade brasileira, que é a total precariedade das moradias da população de baixa renda, atacando essa problemática por meio da reposição de estoque de moradias.

Desse modo, entendemos que ao invés de minimizar ou solucionar os efeitos da segregação socioespacial, esse processo de acesso desigual do uso e ocupação da cidade apenas beneficiou os interesses do capital imobiliário – ao se incentivar a verticalização da cidade, por exemplo, e promovendo a instalação ou implantação de grandes empreendimentos imobiliários, como no caso do Programa MCMV, o que acabou por “empurrar” a população de baixa renda para áreas impróprias de se habitar, à medida que, elas estão desprovidas ou distantes dos bens e serviços coletivos ou públicos, marcando a proliferação de áreas favelizadas, em primeiro, ao redor de áreas próximas ao centro da cidade e de ocupação mais antiga, e em segundo, ao redor dos conjuntos habitacionais

populares implantados nos extremos da cidade. Segundo, Raquel Rolnik (2012), o modelo de produção habitacional no país é pensado para a produção nova, e é assim porque ele é pensado dentro de uma lógica econômico-financeira, e não de ampliação do direito à cidade.

O Programa MCMV vem consolidar o “espírito” das políticas iniciadas já na década de 1990, qual seja, provisão de moradias através de medidas regulatórias, assim como o aumento de recursos públicos destinados ao financiamento habitacional (ARANTES & FIX, 2009; SHIMBO, 2010). Para Maricato (2012), o Governo busca “fazer omeletes sem quebrar os ovos”, ou seja, dar resposta à questão de carência de moradias via distribuição de renda e produção de moradia sem que a hegemonia do capital financeiro, da lógica privada de produção do espaço seja quebrada. Rolnik, em entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato (CARRANO & HOSHINO, 2010), acrescenta que o MCMV “é um programa de dinamização econômica e de geração de empregos, não é uma política habitacional”. Nesse sentido, tal lógica é aprofundada quando observamos a imbricação do poder econômico e do poder político simbolizado pelo grande volume de financiamento eleitoral provenientes das construtoras e empreiteiras interessadas na manutenção da lógica privada de valorização imobiliária. Ainda segundo ela (ROLNIK, 2012):

Desde os anos 1980 e 1990, [...], nós assistimos à transformação da moradia como um direito para a moradia como uma mercadoria, um objetivo de consumo a ser produzido e adquirido no mercado. Em seguida, dependendo de cada país, além de produto, a moradia virou um ativo financeiro.

A acelerada urbanização acompanhada da globalização e das crises econômicas coloca-nos diante de processos de desigualdades sociais que se manifestam numa desigualdade do espaço, conforme proposto por Harvey (1980, p. 14; 17):

Qualquer teoria geral da cidade deve relacionar à forma espacial que ela assume [...] a única estrutura conceitual adequada para entender a cidade é a que inclui e se edifica ao mesmo tempo sobre as imaginações sociológica e geográfica. Devemos relacionar o comportamento social, de acordo com a geografia e a forma espacial que a cidade assume. Devemos reconhecer que uma vez criada uma forma espacial particular, ela tende a institucionalizar e, em alguns aspectos, a determinar o futuro desenvolvimento do processo social. Necessitamos, sobretudo, formular conceitos que nos orientem a harmonizar e integrar estratégias capazes de lidar com as complexidades do processo social e os elementos da forma espacial.

De um modo geral, segundo o governo, o Programa seria duplamente atraente: estimula a economia com uma medida anticíclica para um período de crise financeira mundial, gerando empregos e aquecendo a economia nacional e enfrentaria uma questão social histórica da sociedade brasileira, que é a total precariedade das moradias da população de baixa renda, atacando essa problemática por meio da reposição de estoque de moradias.

Programas como MCMV expressa ou reflete as disputas estruturais do capital, à medida que busca resolver inicialmente o problema da realização da renda (valorização fundiária); do lucro (valorização imobiliária, indústrias, etc.) e do salário (emprego e moradia). O movimento concreto e o papel social do Programa MCMV seria (a partir de uma demanda ou diretriz estrutural do capital), o de solucionar a crise financeira internacional, do emprego e da moradia, em resumo, primeiro resolve-se o problema da realização do capital e de forma marginal a condição humana, mesmo que em certos momentos, na aparência, se apresente de forma inversa.

Ao observar a política habitacional no Brasil percebemos como a ação do Estado determina o que será feito em termos de infra-estrutura, onde e como será o transporte público, onde se localizarão os equipamentos públicos de educação, saúde, entre outros, através de uma gestão essencialmente pública ou mista. Essa ação do Estado como parcelador e empreendedor dá-se de forma diferente, de acordo com os interesses do mercado, repetindo processos que se dão ao longo da história do país.

Podemos afirmar com base na pesquisa realizada, então, dado pelo elevado déficit habitacional brasileiro, que o Programa MCMV é um importante avanço para a política habitacional, visto que o número de unidades construídas para a população de baixa renda tem sido privilegiado, a partir dos largos subsídios que têm sido fornecidos para essa população. No entanto, condicionado pela própria lógica do Programa, verificamos que o limite do PMCMV se dá na efetiva inserção da população de baixa renda na dinâmica da cidade, fazendo com que a segregação socioespacial seja mantida.⁷⁸ Desse modo,

⁷⁸Ao buscarmos depreender os *avanços e limites* do PMCMV tentamos perceber o processo dialético que essa política pode produzir. Se por um lado a materialidade de ter uma casa significa a possibilidade de concretamente ter o “sonho da casa própria” realizado, por outro não ter acesso aos bens sociais ou coletivos ou públicos do espaço urbano, é ter o direito à cidade, à habitação, etc., negado. Seria uma forma

indagamos, Programas como o MCMV, são uma expressão do projeto lulista, portanto, deveria ele ser considerado uma política de Estado ou apenas uma política de governo? Questão está de fundamental importância para que gerações futuras possam definir não só o papel e o lugar das políticas públicas como um meio de acesso ao interesse público, mas também o efetivo acesso, do conjunto da sociedade, ao direito de ter direitos “que dependem de políticas de cidadania colocadas em prática pelo Estado, voltadas a instaurar relações de solidariedade social e cultural indispensáveis à realização de uma comunidade justa, isto é: de políticas de justiça distributiva [...]” (REGO; PINZANI, 2014, p. 237). De defesa, portanto, da construção de uma concepção de cidadania que valoriza o direito universal.

3.5 | As políticas públicas⁷⁹ no projeto lulista

O Estado brasileiro ao longo do processo de formação do país negou à parcela considerável da sociedade a possibilidade de que ela tivesse acesso aos direitos fundamentais da vida humana. Para Walquiria Leão e Alessandro Pinzani (2014, p. 167):

pseudoconcreta de se perceber ou entender a realidade. Refletir, questionar e solucionar os dilemas do cotidiano a partir de um conhecimento dialético é a possibilidade de perceber aquilo que é concreto e pseudoconcreto, assim como, de se buscar superar esta própria contradição. Segundo, Karel Kosik (2010, p. 18): A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma das duas formas, o conhecimento é a decomposição do todo. O “conceito” e a “abstração”, em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa.

Cf.: KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

⁷⁹Para Celina Souza (2006, p. 7), pode-se: [...] resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. Se admitirmos que a política pública é um campo holístico, isto é, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas, isso tem duas implicações. A primeira é que, como referido acima, a área torna-se território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos. Assim, apesar de possuir suas próprias modelagens, teorias e métodos, a política pública, embora seja formalmente um ramo da ciência política, a ela não se resume, podendo também ser objeto analítico de outras áreas do conhecimento, inclusive da econometria, já bastante influente em uma das subáreas da política pública, a da avaliação, que também vem recebendo influência de técnicas quantitativas. A segunda é que o caráter holístico da área não significa que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas sim que ela comporta vários “olhares”. Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

A ausência de Estado para lhes conceder e garantir direitos conforma a situação de “pessoas sem direitos” (para utilizar uma formulação arendtiana)⁸⁰. Com isso, o Estado brasileiro durante muito tempo decretou sua morte civil. Essas pessoas, portanto, foram emudecidas, porque seu direito de voz pública não existe, e foram desprovidas direitos civis básicos, já que dessa maneira não possuem condições e canais institucionais de expressão e movimento. São milhões de brasileiros com escolaridade praticamente ausentes, destituídos de qualificação e habitações para qualquer tipo de emprego, que exija, por exemplo escrita e leitura, assim como a capacidade de obedecer a comandos mais qualificados. Isso per se coloca em questão a natureza do crescimento econômico ocorrido no Brasil entre as décadas de 1930 e 1970. Tal processo de modernização econômica foi desprovido de um projeto democrático substantivo.

Tal contexto apenas passa a ser enfrentado de modo mais sistemático a partir do final da década de 1980, quando temos a retomada do Estado Democrático no país e a promulgar a Constituição de 1988 (BRASIL, p. 1), que busca, “[...] assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a seguridade, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista [...]”.

Apesar dos avanços promovidos pela Constituição de 1988, o país irá esbarrar nos limites de sua associação ao projeto neoliberal proposto a partir dos anos de 1990. Tal contexto, levou o país a manter a sua negação histórica de que o povo brasileiro tivesse acesso aos seus direitos. Segundo, Rego e Pinzani (2014, p. 179-96) a pobreza no Brasil possui uma característica fenomenológica associada às seguintes questões:

1. Falta de condições básicas para uma vida saudável;
2. Acesso nulo ou irregular à renda derivada de um trabalho regular;
3. Trabalho infantil e abandono escolar;
4. Alta natalidade;
5. Acidentes;
6. Falta de crédito;
7. Invisibilidade e mudez;

⁸⁰Os autores buscam dialogar com a expressão “povos sem Estado”, cunhada por Hannah Arendt no livro: **As Origens do totalitarismo**, São Paulo, Cia das Letras, 1989, “para se referir à experiência de povos que permanecem e permanecerão à margem da sociedade. Esses “povos sem Estado” são então, povos sem direitos”.

8. Desigualdade interna às famílias;
9. Vergonha;
10. Cultura da resignação;
11. Exclusão da cidadania.

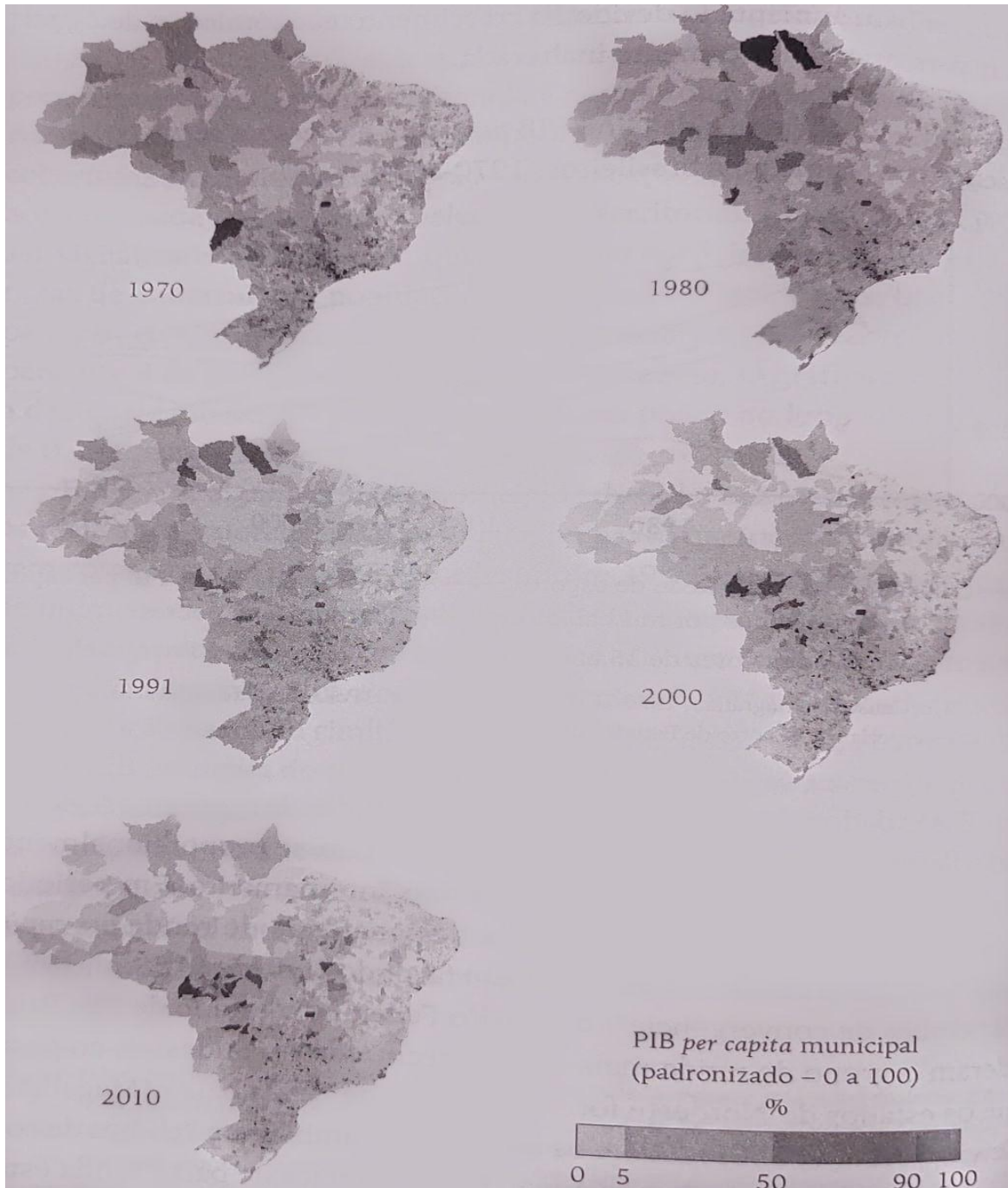
Destacar essas características nos ajuda a entender as trajetórias das desigualdades no Brasil e, como bem assinala, Marta Arretche (2015), demarca a “desigual distribuição territorial” dos direitos sociais e civis no país, mas também a fragilidade do Estado brasileiro em tornar-se um “estado de direito” pleno. Para, Arretche (2015, p. 201-2), entre os anos de 1970 e 2010 observa-se que:

[...] a menor desigualdade na concentração de pobres de 1970 é expressão da sua massiva presença em todo o território. A mais baixa taxa de desigualdade revela que a esmagadora maioria dos municípios hospedava amplas camadas de população pobre. Já nos anos 1980, o aumento da desigualdade territorial da concentração de pobres distingue as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, de um lado, com menor concentração de pobres, das regiões Norte e Nordeste, de outro com maior concentração. Em 1991, as taxas de pobreza eram mais elevadas em todas as regiões – inclusive áreas das regiões Sul e Sudeste-, como resultado dos baixos índices de crescimento econômico da década de 1980. Mas a desigualdade territorial permanecia, dado que as regiões Norte e Nordeste (e parte norte da região Sudeste) apresentavam as maiores taxas de concentração de pobres. Ainda que as taxas de pobreza tenham caído na região Norte e Nordeste em 2000, a divisão territorial entre parte da região Norte, a região Nordeste e o norte da região Sudeste, de um lado, e o Sul e Sudeste, de outro, permanece constante. Por fim, embora as taxas de pobreza tenham se atenuado nas regiões Norte e Nordeste em 2010, elas caíram ainda mais nas regiões Sul e Sudeste.

A seguir demonstraremos por meio de dados coletados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)⁸¹, no Mapa 1 - “PIB per capita” e Mapa 2 – “Percentual de pobres”, entre os anos de 1970-2010, como a trajetória das desigualdades foi organizada na história recente do território brasileiro.

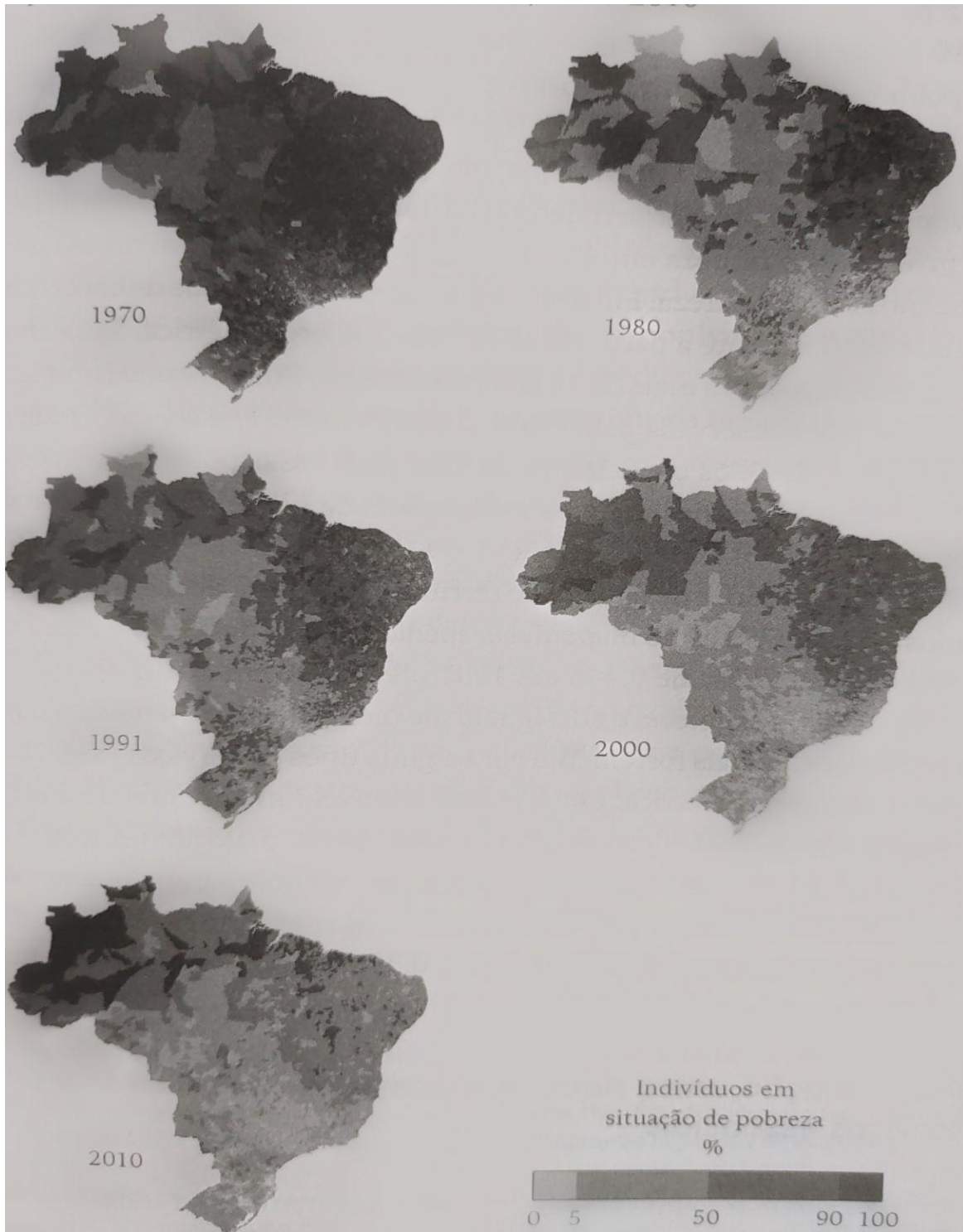
⁸¹ Os dados apresentados ao longo dos anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constituem em um importante instrumento para que os governos por meio do Estado possam produzir políticas públicas de enfrentamento às mazelas que assolam o Brasil. No entanto, no ano de 2020, o IBGE não realizou o Censo Demográfico, pois o governo Jair Messias Bolsonaro, alegou não haver recurso para a sua realização. Ressalta-se que esse mesmo governo tem desde o momento que o país e o mundo foram afetados pela Pandemia do COVID-19, produzindo ações de negacionismo, ou melhor, de descrédito na ciência. Por fim, destaca-se que a ausência de tais dados irá impactar de uma forma sem precedentes a possibilidade de promoção de políticas públicas que enfrentam as questões estruturais do país, como a pobreza e a desigualdade, por exemplo.

Mapa 1 - Percentual per capita - Brasil (1970 - 2010)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1970-2010, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs).
Tabulação especial do Centro de Estudos da Metrópole (CEM). ARRETCHE, 2015, p. 200.

Mapa 2 - Percentual de pobres - Brasil (1970 – 2010)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1970-2010.

Tabulação especial do Centro de Estudos da Metrópole (CEM). ARRETCHE, 2015, p. 203.

Os mapas 1 e 2 nos ajudam a entender como ao longo de 1970-2010 a distribuição de renda, o direito de acesso aos serviços públicos e pobreza foram distribuídas no Brasil, mas também perceber como o desenvolvimento do país ocorre de modo desigual e combinado entre as suas regiões. Neste sentido de ausências de políticas públicas ao longo da história do país demarca e a profunda as nossas desigualdades⁸². Para, Arretche (2015, p. 202):

[...] dois fenômenos coexistem na trajetória da distribuição espacial dos pobres no Brasil de 1970 a 2010. A pobreza foi expressivamente reduzida, porque sistematicamente o percentual de pobres em todas as regiões. Entretanto, de um ponto de partida caracterizado pela baixa desigualdade territorial na pobreza de 1970, chega-se em 2010 a uma situação de alta desigualdade territorial: as mais altas taxas de pobreza estão concentradas na região Nordeste e em parte das regiões Norte e Sudeste.

Deste modo, podemos analisar, mais especificamente, como a construção do projeto lulista, mesmo sendo caracterizado por movimentos de conciliação e reformista, foi, também, impulsionador de um ensaio desenvolvimentista, que buscou retomar um projeto de estado de bem-estar social no país, como um meio de enfrentar os processos que demarcam as desigualdades no país. Segundo, Marta Arretche, Eduardo Marques e Carlos Aurélio Pimenta de Faria (2019, p. 15):

A partir de 2003, as administrações do PT iniciaram um novo período de autoridade política durável, [...], trazendo para o centro da agenda o combate à pobreza e à desigualdade social, assim como a expansão da provisão de bens e serviços, sobretudo para os mais pobres. As diretrizes anteriores de valorização de estabilidade econômica a princípio não foram abandonadas, embora tivessem menor prioridade. Entretanto, sob o governo Dilma Rousseff, essa orientação foi progressivamente atropelada por tentativas continuadas de estabelecer artificialmente, via gasto público, o período de crescimento e bonança econômica vividos nas gestões de Lula.

O projeto lulista teve sobretudo no período de 2005-2010 a preocupação de promover políticas públicas que buscaram transferir renda, programas como, o Bolsa Família; de aumento do salário mínimo; o Minha Casa, Minha Vida, de democratização do

⁸²A perspectiva das políticas públicas em governos como os do PT, podem ter produzido, de alguma forma, ações que pudessem reverter tal trajetória de desigualdades no país. Não por acaso, que permaneceremos no Mapa da Fome, das Organização da Nações Unidas (ONU) até o ano de 2014 e, retornaremos a ele no ano 2021, no contexto do agravamento de problemas sociais, devido a Pandemia de Covid-19 que assola o mundo, mas também de um governo que articula de modo nacional, um projeto de Estado incapaz de enfrentar, mesmo que minimamente, as mazelas das desigualdades no país.

acesso ao crédito; ampliação do acesso à universidade, entre outras políticas, possibilitaram que a desigualdade territorial no país, fosse enfrentada.

Tal condução, promoveu uma hegemonia do PT no período de 2005-2015 e, formou um base eleitoral de sustentação do projeto lulista, no entanto, observou-se que esse processo não foi capaz de consolidar uma consciência (de classe) que fizesse frente ao contexto de crise do projeto lulista no final de 2015-2016. A compreensão sobre tal processo nos ajuda na análise do papel das políticas públicas no projeto lulista, ou melhor, no entendimento de que elas podem se constituir tanto em instrumentos ou na fratura entre o “bloco de poder” que sustenta o Estado. Segundo, Nicos Poulantzas (2015, p. 26):

O Estado tem um papel essencial nas relações de produção e na delimitação-reprodução das classes sociais, porque não se limita ao exercício da repressão física organizada. O Estado também tem um papel específico na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante.

Ele (1997, p. 28-9) destaca ainda que sob:

O Estado capitalista está efetivamente em relação com as relações sociais econômicas tal como se apresentam no seu isolamento, efeito ideológico e do jurídico, e isto na medida em que as relações sociais econômicas consistem em práticas de classe, ou seja, em ação efetiva, desde logo sobredeterminada, dos agentes distribuídos em classes sociais no nível econômico. [...] O Estado capitalista é, pois determinado pela função relativa à luta econômica de classe tal como esta se apresenta [...].

Portanto, a partir da compreensão da concepção de Estado de Poulantzas, podemos entender que o Estado produz uma coesão entre os “blocos de poder”⁸³ ou ele não produz transformações. Para Cunha (2020, p. 53), “[...] a concepção de bloco no poder pode ser vista também como uma forma específica de conciliação de classes internalizada no seio do próprio Estado, que assume as características específicas de uma determinada conciliação”.

Sob a relação capital-trabalho as disputas entre as frações de classe expressam as contradições existentes na formação do Estado. Pois, como nos alerta, Cunha (2020, p. 53-4):

⁸³Segundo o autor, o bloco no poder se associa à coexistência de várias classes e frações constituindo o caráter geral da formação social capitalista, com o próprio estado, onde se estabelece, por um lado, uma relação entre um jogo institucional inscrito no próprio Estado, e, por outro, uma configuração das relações entre as classes dominantes e as dominadas. Por isso mesmo, “o Estado capitalista, através do jogo interno das suas instituições, torna possível, na sua relação com o campo da luta política de classe, relação esta concebida como fixação de limites, a constituição do bloco no poder” (POULANTZAS, 1977, p. 225).

[...] partindo da compreensão de que o Estado constitui em si o ponto nodal das contradições sociais, as classes e frações buscam exercer uma hegemonia ao tentar dirigir o Estado e suas estruturas específicas, e deve ser levada em consideração a capacidade que a classe ou fração dirigente possui em gerar ganhos às classes que não estão compondo uma direção específica do Estado, uma vez que os aspectos políticos e econômicos não são diametralmente opostos, e, mais do que isso, o Estado não é 54 diferente da organização da própria sociedade. Nesse sentido, a disputa interna ao próprio Estado é, no limite, uma disputa resultante da contradição fundamental do modo de produção capitalista, isto é, da contradição capital x trabalho.

Neste sentido, o projeto lulista serviu hora para a construção de um governo de coalizão no qual todos os setores de algum modo seriam atendidos pelo Estado e, hora estava apenas a serviço da ideologia que favorece os interesses da classe de domina ou tem hegemonia sob o Estado. Como aponta Cunha (2020, p. 56):

[...] dentro dessa concepção de Estado, é possível compreender como a direção política do Estado só pode ser efetivada caso a conciliação de classes garanta a objetivação dos interesses das classes dominantes, mesmo que em algum momento os interesses das classes trabalhadoras sejam atendidos, ainda que parcialmente.

A linha tênue entre o estado de bem-estar social e o reformismo que o projeto lulista representa, possibilitou, em um primeiro momento que ele construísse uma “ponte sólida” e fosse capaz de governar, mas em um segundo momento, produziu uma “ponte trincada”, o que o levou a sua retirada do poder e a uma crise. Deste modo, podemos entender que o Estado e sociedade não se distingue, sendo, portanto, necessário o entendimento que a estrutura da sociedade brasileira determina as ações do Estado. Neste sentido, a problematização de Marx (2010, p. 59), nos ajudar a entender os desafios posto sob o projeto lulista, pois:

O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade. Quando o Estado admite a existência de problemas sociais, procura-se ou em leis da natureza, que nenhuma força humana pode comandar, ou na vida privada, que é independente dele, ou na ineficiência da administração, que depende dele.

O desafio agora será sobre a possibilidade que o projeto lulista tem ou terá para construir “novas” pontes e mais, se ele será ou não capaz de produzir ações que o permita transformar o Estado e a sociedade brasileira.

3.6 | O sentido da política pública no projeto lulista

Ao discutirmos, a política urbana e habitacional, de modo mais específico, buscamos perceber como os governos do PT buscaram implementar políticas sociais que retomassem o caráter do Estado desenvolvimentista no país. Neste sentido, podemos entender como a promoção do desenvolvimento de uma política urbana e habitacional poderia ser parte da engrenagem de crescimento e distribuição social para uma parcela considerável da sociedade brasileira. Neste sentido, o entendimento desse processo pode nos ajudar a compreender o lugar das políticas públicas no projeto lulista.

A aposta no ensaio desenvolvimentista pelos governos do PT promoveu uma ascensão econômica e social de uma parcela significativa da sociedade brasileira. Ressalta-se que o modelo de desenvolvimento adotado pelo projeto lulista foi baseado em três características, segundo, Edney Cielici Dias (2019, p. 408-9):

[...] (i) A ampliação do mercado interno de consumo de massa por meio da distribuição de renda, consolidando uma estrutura produtiva capaz de realizar localmente boa parte da produção; (ii) O impulso ao crescimento baseado na demanda nacional e mundial por seus abundantes recursos naturais – fator ampliado pela exploração petrolífera do pré-sal; (iii) Confiança nas perspectivas favoráveis quanto à demanda estatal e privada por investimentos em infraestrutura e habitação.

Tais características apontam para uma atuação ativa do Estado na promoção do crescimento econômico, assim como, na distribuição de renda e no enfrentamento do problema estrutural da pobreza em nosso país. Segundo, Andréa Cordeiro Mecca (2014, p. 69):

No Brasil, os programas de combate à miséria começaram já nos anos 90 com o desenvolvimento do modelo neoliberal. No governo de FHC foram implementados programas como Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, que atendiam cerca de 5 milhões de famílias. Cada um desses programas era gerido por diferentes ministérios dentro do governo Federal. Em 2003, Lula unificou e ampliou esses programas sociais em um único: o Programa Bolsa Família (PBF), administrado e supervisionado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

No primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) essa política de distribuição de renda foi aliada a uma queda gradual do desemprego. No segundo mandato (2007-2008)

observa-se por meio do PAC a promoção de projetos estratégicos em infraestrutura, visando ampliar os transportes, a energia, o saneamento e a urbanização de favelas (DIAS, 2019, p. 410). Já no período de 2007-2008 o país é afetado por um movimento anticíclico, o que exigiu do governo a destinação de um aporte de R\$ 418 bilhões de 2009 a 2014, via o Banco Nacional de Desenvolvimento Estratégicos (BNDES) e a criação de programa de habitação de interesse social, via o Programa Minha Casa, Minha Vida (DIAS, 2019, p. 410-1). A resposta do governo a política anticíclica permitiu, segundo Dias (2019, p. 411), que a economia brasileira crescesse 7,5% em 2010; o Produto Interno Bruto tivesse uma média anual de crescimento de 4,6% e uma dívida interna em 62% do PIB em 2010.

Entendemos, portanto, que ao mesmo tempo que as políticas públicas implementadas sob o projeto lulista possibilitaram um enfrentamento das mazelas sociais que assolam o país, permitiu que o governo criasse uma política de emprego que estimulasse o desenvolvimento econômico do país. Em contrapartida tal processo teria acentuado as contradições do projeto lulista. Segundo, Ricardo Antunes (2004, p. 164):

[...] a política que o governo do PT vem implementando, desde sua primeira hora, é em parte continuidade de seu transformismo e sua consequente adequação à ordem e à institucionalidade. Mas, é preciso acrescentar que a intensidade da subordinação e da sujeição ao financismo, ao ideário e a à pragmática neoliberais, deixaram estupegatos até seus mais áspers críticos.

A adoção de um desenvolvimentismo ao longo dos governos do PT, permitiu que uma base de apoio fosse construída por meio de políticas públicas que permitiram ao subproletariado serem incorporados a dinâmica do consumo. No entanto, este processo não evitou que o projeto de conciliação viesse a despedaçar o lulismo. E isso, ocorreu, por conta de uma mudança do ponto de vista político ocorreu, pois entanto o governo Lula foi conciliador, o governo Dilma decide entrar em combate com frações de classe poderosas e resistentes (Singer, 2016, p. 33).

Segundo, Vaz (2017) o neodesenvolvimentismo adotado pelo projeto lulista teria como traço um constante apaziguamento dos conflitos. Para ele (2017, p. 95):

Estes conflitos entre classes, entre frações de classes, seriam justamente os principais desafios para a manutenção do projeto neodesenvolvimentista, que apesar de diferente (na interpretação de Boito Júnior) do neoliberalismo em sua condição - plenal, o neodesenvolvimentismo carrega consigo um projeto burguês, um projeto conivente com o imperialismo e com a burguesia

compradora e que supre as necessidades da burguesia interna, que diferente da interpretação liberal, precisa e quer a intervenção do Estado, tendo como maior questão “qual intervenção” deste Estado.

Ele (2017, p. 95), ainda, destaca que:

Este Estado, diferente da interpretação de Singer, não é um Estado que priorize as necessidades do subproletariado, mas sim um Estado burguês que busca uma possibilidade dentro do regime neoliberal que persiste. Neste caso, Boito Júnior acredita que Singer superestimaria o subproletariado, tendo em vista que ao afirmar que este setor disperso não teria condições de participar da luta de classes, como seria possível que este tenha um programa político? Para Boito Júnior (2013) não é possível identificar uma mudança política voltada somente para a ascensão social do subproletariado, as mudanças políticas seriam mais amplas, abarcando um projeto político para toda a frente neodesenvolvimentista. O subproletariado, bem como outros setores da classe trabalhadora teriam então seus benefícios com o governo Lula, porém, não chegariam nem perto dos benefícios dos setores hegemônicos no bloco no poder, como por exemplo, da lucratividade da burguesia financeira internacional com a rolagem da dívida pública.

Neste sentido, o governo de coalizão teria, segundo Singer (2015, p. 62), uma finalidade sob o projeto lulista, pois:

Em lugar da pugna entre coalizão produtivista e rentista, arbitrada pelo lulismo, conforme sugerimos, haveria contraposição da grande burguesia interna aliada ao movimento sindical e popular com a grande burguesia - perfeitamente integrada e subordinada ao capital estrangeiro aliada ao capital financeiro internacional. De acordo com esse ponto de vista, a grande burguesia interna teria se tornado hegemônica dentro do bloco no poder lulista: “Os governos petistas não arbitram; na verdade eles priorizam os interesses dessa fração burguesa”. Como se pode depreender, está em jogo saber qual é a contradição principal: engajamento na produção versus ganhos rentistas ou grande capital nacional versus grande capital internacional. Não é este o lugar para aprofundar o necessário debate, pois Boito Júnior reconhece que “o setor industrial tem conflito com o capital bancário nacional”, e nós admitimos que empresas de capital nacional possuem interesses que as opõem às de capital internacional. Ambas as contradições cortam tanto a coalizão produtivista quanto a rentista. Equivale dizer que, para iluminar a totalidade, o conjunto de tensões precisa ser levado em conta.

Ao questionar as tensões existentes em um governo de coalizão, Bresse-Pereira (2014. p. 49), problematiza: “Em uma sociedade capitalista não se governa sem os

empresários. Eles têm direito de veto sobre o país⁸⁴. Ao refletir sobre tal questão, concordamos com o questionamento apontado por Singer (2018, p. 63) sobre o porquê mesmo diante de um governo que atende os interesses dos setores da classe dominante: “[...] por que os empresários mudaram de posição”?

Tal perspectiva reforça as contradições, mas também, produz sentidos sob o projeto lulista, pois ora ele esteve associado a um rompimento com o ideário neoliberal, à medida, que promoveu um ensaio desenvolvimentista; e ora funcionou como um mecanismo de manutenção do status quo para tal ideário, pois produziu mudanças dentro da lógica de interesse do capital, sem a perspectiva de rompimento com ela, produzindo assim um reformismo fraco. Este permanente conflito refletia não apenas as contradições existentes na sociedade brasileira, como também, os caminhos possíveis para o projeto lulista.

Para nos auxiliar na construção de tal análise buscamos dialogar como o cotidiano do subproletário, pois eles são o centro, ou melhor, os sujeitos tanto da política pública norteadora dessa pesquisa, como também, do projeto lulista. Como isso, buscamos ao longo do próximo capítulo discutir e captar por meio da Sociologia Política o pensamento e a interpretação que o subproletariado possui no centro e na periferia do projeto lulista e, a sua aderência ou não as políticas implementadas ao longo dos seus governos.

⁸⁴Cf.: Luiza Villaméa, “Uma coisa irracional’, diz Bresser sobre o antipetismo”, *Brasileiros*, n. 88, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/interviews/2014/14.11.Revista-Brasileiros.pdf>>. Acessado em: out. de 2021

Capítulo 4

4.1 | As contradições do projeto lulista

“[...] chamamos de modernização a essa forma de assimilação do progresso técnico no plano dos estilos de vida com fraca contrapartida no que respeita à transformação do sistema de produção”.⁸⁵

Ao apresentar a ideia de Furtado (2013), como epígrafe deste capítulo, buscamos demonstrar como em diferentes momentos da história do país e em diferentes governos, os pontos de “estrangulamentos” existentes no país foram enfrentados. No caso, específico, do projeto lulista a proposta de modernização do país por meio de ensaio desenvolvimentista buscou consolidar um Estado que fosse capaz de articular as necessidades nativas com desenvolvimento hegemônico do capital. O projeto lulista ao buscar produzir uma transformação na estrutura social do país, faz com que a burguesia nacional rompa com o acordo que sustenta tal projeto, expondo as suas contradições. Com isso, buscaremos ao longo deste capítulo discutir como as populações de baixa renda produziram uma formulação de como as ações do governo impactam o seu cotidiano.

4.2 | O projeto lulista sob o olhar da Sociologia Política

Como perspectiva interdisciplinar desta pesquisa realizamos um trabalho de campo⁸⁶ com o propósito de observarmos o pensamento e a atividade das classes subalternas brasileiras⁸⁷ no centro e na periferia do Lulismo⁸⁸. Buscamos destacar às

⁸⁵Cf.: Celso Furtado. “O subdesenvolvimento revisitado”. In: **Essencial**. São Paulo: Penguin Companhia, p. 256, 2013.

⁸⁶O trabalho de campo foi realizado pela equipe: Thais Pavez (professora na UNESP/Marília); Camila Góes (Doutoranda na UNICAMP); Allan Brito, Beatriz Cezar, Marcus Carvalho, Sabrina Leite; Tiago Dumont e Zacarias Mariano (alunos de graduação e pós-graduação de Ciências Sociais – Unesp/ Marília); e Renata Gonçalves (Arquiteta e Urbanista – USP). Parte das descrições aqui apresentadas compõem um texto sistematizado pelo grupo sob as orientações de Thais Pavez e Camila Góes, intitulado: “Centro e Periferia do Lulismo”, 2018.

⁸⁷Indicamos a categoria gramsciana de “classes subalternas” para reforçar o ponto de vista teórico ao qual recorreremos para abordar aspectos gerais do comportamento político e social dos diversos grupos sociais que se formaram no Brasil “às margens da história”, como explicamos em Pavez e Góes (2018). A ideia de subalternidade junto ao seu par conceitual de hegemonia nos abre a possibilidade de interpretar as visões de mundo dos sujeitos a partir de diversos níveis de organização cultural e política (cf. Góes, 2018).

⁸⁸A pesquisa de campo foi realizada no contexto em que o projeto lulista estaria se despedaçando, pois ele havia sofrido o seu primeiro ataque, em 2016, um golpe civil-parlamentar. Um segundo ataque poderia ser considerado a prisão do ex-presidente Lula no contexto dos desdobramentos das investigações do processo que ficou conhecido como: “Mensalão” e “Lava Jato”.

particularidades regionais e de classe do fenômeno lulista e sua crise, indicando brevemente o contexto histórico e o acúmulo etnográfico que constituíram o ponto de partida da pesquisa de campo realizada em torno das eleições presidenciais de 2018, cujos pormenores descreveremos adiante. Em seguida, buscaremos relatar a pesquisa realizada entre os meses de julho e outubro de 2018 na região Nordeste e Sudeste do país.

Nosso objetivo é esboçar hipóteses explicativas sobre o pensamento e comportamento político dos mais pobres a partir dos resultados do trabalho de campo no Nordeste e Sudeste. Com isso, buscamos desenvolver chaves interpretativas sob a sociedade brasileira com a intenção de que elas possam apoiar o desenvolvimento de pesquisas a serem realizadas no futuro e não de esgotá-las.

O fenômeno do lulismo emerge, segundo o esquema interpretativo proposto por André Singer (2012), com o realinhamento eleitoral de 2006, em que se dá “o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado” (SINGER, 2012, p. 15). A agenda deste realinhamento, seguindo os pontos principais delineados entre 2003 e 2005, seria a redução da pobreza, “sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital” (2018, p.15-6).

Este realinhamento deslocou o voto da massa rural e semirural do Nordeste – setor considerado “atrasado” da sociedade brasileira – para o Partido dos Trabalhadores (PT). Com isso, rompeu-se a antiga relação entre massas agrárias e conservadores⁸⁹, o que significou importante “mudança de um padrão histórico de comportamento político das camadas populares no Brasil, em particular no Nordeste” (Singer, 2018., p. 42). Segundo Singer, esse realinhamento poderia se equivaler à resolução de “nossa ‘questão setentrional’, aludindo ao famoso ensaio do comunista sardo sobre a ‘questão meridional’ na Itália” (2018, p. 40). O lulismo juntava por meio do voto o subproletariado concentrado no Nordeste – o centro do fenômeno – ao das periferias das grandes cidades, constituindo traço de unidade inédito entre os mais pobres no Brasil. O fenômeno, portanto, não se

⁸⁹Sobre o assunto, conferir: LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto** (2012); QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios** (1976).

desenvolveu de modo homogêneo, mas de forma desigual e combinada – unia os pobres de todo o país pelo voto, mas sua força política se expressava de modo dispare regionalmente.

Incorporando a formulação de Oliveira, Singer identificou como traço específico dessa sociedade o “limbo” do qual os pobres poderiam até sair individualmente, mas nunca como classe (SINGER, 2018, p. 21). Ao rebaixar o valor do trabalho, a superpopulação excedente, concentrada majoritariamente no Nordeste, permitiria o bom funcionamento do setor moderno. Portanto, o “limbo” seria “a atmosfera da qual o moderno retira o ar para funcionar” (ibid., p. 22). Do ponto de vista político, a incorporação do subproletariado revelou a dramaticidade das contradições brasileiras. Ao diminuir o “limbo”, o lulismo tocou no nervo da formação periférica no Brasil (ibid., p. 18). Ao ser acelerado pelo Governo Dilma na proposta do “ensaio desenvolvimentista” (SINGER, 2018), o lulismo entra em crise e acirra suas contradições, que são também as do país, sem ter ao seu lado “bases robustas” para o enfrentamento do conflito que engendrou.

Todo esse percurso temporal é acompanhado pela confirmação nas urnas de que o lulismo possui um centro e uma periferia. Na região Nordeste, onde há maior concentração de pobres, permanecem os altos índices de votos ao PT em 2014. Já na periferia do lulismo, como nos casos de São Paulo e Marília, onde realizamos o trabalho de campo, o PT perde em 2014 nas eleições presidenciais e nas eleições municipais paulistanas de 2016. Entre a eleição de Dilma em 2010, sua reeleição apertada em 2014 e o golpe civil-parlamentar que a impede de continuar no governo em 2016, uma série de pesquisas etnográficas e estudos de caso voltados à visão de mundo do subproletariado foram realizados na periferia de São Paulo, apresentando um retrato empírico do percurso que abarcou auge e crise do lulismo. Buscamos dar continuidade a esse esforço de estudo, concentrado agora não só no Sudeste, mas também no que chamamos de centro do lulismo.

A pesquisa⁹⁰ foi realizada de julho a outubro, acompanhando o percurso desde o momento anterior à confirmação de candidaturas até o dia anterior ao segundo turno. O estudo envolveu também observações participantes em cultos evangélicos neopentecostais (Igreja Universal do Reino de Deus no centro de Marília, de Bauru e do bairro do Jaraguá, Bola de Neve Church na Lapa em São Paulo).

⁹⁰ Aplicamos ao longo da pesquisa um total de 122 questionários – sendo 29 no Nordeste e 93 no Sudeste. Realizamos também 33 entrevistas em profundidade.

As pessoas entrevistadas concentravam-se predominantemente na faixa de rendimento familiar mensal de até 2 salários mínimos, sendo que também foram entrevistados sujeitos com rendimento entre 2 e 4 salários mínimos. Em São Paulo e Marília o trabalho de campo foi realizado em bairros periféricos e/ou com alta concentração de pobreza. Em São Paulo, os bairros selecionados foram o Jaraguá e Itaquera⁹¹. Ambos os bairros tinham passado pelo processo de esfacelamento do lulismo na eleição de 2014 com a vitória do candidato antilulista. Em 2014, Aécio obteve no Jaraguá 57% dos votos válidos no segundo turno, enquanto Dilma 43%. Esse quadro voltou a se repetir no primeiro turno de 2018, em que Bolsonaro alcançou no bairro 42,29% e Haddad, 22,9 %. Somados os candidatos Ciro Gomes e Haddad, sua força eleitoral chegou a 38,43%⁹². Em Itaquera, observou-se o mesmo fenômeno. Pois, em 2014, Aécio obteve 57% contra 43% da candidata Dilma. Em 2018, Bolsonaro obteve 45,17% dos votos e Haddad 19,86%. Somados Ciro e o candidato PT, a proporção chegou a 36,80%.

Em Marília, situada no interior de São Paulo, os bairros selecionados foram Argolo Ferrão, Parque das Azaleias, Parque das Vivendas, Fontaneli e Cavalari. No segundo turno das eleições presidenciais de 2014 apenas 24,72% dos votos válidos no município foram endereçados à candidata do PT, enquanto 75,28% ao candidato do PSDB, Aécio Neves⁹³. No primeiro turno das eleições deste ano, 66,77% dos votos foram para o candidato do antilulismo, Jair Bolsonaro, enquanto Fernando Haddad teve 8,11% dos votos. A vitória dos candidatos antilulistas no segundo turno de 2014 e primeiro turno de 2018, com especial atenção ao avanço conservador no Jaraguá e a expressiva votação em Marília em ambos os pleitos localizam ambas as cidades na periferia do lulismo.

⁹¹Situado na Zona Noroeste da cidade, fazendo divisa com os bairros de Perus, Anhanguera, Brasilândia, São Domingos e Pirituba, Jaraguá concentra algumas importantes empresas nacionais e multinacionais, como o Grupo Pão de Açúcar, a siderúrgica alemã Voith e a empresa de transportes pesados. Aplicamos os questionários no Bairro de Vila Aurora no extremo noroeste do distrito, na divisa com Perus, e que desde 2013 possui uma estação da CPTM.

⁹² Cf.: “**Apuração por zona eleitoral**”. G1, Eleições 2018, 7 de outubro de 2018. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/apuracao-zona-eleitoral-presidente/sao-paulo/1-turno/>>. Acesso em: out. de 2018.

⁹³ Cf.: “**Resultado das eleições por municípios**”. Folha de São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://eleicoes.folha.uol.com.br/2014/2turno/mapainterativo/>>. Acesso em: out. de 2018.

No caso do Nordeste, fomos ao estado do Ceará, mais especificamente ao sul do estado, em um região denominada de Cariri⁹⁴. A região do Cariri surge em 2009 da conurbação dos municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha⁹⁵. A primeira é a metrópole regional e mais importante cidade do interior do Ceará, concentrando o terceiro maior polo da indústria de calçados brasileiros e o maior centro universitário do interior do estado, com 118 cursos superiores⁹⁶.

No Cariri, no último pleito eleitoral de 2014, em um contexto de acirrada disputa, a candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) Dilma Rousseff obteve mais de 80% dos votos válidos nos municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Araripe⁹⁷. A proporção de votos no PT nessa região se mostrou ainda mais elevada que na capital (67,95%) e no estado (51,64%) na mesma eleição, que por sua vez indicava no plano nacional a força eleitoral lulista na região Nordeste⁹⁸. Os dados mostravam uma altíssima votação da candidata.

⁹⁴O Ceará é um dos mais violentos do país. Segundo consta em “O cenário da violência e da criminalidade no Brasil e no Ceará” (2018, p. 104 e p. 125), embora a vulnerabilidade social no estado tenha diminuído consideravelmente nos dez anos entre os Censos 2000 e 2010, o bom desempenho não obteve correspondência em termos de bons resultados para os indicadores de violência e criminalidade. O diagnóstico apontou para o crescimento da violência ao longo dos anos 2000, com picos a partir de 2010, até que em 2014 a taxa de crimes violentos letais intencionais atingisse seu valor máximo, 50,8 por cem mil habitantes. A região metropolitana do Cariri, onde nossa pesquisa foi realizada, se destaca pelo alto índice de vulnerabilidade social ligado ao acesso ainda restrito a serviços urbanos como luz elétrica e saneamento (0,210), quando comparado ao índice do estado (0,438).

Cf.: Calculado pelo IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

⁹⁵Destaca-se que umas principais atividades econômicas estão relacionadas ao comércio e às atividades ligadas à religiosidade popular, como as romarias. Crato, por sua vez, destaca-se na tradicional função de comercialização de produtos rurais, provenientes do desenvolvimento da agricultura no sopé dos vales irrigados da região do Cariri. No sertão, situado a 126 km de Juazeiro do Norte, o município de Araripe se encontra em área rural, no lado oeste da Chapada do Araripe.

⁹⁶O polo universitário de Juazeiro do Norte conta com 56 cursos de graduação. Além destes, são 62 cursos de especialização, sem contar as graduações ministradas à distância pelas Faculdades Anhanguera e Estácio de Sá. A influência das 10 Instituições de ensino superior, sendo três universidades e sete faculdades, é estimada sobre uma população de 2,5 milhões de habitantes do Cariri e estados vizinhos. Com mais de 20 mil estudantes, Juazeiro se tornou um grande polo universitário no interior cearense e um dos mais importantes do Nordeste (Prefeitura de Juazeiro do Norte. “A Cidade. Polo Acadêmico”. Disponível em: <<http://www.juazeiro.ce.gov.br/Cidade/Polo-academico/>>. Acesso em: out. de 2018.

⁹⁷De acordo com os dados do Tribunal Regional do Ceará (TRE-CE), a votação registrada no segundo turnos municípios em termos percentuais em Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) foi respetivamente: Juazeiro do Norte: 80,14 e 19,86%; Crato: 83,55 e 16,45%; Araripe: 89,67 e 10,33%, e Fortaleza: 67,95 e 32,05%. <<http://apps.tre-ce.jus.br/tre/eleicoes/resultados/2014/?municipios-resultados2o-turno-resultado-no-municipio>>. Acesso em: out. de 2018.

⁹⁸Em termos comparativos, na região Sudeste, a candidata Dilma obteve no estado e no município de São Paulo uma proporção de votação inversa, perdendo para o candidato do PSDB. No município, Aécio Neves obteve 65,61% dos votos e Dilma Rousseff 34,39%, e no estado a votação se mostrou semelhante em termos percentuais; 64,31 e 35,69%. Fonte: <<https://eleicoes.uol.com.br/2014/raio-x/presidente-resultado-indicadores-socioeconomicos/undefined>>. Acesso em: out. de 2018.

Desse ponto de vista, a região foi considerada como significativa do centro do lulismo. Indagou-se, então, na pesquisa, a respeito dos elementos elucidativos dessa força eleitoral. Como ponto de partida, a tese do realinhamento que formou a base do lulismo mostrava uma adesão dos mais pobres, em particular do subproletariado⁹⁹, em decorrência do projeto que trouxe uma melhora na vida popular (SINGER, 2012). Uma possível hipótese decorrente dessa formulação seria que o lulismo teria, em certa medida, cumprido o projeto desse grupo social ao realizar transformações via Estado. Tendo em vista a convergência ou alinhamento do subproletariado na votação no projeto lulista, o objeto de estudo foi construído a partir de dados que revelassem a visão de mundo dos pobres da região¹⁶, seus interesses e as possíveis conexões com seu comportamento eleitoral.

Pensar a continuidade deste realinhamento nas eleições de 2018, em âmbito nacional, passa pelo desafio de compreender o Golpe Civil-Parlamentar de 2016 e a prisão de Lula em abril de 2018, que reconfiguraram completamente o cenário político que havia se fixado em 2006. Nesse sentido, é importante destacar que junto ao realinhamento eleitoral do lulismo, houve também o realinhamento da classe média ao antilulismo, concentrado no PSDB (SINGER, 2012, p. 16). Na hipótese de Singer (2018, p. 131), esse duplo deslocamento de classe confirmou tendência característica das especificidades da luta de classe no país que, na maior parte do tempo, se configura em uma oposição entre pobres e ricos (SINGER, 2018, p. 131).

Se o lulismo atingia seu auge em 2010 com a reeleição de Dilma, o antilulismo alcançava seu ponto alto com a campanha feita para tirar a presidente do Planalto, em março de 2016 (SINGER, 2017). Nesta ocasião, a rejeição a Lula chega a marca de 57%. No mês que Dilma é afastada da presidência, em agosto do mesmo ano, apenas 23% dos que estavam na base da pirâmide continuavam fiéis a ele, segundo dados do Datafolha¹⁰⁰. No entanto, com a piora das condições econômicas verificada durante o Governo Temer,

⁹⁹Cf.: Paul Singer, em *Dominação e desigualdade. Estrutura de classe e repartição de renda no Brasil* (1981).

¹⁰⁰ Cf.: “Sobe rejeição eleitoral a Lula e Aécio”. Datafolha, 21 de março de 2016. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2016/03/1752313-sobe-rejeicao-eleitoral-a-lula-eaecio.shtml>>. Acesso em: out. de 2018.

Cf.: “**Maior cabo eleitoral do PT, Lula tem pior avaliação desde 2006**”. Folha de São Paulo, 15 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1803118-maior-cabo-eleitoral-do-pt-lula-tem-pior-avaliacao-desde-2006.shtml>>. Acesso em: out. de 2018

Lula volta a crescer continuamente entre os mais pobres que, segundo Singer (2017)¹⁰¹, “ressuscitam o lulismo”.

Em dezembro de 2017, quando o realinhamento havia se despedaçado, o ex-presidente obtinha 45% das intenções de voto entre os que recebem até dois salários mínimos familiares mensais, índice próximo aos 55%, nessa faixa de renda, que optavam por Lula contra Alckmin às vésperas do primeiro turno de 2006, quando o realinhamento havia se fixado (SINGER, 2017). Ainda em fins de 2017, entre os mais pobres, a rejeição a Lula baixava para 27%, enquanto entre os mais ricos chegava a 63% (SINGER, 2017). O candidato do PT liderava as intenções de voto, com 34%, e Bolsonaro¹⁰² já aparecia em segundo lugar, com 17%.

Desde então, Bolsonaro se consolidou como o candidato do antilulismo, “atropelando” o candidato Geraldo Alckmin do PSDB, que representava até 2006 a opção dos “ricos”. Comparando dezembro de 2017 a abril de 2018, quando Lula é preso, esses índices eleitorais permanecem relativamente estáveis. Em pesquisa realizada 8 dias após sua prisão, o ex-presidente aparece com 31% de intenções de votos, segundo o Datafolha, e permanece nessa marca até junho¹⁰³. Este era o contexto quando começamos a pesquisa de campo. Entre os mais pobres da metrópole paulistana – na periferia do fenômeno – o ceticismo em relação ao projeto lulista aumenta gradualmente desde 2010 e apresenta sintomas de um esfacelamento gradativo do realinhamento em determinados grupos, como no caso dos jovens em 2014, que apesar de tudo mantiveram o voto no projeto lulista¹⁰⁴. Já no centro do lulismo a força eleitoral apresentou uma continuidade.

¹⁰¹Singer, André. “**Lulismo e antilulismo**”. Folha de São Paulo, 16 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2017/12/1943839-lulismo-e-antilulismo.shtml>>. Acesso em: out. de 2018.

¹⁰²Então do PSC. Só em março de 2018 Bolsonaro se filiaria ao PSL. Conferir “**Jair Bolsonaro se filia ao PSL para disputar o Planalto**”. Folha de São Paulo, 7 de março de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/jair-bolsonaro-se-filia-ao-psl-para-disputar-o-planalto.shtml>>. Acesso em: out. de 2018.

¹⁰³Cf.: “**Prisão enfraquece Lula e põe Marina perto de Bolsonaro**”. Folha de São Paulo, 15 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/prisao-enfraquece-lula-e-poe-marina-perto-de-bolsonaro-diz-datafolha.shtml>>. Acessado em: out. de 2018. “**Com ausência de Lula, Bolsonaro e Marina lideram pesquisa Datafolha**”. Folha de São Paulo, 10 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/com-ausencia-de-lula-bolsonaro-e-marina-lideram-pesquisa-datafolha.shtml>>. Acesso em out. de 2018.

¹⁰⁴Em 2012, é possível observar ceticismo em relação ao PT em famílias típicas da periferia de São Paulo (cf. ROCHA, 2013). Entre os evangélicos, persiste uma escolha eleitoral pelo lulismo apesar das orientações da igreja (cf. VALLE, 2013). Nas eleições de 2014, altamente conflitiva, o ceticismo em relação ao lulismo se

4.3 | Hipóteses sobre o projeto lulista

A realização e análise da coleta de dados por meio da pesquisa de campo, nos permitiu a construção de algumas hipóteses para uma melhor compreensão do projeto lulista. Por meio dela foi possível identificar que há uma diferença perceptível na relação entre Lula e Dilma seguindo as distintas regiões do lulismo. No Nordeste, há uma consciência a respeito das melhorias do governo Lula e a figura de Dilma aparece como continuidade do governo Lula. No geral, Lula é visto como um condenado por tudo que fez pelos pobres. Há uma compreensão de que a injustiça se deve ao seu trabalho de inclusão social e os benefícios fazem parte de sua memória ativada. Já em São Paulo e Marília, vimos outro cenário. Seguiu-se o vetor de esgarçamento, a ex-presidente Dilma não aparece no relato dos sujeitos a não ser quando estimulados diretamente ou quando perguntamos em quem votou nas últimas eleições. Havia um ceticismo muito grande relacionado ao governo Dilma, que se expressava numa desconfiança no então candidato Lula em função da indicação dela como candidata. Para esses sujeitos, o governo Dilma foi uma decepção e teria “desfeito” muitos dos benefícios associados ao lulismo.

Portanto, entre os entrevistados havia uma percepção de descontinuidade do projeto lulista. Isso se expressa numa valorização dos governos Lula – seguido de um lapso – em que em seguida o ex-presidente aparece corrupto e preso. Havia, desse modo, uma ideia *difusa na memória* das pessoas de conexão entre o Lula e uma melhoria de vida. Inclusive, na comida (por exemplo, na ideia de que passaram a comer carne e que agora estão voltando a comer ovo). Nesse sentido, há uma *confusão* no estabelecimento de um antes e um depois, em que a figura do Lula está entre um momento bom e próspero e outro imediatamente depois, preso e corrupto.

De todo modo, até setembro havia uma forte tendência a votar no candidato, o que sugere que a figura do Lula era crucial porque unificava centro e periferia do lulismo.

mostra mais forte no grupo evangélico, embora persista a decisão de votar em Dilma (cf. BARBOSA, 2016). Entre jovens prounistas, na clivagem que organiza a preferência eleitoral, entre estudantes técnicos e da pedagogia, é possível observar a emergência do antilulismo (cf. COSTA, 2015). Entre os jovens, nascidos nos anos 1990, também é possível observar maior ceticismo. Apesar de se situarem em situação social instável, entre o crime e a inclusão no mercado de trabalho precário, parte importante decide dar o voto ao lulismo (cf. PAVEZ, 2015).

Entretanto, esse cenário muda com a indicação de Haddad. É nesse ponto que a diferença entre centro e periferia volta a emergir entre os entrevistados. Por um lado, observou-se um forte ceticismo em relação ao candidato e às suas possibilidades de efetivamente retomar o projeto lulista, por outro, no Nordeste os sujeitos depositavam uma fé no indicado pelo ex-presidente.

Os resultados coletados na primeira etapa da pesquisa de campo, foram confirmados com os resultados do primeiro e do segundo turno. Nesse sentido, os resultados da pesquisa reforçam a seguinte hipótese de Singer e Venturi (2019, p. 363):

Por fim, cabe mencionar o que por ventura talvez tenha sido o elemento principal: a própria impossibilidade de Lula concorrer, em uma circunstância na qual as vicissitudes do segundo mandato de Dilma reforçavam a ideia de que só a capacidade individual de Lula seria capaz de lidar com a complicada situação nacional.

Já no terceiro período – na reta final para o segundo turno das eleições, observamos uma difusão do medo em São Paulo e em Marília, relacionado aos conflitos materiais: falta de assistência médica e de saúde, falta de remédio, desemprego, violência, habitação, etc. No limite, as pessoas tinham medo de não sobreviver, como por exemplo no caso de uma mulher que disse temer morrer em função de uma gripe, algo muito simples, por falta de remédio no posto. Surgiram descrições mostrando projeções apocalípticas seguidas da intenção de votar no Bolsonaro, e inclusive presentes entre os que pretendiam votar no Haddad. Em parte, esse cenário péssimo já vinha acontecendo desde 2015, e se aprofunda em 2016 com o governo Temer; mas havia um medo de que ficasse ainda pior. Votar no Bolsonaro era como uma aposta. Os elementos do conservadorismo popular – dirigido até 2014 pelo lulismo – foram mobilizados pelo medo de que o ideário da “família ideal” fosse desconstruído. Nesse sentido foram mobilizadas as notícias falsas sobre o “kit gay”, “o perigo de ensino de pornografia na escola”, etc. por meio do *whatsapp* e pelos membros de igrejas neopentecostais. Segundo nossas hipóteses, teria ocorrido um acirramento do ceticismo dos votantes já próximo ao segundo turno. Nesse ponto, o ceticismo foi acompanhado por sentimento de destruição e, em alguns, casos de raiva de forma análoga à da classe média anti-lulista.

A seguir, apresentamos as hipóteses preliminares formuladas a partir do resultado da pesquisa. Por fim, fica o questionamento se elas seriam uma expressão dos sentidos do

projeto lulista:

1. No Nordeste, há um sistema de pensamento do campo popular¹⁰⁵ que se expressa em linguagem religiosa e que tem como conteúdo uma consciência sobre a sua própria posição social e história. Essa consciência reflete uma relativa autonomia das classes populares em relação às classes dominantes. Ou seja, os sujeitos pensam a realidade a partir da sua “própria cabeça” e experiência. Entretanto, essa autonomia é relativa pois se mostra mais ou menos organizada nos indivíduos, de acordo com distintos graus de subalternidade. Essa relativa autonomia encontra âncora, contudo, na intenção de voto ao executivo nacional dos candidatos do Partido dos Trabalhadores, refletindo possíveis indícios de uma força hegemônica que combina uma visão de mundo particular e uma atividade política concreta (o voto).

2. No Sudeste, há um sistema de pensamento do campo popular que se expressa por meio de um esfacelamento gradativo do realinhamento em determinados grupos e, que apesar de tudo mantiveram o voto no projeto lulista. Seria o projeto de modernidade desta região um mecanismo da classe dominante para expropriar a autonomia da classe popular e por isso ser um espaço propício para o rompimento com o lulismo; de potencialização das “pontes trincadas” em oposição as “pontes sólidas” supostamente existente em regiões como ao Nordeste.

3. O sistema de pensamento se organiza em relação ao grupo social, cujos traços são possíveis reconhecer, de modo mais ou menos organizado, na visão de mundo dos sujeitos. Quanto maior a desagregação de uma concepção de mundo em relação ao seu grupo social e desconhecimento de sua história, maior a subalternidade. Em contraposição, é possível observar

¹⁰⁵ Utilizamos a chave de “pensamento do campo popular” na perspectiva que corroboramos com o entendimento que os subalternos; o pobre; a população de baixa renda; produzem uma interpretação da sua realidade. Ou seja, ela está associada não a sua condição de indivíduo, mas a de pertencente a uma classe. Ver: Gramsci (1975); Queiroz (1976); Góes (2018).

níveis de crescente politização, organização e conhecimento da própria história, expressos num “espírito de cisão” e “desafio hegemônico”, que indicam que os sujeitos continuam sob “domínio”, mas já começam a disputar a “hegemonia” (cf. Gramsci, 1975, Caderno 3 e Caderno 25). Este “desafio hegemônico” se contrapõe ao “complexo formidável de trincheiras e fortificações da classe dominante” cuja impressionante organização material está voltada a manter, defender e desenvolver uma “frente” ideológica. A imprensa seria, segundo Gramsci, a parte mais dinâmica desta estrutura, junto a tudo aquilo que influísse ou pudesse influir sobre a opinião pública direta ou indiretamente: das bibliotecas, escolas, círculos e clubes de vários gêneros até a arquitetura, a disposição das ruas e os seus nomes (Gramsci, 1975, Caderno 3, parágrafo 49, p. 332-3). Entendemos que há analogia entre o “sistema de pensamento do campo popular” existente no Nordeste com este “espírito de cisão”;

4. Há uma equivalência entre a fé presente no senso comum das classes populares e a valorização do voto. Os ataques realizados pela igreja evangélica vão no sentido de questionar essa fé, por exemplo na ideia de que o Padre Cícero não teria realizado milagres, tornando os sujeitos mais céticos e desconectados com a história que lhes foi transmitida pelas gerações anteriores. No lugar, há uma proposta de religiosidade laica, pois questiona a fé, que induz a uma atitude não crítica, de aceitação e subordinação passiva, expressas por exemplo na ideia de que “todos os políticos são iguais” e de que “nada vai mudar”, etc. No Nordeste há um conflito entre religião laica e religião do senso comum, em que os evangélicos correspondem à primeira e o catolicismo popular à segunda. As imagens de santos nas paredes e lembranças de romarias representam os traços positivos, o “núcleo saudável” desse senso comum, pois contrapõe a cultura popular à cultura da classe dominante. De forma equivalente, o voto é mobilizado nesse mesmo sentido, de disputa hegemônica ou de cisão em relação aos “ricos”, de aposta em um candidato que os representa enquanto pobres. Já o ceticismo os leva a uma ação que desvaloriza o próprio campo

popular, expresso por exemplo na intenção de votar nulo, branco e na ideia de que o voto não poderá mudar nada;

5. No Nordeste, os sujeitos apresentam uma relativa distância do mundo da classe dominante ou da classe média visto em elementos da visão do mundo ligados à cultura e religiosidade popular. Com isso, abre-se para os sujeitos a perspectiva de um mundo próprio e a possibilidade de diferenciar ou distinguir seu grupo social de outros.

6. A violência produz um efeito desorganizador, desagregador do sistema de pensamento e representação da realidade e da memória. Essa força fragmentadora é produzida pelas igrejas evangélicas e pelo tráfico que se apresentam equivalentes em relação aos efeitos produzidos, entre os quais se encontram: o apagamento da memória socialmente compartilhada, interrupção da sequência de eventos para contar a própria vida, apresentação de informações incorretas ou que não seguem a realidade.

7. Ainda entre os informantes que apresentavam uma fragmentação maior do sistema de pensamento do campo popular, retinha-se a intenção do voto no Lula ao qual associavam ações de melhoria da vida dos sujeitos.

8. As políticas públicas implementadas pelo projeto lulista por meio do “reformismo fraco” nas regiões Norte e Nordeste e Centro-Oeste, Sudeste e Sul produziram, respectivamente, o centro e a periferia do projeto lulista, ou seja, os limites e as possibilidades desse projeto.

A análise dessas hipóteses ao longo desta pesquisa reforça a perspectiva de que há uma tentativa de retomada do ensaio desenvolvimentista nos primeiros governos do PT (2003-2010), no entanto ela não teria sido suficiente para a sua aceleração e projeção ideológica entre (2012-2016), pois entre 2016 e 2018, o lulismo estaria despedaçado. Além disso, problematizamos quais as consequências para o projeto lulista da corrosão do poder e das contradições que a transição entre o “PT do social” para o “PT do poder” produziria. O projeto lulista, resistirá aos desdobramentos do golpe civil-parlamentar de 2016 e, do

processo ocorrido a partir das eleições de 2018, de que o Brasil teria “dobrado a direita”¹⁰⁶.

4.4 | Os caminhos do projeto lulista

A saída do PT do governo central do Brasil por meio do golpe civil-parlamentar e do apoio civil-militar ao processo de impeachment em 2016 colocaria o projeto lulista, de reinvenção da política e do Estado de bem-estar social, em pedaços. Este processo seria coroado com os resultados da eleição presidencial de 2018, que levou o ultradireitista Jair Bolsonaro ao governo do executivo do país, mostrando por um lado que a derrota do candidato do PT se deu nas regiões mais ricas do país e nas grandes metrópoles. Nestas, teria ocorrido um aprofundamento do processo de esfacelamento das bases eleitorais lulistas nas periferias, que foi registrado já em 2014. Por outro lado, revelou uma relativa resiliência do lulismo em comparação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – partido que liderava o campo anti-lulista até então. Nas regiões mais pobres do país, em particular no interior do Nordeste, a base lulista mostrou continuidade. Ainda, o partido passou a dirigir o executivo do maior número de estados ao eleger quatro governadores nessa região. Esse resultado teria deixado atrás o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que até então, aglomerava o maior número de governadores, passando de sete em 2014, para três em 2018.

A partir da hipótese de que o lulismo tem um centro e uma periferia (Pavez e Góes, 2018), que acompanha de forma inversa as regiões de riqueza e pobreza no país, a pesquisa cujos resultados serão apresentados foi realizada com os grupos que constituem a base lulista desde 2006:

1. os com renda familiar até 2 salários mínimos, considerados miseráveis ou pobres, e os;
2. com renda familiar de 2 a 5 salários mínimos, entendidos como “nova

¹⁰⁶A destituição do PT da presidência do país e as eleições de 2018 além de terem acirrado as contradições do projeto lulista também colocou em xeque o projeto de país que a constituição de 1988 buscou consolidar ao criar a perspectiva de universalização da cidadania. O governo do presidente Jair Messias Bolsonaro representa não apenas a ascensão do conservadorismo no Brasil, mas também, o momento histórico de promoção de um Estado totalitário; de ataque às políticas públicas que assegurem direitos e redução da proteção social; de desmonte do projeto de Estado-nação. “Até onde esse projeto alcança, e por quanto tempo terá apoio popular, são assuntos abertos à dinâmica da política” (ARRETCHE; MARQUES; FARIA, 2019, p. 473).

Cf.: NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. São Paulo: Zahar, 2020.

classe trabalhadora” ou “nova classe média”, e que emerge como resultado do lento e contraditório processo de integração lulista. Esses grupos foram pesquisados em três regiões definidas segundo o grau de intensidade do realinhamento lulista, tendo como parâmetro os resultados das eleições de 2014 e de 2018.

Desse modo, as regiões foram estudadas conforme o grau de solidez da sua base eleitoral, tendo em vista a eleição de 2014, que mostrou “rachaduras” nas regiões mais ricas do país e, ao mesmo tempo, um fortalecimento – inclusive em relação à eleição de 2010 – particularmente no Nordeste, em cidades médias e pequenas do interior. Portanto, as regiões em que foram selecionadas as unidades de análise apresentam:

a) lulismo forte – *centro* do fenômeno (cidades pequenas e médias – com mais de 120.000 habitantes – do interior da região Nordeste que apresentaram cerca de 70 e 80% de apoio ao candidato do PT em 2014 e 2018: Crato, Juazeiro do Norte, na região urbana e Araripe, no sertão do Cariri no Ceará. Juazeiro do Norte foi a cidade com mais de 120.000 com maior percentual de votação do candidato Fernando Haddad em 2018 com 76,1% dos votos);

b) lulismo médio – em *transição* (regiões periféricas das metrópoles, em particular do Sul e Sudeste, que em 2014 apresentaram uma inversão da tendência de vitórias consecutivas do PT, confirmada novamente em 2018 com a derrota do candidato Fernando Haddad. Essas regiões foram nomeadas como “periferias em transição”. Nessas, os resultados apontam uma disputa mais acirrada que no caso das outras duas regiões, apresentando uma diferença percentual de cerca de 10% entre os candidatos no segundo turno; são os casos de Itaquera e Jaraguá em São Paulo. Cabe destacar que em 2018 o lulismo perde também em algumas capitais do Nordeste como notadamente em Maceió e em Natal;

c) lulismo fraco – *periferia* (cidades do interior do estado de São Paulo, com mais de 120.000 habitantes que apresentaram cerca 80% nos candidatos do polo anti-

lulista, do PSDB e PSL respectivamente em 2014 e 2018, como foi o caso de Marília. Nesse sentido, a cidade de Marília ocupou o décimo lugar entre as cidades com mais de 120.000 habitantes em que o candidato Jair Bolsonaro obteve a maior votação no país com 76,1% dos votos).

Se o lulismo atingia seu auge em 2010 com a reeleição de Dilma, o antilulismo alcançava seu ponto alto com a campanha feita para tirar a presidente do Planalto, em março de 2016 (Singer, 2017). Em 2014, quando se inicia a crise do lulismo que culmina com seu afastamento em 2016, a vitória de Dilma Rousseff (PT) se deu num contexto de maior polarização em relação ao pleito de 2010; num dramático segundo turno, o apoio dos grupos à candidata do PT aumentou entre os estratos de baixíssima renda, e o mesmo ocorreu em relação ao apoio dentre os mais ricos a Aécio Neves do PSDB (Singer, 2018). Desse modo, a oposição entre ricos e pobres, que emerge com o lulismo em 2006 (Singer, 2012), já nessa eleição teria se “tornado mais aguda” (Singer, 2018, p. 163). Com uma apertada margem percentual, Dilma conseguiu a vitória com forte presença nas regiões com maior concentração de pobreza, em particular no Nordeste, e perdeu apoio nas regiões mais desenvolvidas (Singer, 2018). Tal resultado indicava sinais de trincamentos na sua base eleitoral em 2014, criada pelo “realinhamento eleitoral”, que outorgou “um traço de unidade inédito” entre o subproletariado do país por meio do voto (Pavez e Góes, 2018, p. 2). Desse modo, foi possível observar as díspares dimensões regional do fenômeno lulista.

No auge da crise do lulismo, a rejeição a Lula chega à marca de 57%. No mês que Dilma é afastada da presidência, em agosto do mesmo ano, apenas 23% dos que estavam na base da pirâmide continuavam fiéis a ele, segundo dados do Datafolha¹⁰⁷.

No entanto, com a piora das condições econômicas verificada durante o Governo Temer, Lula volta a crescer continuamente entre os mais pobres que, segundo Singer (2017), “ressuscitam o lulismo”. Em dezembro de 2017, o ex-presidente obtinha 45% das

¹⁰⁷ “**Sobe rejeição eleitoral a Lula e Aécio**”. Datafolha, 21 de março de 2016. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2016/03/1752313-sobe-rejeicao-eleitoral-a-lula-e-aecio.shtml>.

Acesso em: set. de 2021.

“**Maior cabo eleitoral do PT, Lula tem pior avaliação desde 2006**”. Folha de São Paulo, 15 de agosto de 2016. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1803118-maior-cabo-eleitoral-do-ptlula-tem-pior-avaliacao-desde-2006.shtml>. Acesso em: set. de 2021.

intenções de voto entre os que recebem até dois salários mínimos familiares mensais, índice próximo aos 55%, nessa faixa de renda, que optaram por Lula contra Alckmin às vésperas do primeiro turno de 2006, quando o realinhamento havia se fixado (Singer, 2017). Ainda em fins de 2017, entre os mais pobres, a rejeição a Lula baixou para 27%, enquanto entre os mais ricos chegava a 63% (Singer, 2017). O candidato do PT liderava as intenções de voto, com 34%, e Bolsonaro já aparecia em segundo lugar, com 17%. Comparando dezembro de 2017 a abril de 2018, quando Lula é preso, esses índices eleitorais permanecem relativamente estáveis. Em pesquisa realizada 8 dias após sua prisão, o ex-presidente aparece com 31% de intenções de votos, segundo o Datafolha, e permanece nessa marca até junho.

O estudo cujos resultados foram analisados, foi realizado entre o período de julho a outubro de 2018, e acompanhou três períodos importantes da campanha do primeiro e do segundo turno. O primeiro foi marcado pela prisão do ex-presidente Lula em abril, que liderava as preferências eleitorais. No dia 1º de setembro Lula – à frente nas pesquisas em todos os cenários da disputa – foi declarado inelegível. Esse período, portanto, foi marcado pela incerteza em relação sobre quem deveria representar a candidatura do lulismo, pois a sua maior liderança estava legalmente impedida de concorrer ao pleito deste ano e, não se tinha certeza de que o PT teria um nome com a projeção nacional que Lula.

As coordenadas do segundo período foram dadas pela projeção nacional do incidente da facada no candidato da ultradireita, e pelo anúncio da candidatura de Fernando Haddad no dia 11 de setembro, faltando poucos dias para o primeiro turno. O último compreende a campanha do segundo turno, nas últimas duas semanas de outubro, em que a ausência do debate presidencial foi acompanhada por uma inédita escalada de falsas notícias, veiculada pelas redes sociais.

4.5 | A ponte forte e trincada do projeto lulista: um diálogo a partir do Nordeste e o Sudeste

Ao dialogarmos com esta discussão macroeconômica buscamos ao mesmo tempo realizar um deslocamento para refletirmos como tais perspectivas apontaram para um caminho que ora possibilitou que o projeto lulista se apresentasse consolidado e ora estivesse em crise.

As hipóteses lançadas pela pesquisa eleitoral, realiza em 2018¹⁰⁸ e, utilizada neste trabalho como um instrumento metodológico de análise da realidade social brasileira, aponta para as perspectivas de que o projeto lulista por meio das políticas públicas construídas ao longo dos governos resignificam a relação centro e periferia existente no país, pois se no âmbito econômico o centro estava na região sudeste e sul, e a periferia estava no nordeste e norte. No âmbito político essa relação se inverteria pois o centro passaria a ser o nordeste e a periferia o sudeste.

Para uma melhor compreensão desta chave de pensamento utilizada na pesquisa apresentamos a seguir trecho das entrevistas que foram coletadas na pesquisa de campo realizada em Marília; em São Paulo e no Sertão do Cariri¹⁰⁹. Ressalta-se que esta pesquisa de campo teve como metodologia a técnica de pesquisa descrita por Maria Isaura Pereira de Queiroz em “*Variações sobre a Técnica do gravador no registro da informação viva*” (1991).

A respeito da história de vida e depoimentos orais, Maria Isaura mostra a importância da espontaneidade do relato como um dos elementos mais valiosos da técnica da história de vida. A implementação do método envolve uma atitude do pesquisador que permite ao entrevistado ou informante falar e se expressar livremente, fazendo intervenções pontuais. As intervenções são realizadas em geral para esclarecer dúvidas, ou para desdobrar argumentos que permitam obter informações ou detalhes referentes à questão central da pesquisa. Para alcançar o fio da narrativa, o entrevistado tem a liberdade de colocar autonomamente as peças da sua própria história, contando os episódios de acordo com associações que vão se estabelecendo espontaneamente. Nesse sentido Pereira de Queiroz afirma “o abandono da cronologia – que só deve ser empregada para esclarecer a situação dos acontecimentos mais importantes no tempo, nunca para dirigir o fio da narrativa – é interessante porque aproxima a história de vida das associações livres da psicanálise, permitindo ao pesquisador uma penetração mais

¹⁰⁸Como anteriormente mencionado esta pesquisa foi realizada em conjunto com o Grupo de Pesquisa: “Pensamento e política no Brasil”. O trabalho de campo foi realizado entre os dias 01 e 08 de setembro do corrente ano, momento em que a candidatura de Lula já havia sido impugnada, mas o PT ainda não havia indicado oficialmente Fernando Haddad. Nesse período, foram realizadas 14 entrevistas em profundidade, que incluiu também em alguns casos a coleta de material audiovisual.

¹⁰⁹ Destaca-se que tantos nos questionários quanto nas entrevistas em profundidades a identidade dos sujeitos pesquisados foram preservadas. Neste sentido, os nomes, que porventura venham a ser aqui mencionado são utilizados de forma fictícia.

profunda na mente do informante” (QUEIROZ, 1991, p.163). Buscando as conexões e associações espontâneas dos entrevistados, apresentamos a pesquisa de forma ampla, ou seja, informando que o objetivo era entender as formas de vida existentes nas regiões pesquisadas e a forma de organização do cotidiano dos trabalhadores. Desse modo, tentamos diminuir a preocupação do informante a respeito do que deveria ser respondido na entrevista.

A seguir transcrevemos algumas das falas¹¹⁰ dos sujeitos pesquisados a fim de dialogar com algumas das nossas hipóteses, em particular a de que sob o projeto lulista existe um reformismo fraco, médio e forte, respectivamente nos municípios de Marília, São Paulo e nos do Ceará. Segue abaixo a Tabela 5 com a descrição dos nomes por município ou Estado:

Tabela 5 – Participantes na pesquisa de Campo

Marília	São Paulo	Ceará
1. Lucia	1. Deise	1. José
2. Carlos	2. Saulo	2. Ivania
3. Mabel	3. Glaucia	3. Tibério
4. Alice	4. Arlete	4. Melina
5. Cristina	5. Marcia	5. Cleiton

Apresentamos os questionamentos realizados com pessoas pesquisadas no município de Marília, que segundo a nossa hipótese, seria uma região onde o lulismo seria fraco. Nesta região foram entrevistados tanto homens quanto mulheres, com idade de 18 a 71 anos; a base religiosa é predominante evangélica e a faixa de renda média varia entre de 1 a 2 salários mínimos.

Vejamos a seguir a compreensão que os entrevistados possuem sobre os governos Lula e Dilma e, como tal compreensão irá de algum modo definir os rumos do projeto lulista no contexto eleitoral de 2018. Nesta primeira amostra dialogamos

¹¹⁰Destaca-se que em todas as falas a identidade das pessoas entrevistadas foram preservadas.

com as ideias presentes em regiões da periferia de cidades do interior do estado de São Paulo, como foi o caso de Marília.

Para a entrevistada 1 esses governos foram:

- Pesquisador (a): “Qual a sua percepção do governo Lula?”
- Lucia: "Não concordo com bolsa família, essas coisas. O brasileiro ficou preguiçoso, pessoas que recebem e não tem precisão. Poderia ter funcionado se houvesse fiscalização".
- Pesquisador(a): “E sobre o governo Dilma, qual a sua percepção?”
- Lucia: “Não aprova, só piorou”.
(Julho de 2018).

Já o entrevistado 2, entende esses governos como:

- Pesquisador (a): “Qual a sua percepção do governo Lula?”
- Carlos: ““Antes de Lula, o cabra engolia cuspe e as tripas gritava”. “Tirou muita gente da pobreza extrema”; “A gestão do Lula ainda reflete na nossa vida”; “Depois do Lula são 3 refeições por dia”; “Onde foi que a gente um dia sonhou em ter moto?”.
- Pesquisador(a): E sobre o governo Dilma, qual a sua percepção?
- Carlos: “A Dilma tinha que sair mesmo” Acreditam ter sido o governo dia o início da piora das condições, creditando a ex-presidente a culpa”.
(Julhos de 2018).

Para a entrevistada 3, esses governos:

- Pesquisador (a): “Qual a sua percepção do governo Lula?”
- Mabel: “Fez muito pelo país, pelo pobre” “A maioria acha que o Lula deveria ser solto porque ele fez muito pelo pobre”.
- Pesquisador(a): “E sobre o governo Dilma, qual a sua percepção?”
- Mabel: “Votei na Dilma porque pensei que ia continuar o projeto do Lula, não melhorou, mas não piorou”.
(Julho de 2018).

Já para a entrevistada 4, esses governos:

- Pesquisador (a): “Qual a sua percepção do governo Lula?”
- Alice: “Roubou, mas fez”
- Pesquisador(a): “E sobre o governo Dilma, qual a sua percepção?”
- Alice: “A Dilma desgraçou nós” “A coisa piorou com a Dilma”
(Julho de 2018).

Para a entrevistada 5, esses governos:

- Pesquisador (a): “Qual a sua percepção do governo Lula?”
- Cristina: "Nem bom, nem ruim. Razoável. Melhorou umas coisas e outras não".

- Pesquisador(a): “E sobre o governo Dilma, qual a sua percepção?”
 - Cristina: “Péssimo”.
- (Julho de 2018).

Esta noção parcialmente negativa dos governos Lula e Dilma, em cidades do interior paulista como é o caso de Marília aponta para a perspectiva de que sob estas regiões a ponte do lulismo estaria quebrada, indicando que no processo eleitoral de 2018 deveria haver uma mudança. A existência desta perspectiva nestas regiões aponta para existência de um lulismo fraco, ou melhor, para um antilulismo.

Quando deslocamos este debate para periferia de município de cidade de grande porte, como é São Paulo, nossas hipóteses demonstram que nestas regiões predomina um lulismo médio. As pessoas entrevistadas são compostas por homens e mulheres com idade entre 18 e 61 anos; sua base religiosa divide-se entre os católicos e evangélicos; e a sua renda média seria de 2 salários mínimos.

Para a entrevistada 1, esses governos:

- *Pesquisador (a): “Qual a sua percepção do governo Lula?”*
 - Deise: “Não foi bom pois enganou a população”.
 - *Pesquisador(a): “E sobre o governo Dilma, qual a sua percepção?”*
 - Deise: “Aponta que o governo Dilma, era "fachada", para o Lula continuar no governo”.
- (Agosto de 2018).

Já o entrevistado 2, entende esses governos como:

- *Pesquisador (a): “Qual a sua percepção do governo Lula?”*
 - Saulo: “O governo do Lula foi bom e excelente, contudo "era pra ficar na história mas escolheu mal os companheiros". Desenvolveu projetos e foi o "período que o mercado e outras áreas melhoraram”.
 - *Pesquisador(a): “E sobre o governo Dilma, qual a sua percepção?”*
 - Saulo: “Não foi tão bom, não houve desenvolvimento”.
- (Agosto de 2018).

Para a entrevistada 3, esses governos seriam:

- *Pesquisador (a): “Qual a sua percepção do governo Lula?”*
 - Glacia: “O governo lula foi bom, mas, levou muito também”.
 - *Pesquisador(a): “E sobre o governo Dilma, qual a sua percepção?”*
 - Glacia: “Votei nela por causa dele (Lula), mas, ela é pau mandado dele”.
- (Agosto de 2018).

Já para a entrevistada 4, esses governos seriam:

- *Pesquisador (a): “Qual a sua percepção do governo Lula?”*
- Arlete: “Gostou, para ela o presidente trabalhou muito”.
- *Pesquisador(a): “E sobre o governo Dilma, qual a sua percepção?”*
- Arlete: “Não gostou do governo Dilma, foi uma decepção. Para ela, a presidenta " desfez muitas coisas que Lula fez.” (Agosto de 2018).

Para a entrevistada 5, esses governos seriam:

- *Pesquisador (a): “Qual a sua percepção do governo Lula?”*
- Marcia: “Gostou”, “aponta a abertura de crédito”; “que facilitou muito”, “ajudou ela a financiar um carro”.
- *Pesquisador(a): “E sobre o governo Dilma, qual a sua percepção?”*
- Marcia: “Aponta seu governo como regular porque Dilma não soube aproveitar o que Lula implantou, não fez nenhuma melhoria”. (Agosto de 2018).

Esta ideia difusa dos governos Lula e Dilma, nas periferias de grande cidade, como é o caso de São Paulo aponta-se para uma ideia que, sob estas regiões a ponte do lulismo estariam trincada, indicando que no processo eleitoral de 2018 poderia haver uma mudança. A existência desta perspectiva nestas regiões aponta para existência de um lulismo médio, ou melhor, para uma divisão sobre apoiar ou não o projeto lulista.

Já nas cidades do interior do Estado do Ceará, conforme nossa hipótese nesta região o lulismo seria forte, as pessoas entrevistadas possuem uma faixa etária que varia dos 18 anos aos 90 anos; foram entrevistados tanto homens quanto mulheres; a religião predominante é a católica e a renda média é de até 1 salário mínimo. Vejamos a seguir o que falam os sujeitos sociais dessa região sobre o projeto lulista.

Para o entrevistado 1, os governos Lula e Dilma:

- Pesquisador (a): “Qual a sua percepção do governo Lula?”*
- José: “Acredita ter sido um bom governo”.
- *Pesquisador(a): “E sobre o governo Dilma, qual a sua percepção?”*
- José: “Acredita não ter sido bom, pois deixou o congresso governar”. (Setembro de 2018).

Já para a entrevistada 2, tais governos foram:

- Pesquisador (a): “Qual a sua percepção do governo Lula?”*
- Ivania: “Gostou”, “Foi corrupto, mas ajudou o pobre e tinha emprego”.
- *Pesquisador(a): “E sobre o governo Dilma, qual a sua percepção?”*
- Ivania: “Não possui uma opinião, não tem o que falar”.

(Setembro de 2018).

Para o entrevistado 3, esses governos representavam:

Pesquisador (a): “Qual a sua percepção do governo Lula?”

- Tibério: “Foi um governo em que o filho do pobre tem o mesmo direito que o filho do rico”.

- *Pesquisador(a): “E sobre o governo Dilma, qual a sua percepção?”*

- Tibério: “Tanto o governo Lula, quanto o governo Dilma deu oportunidade para o pobre”.

(Setembro de 2018).

Já para a entrevistada 4, esses governos seriam:

Pesquisador (a): “Qual a sua percepção do governo Lula?”

- Melina: “Considera o Lula inocente, que foi operário, sindicalista e presidente”.

- *Pesquisador(a): “E sobre o governo Dilma, qual a sua percepção?”*

- Melina: “Foi um governo bom”.

(Setembro de 2018).

E para o entrevistado 5, esses governos foram:

Pesquisador (a): “Qual a sua percepção do governo Lula?”

- Cleiton: “Foi um governo bom, pois ajudou os pobres do Nordeste”.

- *Pesquisador(a): “E sobre o governo Dilma, qual a sua percepção?”*

- Cleiton: “Achou o governo bom. Pergunta, por que tiraram a Dilma? Diz que: Temer piorou a situação do país”.

(Setembro de 2018).

A partir deste momento optamos por dialogar com os resultados da pesquisa realizada em profundidade, pois além deles expressaram de modo mais claro a sua aderência ao projeto lulista, eles também, nos ajudam a melhor perceber como a chave interpretativa utilizada na pesquisa - da sociologia política - permite que os subalternos produzam uma interpretação política do seu cotidiano, mas também, da realidade do país.

Tabela 6 – Entrevista em profundidade

Ceará
1. Marcelo
2. Valquíria

3. Joaquim
4. Tainá
5. Carla

Iniciamos com o diálogo com o seu Marcelo:

[...] aqui no (sertão) é fraco de tudo, é fraco de dinheiro ...de comida. Trabalha na roça, planta, quebra milho, carrega carga. Foi levado para trabalhar na fazenda no Pará, trabalhei de roça, de serraria, de vaqueiro, trabalhei de derrubada, rocei juqueira de olaria, trabalhei caçando madeira nas matas, pras indústrias de serraria, cortei castanha do Pará, eu fiz de tudo. Fui caçador. Só nunca roubei, não tive essa coragem. E menos o que fazendeiro mais pedia [matar] (Setembro de 2018).

Ao ser o Nordeste “fraco”, Seu Marcelo e outros entrevistados se viam abrigados a deixar a própria terra. Muitas vezes recorriam a ocupações temporárias e precárias que apresentavam condições análogas à escravidão. No relato, entretanto, a pesar dele ter feito praticamente de tudo, Seu Marcelo. fazia uma ressalva em relação à morte e ao roubo, inclusive em relação ao assédio e à pressão dos fazendeiros para que ele se tornasse um matador. Com isso, percebemos que a centralidade do “mais velho” é também uma direção e, portanto, fundamental para a continuidade do sistema de ideias entre os mais jovens e para a contraposição em relação à força desmoralizante que vem da classe dominante.

Ao ir desdobrando as histórias, com pouquíssimas ou quase nenhuma intervenção da equipe de pesquisa, Seu Marcelo retoma a ideia da “espera” do socorro diante da necessidade extrema na chave da religiosidade na expectativa por tempos melhores¹¹¹, que já

¹¹¹Maria Isaura Pereira de Queiroz em “*O messianismo no Brasil e no mundo*” (1977), ao analisar as crenças e grupos messiânicos, notou o que nomeou de “espera messiânica”, o anseio de tempos melhores ao qual agrega-se o “movimento” que vai transformar a existência terrena; “a espera é a fase antecedente, que precede a formação do grupo dinamicamente empenhado na realização daquilo que prometia a lenda. E este grupo, forma um ‘movimento messiânico’ (QUEIROZ, 1977, p. 37). Notamos que no relato dos entrevistados se apresentava o elemento da “espera messiânica”, que associava a transformação à ação de uma liderança. No entanto, no caso da direção de Padre Cícero, deu-se um outro desfecho, distinto ao movimento messiânico que levou, por exemplo, à Guerra de Canudos conduzido por Antônio Conselheiro (1893), que resultou no massacre dos membros do movimento. No caso de Padre Cícero, o movimento religioso se desenvolveu como fenômeno de massa, as romarias. Uma chave para pensar essa diferença talvez esteja na articulação do Pe. Cícero com as lideranças locais e a conquista de cargos políticos institucionais, como sugere Braga (2012). A distinção principal, entretanto, está no fato da *permanência das romarias como fenômeno de massa popular até hoje*. Ou seja, é um movimento das classes subalternas que não sofreu interrupção por parte das classes dominantes.

tínhamos registrado na cidade e na visão de mundo e nas atitudes dos sujeitos entrevistados:

- Seu Marcelo.: aqui no sertão o melhor é assim, “esperar por Deus”. Eu penso que vem, que já trouxeram coisa...
- *Pesquisador(a):E como é essa espera do senhor?*
- Seu Marcelo: “Esperar” por Deus? É Deus mandar alguma coisa que a gente precisa, a gente trabalha, mas “espera” por Deus
- Paulo: “esperar” pela chuva?
- Seu Marcelo: trabalhar sem Deus não é nada, porque é só ele que pode ajudar nois, então nois “espera” ele. Mas trabalhando, parado não. “faz por ti que eu te ajudarei (Setembro de 2018).

A espera é aguardada com fé, o que permite visualizar um futuro melhor e “não ficar parado”; ou seja, passivo diante da situação enquanto ela não muda. Aqui está uma diferença importante com a religião laica, que leva os sujeitos a uma atitude não crítica, não combativa, não militante, mas de aceitação e subordinação passiva, bem como de justificação da realidade (ROCCA, 2916, p. 686).

A narrativa iluminou uma área do sistema de pensamento em que havia uma conexão entre a especificidade do Nordeste pobre, a política e a “espera por Deus”, no anseio por tempos melhores:

- “Seu Marcelo.: A roça, é só a roça...a água aqui é uma dificuldade grande, é dos pipa...
- Paulo: ...vem da defesa civil¹¹²
- Seu Marcelo: eu acho que até “lá fora” os candidatos Geraldo Alckmin, o outro lá do Sul, aquele menino que até largaram a faca nele [olha para os outros com expressão de comoção]...[aumenta o tom da fala] e aqui teve um tempo bom graças a Deus, porque meu tempo de menino aqui nois comia massa de feijão, era água de sal, quando nossos pais arrumavam depois de um dia de trabalho um pouco de feijão, e um pouco de farinha. Nós fomos criado assim, aí teve um milagre muito grande que eu conheci, que era um milagre, eu acho que foi um milagre de Deus [aponta para cima], que enviou aquele homem a ser Presidente e ele comandou oito anos e mudou. Hoje aqui no Nordeste é fraco, mas todo mundo faz uma[refeição]...almoça e janta e antigamente nois dormia com fome. Aqui foi o Lula, mas está é preso!
- Paulo: não saiu ainda não...
- Seu Marcelo.: Saiu é nada, enquanto não passar a eleição...e creio que ele está preso não é porque aquela morada não [triplex do Guarujá], porque todo mundo que tem dinheiro nos Estados Unidos, morada nos estados unidos,

¹¹²Seu Marcelo e Paulo se referem, em efeito, ao programa de distribuição de água no semiárido brasileiro do governo que Programa Emergencial de Distribuição de Água Potável no semiárido Brasileiro (Operação Pipa), sob a direção do exército e da Secretaria Nacional de Defesa Civil, que em 2017, atendeu vários municípios do Ceará em função das graves consequências da seca.

não pegou dinheiro? Ele está preso porque se deixar ele solto não tem partido que ganhe mais uma eleição para Presidente. Se deixar ele ganhar e trabalhar, igual ele trabalhou os oito anos primeiro.. Aí tá preso, aí nos temos Ciro Gomes que é aqui do Nordeste...o que eu não tenho é interesse em votar por um lá do Sul porque ele não conhece o que é o Nordeste, só se fazer igual a senhora que está aqui...mas ele pode achar que aqui é rico que nem é lá em São Paulo, que eu conheço São Paulo, já morei em São Paulo...lá quando você passa de Minas Gerais para lá, o crime é outro, diferente daqui”. (Seu M. e P., 07 de setembro de 2018).

O relato remete a uma ideia de que para governar o Brasil, ou seja para ser presidente, é necessário que haja uma consciência e um conhecimento sobre as especificidades do Nordeste que é pobre e das necessidades da sua população. Os candidatos mencionados se dividem entre aqueles do Sul-rico (Alckmin e Bolsonaro¹¹³) e os que defendem ou podem defender seus interesses (Lula e Ciro Gomes) e, portanto, estão ao lado dos pobres do Nordeste. O comportamento eleitoral é explicado nessa chave. A referência ao governo Lula é visto como um milagre que realizou “a espera”, ou seja, o anseio por melhorias vistas na mudança em relação à experiência de precariedade dos pais se comparada com aquela vivida na infância. Ao cumprir as expectativas dos sujeitos, Lula é reconhecido como aquele que “comandou”, nas palavras do Seu Marcelo, ou seja, dirigiu um projeto que trouxe os benefícios esperados ainda que gradativamente, pois a região continuou sendo “fraca”¹¹⁴.

As transformações, nesse caso, vêm do Estado, e de um partido que, pelo apoio popular em decorrência dessas mesmas mudanças, teria continuado a ganhar as eleições. A

¹¹³Quando nos dirigimos ao sertão do Cariri, paramos na cidade de Nova Olinda. Desde cedo, já o Jornal Bom Dia (exibido no canal da rede globo) estava noticiando o evento da facada que tinha ocorrido no dia anterior, seguida da transmissão, ao vivo, do Bolsonaro sendo levado ao hospital. Seu M. e todos os sujeitos da casa tinham se inteirado muito provavelmente dos fatos via televisão. Na última casa, a filha da entrevistada ligou a televisão no meio da entrevista e a notícia da facada estava ainda sendo transmitida.

¹¹⁴De acordo com Queiroz (1977, p. 37), “justamente porque contém <ideias muito definidas> de como sanar as imperfeições, o messianismo não é crença passiva e inerte de resignação e conformismo; apontando para a possibilidade de um futuro melhor pode levar – e em certas circunstâncias leva– os homens a se congregarem para conseguir, por meio da ação, os benefícios que almejam. O messias só merece esse título na medida em que uma coletividade diligente o reconhece como líder. A característica principal dos grupos assim formados é a atividade” (QUEIROZ, 1977, p. 37). No caso das romarias lideradas pelo Pe. Cícero, há um movimento que, no entanto, não se traduz numa revolta popular, como já mencionamos, foi o caso de Canudos. Os romeiros têm na memória a vinculação do Pe. Cícero que foi alguém que “valeu por eles”, ou seja, atendeu suas necessidades e portanto trouxe os benefícios que esperam. No caso do lulismo, a atividade parece se registrar no plano do voto.

prisão do Lula é entendida como uma forma justamente de evitar a continuidade do Partido dos Trabalhadores (PT) na direção do Estado e continuar governando como o fez “nos oitos anos”. Nota-se, portanto, que há nesse sistema de pensamento uma visão de Brasil e uma interpretação a respeito da prisão do Lula distinta à transmitida pela mídia e que se associa ao caso do triplex no Guarujá. E isso lhe permitiu a Seu Marcelo tirar suas próprias conclusões.

Neste sentido, apontamos para o entendimento de que o uso da chave de pensamento de que sobre o desenvolvimento do Brasil existe uma região que se constitui enquanto centro e outra enquanto periférica nos orienta para um melhor percepção sobre como o Estado, mas em particular os governos estruturam a sua forma de governar. Não por acaso que elementos do cotidiano, como por exemplo, a religião, são utilizados não apenas como um instrumento da política, mas também como um mecanismo para a política. Neste sentido vejamos a fala dos entrevistados a seguir:

Quando estávamos na conversa sobre a religiosidade popular, no primeiro dia de entrevista, perguntamos para Valquíria a respeito de como outros sujeitos, fora do seu grupo familiar, bairro, etc., ou seja, fora do “mundo dos pobres”, viam a figura do Padre Cícero. No caso, as únicas áreas da cidade que ela tinha mencionado até então eram o Centro e o bairro de Granjeiros, que era onde ela trabalhava. Tratava-se o bairro da patroa e, onde segundo ela mesmo relatou, habitavam as pessoas que discriminavam as Batateiras. A pergunta sucedeu-se a uma afirmação de que a fé no Padre Cícero era uma espécie deresguardo, uma defesa contra os ataques que se faziam a sua figura. Ao nos responder, organizou-se uma narrativa que conectou, espontaneamente, classe, cultura popular e política, numa chave de diferenciação, reunindo outras partes da entrevista. Até esse momento, não tínhamos entrado no assunto das eleições nem do voto, e foi o fio do seu próprio pensamento que nos mostrou que havia ali um caminho, uma ponte a percorrer:

- Valquíria: os crentes ficam falando mal do Pe. Cícero, que ele é isso que é aquilo, mas quem crê mesmo não escuta o que esse povo fala não.
- *Pesquisador(a): e por exemplo, tua patroa, o pessoal desse bairro que você falou [Granjeiros], gosta do Padre Cícero?*
- Valquíria: Não, minha patroa ela é evangélica, ela até critica porque todo dia eu escuto o Pe. Marcos [radio Evangelizar, conduz o programa “evangelizar é preciso”. É um padre que tem um momento de oração de 10 às 11h, aí ela não gosta porque ela é evangélica. Aí eu fico dizendo assim com

ela: “Dona Gisele, a senhora não fale na minha religião, porque a senhora é de uma religião e eu sou de outra. Não adianta a senhor vir falar da sua religião para mim porque eu não vou aceitar. Do mesmo jeito, eu que fico com a minha [religião]caladinha. Aí não falo da minha religião pra você nem você fala da sua pra mim. Não me critique”

- *Pesquisador(a): e ela fala o que?*

- Valquíria.: fica achando graça...é do mesmo jeito que ela gosta do Bolsonaro, ela detesta o Lula.

- Mãe: não sei porque, porque eu gosto é de Lula

- Valquíria: Aí fica aquela crítica não tem? E eu fico calada. Quando vou falando de Bolsonaro, ela tá lá “ehhh, essa mulher não presta”, e eu lá na minha... e ela “você vai votar em Bolsonaro”, mas aí, eu digo, “mas menina, eu vou votar em quem eu quiser”

- *Pesquisador(a): você fala?*

- Valquíria: falo.

- *Pesquisador(a): e ela sabe que você vai votar no Lula?*

- Valquíria: Sabe. Só ela diz que ele não presta. Para ela quem presta é o Bolsonaro

- *Pesquisador(a): por quê?*

- Valquíria: não sei. Ela diz que é o único que não rouba, o único que não sei o que. Ela fala um monte de besteira que eu faço conta que não estou nem escutando.

- Mãe: eu não escuto não essas coisas

- *Pesquisador(a): e por que você acha que ela não gosta do Lula?*

- Valquíria: porque ela diz que ele rouba

- *Pesquisador(a): e o que você acha?*

- Valquíria: Não sei. Eu tenho em mim...porque quem tem gente que não gosta de Lula porque ele ajudou muito os pobres. É como meu amigo Júlio. diz “a patroa não admite que o funcionário use o mesmo perfume que ela”. Eu não estou dizendo o exemplo da minha, mas “as patroas não querem que as funcionárias usem um chinelinho melhor que acha que ela quer ser mais do que a patroa” Aí ela [patroão] gosta do Bolsonaro, e o Bolsonaro não presta, no meu ver. Que o que eu assisti dele não vale bosta.

- *Pesquisador(a): o que você viu?*

- Valquíria: umas reportagens no jornal, que ele quer que a mulher ganhe menos que o homem e trabalha na mesma coisa. Isso não existe. Que armar todo mundo, é contra os homossexuais, um monte de coisa. Gostei não das reportagens que eu vi dele não. Aí ela [patrão] diz que “ele é o presidente, governador ,não sei o que, que todo mundo quer, que todo mundo precisa. É, você tem que votar no Bolsonaro pensando no seu filho, no futuro” Eu digo “tá bom então.., eu voto em quem eu quiser. O voto não é meu? eu voto em quem eu quiser”. Ela é daquela patroa que diz “vou dar umas aulinhas de Bolsonaro pra você” aí eu digo eu não vou nem estudar! ela quer fazer a minha cabeça, ela quer entrar na minha mente pra mim votar em Bolsonaro.

- *Pesquisador(a): e você?*

- Valquíria: Tô nem aí, ela pode falar, falar... eu digo “Dona Gisele, eu gosto é de Lula que Lula é do pobre”

-Mãe: é, lula é do pobre

- Valquíria: pode até ter roubado, quem não rouba? mexendo em um monte de dinheiro... entre um milhão de ladrão , vai ter só um humilde? Só o Lula ?

- Pesquisador(a): e as amigas da tua patroa, são do Bolsonaro?*
- Valquíria: todas Bolsonaro, as riconas sempre é. [...]
- Mãe: é que eles têm o deles, e agente tem o da gente”. (Setembro de 2018).

O pensamento¹¹⁵ revelado no relato de Valquíria transmite a ideia de que assim como há um campo em que o Pe. Cícero e o Lula organizam a cultura popular e a política do lado dos pobres – e mais do que isso, essas figuras “são deles”–, há também um campo dos ricos onde se encontra a religiosidade evangélica e os patrões, cujo candidato é o Bolsonaro¹¹⁶. E, portanto, este candidato é dos ricos. Nesse sistema de pensamento, há também uma clareza de que os ataques ao campo deles, ou seja, o popular, vêm do campo dos ricos. O sentimento de diferenciação que essa visão de mundo expressa é mobilizada inclusive nas respostas às provocações e constrangimentos da patroa. Quando perguntamos a Valquíria se as outras empregadas da casa também se manifestavam ela respondeu: “as outras não falam porque tem medo de perder o emprego. Eu não tenho medo de conversar, falo na cara”. Se por um lado, o constrangimento parece ter efeito nas colegas de modo a

¹¹⁵ O sistema do campo popular, que encontramos nos entrevistados, não é de todo espontâneo. É possível identificar uma espécie de “intelectual orgânico”, cuja função seria a de organizar e tornar consciente esse sistema. Na pesquisa, encontramos essa conexão clara na narrativa de Valquíria ao citar o seu amigo Júlio Pedro, como já vimos em trecho anterior “É como meu amigo Júlio diz ‘a patroa não admite que o funcionário use o mesmo perfume que ela’”. Mostra-se uma articulação direta do seu pensamento com o do Júlio, valorizando o seu pensamento, como veremos a seguir no relato que segue à pergunta sobre os conhecimentos dos outros candidatos à presidência:

- Valquíria: Assim, eu não sou muito de assistir. Ai fico só escutando o que o povo sobre o Cid, Ciro ... eu tenho um amigo que ele odeia a política e ao mesmo tempo ele gosta. Porque ele é assim, ele não quernem saber de político na porta dele, mas ele tenta pesquisar a vida de todos os candidatos para ele votarno certo. É Júlio Pedro, acho que vocês conhecem ele, vocês não estão hospedados na igreja?
- Pesquisador(a): não.
- Valquíria: Ele é muito conhecido aqui na batateira, muito conhecido... muitas pessoas não gostam dele porque **ele é muito inteligente, ele é aquela pessoa bem inteligente**. Ai quando chega nesse tempo de política, eu digo: é aí Júlio? Aí ele diz fulano é isso, é isso, mas eu vou votar em fulano por causa disso e aquilo. E ele sai explicando tudo, mas ele detesta política. Ele é muito conhecido na igreja, no CRAS, ele faz parte da associação da paróquia, um monte de coisas.

¹¹⁶ A equivalência entre Padre Cícero e Lula, que identificamos no sistema de pensamento do campo popular dos entrevistados, também se mostrou presente no pensamento da classe dominante, revelado em fala de Fernando Henrique Cardoso na mesma semana em que estávamos realizando pesquisa no Ceará. Em entrevista sobre o cenário político, FHC em tom pejorativo, buscando desqualificar a liderança de Lula no Nordeste, o associou em tom jocoso à figura de Padre Cícero como “Padim Ciço”. Há por de trás dessa afirmação possível intenção de associá-los como espécie caudilhos populistas, que lideram com a ausência de consciência das massas. Cf. “Com Bolsonaro, disputa entre PSDB e PT será para ir ao segundo turno, diz FHC”. Folha de São Paulo, 2 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/com-bolsonaro-disputa-entre-psdb-e-pt-sera-para-ir-ao-segundo-turno-diz-fhc.shtml>. Acesso em: out. de 2018.

silenciar o que pensam, por outro, perde força ao entrar em contato com o pensamento de Valquíria. Os ataques ao campo popular, portanto, se dirigem com uma força desmoralizante:

- Joaquim: Eu também trabalhei com um que falava muito isso que Padre Cícero é igual a qualquer cachorro, ele [nome] é um médico bem conhecido na região. Ele fala muito mal do Padre Cícero, que ele é não sei o que, que ele é um bruxo que ele não é Santo, fala muito dele. Ele tem uma chácara aí no bairro. Aí estava trabalhando lá, aí ele botou um banco para que quando ele sentar não ver a estátua, para não ver a estátua do Padre Cícero, ele diz que Juazeiro só tem ladrão e sem vergonha. Ele também não gosta do Lula, ele fala que Lula é Ladrão. Sabendo ele que Lula aqui no Nordeste é muito querido. Teve uma caravana dele que não cabia ninguém, quando ele estava fazendo a caravana aqui tinha muita gente, ele passou no ônibus. (Setembro de 2018).

A desmoralização do campo popular é uma força que vem do campo da classe dominante, e no trecho se revela na fala do patrão, que opera através da ideia de que Lula seria um ladrão, Pe. Cícero um animal, sem o poder de outorgar graças, etc. Também o lugar onde residem, Batateiras, é visto como um bairro de ladrões, onde ninguém presta, assim como Juazeiro, que é a terra das romarias, vista como uma terra de ladrões “sem vergonha”. Tudo que está relacionado ao campo popular, nesse sentido, é animalizado ou relaciona-se à ideia de ladrão, envolvendo desde as figuras de Lula e Padre Cícero – suas lideranças – até onde vivem – o bairro das Batateiras e também suas atividades – as romarias. Do ponto de vista do “patrão, tanto o ladrão, quanto o animal, não possuiriam moral, seriam seres desprovidos de consciência.

A oposição em relação ao “patrão” é a forma como as classes populares, estando historicamente na defensiva, começam a conquistar consciência de si¹¹⁷ em detrimento da consciência para si. Nessa perspectiva, o povo sente que tem inimigos e os individualiza apenas empiricamente (os patrões). Joaquim se indigna e se contrapõe à tentativa de desmoralização de si, mostrando que há afeto em torno de Lula na ideia de que ele é “muito querido”.

O querer bem indica a existência de uma moral e se expressa na imagem das

¹¹⁷ Cf.: Gramsci, 1975, (Caderno 3, “Argumentos de cultura. Material ideológico”. parágrafo 49, p. 332-3). Segundo Gramsci, os subalternos não poderiam conquistar consciência de si se não pela negação, através da consciência da personalidade e dos limites de classe do adversário, cujo processo seria crepuscular.

caravanas, que reforçam a imagem de Lula ao redor dos seus, os pobres. Encontramos, então, uma oposição entre Nordeste e Sul. No Nordeste, há um bem querer, enquanto no Sul, há ódio – revelado nos tiros recebidos pelas caravanas¹¹⁸. Com isso, confirmamos a visão de Brasil presente no pensamento de Seu Marcelo que relaciona as particularidades e forças políticas do Nordeste, contrapondo-as com as do Sul.

Como tínhamos destacado, o sistema de pensamento do campo popular se apresenta de forma mais organizada em alguns sujeitos e esgarçado em outros. A violência do tráfico e das igrejas evangélicas constituíam um vetor de desestruturação da visão de mundo ao atacar diretamente às crenças, ao sentimento religioso e aos próprios filhos ou familiares. É o caso da jovem Tainá. Ela e sua amiga encontravam-se na rua Timbaúba com seus pequenos filhos quando chegamos para realizar a pesquisa. Conversamos com ela em duas ocasiões. Morava numa casa de taipas com mais de 6 pessoas – mãe, pai, irmãs, sobrinhos, avó e filho, em condições de acentuada precariedade. Os pais são separados, mas moram na mesma casa, e o pai tem outra família, segundo ela relatou. Tainá nasceu nas Batateiras e só saiu de lá quando foi morar com o pai do seu filho num bairro próximo. Entretanto, depois de dois meses se separou ainda grávida, deixou de ter contato com ele e não recebe auxílio financeiro para a criança. O jovem “era muito chato, muito ciumento”, como ela mesma explicou. Recebe o Bolsa Família e conta com a ajuda dos familiares. Ocupou-se como babá até a gravidez e, no momento da entrevista, estava trabalhando nas eleições como cabo eleitoral (onde recebia R\$ 600 pelo mês de campanha). O apagamento ou desconhecimento da própria história apareceu logo em seguida quando perguntamos a respeito da sua mãe. Diferentemente do caso de Valquíria, a mãe da jovem se manteve distante e em mais de uma ocasião interrompeu a entrevista, gritando ou advertindo ela por algum motivo. Ao perguntarmos sobre a história, ela transmitiu o seguinte relato:

- *Pesquisador(a): seus pais nasceram aqui?*

¹¹⁸ “Tiros contra caravana de Lula foram um ataque planejado, diz delegado”. G1, 02 de maio de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/tiros-contracaravana-de-lula-foram-um-ataque-planejado-diz-delegado.ghtml>>. Acessado em: out. de 2018. Em seguida ao ataque, Geraldo Alckmin, futuro candidato à presidência do PSDB, diz que os petistas estariam “colhendo o que plantaram”, conforme Folha de S. Paulo de 27 de março de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/pt-colhe-o-que-planta-diz-alkmin-sobre-ataque-a-tiros-a-caravana-de-lula.shtml>>. Acesso em 28 de outubro de 2018. Percebe-se, desde esse evento, que do ponto de vista da direção política antilulista, havia uma relativização da violência política que tomaria conta, com a candidatura de Jair Bolsonaro, que atropela a candidatura de Alckmin, do ambiente político e social do país.

- Tainá.: meu pai sim, [perguntando para a mãe que estava longe] mãe, tu nasceu aqui não foi?
- Mãe: sim [responde de longe]
- Tainá: Não, nasceu no Rio Mauro... onde fica? [olha em direção a ela e dos irmãos e não tem resposta], não sei da minha vida, vou saber da de mãe...
- *Pesquisador(a): você sabe o que ela fazia antes de vir aqui?*
- Tainá: Não. (Setembro de 2018).

Na segunda vez que a entrevistamos, ela nos levou para sua casa. No trajeto da sua casa, o esgoto corria a céu aberto. Ao chegar, notamos que não havia imagens de santos nas paredes, mas fotografias dos seus irmãos e sobrinhos bebês ou crianças. Ao mostrar as fotografias, surgiu a história do assassinato do irmão de dez anos por parte do tráfico. A mãe tinha saído para trabalhar e a irmã mais velha encarregou-se de olhar a criança. Num momento de distração dela, o irmão foi para a rua empinar pipa na área onde os traficantes estavam, no meio do mato. Sem precisar o motivo, Tainá relatou que o irmãozinho foi torturado de forma bárbara e, em seguida, morto. A mãe, que era católica, entrou numa forte depressão após o assassinato do filho e, em seguida, converteu-se à igreja evangélica. É importante registrar que em toda as casas que visitamos existia esse medo dos filhos na rua por conta do tráfico. Uma das entrevistadas também demonstrou medo pelos casos de pedofilia transmitidos pela televisão.

Em relação à crença religiosa, observa-se uma fragmentação da memória que se manifestou em relação ao Pe. Cícero, cuja figura ignorou na entrevista, alegando ser evangélica. Entretanto, à própria fala do desconhecimento ela trouxe elementos de lembrança relacionadas ao Padre e de conhecimentos das atividades religiosas, quando a entrevistamos pela primeira vez junto com a sua amiga que era católica:

- Tainá: eu não sei de nada do Padre Cícero.
- *Pesquisador(a): você [amiga]conhece o Padre Cícero?*
- Amiga: eu fui [no Horto], morava perto ...
- Tainá: eu fui uma vez, tinha uma missa lá (Horto), foi uma vez e foi de vaquejada. Mas não fui ver Padre Cícero, fui na missa mesmo.
- *Pesquisador(a): e por que o Padre Cícero é tão conhecido?*
- Tainá: não sei não conheço nada do Padre Cícero... o que tem são as romarias
- Amiga: tem o aniversário dele, é 21 de março. Tem a Nossa Senhora de Aparecida.[...]
- *Pesquisador(a): sua mãe é devota?*
- Tainá: não, minha mãe é evangélica. (Setembro de 2018).

A “corda bamba” em que se encontrava o sistema de pensamento do campo popular em Tainá, também foi expressa na sua relação com o voto. Ao entrarmos nas perguntas sobre o assunto, a jovem afirmou logo em seguida que iria vender o voto. Entretanto, essa afirmação de desvalorização do seu próprio ato, encontrava na contramão a intenção de votar no Lula para presidente ou em algum indicado, a valorização da relação do Lula com os mais pobres, o bem-querer, e o ódio e tristeza pela sua prisão. Ao mesmo tempo, esse núcleo preservado do pensamento rodeava-se de informações imprecisas ou “mitificadas”,¹¹⁹ como a de que Lula teria sido prefeito do Crato, ou que estaria preso em um hotel com uma tornozeleira:

- Tainá: esse ano eu vou vender meu voto e muito.
- *Pesquisador(a): você já votou alguma vez?*
- Tainá: Para Presidente já votei em Lula. Foi para Lula, porque ele fez tudo aqui no Crato. Lula sim, foi ele que deu Bolsa Família, o Crato só está desse jeito porque ele fez, ele foi um “bom prefeito”, ele já foi prefeito daqui também.
- Amiga: eu quero é que ganhe o Lula, foi o melhor Presidente. Mas tiraram ele, está preso. Pelo que vejo todo mundo quer ele...
- Tainá: não está mais preso não. Ele não está preso na cadeia, ele está num hotel com uma tornozeleira.
- Amiga: mas ele está se candidatando tá?
- Tainá: se ele não se candidatar, ele vai botar alguém e eu voto em quem ele colocar. O povo diz que o Bolsa Família é esmola, mas não é não. O Bolsa Família ajuda tanto.
- *Pesquisadora: quem fala?*
- Tainá: Os mal-agraçados.[...]
- Tainá: O povo ficou com ódio que ficou preso, eu mesma não gostei. (Setembro de 2018).

A lembrança do afeto por Lula também aparece relacionada às Caravanas que realizou pelo país no corrente ano, revelando as formas de resiliência do sistema de pensamento do campo popular. Esse evento histórico encontrava-se disponível para Tainá, ao qual recorreu para expressar seus próprios sentimentos. Ao nos relatar o encontro com Lula, ela trouxe uma narrativa semelhante à lembrança do avô de Joaquim, do encontro com o Padre Cícero, mostrando que pese à interrupção do acesso à história desse figura, no caso de Tainá, ela se manifestava na forma de expressão e simbolização das lideranças centrais do

¹¹⁹Segundo Gramsci, a religião é essa que se apresenta na maioria das vezes sob forma de mito, isto é, como forma inferior, imperfeita, ou, pelo menos, irracional, não lógica ou pré-lógica, de entendimento da realidade. Geralmente trata-se de um mito concebido como instrumento ideológico de controle social (ROCCA, 2017, p. 686).

pensamento do campo popular rodeados pelos pobres e na linguagem religiosa:

Uma vez eu vi ele [Lula] na praça da Sé, tinha tanta gente que não dava pra chegar nem perto. Vi de longe. O povo gritava querendo pegar na mão dele. Não tinha como abraçar todo mundo. Tinha uma multidão, parecia que estava descendo nosso senhor do Céu. Tinha gente, gente, gente, mesmo... o povo ficava “Lula chegou, ô Lula...” na animação, gritando, cantando a música dele. (Setembro de 2018).

[...]

Mas o Padre Cícero foi uma pessoa boa, ele fez muita coisa aqui pelo Crato. Fez muito milagre. Ajudava as pessoas, os pobres ele ajudava muito. Porque ele tinha carinho pelas pessoas. Meu avô foi quem conseguiu conviver com o Padre Cícero. Conheceu. Dizia que não deu para chegar perto porque tinha muita gente, não deu para chegar perto. Muita gente tem fé nele. Minha mãe virou evangélica, mas até hoje ela fala que Padre Cícero é um santo. (J., 5 de setembro de 2018).

Essa resiliência relacionada à figura de Lula, imagem que permanece em sua lembrança associada aos pobres, revela a força do sistema de pensamento do campo popular existente. Apesar de bambear, há uma força ancorada no lulismo que tende a manter a chave da fé e da memória vivas. Apenas nas pontas mais frouxas da corda, como vemos no caso de Tainá, abre-se mão da história familiar simbolizada nas imagens e na desconexão entre filha e mãe, mas não do voto. Este também foi o caso de Carla, moradora do bairro Frei Damião em Juazeiro do Norte. Trabalha como costureira e tem uma renda familiar de cerca de 2 salários mínimos. Havia sido dona de um terreiro de Candomblé e, após passar uma série de necessidades econômicas, se converte à igreja evangélica. Na sua casa não há imagens de Santos nem resquícius do Candomblé, a não ser por uma boneca que parece uma estátua disposta perto do aparelho de som. Cícera foi identificada pela sua vizinha Amanda como sendo alguém que despejava muita fúria em relação às imagens dos Santos. Apesar da própria Carla nos advertir do seu passado de “macumbeira”, no relato, ela se envaidece contando do seu terreiro:

- Carla: Pois é, antes eu era macumbeira, não adianta eu dizer o... Agente de saúde: Mas a senhora tinha centro aqui dona Carla; Carla.: Ham?

Agente de saúde: A senhora tinha o centrinho aqui ou a senhora só ia participar? Carla: Eu tinha um... um centrinho? Eu tinha era um centrão, um baita de um centrão aqui. Minha fia, o meu terreiro era o mais respeitado que tinha aqui dentro desse bairro.

- Agente de saúde: É porque na minha outra área que eu atuava também tinha.

- Carla: Era o terreiro de Mãe Carla de Oyá de Oxóssi. Oxóssi de Oyá(...)

Agente de saúde: Haja dinheiro pra comprar tanto pano.

- Carla: Com candomblé, minha fia, você gasta o que tem, o que não tem e o que arrumar. Na época, eu gastei cinco mil contos, cinco mil reais pra pagar o tal desses santos, tirei de onde não tinha, de objeto que eu fiquei aqui dentro da minha casa, só escapou essa geladeira e esse som, porque eu botei na casa da vizinha, pra mode ele não saber que eu tinha som aqui, porque esse som aqui, eu tenho mais ciúme desse som do que do meu marido. (Setembro de 2018).

É interessante observar que a memória de Carla sobre o passado encontra-se muito fresca e organizada, apesar da conversão evangélica, o que se mostra nos detalhes do relato sobre seu terreiro e na nomeação dos orixás. Em relação às eleições a continuidade no apoio ao projeto lulista era expressão de uma consciência de que a vida popular tinha melhorado:

- Carla: Mulhé, o que eu penso é o que eu vejo pela televisão, alguma coisa...

Pesquisador(a): A senhora assiste televisão bastante?

- Carla: Eu vejo, quando eu estou lá, eu vejo falando na presidência, em não sei o que, eu tenho pra mim assim, se assim como tão querendo que o Lula seja candidato, que é o que sempre fala, o meu voto é pra ele sim.

Pesquisador(a): Certo.

- Carla: O meu voto é pra ele, pra Lula.

- Pesquisador(a): E por quê?

- Carla: Porque Lula, ele pode ter erro que nem tão dizendo que ele tem, que eu não sei, não cabe a mim a julgar, né, não cabe a mim a julgar ele. Lula, através de Lula, foi aonde o pobre pôde ter crédito pra fazer uma compra em uma loja, que antes dele o pobre não tinha, o Lula foi quem trouxe o Crediamigo, que encheu os bolsos aí de muita gente e ainda hoje enche, né, não, neguinha? O Lula foi quem fez isso aí, e outro nenhum fez. Da época do Lula pra cá, gatos e cachorros tem uma moto e um carro, e antes? Quem era que tinha? Era tudo lá embaixo, só quem comprava um carro era um bichão. Pra... até uma televisão a cores era coisa difícil de um pobre comprar, era tudo só preto e branco. Não era?

E era quando podia. Eu mesma, a minha televisão colorida, mode eu comprar a primeira, Jesus, eu suei tanto, e ainda comprei a bicha véia. Vivia mais desmanteladade que boa.

- Pesquisador(a): E me diga uma coisa, dona C., se ele não conseguir se candidatar, você vota no indicado dele?

- Carla: Voto.

- Pesquisador(a): Nas últimas eleições, você lembra em quem a senhora votou?

- Carla: Foi pra Dilma, as duas vezes, foi as duas vezes pra Lula e as duas vezes pra Dilma, com toda certeza e segurança. (setembro de 2018).

Aqui vemos que a conversão à igreja evangélica passa por um rechaço às imagens e à associação do candomblé a uma espécie de “extorsão” representada na quantia de dinheiro

necessária para realizar as atividades. No entanto, na lembrança dos santos e orixás, dona Carla demonstra conhecer sua história, contando os detalhes dos rituais que participava. Há uma espécie de raiva expressa no passado de dificuldades que a levou a abandonar essa religião e que se revela, segundo relato de Amanda em sua fúria contra as imagens. Se a lembrança do candomblé é permeada ao mesmo tempo por um envaidecimento e irritação, a lembrança de Lula carrega tranquilidade sobre as opções realizadas no passado – reveladas na “certeza e segurança” – e dá sentido à disposição em votar em Lula ou em quem ele indicar. Nesse sentido, conseguimos demonstrar que nas pontas frouxas do sistema de pensamento popular, em que se mostra um sentimento de raiva ou esquecimento da história, a lembrança do voto e sua valorização passam por conectar passado e futuro e trazer consciência sobre o próprio lugar social ocupado e sua dimensão política.

Esta análise positiva dos governos Lula e Dilma, nas cidades do interior do Ceará como as observadas em Crato, Juazeiro do Norte e Araripe, apontam para ideia de que sob estas regiões a ponte do lulismo é sólida, indicando que no processo eleitoral de 2018 nesta região mantem o seu apoio ao projeto lulista. Ou seja, observamos, até este momento a existência de um lulismo forte na região Nordeste do país.

Deste modo entendemos que o projeto lulista inverte a lógica do que seria o centro e a periferia do país. Sob o ponto de vista da política, ou melhor, de sustentação do lulismo o centro do país estaria na região nordeste, enquanto o sudeste seria a periferia¹²⁰. Esta hipótese também dialoga com a perspectiva de que a base do projeto lulista estaria na população de baixa renda ou no subproletariado ou nos subalternos, ou seja, na camada formada pela população pobre do país.

Esta análise reforça a existência de uma “questão setentrional” no país, e que ao menos no âmbito político haveria uma inversão de como ela se organiza. O projeto lulista por meio de suas chaves norteadora: “desenvolvimentismo”; “modernização conservadora”; “desenvolvimento desigual e combinado”; “centro e periferia”; “reformismo fraco” e “subalternos” produz uma conciliação como mecanismo de sustentação dos seus governos.

¹²⁰ Ao analisarmos os dados da pesquisa eleitorais das eleições de 2018 elas nos indicariam que a região Norte também faria parte do centro do lulismo, enquanto a região centro-oeste e sul fariam parte da periferia do projeto lulista. No entanto, ressalta-se que tal observação não foi objeto desta pesquisa, ficando, portanto a possibilidade de que tal sugestão seja objeto de pesquisas futuras e/ou a serem realizadas.

Ao mesmo, tempo que inverte a noção existente no âmbito econômico e político do nosso desenvolvimento. Pois, se sobre a perspectiva econômica o desenvolvimento do país ocorre a partir da região sudeste, sob a perspectiva da política e da base de apoio do lulismo o desenvolvimento da sociedade brasileira ocorre a partir da região Nordeste.

Por fim, destaca-se a ideia que as políticas públicas implementadas ao longo do projeto lulista, em particular a habitacional, expressão o caráter conciliador dos governos do PT. Pois, ao mesmo tempo que elas estavam focadas nos sujeitos que se constituíam como a base do projeto lulista, elas eram também, um instrumento de diálogo e aceno as classes dominantes do país, senão do modo de produção capitalista. Neste sentido, aponta-se para perspectiva de que o projeto lulista não tem como proposta o rompimento com o capitalismo, mas a inserção do subproletariado e o desenvolvimento do país por meio dele.

6. Considerações Finais

5.1 | Lulismo: uma ideia de Brasil

O objetivo desta tese consiste em investigar como os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), no período de 2005-2015 redefinem o papel do Estado como um instrumento de desenvolvimento da sociedade brasileira. Por meio de uma reflexão crítica das políticas públicas, em particular da política habitacional, buscamos refletir sobre os caminhos, as contradições e as possibilidades de transformação da nossa condição de sermos um ornitorrinco.

Ao longo da tese discutimos como o fenômeno do lulismo retoma uma agenda econômica e social por meio de um ensaio desenvolvimentista. Tal proposta dialoga com um projeto de Estado de bem-estar social, à medida em que, promove o desenvolvimento econômico por meio do atendimento de parte das necessidades da classe subalterna brasileira, assim como, realiza a defesa da soberania nacional por meio de uma modernização conservadora e de um reformismo fraco.

5.2 | As pontes do projeto lulista

A análise de que o projeto lulista teria invertido a concepção de centro e periferia existente no país, também se constituiu em um instrumento para compreendermos a sociedade brasileira. Pois, ela nos ajuda a entender como os caminhos trilhados na construção do projeto lulista foi capaz de construir pontes que ora fortaleceram os governos do PT (pontes fortes) e ora produziram o antipetismo (pontes trincadas).

Ao longo da pesquisa buscamos tanto dialogar com a hipótese de que o projeto conciliador que sustenta o lulismo está apoiado no reformismo fraco, como também, contribui para a interpretação do desenvolvimento da sociedade brasileira. Neste sentido, destacamos o papel das disputas eleitorais¹²¹ e das políticas públicas na produção de um

¹¹⁹Cf.: a) “**Apuração por zona eleitoral**”. *GI, Eleições 2018*, 7 de outubro de 2018. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/apuracao-zona-eleitoral-presidente/sao-paulo/1-turno/>. Acessado em: out. de 2018; b) “**Resultado das eleições por municípios**”. *Folha de São Paulo*, 2014. Disponível em: <http://eleicoes.folha.uol.com.br/2014/2turno/mapainterativo/>. Acessado em: out. de 2018; c) De acordo com os dados do Tribunal Regional do Ceará (TRE-CE), a votação registrada no segundo turnos municípios em termos percentuais em Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) foi respectivamente: Juazeiro do Norte: 80,14 e 19,86%; Crato: 83,55 e 16,45%; Araripe: 89,67 e 10,33%, e Fortaleza: 67,95 e 32,05%. <http://apps.tre-ce.jus.br/tre/eleicoes/resultados/2014/?municipios-resultados-2o-turno-resultado-no-municipio>. Acessado em: out. de 2018; d) Em termos comparativos, na região Sudeste, a candidata Dilma obteve no estado e no município de São Paulo uma proporção de votação inversa, perdendo para o candidato do PSDB. No município, Aécio Neves obteve 65,61% dos votos e

lulismo forte, médio e franco¹²². Vejamos, de modo mais específico como a política habitacional, em particular, o Programa minha casa, minha vida, foi utilizado como uma ponte de sustentação do projeto lulista.

“Aquilo é um cortiço, hein!?”¹²³

“Não vejo nenhuma mudança, nenhuma melhora na cidade”.¹²⁴

“Não existe uma árvore, uma sombra, um lugar para conversar com os vizinhos”.¹²⁵

Foi ouvindo as ideias acima citadas que podemos entender como a atual política habitacional realizada no país expressa uma política pública que está de acordo com a chave de interpretação de que o projeto lulista ao retomar um ensaio desenvolvimentista produz de modo dialético a estruturação do país por meio de um reformismo fraco.

Mas, também, nos possibilita entender como praticamos através do discurso uma segregação socioespacial sob a moradia para a população de baixa renda. Desse modo, podemos compreender como a relação existente entre a “experiência social de um indivíduo” e a “dimensão nacional da vida social”¹²⁶ são determinantes na definição da política habitacional no país. A cidade, ao aglomerar num espaço limitado uma numerosa população, cria uma forma mercado, ou seja, transforma a habitação em mercadoria (elemento constitutivo para a organização da estrutura capitalista). Um processo perverso que atinge principalmente a camadas mais pobres das cidades. É a construção, ou melhor, a

Dilma Rousseff 34,39%, e no estado a votação se mostrou semelhante em termos percentuais; 64,31 e 35,69%. Fonte: <https://eleicoes.uol.com.br/2014/raio-x/presidente#resultado-indicadores-socioeconomicos/undefined>. Acesso em: out. de 2018.

¹²⁰Ao longo da pesquisa trabalhamos com a chave de que o projeto lulista ao se consolidar como um reformismo fraco teria impactado o desenvolvimento das regiões no país de modo distinto, conforme descrevemos nas hipóteses apresentadas nas páginas: 139-140.

¹²¹Fala de uma visitante ao Conjunto Habitacional – “Minha casa, Minha vida”, localizado na cidade de Marília, mais especificamente, na Avenida Maria Fernandes Cavalari, no bairro Cavalari, 2018.

¹²⁴Fala de um membro de uma Associação de Bairro, localizada na zona oeste, da cidade de Marília, 2018.

¹²⁵Fala de uma moradora do Núcleo Marina Moretti, localizado na zona norte, da cidade de Marília, 2018.

¹²⁶Os autores, Norbert Elias e John Scotson, apresentam a ideia de que “experiência social de um indivíduo” determina a “dimensão nacional da vida social”. No entanto, essa ideia é aqui apresentada de forma inversa, pois buscamos compreender como a “dimensão nacional da vida social” determina a “experiência social de um indivíduo”. Ou seja, como o desenvolvimento do capital gerou no cotidiano uma ideia de habitação social. Cf.: ELIAS, Norbert e John L. Scotson. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

produção capitalista da casa e da cidade, na qual se configura a idéia da “terra urbana como capital”. Uma herança construída e desconstruída por séculos.

A análise das diferentes formas de ocupação do espaço urbano e das intervenções públicas recentes permite compreendermos como tem sido resolvido o acesso à casa própria nesta realidade. Aponta-se para a extensão da segregação urbanística na cidade, requalificando-se também a questão do déficit habitacional. A política habitacional voltada para a população de baixa renda depende das diretrizes do Estado, que por sua vez, é mantida pelas regras do mercado, ou seja, pela contradição do sistema. Essa situação indica o deslocamento do problema de demandas de novas habitações na cidade para demandas de melhorias do habitar no meio urbano, embora esteja mantida a gênese da desigualdade socioespacial.

O Programa MCMV foi analisado como sendo um claro avanço no que tange a elevação do número de moradia, sobretudo, para a população com menores rendas, no entanto, essa evolução no quadro de moradias tem sido dissociada da busca de integrar essa população a dinâmica da cidade e com isso forçando a população de baixa renda a se localizar fora da área central do que seria uma cidade integrada e planejada. Essa situação tem gerado uma elevada renda diferencial da terra urbanizada pelo Programa MCMV em favor das famílias com maiores rendas, pois o preço de produção da mercadoria moradia não é calculado pelo valor do solo médio, mas pela pior terra a ser utilizada.

A lógica apresentada aqui não poder ser vista como algo singular de um município, mas trata-se da própria lógica interna do modo de produção capitalista de produção do espaço que busca resolver primeiramente a questão da crise do capital, vista como questão social de reprodução do capital, e só como caráter complementar (em busca do primeiro objetivo) a questão humana, como é o caso da produção de moradia para população de baixa renda. O ponto é, portanto, como esse processo foi capaz de produzir a ilusão de solução dos problemas da política habitacional do país, em especial para a população de baixa renda.

Por meio desta pesquisa procuramos compreender como a recente política habitacional em implementação no país, através do Programa Minha Casa, Minha Vida, é resultado de uma construção histórica, que embora possa ser explicada ou entendida por meio do enfrentamento de um problema interno – a habitação para a população de baixa

rende, se faz necessário, demonstrar como esse processo também se articula a um contexto mundial – o desenvolvimento do modelo capitalista.

Desse modo, entendemos que ao invés de solucionar a segregação socioespacial, esse o processo de produção do espaço urbana e uma política habitacional voltada aos interesses do capital imobiliário, apenas promoveu a implantação de grandes empreendimentos imobiliários, como no caso do Programa MCMV, o que acabou por “empurrar” a população de baixa renda para áreas impróprias para habitação e desprovidas dos bens e serviços públicos, marcando a proliferação de áreas favelizadas, em primeiro, ao redor de áreas próximas ao centro da cidade e de ocupação mais antiga, e em segundo, ao redor dos conjuntos habitacionais populares implantados nos extremos norte e sul da cidade.

O Programa MCMV vem consolidar o “espírito” das políticas iniciadas já na década de 1990, qual seja, provisão de moradias através de medidas regulatórias, assim como o aumento de recursos públicos destinados ao financiamento habitacional (ARANTES & FIX, 2009; SHIMBO, 2010). Para Maricato (2012), o Governo busca “fazer omeletes sem quebrar os ovos”, ou seja, dar resposta a questão de carência de moradias via distribuição de renda e produção de moradia sem que a hegemonia do capital financeiro, da lógica privada de produção do espaço seja quebrada. Raquel Rolnik, em entrevista concedida ao *Jornal Brasil de Fato* (CARRANO & HOSHINO, 2010), acrescenta que o MCMV “é um programa de dinamização econômica e de geração de empregos, não é uma política habitacional”. Nesse sentido, tal lógica é aprofundada quando observamos a imbricação do poder econômico e do poder político simbolizado pelo grande volume de financiamento eleitoral provenientes das construtoras e empreiteiras interessadas na manutenção da lógica privada de valorização imobiliária.

Conforme proposto por Harvey (1980) os processos sociais estão relacionados às formas espaciais, pelo fato de que as contradições sociais do desenvolvimento econômico em conjunto com a produção do espaço urbano – enquanto expressão da divisão territorial do trabalho – e aos instrumentos urbanísticos resultaram em diferenciações socioespaciais que definiram o lugar de vivência de cada um.

Para o caso específico da habitação verificamos que a segregação socioespacial continua intocada, limitada pela renda diferencial. Pois, quando observamos espacialmente

a implantação dos empreendimentos de menores rendas via Programa MCMV, eles se dão essencialmente nas franjas da cidade onde o processo de urbanização e acesso aos equipamentos sociais como transporte, saúde, emprego, lazer, entre outro, ainda não chegaram ou existem de forma precária, ou seja, teremos a manutenção da desigualdade e da segregação socioespacial na cidade própria da lógica privada de moradias.

Consideramos a segregação socioespacial um processo multifacetado que impossibilita parte da população urbana de partilhar dos bens, serviços e direitos oferecidos seletivamente à coletividade, considerando não apenas as carências materiais, mas também as carências imateriais como a dificuldade de acesso à segurança, justiça, cidadania e a representação política. Mas, também está relacionada a produção do espaço urbano, expressando as contradições sociais e espaciais dos processos de exploração, diferenciação, segregação e espoliação das condições de vida e precarização territorial produzidos para a manutenção da própria acumulação capitalista, sendo legitimados nos instrumentos urbanísticos definidos pelo poder público.

Verificamos, portanto, que o Programa MCMV sendo um produto do capital buscou resolver inicialmente o problema da realização da renda (valorização fundiária); do lucro (valorização imobiliária, indústrias, etc.) e do salário (emprego e moradia). O movimento concreto e o papel social do Programa MCMV seriam, portanto, o de solucionar a crise financeira internacional, do emprego e da moradia, em resumo, primeiro resolve-se o problema da realização do capital e de forma marginal a condição humana, mesmo que em certos momentos, na aparência, se apresente de forma inversa.

Podemos afirmar com base na pesquisa realizada, então, dado pelo elevado déficit habitacional brasileiro, que o Programa MCMV é um importante avanço para a política habitacional, visto que o número de unidades construídas para a população de baixa renda tem sido privilegiado, além dos largos subsídios que têm sido fornecidos para essa população. No entanto, condicionado pela própria lógica do Programa, verificamos o limite do PMCMV se dá na efetiva inserção da população de baixa renda na dinâmica da cidade, fazendo com que a segregação socioespacial seja mantida.

Ao observar a política habitacional no Brasil percebemos como a ação do Estado determina o que será feito em termos de infraestrutura, onde e como será o transporte público, onde se localizarão os equipamentos públicos de educação, saúde, entre outros,

através de uma gestão essencialmente pública ou mista. Essa ação do Estado como parcelador e empreendedor dá-se de forma diferente, de acordo com os interesses do mercado imobiliário, repetindo processos que se dão ao longo da história do país. Processo este ressignificado sob o contexto da financeirização do capital. Segundo Rolnik¹²⁷:

[...] la crisis y sus orígenes en el mercado de la vivienda reflejan la inhabilidad de los mecanismos de mercado para proveer una vivienda adecuada y asequible para todos. El resultado no es nada ficticio: individuos, familias y comunidades viven sin techo en condiciones precarias, y además en el daño real que se inflige a su cotidianidad. Mientras es verdad que los más pobres y que los más vulnerables han sido desposeídos, la crisis actual también ha empeorado los problemas de asequibilidad a la vivienda y al suelo, no solamente para los más pobres sino que también para los grupos de bajos ingresos y los crecientes grupos de medianos ingresos. La discrepancia entre alzas e ingresos y el alza de los precios de la vivienda y el arriendo es crucial en este contexto y lleva a que los hogares constantemente teman perder sus viviendas por incumplir pagos de arrendamientos o de hipoteca. Los temores se exacerban por la promoción de la inseguridad de la tenencia a través de los — imperativos para desarrollar un sistema de financiación de vivienda, como el de reforzamiento del embargo a prestatarios hipotecarios y la reforma legislativa a la protección a moradores.

O poder público no Brasil tem uma lógica de atuação para transformação da cidade que é também a de interesse do mercado. Neste sentido, podemos depreender que o projeto lulista produziu caminhos que o sustentaram por um determinado período enquanto uma alternativa política no país. Ao promover alianças com o setor capitalista, como por exemplo o imobiliário, os governos do PT produziram pontes fortes, ao mesmo tempo que constroem pontes trincadas com a classe subalterna, enfraquecendo o ensaio desenvolvimentista. Pois, no momento do acirramento da luta de classe a falta de um programa que construísse uma consciência das classes fez com que a ponte outrora forte tenha se tornado trincada e a ponte outra trincada tenha se tornado forte. Este processo fez emergir uma “onda” conservadora no país, assim como, acirrou a crise e, sobretudo as contradições existentes sob o projeto lulista.

¹²⁷ROLNIK, Raquel. **Neoliberalismo reciente**: la financiarización de la vivienda propia y el derecho a la vivienda. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0124-79132014000100095&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: mar. de 2022.

5.3 | Caminhos do projeto lulista¹²⁸

Na música "Querelas do Brasil" os compositores, Maurício Tapajós e Aldir Blanc, produzem uma profunda reflexão sobre o "Brasil real", o "Brasil profundo". Ela nos ajuda a problematizar como as disputas produzidas sob um espaço macro também refletem sobre o espaço micro; como as disputas existentes na geopolítica internacional interferem sob projetos nacionais.

Neste sentido, esta pesquisa busca discutir o lugar e o papel de governos progressistas na promoção de políticas públicas que façam frente ao ideário proposto pelo modo de produção capitalista. Embora tenhamos como perspectiva a mudança radical da estrutura da sociedade, sabemos que ela ocorre por meio de uma condição material de cada momento histórico.

Desse modo, buscamos dialogar ao longo desta pesquisa com o projeto lulista produz um sentido para o Brasil frente a um Brazil. Se não numa perspectiva de rompimento, mas de enfrentamento das mazelas que assolam a nossa sociedade

Se o Lulismo expressa uma "ideia"; talvez ele também possa materializar uma ação de proponha o Brazil enxergar o Brasil. Apesar de suas contradições, o projeto lulista nos deu a possibilidade de vermos a nossa forma, ou melhor, de o Brasil pode desenvolver o Brasil. Apontam para as dificuldades enfrentadas por países, como o Brasil, na tentativa de desenvolverem não só seus territórios, mas uma visão própria de sua história. Revelam como a formação das nações latino-americanas foi ou é marcada por um longo período de colonização, para em seguida buscar a independência associada por uma dependência.

Desse modo, os países, como o Brasil, enfrentam duas realidades áspersas. Uma é a capacidade de absorção das transformações do capitalismo pelas estruturas econômicas, socioculturais e políticas, o que segundo Florestan Fernandes (1973), impede a integração

¹²⁸Cf.: TAPAJÓS, Maurício; BLANC, Aldir. **Querelas do Brasil**. In. LP – "Por um amor maior". COSTA, Elis Regina Carvalho. Rio de Janeiro: Imagem&Som, 1981.

"O Brazil não conhece o Brasil

O Brasil nunca foi ao Brazil

[...]

O Brazil não merece o Brasil

O Brazil tá matando o Brasil

[...]

Do Brasil, s.o.s ao Brasil

Do Brasil, s.o.s ao Brasil".

nacional e o desenvolvimento autônomo. O outro é a modernização estimulada pela dominação externa, mas que impede a revolução nacional e uma real autonomia.

O desmonte levado adiante pelas políticas neoliberais se reflete no enfraquecimento, mais intensamente, dos Estados periféricos do sistema internacional. Nesse processo, produziu (Ffrench-Davis; Muñoz; Palma, 2005, p. 228-7):

De uma ativa intervenção na alocação de recursos e nas atividades produtivas diretas até a década de 70, o papel do Estado passou a restringir-se à política macroeconômica, à construção de infraestruturas e a programas sociais. Contudo, no processo de reformas e ajustes, foi fortemente enfraquecida a capacidade do Estado de desempenhar até mesmo seu novo papel, muito mais limitado. Em consequência, surgiu uma incoerência entre a capacidade do Estado reformado e a necessidade, imposta em grande medida pela profundidade da “crise social” e pela transição de governos democráticos em toda a região, de seguir uma estratégia de desenvolvimento com equidade.

Para Décio Saes (2001, p. 83), os Estados capitalistas atuais praticam o neoliberalismo possível nas condições socioeconômicas e políticas vigentes. Ou melhor, produz um capitalismo com forte presença estatal, de distribuição da renda sem confronto (SINGER, 2012, p. 110). Sendo assim deixada de lado a política nacionalista para crescente relação público-privado. Segundo Celso Furtado (1998, p. 29):

O processo atual de globalização a que assistimos desarticula a ação sincrônica dessas forças que garantiram no passado o dinamismo dos sistemas econômicos nacionais. Quando mais escapam da ação reguladora do Estado, mais tendem a se apoiar nos mercados externos para crescer. Ao mesmo tempo, as iniciativas dos empresários tendem a fugir do controle das instâncias políticas. Voltamos assim ao modelo do capitalismo original, cuja dinâmica se baseava nas exportações e nos investimentos estrangeiro.

Quando analisamos o processo de constituição das políticas públicas, em países como, o Brasil, percebe-se que ela resultou de um processo histórico que busca a eliminação dos pontos de “estrangulamento” da economia. Ou seja, de como o Estado foi capaz de articular as necessidades nativas com o desenvolvimento hegemônico do capital. Essa forma de reprodução do capital no modo de produção capitalista reforça e aprofunda a valorização do mercado, mesmo que de modo artificial, sendo favorável para os detentores

do capital e, extremamente desastrosa ao subproletariado. Ao analisar a perspectiva do avanço do capitalismo financeiro, Lavinhas e Gentil (2018)¹²⁹, apontam:

[...] sob a regência do Partido dos Trabalhadores, as engrenagens da financeirização remodelaram a política social no Brasil. Essa conclusão não deve aturdir. O capitalismo contemporâneo necessita de mecanismos alternativos para dar curso à expansão do capital na sua forma financeira. Com isso, produz grande violência social e econômica ao espoliar os setores mais vulneráveis da sociedade. Mas há nessa dinâmica muitas contradições, pois o processo de acumulação financeira ergue, ele mesmo, obstáculos à sua rota de expansão [...]

Foi sob este cenário que o projeto lulista produziu um ensaio desenvolvimentista sustentado em contradições. “Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento” (SINGER, 2012, p. 9). E foi tal contradição que sustentou a coligação entre capital industrial e trabalho, ou seja, foi por meio dela que a sociedade brasileira manteve um projeto econômico por meio de uma engenhosa e precária articulação política. Tal projeto, seguindo a interpretação de, Ricardo Bielschowsky (2000, p. 7), seguiria tais fundamentos: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso é necessário que o Estado planeje; c) planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve orientar também a execução da expansão captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.

Podemos, desse modo, depreender que o projeto lulista define que o ativismo estatal como marca da nova matriz de desenvolvimento do país, à medida que, realiza uma coalizão contrapostas entre a corrente “rentista” e a “produtivista” (SINGER, 2018, p. 57)⁷. Tal escolha levaria sob o governo Dilma, a aceleração do ensaio desenvolvimentista, ou seja, levaria o projeto lulista aprofundar o seu viés antiliberal. E conseqüentemente a quebra do bloco de sustentação do governo, o que gerou, por sua vez, uma renovada frente única burguesa em torno do projeto neoliberal (SINGER, 2018, p. 39). Esse processo

¹²⁹Cf.: LAVINHAS, Lena; GENTIL, Denise L. **O Brasil nos anos 2000: a política social sob a regência da financeirização**. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/5fqGSvyFTytWTNkQBJNGM3M/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: mar. de 2022.

levaria o projeto lulista a conviver com constantes crises. Segundo, Laura de Carvalho (2018, p. 9):

A crise econômica seria essencialmente política, causada pela propaganda negativa da imprensa, pela má-fé do Congresso ou até por um boicote do empresariado financista. Nesse caso, não seriam os erros do governo Lula ou Dilma Rousseff os responsáveis pela crise, mas, ao contrário, seus acertos, pelo incômodo que provocaram nas elites econômicas e financeiras do país.

Para, José de Souza Martins (2011, p. 9), o projeto lulista:

[...] estatizou o clientelismo e confirmou sua adaptação a modernidade. Foi o modo de institucionalizar o conformismo político e ao, mesmo tempo, incorporar as massas desvalidas ao processo político por meio do Estado, arrancando-as da tutela privada dos régulos de província, sem acabar com eles, substituindo-os pelo intermediário cúmplice, transformando-os em sócios menores do poder.

O movimento de integração da sociedade brasileira, por meio do projeto lulista, levou a sua fratura de um modo gradual e produziu um contra-reformismo, pelo qual, seríamos uma sociedade ancorada na ideia de que o atraso faz parte do próprio desenvolvimento das forças produtivas. Por isso, seríamos, ao mesmo tempo, modernos e atrasados, pois manteríamos uma estrutura (social, econômica e política) de grande desigualdade.

Com isso, podemos entender que, a burguesia nacional, ao optar pela dependência, produziria uma alternativa de desenvolvimento do país com base no “reformismo fraco”. Ou seja, o lulismo ao optar por um governo de conciliação, neutraliza o capital ao mesmo tempo que promove uma distribuição de renda. No entanto, a aposta de que completude da sociedade brasileira se daria por meio de um ensaio desenvolvimentista teve como resultado o despedaçamento do lulismo e o acirramento das contradições¹³⁰ que sustentam a

¹³⁰ O acirramento das contradições existentes sobre o projeto lulista, mas também na sociedade brasileira terá sob o processo eleitoral de 2022 um capítulo não apenas inusitado, mas também curioso. Pois, a definição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como candidato do PT para o pleito eleitoral do corrente ano, levou o projeto lulista a buscar construir uma frente ampla que fosse capaz de enfrentar o conservadorismo que assola o país desde a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência. Neste sentido, apontamos como expressão desta contradição a composição realizada entre o até então adversário histórico do PT que era Geraldo Alckmin e, que estava filiado ao PSDB¹³¹ e passa neste momento a estar filiado ao PSB¹³², formando uma chapa com Lula (candidato a presidente) e Alckmin (candidato a vice-presidente). Fica, portanto, o questionamento: a criação desta frente ampla e a construção da chapa a presidência, Lula-Alckmin¹³³, uma expressão da nossa condição de sermos ornitorrinco, tal como, descrito por Oliveira (2008).

sociedade brasileira. Nesse sentido, a crise do projeto lulista expôs a tragédia brasileira de nos mantermos permanentemente sob a condição de sermos um ornitorrinco.

¹³¹Cf.: “**Alckmin se desfilia do PSDB e reforça opção para ser vice de Lula**”. Folha de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/12/alckmin-se-desfilia-do-psdb-e-reforca-opcao-para-ser-vice-de-lula.shtml>>. Acesso em: mar. de 2022.

¹³²Cf.: “**Ex-governador de SP Geraldo Alckmin se filia ao PSB e abre caminho para chapa com Lula**”. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/03/23/ex-governador-de-sp-geraldo-alckmin-filiacao-ao-psb.ghtml>>. Acesso em: mar. de 2022.

¹³³A proximidade das eleições presidenciais de 2022 agitam o mundo político do país. Como reflexo das disputas que envolvem esse processo, o jornal Folha de São Paulo, a uma semana do 1º turno, por meio do seu editorial, convoca o candidato que está a frente nas pesquisas eleitoras, Luiz Inácio Lula da Silva, a deixar claro o possíveis caminhos do seu governo caso ele seja eleito.

“De um lado o ex-presidente acena ao programa responsável que caracterizou seu primeiro governo. Compôs chapa com o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB) [...] Mesmo na hipótese de Lula dobrar a aposta intervencionista, é melhor deixar isso claro para evitar o estelionato eleitoral após a posse. O país deveria saber, e antes da votação, para onde rumaria a quinta gestão petista, se para o programa estatista que ainda encanta boa parte dos economistas do partido ou se para a abordagem pragmática que combina liberalismo econômico e responsabilidade social”.

Cf.: Folha de São Paulo. “Tiro no pé”. Editorial, Folha de São Paulo. São Paulo, 25/09/2022, p. A2.

6 | REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (orgs). **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALBUQUERQUE, José Augusto. **O Futuro do Brasil: A América Latina e o fim da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula**. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

ARENDT, Hannah. **As Origens do totalitarismo**, São Paulo, Cia das Letras, 1989.

ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Org.). **As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e PT**. São Paulo: Unesp, 2019.

ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Unesp; CEM, 2015.

BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In SADER E. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Emir Sader (org.). São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO/Brasil, 2013.

BECHER, Bertha. **A Geografia e o resgate da Geopolítica**. Revista Brasileira de Geografia, Ano 50, tomo 2, 1998.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 2017.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil (V.1)**. São Paulo: Unesp/Sesc, 2014.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social: 11 propostas de morar para o Brasil moderno (V. 3)**. São Paulo: Unesp/Sesc, 2014.

BOITO JR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas/SP: Unicamp/São Paulo, Unesp, 2018.

- BOITO JUNIOR, Armando. **Estado, política e classes sociais**: ensaios teóricos e históricos. São Paulo: UNESP, 2007.
- BOITO JÚNIOR, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista.
- BRAGA, A. M. C. **Padre Cícero**: sociologia de um padre, antropologia de um santo. Edusc, 2008.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**: sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo: Editora 34, 2016.
- CANO, Wilson. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: Unesp, 2000.
- CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- CARVALHO, Edemir de. **Crise urbana e habitação popular em Campinas (1870-1956)**. Campinas: Dissertação de Mestrado apresentada à UNICAMP/IFCH, 1991.
- CARVALHO, José Murilo de. Caderno Mais - **O continente irrelevante**. São Paulo: Ed. Folha de São Paulo, p. 5, 2002.
- CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Ainda, 2018.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001.
- CASTEL, Robert. **El ascenso de las incertidumbres**: Trabajo, protecciones, estatuto del individuo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- CHOAY, Françoise. O reino do urbano e a morte da cidade. In: **Revista do programa de estudos pós-graduação em história e do departamento de história** – PUC. 18 de maio de 1999.
- COSTA, Greiner; POCHMANN, Marcio (Org.). **O Estado como parte da solução**: uma análise dos desafios brasileiros. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.
- CUNHA, Yuri Rodrigues da. **“Por Deus e pela minha família, eu voto sim”**: A crise do lulopetismo e os fundamentos da República Evangélica. Marília/SP: Tese de Doutorado apresentada à UNESP/FFC, 2020.
- CREHAN, K. **Antonio Gramsci**: em busca de um marxismo etnográfico. *Outubro*, n. 3,

maio de 2018.

DEO, Anderson. **A consolidação da social-democracia no Brasil**: forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial. 2011. Marília/SP. Tese de Doutorado apresentada à UNESP/FFC, 2011.

DIAS, Edney Cielici. As políticas de desenvolvimento e seus limites: uma síntese institucional. In.: ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Org.). **As políticas da política**: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e PT. São Paulo: Unesp, 2019.

DOWBOR, Lasdislau (Org.). **Desafios da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

DUMONT, Tiago Vieira Rodrigues. **Os efeitos do programa minha casa, minha vida para população de baixa renda em Marília-SP**: a construção de uma ilusão. Marília/SP: Dissertação de Mestrado apresentada à UNESP/FFC, 2014.

DURANTE, Lea. Questão Meridional. In: VOZA, Pasquale.; LIGUORI, Guido. **Dicionário Gramsciano**, p. 665-666. São Paulo: Boitempo, 2017.

ELIAS, Norbert e John L. Scotson. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENGLES, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGLES, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1973.

FERREIRA, João Sette Whitaker (Org.). **Construir casa ou construir cidades?:** Desafios para um novo Brasil urbano. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

FERREIRA, F. A. S.; Monsã, V. M. C.; Alves M. A. **O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)**: uma análise sobre sua literatura e produção imobiliária na Bahia. In. Anais de Seminário da Faculdade de Arquitetura da UFBA – A Produção da Cidade e a Captura do Público: que perspectivas?. Salvador: UFBA, 2012.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo; MUÑOZ, Oscar; PALMA, José Gabriel. As economias latino-americanas, 1950-1990. In: BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina**: a América Latina após 1930: Economia e Sociedade. São Paulo, Editora da USP; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

FIORI, José Luis (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo**: a construção do conceito. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2015.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. Rio de Janeiro: SNEL, 1998.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GÓES, Camila. **Existe um pensamento político subalterno?**: um estudo sobre os Subaltern Studies (1982-2000). São Paulo: Alameda, 2018.

GÓES, Camila Massaro Cruz de. [Resenha de] Spivak, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.. OUTUBRO (SÃO PAULO), v. 21, p. 277, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Turim: Einaudi, 1975.

GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**: 1926. In: *Escritos políticos*, vol. 2.; organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1926] 2004.

GUTIERRES, Kelen Alves. **Projetos políticos, trajetórias e estratégias**: a política de assistência social entre o partido e o estado. Campinas/SP: Tese de Doutorado apresentada à UNICAMP, 2015.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

IANNI, Octávio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Redistribuição no Brasil no século XXI. In: ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Org.). **As políticas da política**: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e PT. São Paulo: Unesp, 2019.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2021.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-ômega, 1982.

MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo/ Fundação Lauro Campos, 2017.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil**: lúmpen e misticismo. São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica a economia política. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857 – 1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. **As lutas de classes da França de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005. 276

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MECCA, Andréia Cordeiro. **O governo Lula**: política, governabilidade e hegemonia. Marília/SP: Dissertação de Mestrado apresentada à UNESP/FFC, 2014.

MENEZES, Roberto Goulart. **A política externa brasileira sob o signo do neoliberalismo**: Diplomacia comercial, Mercosul e dubiedades. Campinas: Dissertação de Mestrado apresentada ao UNICAMP/IFCH, 2006.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. São Paulo: Zahar, 2020.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NUNOMUR, Eduardo Yoshio. **O mensalão impresso o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja**. São Paulo; USP - Dissertação, 2012.

OLIVEIRA, Camila Rocha de. **Encontros e desencontros entre petismo e lulismo**: classe, ideologia e voto na periferia de São Paulo. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), Pós-Graduação em Ciência Política, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil**: uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018.

PAVES, Thais. GÓES, Camila. **Centro e periferia do lulismo**: apontamentos sobre as classes subalternas no pós- golpe parlamentar. Marília/SP; Campinas/SP; São Paulo: UNESP; UNICAMP; USP, 2018.

PAVES, Thais; GÓES, Camila. **Notas de uma possível sequência de teses sobre as classes subalternas no Brasil**. Apresentação na ABCP, Curitiba, UFPR, 2018.

PAULANI, Leda. **Brasil delivery**: razões, contradições e limites da política econômica dos primeiros seis meses do governo Lula. In: PAULA, João A. de. **A economia política da mudança**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PAULANI, Leda. **A experiência brasileira entre 2003 e 2014**: neoliberalismo? Cadernos do Desenvolvimento, Centro Internacional Celso Furtado, v. 12, n. 20, 2017.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2015.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Trad. Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Plano de reconstrução e transformação do Brasil**: outro mundo é preciso, outro Brasil é necessário. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2021.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO, Maria Lígia. **A Formação das Nações Latino-Americanas: anticolonialismo, anti-imperialismo: constituição das oligarquias: A América é livre?** Campinas: Unicamp, 1986.

QUEIROZ, M. I. P. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

QUEIROZ, M. I. P. **O messianismo no Brasil e no mundo.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** . São Paulo: T a Queiroz, 1991.

ROCCA, E. Religião. In: VOZA, P.; LIGUORI, G. **Dicionário Gramsciano**, p. 665-666. São Paulo: Boitempo, 2017.

ROCHA, Ewelter de Siqueira. **Vestígios do sagrado: uma etnografia sobre formas e silêncios.** Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), Pós-Graduação em Antropologia Social, 2012.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROLNIK, Raquel (Org.). **Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida: implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade.** Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2019.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.** São Paulo: Unesp, 2014.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** São Paulo: Record, 2000.

SADER, Eder. **Quando os novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (Orgs.). **Brasil, entre passado e o futuro.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.

SADER, Emir (Org.). **E agora PT?: caráter e identidade.** São Paulo: Brasilienses, 1986.

SADER, Emir. **A vingança da história.** São Paulo, Boitempo, 2007.

SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-liberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO; Brasil, 2013.

SAES, Décio. **República do capital.** São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas.** Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Cynthia de Souza. **A política habitacional para a população de baixa renda, em Belo Horizonte, a partir de 1990.** São Paulo: Tese de Doutorado apresentada à USP /FAU, 2006.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998.** Brasília: IPEA, 1999.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SECCO, Lincoln. **História do PT.** Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo, Cortez, 2016. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2021.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro.** São Carlos: Tese de Doutorado apresentada ao USP/FAU, 2010.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **A verdade vencerá: o povo sabe por que me condenaram.** São Paulo: Boitempo, 2018.

SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SINGER, Paul. **As políticas keynesianas à prova.** São Paulo: Folha de São Paulo, 2009.

SINGER, André. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: a Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994.** São Paulo: USP, 2002.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016).** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André.; VENTURI, G. **Sismografia de um terremoto eleitoral.** In: Vários autores. Democracia em crise? São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SINGER, André.; ARAUJO, Cicero; BELINELLI. **Estado e democracia**: uma introdução ao estudo da política. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, Ângela Maria Gordilho. **Limites do Habitar**: Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada à USP/FAU, 1999.

SOUZA, Nelson Rosário de. **Sociologia Política**. Curitiba: IESD Brasil S. A., 2009

SOUTO, Vanda Maria Martins. **As relações internacionais brasileiras**: o governo Luiz Inácio Lula da Silva e o caso da Bolívia (2003-2010). Marília/SP: Tese de Doutorado apresentada à UNESP/FFC, 2018.

TAPAJÓS, Maurício; BLANC, Aldir. **Querelas do Brasil**. In. LP – “Por um amor maior”. COSTA, Elis Regina Carvalho. Rio de Janeiro: Imagem&Som, 1981.

VAZ, Vinicius Rezende Carretoni. **A economia política no governo Lula (2003-2010)**: uma nova forma de desenvolvimento. Marília/SP: Dissertação de Mestrado apresentada à UNESP/FFC, 2017.

VIOTTI, Emília. **O que é e para onde vai a América Latina?**. Margem esquerda: ensaios marxistas, n. 9, 2007.

VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia; ARANTES, Otília. **A Cidade do Pensamento Único**: Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

6.1 | FONTES

6.1.1| Fontes primárias, matérias e reportagens

ANDERSON, PERRY. **O Brasil de Lula**. Scielo (2011). Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000300002 >. Acesso em: abr. 2018.

ÁRABE, Carlos Henrique Goulart. **Centro e periferia**: cinquenta anos depois. Disponível em:< <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/74586>>. Acesso em: fev. de 2022.

ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação: alguns comentários sobre o pacote habitacional**. Correio da Cidadania (01 ago. 2009). Disponível em:<www.correiocidadania.com.br >. Acesso em: ago. 2013.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt Capella. **Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil**: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. Revista Política Hoje - Volume 25, n. 1 (2016) - p. 71-90. Disponível

em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicohoje/article/view/3710>>. Acesso em: Set. 2021.

BREDOW, Sabrina Monique Schenato; LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi; CUNHA, André Moreira. **O ciclo de alta nos preços das commodities e a economia brasileira: uma análise dos mecanismos externos de transmissão entre 2002 e 2014.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 3 (58), p. 695-731, dez. 2016.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ecos/a/djLQqMkmpMdgHtnK7f46Rdf/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: fev. 2021.

BORÓN, Atílio. A América para os norte-americanos. **Revista Fórum**, n. 10, 2003.

BONDUKI, Nabil. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula.** In: Arq.urb – Revista eletrônica de arquitetura e urbanismo. Nº 1, 2008. Disponível em:

<http://www.usj.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: set. 2013.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Programa Minha Casa, Minha Vida está fora do Sistema de Habitação de Interesse Social.** (Entrevista para a FASE em 04/04/2009).

Disponível:<<http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3108>>. Acesso em: jan. 2013.

CARNEIRO, R. M. **Velhos e novos desenvolvimentismos.** Econ. soc. Campinas, v. 21, n. spe, p. 749-778, Dec. 2012. Disponível em: Acesso em: nov. 2021.

CARRANO, Pedro; HOSHINO, Thiago. **Nosso déficit não é de casa, é de cidade.**

Entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato. Disponível em:

<<http://www.brasildefato.com.br/node/10961>>. Acesso em: jan. 2013.

DOMINGUES, José Maurício. **A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil.** Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/hxj8myMGhFkpQtRKk8xwyZj/?lang=pt>>. Acesso em: dez. 2021.

FERNANDES, Edésio. **O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística.** São Paulo: FEA/USP, 2013. Disponível em:< PULICCOMPLETAFINALport.indd (usp.br)>. Acesso em: fev. 2021.

FERNANDES, Edésio. **Estatuto da cidade, mais de 10 anos depois: razão de descrença, ou razão de otimismo?.** Rev. UFMG, belo horizonte, v. 20, n.1, p.212-233, jan./jun. 2013. Disponível em: <10-estatuto_da_cidade_edesio_fernandes.pdf (ufmg.br)>. Acesso em: fev. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Os petistas estariam “colhendo o que plantaram.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/pt-colhe-o-que-planta-diz-alckmin-sobre-ataque-a-tiros-a-caravana-de-lula.shtml>>. Acesso em: out. de 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Disputa entre PSDB e PT será para ir ao segundo turno.** Folha de São Paulo, 2 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/com-bolsonaro-disputa-entre-psdb-e-pt-sera-para-ir-ao-segundo-turno-diz-fhc.shtml>. Acesso em: out. de 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Sobe rejeição eleitoral a Lula e Aécio.** Datafolha, 21 de março de 2016. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2016/03/1752313-sobe-rejeicao-eleitoral-a-lula-e-aecio.shtml>. Acesso em: set. de 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Sobe rejeição eleitoral a Lula e Aécio.** 21 de março de 2016. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2016/03/1752313-sobe-rejeicao-eleitoral-a-lula-e-aecio.shtml>. Acesso em: out. de 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Maior cabo eleitoral do PT, Lula tem pior avaliação desde 2006.** 15 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1803118-maior-cabo-eleitoral-do-pt-lula-tem-pior-avaliacao-desde-2006.shtml>. Acesso em: out. de 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Resultado das eleições por municípios.** Disponível em: <http://eleicoes.folha.uol.com.br/2014/2turno/mapainterativo/>. Acesso em: out. de 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Jair Bolsonaro se filia ao PSL para disputar o Planalto.** 7 de março de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/jair-bolsonaro-se-filia-ao-psl-para-disputar-o-planalto.shtml>. Acesso em: out. de 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Prisão enfraquece Lula e põe Marina perto de Bolsonaro.** 15 de abril de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/prisao-enfraquece-lula-e-poe-marina-perto-de-bolsonaro-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: out. de 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Nem Dilma nem Temer**, editorial de primeira página da edição de domingo, 3 abr. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/04/1756924-nem-dilma-nem-temer.shtml>. Acesso em: mar. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Lula é preso.** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/lula-e-preso.shtml>. Acesso: em fev. 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Alckmin se desfilia do PSDB e reforça opção para ser vice de Lula.** 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/12/alckmin-se-desfilia-do-psdb-e-reforca-opcao-para-ser-vice-de-lula.shtml>. Acesso em: mar. de 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Com ausência de Lula, Bolsonaro e Marina lideram pesquisa Datafolha.** 10 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/com-ausencia-de-lula-bolsonaro-e-marina-lideram-pesquisa-datafolha.shtml>>. Acesso em out. de 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Tiro no pé.** Editorial, Folha de São Paulo. São Paulo, 25 de setembro de 2022, p. A2.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo:** a construção do conceito. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2015. Disponível em: <Livro.Desenvolvimentismo.pdf>. Acesso em: dez. 2021.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; CUNHA, André Moreira; BICHARA, Julimar da Silva. **O Brasil na Era Lula:** retorno ao desenvolvimentismo?. 2013. Disponível em: < SciELO - Brasil - O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo?>. Acesso em: dez. 2021.

G1 ELEIÇÕES. **Apuração por zona eleitoral.** Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/apuracao-zona-eleitoral-presidente/sao-paulo/1-turno/>>. Acesso em: out. de 2018.

G1. **Tiros contra caravana de Lula foram um ataque planejado, diz delegado.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/tiros-contracaravana-de-lula-foram-um-ataque-planejado-diz-delegado.ghtml>>. Acesso em: out. de 2018.

G1. **Ex-governador de SP Geraldo Alckmin se filia ao PSB e abre caminho para chapa com Lula.** 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/03/23/ex-governador-de-sp-geraldo-alckmin-filiacao-ao-psb.ghtml>>. Acesso em: mar. de 2022.

HARVEY, David. **“A crise mundial é uma crise da urbanização”.** Disponível em:<http://www.forumreformaurbana.org.br/_reforma>. Acesso em: fev. 2010.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Revista Piauí.** São Paulo: Ed. Abril, nº 82, jul. 2013.

LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise L. **O Brasil nos anos 2000:** a política social sob a regência da financeirização. 2018. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/nec/a/5fqGSvyFTytWTNkQBJNGM3M/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: mar. de 2022.

MARICATO, Ermínia. **O “Minha Casa” é um avanço, mas segregação urbana fica intocada.** Entrevista concedida à Agência Carta Maior. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materialMostrar.cfm?materia_id=16004>. Acesso em: jan. 2021.

MELLO, Guilherme Santos. **Análise crítica do papel das inovações financeiras na crise do subprime**. UNICAMP, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/jDBHfGkdmGGbYyc8Xm8hy4s/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: dez. 2021.

MOTTA, Luana. **A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos, urbanos e o direito à cidade**. 2011. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg/geral/anexos/txt_analitico/MOTTA_Luana_A_questão_da_habitação_no_Brasil.pdf>. Acesso em: set. de 2013.

OLIVEIRA, Rafael Taveira. **Medidas provisórias e o presidencialismo de coalizão brasileiro**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 21 , n. 4657, 1 abr. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/47831>>. Acesso em: dez. 2021.

OLIVEIRA, Francisco de Oliveira. **O momento Lênin**. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/tWmdjM9Tbnv4vmfZKfmMXSq/?lang=pt>>. Acesso em: dez. 2021.

PEDROSA, Mário. **Hora da Lealdade** (panfleto), São Paulo, 10 de fevereiro de 1981. Disponível em: <acervo.fpabramo.org.br/>. Acesso em: dez. 2021.

ROLNIK, Raquel. **Neoliberalismo reciente: la financiarización de la vivienda propia y el derecho a la vivienda**. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0124-79132014000100095&script=sci_abstract&tIng=es>. Acesso em: mar. de 2022.

SADER, Emir. **O futura da América Latina**. Disponível em: <O futuro da América Latina - Por Emir Sader | Revista Fórum (revistaforum.com.br)>. Acesso em: agost. 2022.

SCHVARSBERG, Benny. **Introdução ao planejamento urbano**. In: Curso: Instrumentos do Estatuto da Cidade; Parte 1 - planejamento urbano e plano diretor; Módulo I – Introdução ao Planejamento Urbano. Ministério das cidades: 2013. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br>> Acesso em: nov. 2013.

SINGER, André. **Lulismo e antilulismo**. Folha de São Paulo, 16 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2017/12/1943839-lulismo-e-antilulismo.shtml>>. Acesso em: out. de 2018.

SINGER, André. **Cutucando onças com varas curtas – o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-14)**”, Novos Estudos, 2015. Disponível em: Acessado em: <<http://novosestudos.uol.com.br/v1/contents/view/1604>>. Acesso em: Nov. 2020.

SILVA, Luís Inácio Lula da. **Discurso do Presidente da República do Brasil, na 59ª Assembleia da ONU**. Nova York, EUA. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/>>. Acesso em: nov. 2004.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: Set. 2021.

SPIVAK, Gaytri Chakravort. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Disponível em:<[file:///C:/Users/tiago/Downloads/\[Livro\]%20Pode%20o%20subalterno%20falar%20\(Gayatri%20Spivak\).pdf](file:///C:/Users/tiago/Downloads/[Livro]%20Pode%20o%20subalterno%20falar%20(Gayatri%20Spivak).pdf)>. Acesso em: fev.2022.

TEIXEIRA, Bruno Casalotti Camillo Teixeira. SINGER, André Vitor (2012). **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. Primeiros Estudos, São Paulo, n. 5, p. 138-145, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/tiago/Downloads/52559-Texto%20do%20artigo-85056-1-10-20131108.pdf>>. Acesso em: nov. 2021.

UOL ELEIÇÕES. **Comparativo de votos entre Aécio Neves e Dilma Rousseff**. Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2014/raio-x/presidente#resultado-indicadores-socioeconomicos/undefined>. Acesso em: out. de 2018.

UOL. **Raio-x da Eleição Presidencial de 2014**. Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2014/raio-x/presidente-resultado-indicadores-socioeconomicos/undefined>>. Acesso em: out. de 2018.

VILLAMÉA, Luiza. “**Uma coisa irracional**”, diz Bresser sobre o antipetismo”, Brasileiros, n. 88, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/interviews/2014/14.11.Revista-Brasileiros.pdf>>. Acesso em: out. 2021.

6.2 | Documentos

BRASIL. O Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 11. jul. 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 109/2021. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo demográfico 1940-2010**. Disponível

em:<<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>>. Acesso em: fev. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - DATABASE - IPEADATA. **Base de dados da Série Histórica do Certificado de Depósito Interbancário (CDI)**. Disponível em:<<http://www.ipeadata.org.br/>>. Acesso em: nov. 2021.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta ao Povo Brasileiro**, 2002.

PARTIDO DOS TRABALHADORES . **Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil**, 2002b.

PREFEITURA DE JUAZEIRO DO NORTE. **A Cidade. Polo Acadêmico**. Disponível em:<<http://www.juazeiro.ce.gov.br/Cidade/Polo-academico/>>. Acesso em: out. de /2018.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA. **Luiz Inácio Lula da Silva ao anunciar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007**.

Cf.:<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/2o-semester/19-09-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac-funasa/view>>. Acesso em: jan. 2022.

TRIBUNAL REGIONAL DO CEARÁ (TRE-CE). **Votação registrada no segundo turnos em termos percentuais em Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB)**. Disponível em: <<http://apps.tre-ce.jus.br/tre/eleicoes/resultados/2014/?municipios-resultados-2o-turno-resultado-no-municipio>>. Acesso em: out. de 2018.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TER). **Resultado das eleições municipais**. <<http://apps.tre-ce.jus.br/tre/eleicoes/resultados/2014/?municipios-resultados2o-turno-resultado-no-municipio>>. Acesso em: out. de 2018.

Anexo I – Roteiro para entrevista semiestruturada

Nome entrevistador(a):

Data: ____/____/____

Nome entrevistada (o) – só o primeiro nome:

Cidade:

Bairro:

Bom dia/Boa tarde, meu nome é _____ e estamos realizando uma pesquisa junto à Universidade Estadual Paulista (UNESP) sobre as eleições desse ano e a situação do país e gostaria de saber se poderíamos conversar um pouco. Vou começar com umas perguntas mais gerais, tudo bem?

Deixar claro que:

- As informações são confidenciais e não há identificação dos sujeitos;
- Não há pergunta certa ou errada. Estamos interessados em entender a visão delas e deles sobre as coisas (sociedade, política, governo, vida cotidiana).

1. Dados Gerais e socioeconômicos

1.1) Qual a sua idade? _____ anos

1.2) Com quem mora? _____

1.3) Quantas pessoas moram na sua casa _____

1.4) Há quanto tempo mora neste endereço? Já morou em outros lugares?

1.5) Tem filhos? _____

1.6) Tem alguma religião? se sim, vai ao culto ou à missa?

1.7) Estuda? Até que grau você estudou?

1.8) Atualmente, você tem alguma ocupação? [ocupação pode ser formal ou informal)

(Sim) – [passe para a 1.9]

(Não) só estuda [pule para a 1.12]

(Não) não estudo/nem trabalha [pule para 1.10]

1.9) Qual a sua situação de trabalho? (refere-se ao trabalho principal)

a. Empregado com carteira assinada

b. Empregado sem carteira assinada

c. Dona de casa

d. Autônomo / trabalho por conta própria ocupado

e. Funcionário Público ocupado

1.10) Se estiver empregado (a): Há quanto tempo está nesse trabalho?

1.11) Você poderia me dizer quanto aproximadamente você ganha por mês? [Anotar em reais ou salários mínimos: 1 SM = R\$954]

1.12) Alguém mais na sua casa está trabalhando atualmente?

1.13) Quanto você diria que soma o dinheiro que entra por mês na sua casa? [explique que não precisa dar valores exatos, é só para registro]

Até R\$ 2.000^[L1]_[SEP] ()

de R\$ 2.000 à 3.500 ()

de R\$ 3.500 à 5.000 ()

de R\$ 5.000 à 7.000 ()

de R\$ 7.000 á 10.000 ()

mais de R\$ 10.00 ()

1.14) Recebe ou já recebeu algum benefício social ou participa de algum programa do governo? (Bolsa Família, Minha casa Minha Vida, Renda Cidadã, Sisu, ProUni, Fies, Auxílio Reclusão, etc) [Se sim, anotar]

1.15) Sua casa é própria ou alugada? [No caso de ser própria, verificar se é autoconstruída ou recebeu de programa governamental]

2. Política e país

2.1) O que você acha da situação do país? (emprego, benefícios sociais, violência, etc)

2.2) Como acompanha as atualidades sobre o país:

- Por qual meio de comunicação? (Jornal impresso, TV, Facebook, Whatsapp, outros, etc).
_____ (anotar)

- Conversa com seus familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho? (no dia a dia, ônibus, rua, no trabalho). _____ (anotar)

- Na igreja?

Sim ()

Não ()

De vez quando ()

2.3) Você acompanhou a greve dos caminhoneiros? O que você achou? [explorar os seguintes aspectos]

- Sobre as reivindicações:

- sobre as formas de se manifestar (bloqueios de estrada, etc):

2.4) Na sua visão, a greve é uma forma legítima manifestação? Já participou de alguma?

2.5) Explorar o que o entrevistado (a) acha sobre:

As Greves dos professores:

Ocupações dos Movimento dos Sem Terra (MST):

Ocupações Movimento dos Sem Teto (MTST):

Greves das Universidades (professores, alunos, funcionarios):

2.6) Você diria que o Brasil é um país desigual e injusto para os mais pobres ou para os trabalhadores?

Não ()

Sim () Se sim, o que pode ser feito para melhorar a situação dos mais pobres?

2.7) Você vem acompanhando o que está acontecendo com o Lula? O que você acha da sua condenação? [Anotar comentários]

[Leia as opções e marque]

Corrupto ()

Perseguição ()

Inocente ()

Não sei dizer ()

2.8) O que você sabe sobre o Lula? [verificar se aparece a identidade nordestina, como pobre, como sindicalista, partidária, etc e anotar comentários]

2.9) Achou bom o governo dele? E o da Dilma? [Anotar comentários]

2.10) Você acompanhou a “lava jato” o que acha do que o Juiz Moro?

2.11) Em um momento de dificuldade (financeira, falta de alimentação ou medicação, outros) a quem você recorre? [Se houver, identificar a rede de apoio do entrevistado, podendo ser a Igreja, a comunidade ou família].

2.12) Você já participou de algum evento da Igreja como palestras, cursos ou eventos? [Eventos de caráter formativo e/ou que abordam o tema da situação atual do país].

3. Votação e Eleições

3.1) Você já votou alguma vez? Se sim, em quais eleições? [Anotar desde quando vota].

3.2) Votou de 2014 para presidente? [estimular memória, nomeando os candidatos: Dilma, Aécio, Marina, etc.

3.3) Seus pais , companheiras (os), amigos, irmãos ou namorado, namorada, votaram? em quem eles votaram, você lembra?

3.4) Você já votou no PT? Alguns dos seus amigos, familiares ou colegas de trabalho já votou no PT?). Porque?

3.5). [cenário eleitoral com o Lula] Se o Lula estivesse livre, você votaria nele? Se não, em quem? [Se o entrevistado sinalizar que voltaria em Lula passa para a pergunta 3.6]

Sim, Lula	Não, Nulo ou Branco	Ainda não sei
Bolsonaro	Boulos	Manuela D'avila
Marina Silva	Ciro	Álvaro Dias
Alckimin	Outros _____	

3.6) Votaria em alguma indicação do Lula, caso este seja impedido de se candidatar? Porque?

3.7) Votaria no candidato Fernando Haddad caso Lula seja impedido de se candidatar?

3.8).[cenário eleitoral sem o Lula] Explorar o que o entrevistado(a) acha ou se já ouviu falar do Ciro Gomes, Fernando Haddad Alckmin, Marina Silva e Jair Bolsonaro -Verificar se já ouviram falar da Manuela Dávila ou do Boulos

Obs: [Para as entrevistas feitas a partir do início dos debates televisivos]

3.8). Assistiu aos debates políticos? _____

3.9) Em quem pretende votar para:

- Presidente(a): _____
- Governadora(o): _____
- Senador(a): _____
- Deputado(a) Federal: _____
- Deputada(o) Estadual: _____
- Nulo ()
- Branco ()

ANEXO II - DEZ TESES SOBRE O NOVO DESENVOLVIMENTISMO

Nos dias 24 e 25 de Maio de 2010 um grupo de economistas de tradição keynesiana e estruturalista se reuniu em São Paulo para discutir as dez teses sobre o novo desenvolvimentismo – um nome que alguns deles já vinham usando há alguns anos para descrever a estratégia nacional de desenvolvimento que países de renda média têm adotado ou deveriam adotar para promover seu desenvolvimento econômico e atingir o nível de renda dos países mais ricos.

A reunião integrou o projeto “Crescimento com Estabilidade Financeira e o Novo Desenvolvimentismo”, financiado pela Fundação Ford. O projeto tem como pano de fundo o fracasso do consenso de Washington em promover o desenvolvimento econômico na América Latina e a grande crise financeira de 2008 que mostrou ao mundo os limites e perigos envolvidos na globalização e desregulamentação financeiras. A reunião foi feita na esteira de uma das maiores crises financeiras da história, na qual ficou evidente o impacto da abertura dos mercados financeiros sobre as taxas de câmbio e os preços de bens comercializáveis. O G20 e mais alguns países têm tentado agora construir a devida regulação para os mercados financeiros. A partir desse pano de fundo e das recorrentes crises nos países em desenvolvimento de renda média, o objetivo geral do encontro foi avaliar quão efetiva uma estratégia baseada no novo desenvolvimentismo pode ser para promover o crescimento com estabilidade. O objetivo mais específico foi discutir as dez teses sobre o novo desenvolvimentismo que haviam sido submetidas aos participantes antes da reunião de São Paulo.

Depois de dois dias de intensa e rica discussão, os organizadores locais do encontro ficaram responsáveis pela revisão do texto das teses de modo a refletir o resultado dos debates. A versão final que segue foi aprovada pelos participantes originais da reunião. Outros economistas e cientistas sociais comprometidos com os objetivos de crescimento com estabilidade e igualdade social estão agora também convidados a subscrever as dez teses:

1. Desenvolvimento econômico é um processo estrutural de plena utilização de todos os recursos domésticos disponíveis, capaz de levar a economia de maneira sustentável à

máxima taxa de acumulação de capital com base na incorporação de progresso técnico. O primeiro objetivo é promover o pleno emprego do fator trabalho. Este processo envolve não apenas o aumento da produtividade em cada setor, mas também a contínua transferência de trabalhadores para indústrias que produzem bens e serviços de maior valor adicionado e que paguem maiores salários.

2. Mercado é o lócus privilegiado desse processo, mas o Estado desempenha um papel estratégico em prover o arcabouço institucional apropriado que sustente esse processo estrutural. Isso inclui a promoção de estruturas e instituições financeiras capazes de canalizar os recursos domésticos para o desenvolvimento de inovações em setores que geram elevadas taxas de crescimento do valor adicionado doméstico. Esse arcabouço institucional deve também incluir medidas que possibilitem superar desequilíbrios estruturais e promovam a competitividade internacional.

3. No contexto da globalização, o desenvolvimento econômico requer uma estratégia nacional de desenvolvimento que capture oportunidades globais, isto é, economias de escala globais e fontes múltiplas de aprendizado tecnológico, reduza barreiras à inovação decorrentes de regimes de propriedade intelectual excessivamente rígidos, assegure estabilidade financeira e crie oportunidades de investimento para empreendedores privados.

4. Apesar de as políticas industriais estratégicas e a visão schumpeteriana do processo de desenvolvimento econômico serem fundamentais, o lado da demanda é aquele que abriga os maiores gargalos para o crescimento. Desde Keynes reconhece-se que a oferta é incapaz de criar automaticamente sua própria demanda. Entretanto, em países em desenvolvimento existem adicionalmente duas tendências estruturais que limitam a demanda e o investimento: a tendência para os salários crescerem abaixo da taxa de crescimento da produtividade e a tendência à sobrevalorização da taxa de câmbio real e/ou nominal.

5. A tendência para os salários crescerem mais lentamente que a produtividade decorre da oferta abundante de mão de obra e da economia política dos mercados de trabalho. Além de limitar a demanda doméstica e reforçar a concentração de renda, essa tendência pode também afetar negativamente o crescimento da produtividade no longo prazo. Um salário mínimo legalmente determinado, programas de transferências de renda para os pobres e, principalmente, a garantia do governo em pagar salários que possibilitem um padrão de vida razoável, podem ser utilizados para neutralizar essa tendência de subvalorização do

trabalho. A alternativa – uma sobrevalorização crônica da moeda doméstica que aumenta o poder de compra – não é uma estratégia sustentável.

6. A tendência à sobrevalorização cíclica da taxa de câmbio em países em desenvolvimento se deve tanto à dependência da poupança externa na forma de fluxos de capital quanto à doença holandesa no contexto de um mercado de capitais excessivamente aberto e sem a apropriada regulação. Essa tendência implica que a taxa de câmbio em países em desenvolvimento não é somente volátil, mas contribui para recorrentes crises monetárias e bolhas nos mercados financeiros. Também implica que oportunidades de investimentos orientadas para exportações são cronicamente insuficientes, pois a sobrevalorização cambial torna até mesmo as empresas domésticas mais eficientes, não competitivas em um ambiente internacional.

7. A doença holandesa pode ser caracterizada como uma permanente sobrevalorização da moeda doméstica devido à existência de rendas ricardianas oriundas das exportações baseadas em commodities e recursos naturais ou em trabalho excessivamente barato. A doença holandesa impede a prosperidade de outras indústrias de bens comercializáveis ao criar um diferencial entre a “taxa de câmbio de equilíbrio em conta corrente” (que equilibra o saldo em conta-corrente) e a “taxa de câmbio de equilíbrio industrial”, que permitiria às indústrias de bens comercializáveis utilizando o estado da arte em tecnologia tornarem-se competitivas no mercado global.

8. Desenvolvimento econômico deve ser financiado primordialmente com poupança doméstica. Para atingir tal objetivo a criação de instituições financeiras públicas que garantam a plena utilização de recursos domésticos - especialmente o trabalho -, a inovação financeira e o suporte ao investimento se faz necessário. A tentativa de utilização de poupança externa via déficits em conta corrente geralmente não aumenta a taxa de investimento (como defendido pela visão ortodoxa), pelo contrário, aumenta o endividamento doméstico e reforça a instabilidade financeira. Estratégias de crescimento baseadas em poupança externa causam fragilidade financeira; colocam governos na busca da construção de sua reputação, na posição de reféns dos mercados financeiros, e terminam, em geral, em crises cambiais e de balanço de pagamentos.

9. Para garantir um arcabouço apropriado para o desenvolvimento econômico, o governo deve assegurar uma relação de longo prazo estável entre a dívida pública e o PIB e uma

taxa real de câmbio que considere e busque neutralizar os efeitos adversos da doença holandesa sobre o setor manufatureiro doméstico.

10. Para atingir o desenvolvimento de longo prazo a política econômica deve perseguir o pleno emprego como seu objetivo principal, ao mesmo tempo em que garanta estabilidade de preços e financeira.

Essas dez proposições não pretendem ser uma receita completa para o desenvolvimento econômico. Ao contrário, elas pretendem ser um conjunto de propostas que possam ser subscritas por uma vasta gama de economistas. Essas propostas devem ser ajustadas tendo em vista contextos domésticos produtivos, sociais e políticos específicos. Nada foi dito sobre o contexto atual de globalização financeira e arquitetura do comércio global que são temas que necessitam claramente de atenção, especialmente em um ambiente globalizado caracterizado por intensa competição adversa.

Os economistas que subscrevem esse documento não estão afirmando que concordam totalmente com as dez teses. Estão simplesmente afirmando que apóiam sua abordagem teórica e suas principais 152 recomendações de política econômica.

São Paulo, 29 de Julho de 2010.

ANEXO III – CARTA O POVO BRASILEIRO

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político. Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas. Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras. O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral. O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo. A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição que têm esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país. A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso

projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país. O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública. O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia par ao outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país. Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação. À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores. Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições. Nascem, sim, da graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo

governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas. Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena. O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranquilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas. Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranquilidade e compromisso com o Brasil. Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas. Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo. Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas. Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento. Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro. Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico. Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o

país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável. Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de compra dos salários dos trabalhadores. Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos. A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública. O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia. Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira. A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores. Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos. Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados. O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República. Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um compromisso pela produção,

pelo emprego e por justiça social. O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdidas. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva São Paulo, 22 de junho de 2002.